

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FREDERICO BORGES MACHADO

POLÍTICAS DE ESTADO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS:

um Estudo de Caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura.

Brasília - DF

2015

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Frederico Borges Machado

POLÍTICAS DE ESTADO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS:

um Estudo de Caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Dr. Emir Jose Suaiden

Brasília - DF

2015

MACHADO, Frederico Borges.

Política de Estado e bibliotecas públicas: um estudo de caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura - Brasília: UnB, 2015

313f.

Dissertação - Mestrado em Ciência da Informação
Universidade de Brasília

Orientador: Dr. Emir Jose Suaiden

1. Bibliotecas Públicas 2. Plano Distrital do
Livro e da Leitura

3. Políticas Públicas para bibliotecas públicas.

I. Título



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Políticas de Estado e Bibliotecas Públicas: um estudo de caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura.

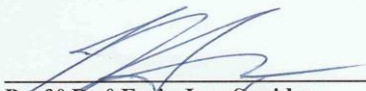
Autor (a): Frederico Borges Machado

Área de concentração: Gestão da informação

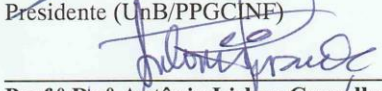
Linha de pesquisa: Organização da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação.

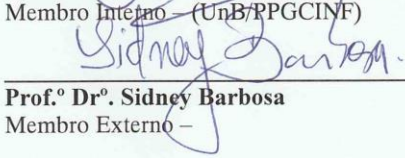
Dissertação aprovada em: 13 de abril de 2015.



Prof.º Dr.º Emir Jose Suaiden
Presidente (UnB/PPGCINF)



Prof.º Dr.º Antônio Lisboa Carvalho de Miranda
Membro Interno (UnB/PPGCINF)



Prof.º Dr.º Sidney Barbosa
Membro Externo -

Prof. Dr. Rosemeire Barbosa Tavares
Suplente (UnB/PPGCINF)

Dedico este trabalho aos idealistas, aos sonhadores, aos estudantes trabalhadores e a todos que se desdobram em múltiplos papéis e que com esforço e dedicação vão deixando pequenas sementes para um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Dr. Emir Jose Suaiden, pela liberdade e confiança referente ao presente trabalho, mas, sobretudo, por ter acreditado e me incentivado desde o começo desta jornada, por ter sido não apenas um orientador, mas verdadeiramente um mestre.

Um agradecimento especial para a professora Dra. Maria Alice Guimarães Borges, sempre disposta a receber seus alunos, fosse qualquer horário e quaisquer dificuldades. Obrigado pela paciência, pelos ensinamentos, pelas conversas e pelos puxões de orelhas. Não fosse a professora Maria Alice, esta caminhada não teria se iniciado.

Agradeço ao nosso emérito e querido professor Dr. Antônio Lisboa Carvalho de Miranda por ser um professor ousado, inspirador e, mesmo sendo essa grande personalidade da área, estar sempre acessível aos seus estudantes.

Também agradeço ao membro externo da banca, professor Dr. Sidney Barbosa, por suas valiosas contribuições a essa dissertação.

Agradeço a todos os demais professores que passaram pela minha experiência acadêmica, tanto na graduação quanto na pós-graduação, principalmente àqueles que nos incentivaram a ir além, que viram em nós aquilo que ainda não éramos capazes de reconhecer.

Agradeço imensamente à minha esposa pelo companheirismo nesses dois anos excelentes, mas não tão fáceis.

Agradeço a meus pais, meus avós, meus irmãos, toda a minha família pelo suporte afetivo e também espiritual, por meio de suas orações.

Em especial, a minha querida irmã Fernanda Tibana Machado, que me auxiliou nesta etapa final com sua revisão e correções gramaticais. Obrigado, Fê!

Agradeço aos meus amigos por entenderem minha ausência nesses anos de dissertação.

Agradeço a todos que colaboraram com a pesquisa, encontrando um espaço e tempo em suas agendas.

Finalmente, agradeço à equipe técnica da Faculdade de Ciência da Informação, todos os queridos servidores, em especial, à Secretaria da Pós-Graduação e à Martha Araújo, pela competência e eficiência em nos ajudar nos trâmites burocráticos.

***“A biblioteca é um lugar de encontro
de pessoas e ideias. Biblioteca: inspiração,
surpresa e empoderamento.”***

Council for Public Libraries da Finlândia

RESUMO

Por meio da revisão da literatura acadêmica, observa-se que as bibliotecas públicas brasileiras, além de precárias, desenvolvem um padrão de serviços comuns, identificando-se a existência de um modelo nacional dessas unidades de informação. Esse modelo é fundamentado nas expectativas sociais oriundas da história dessas unidades de informação e das políticas públicas correlatas. As políticas de Estado têm significativo impacto no atual quadro das bibliotecas no Brasil. Porém, esses impactos não são, em regra geral, consequências dos objetivos propostos por essas políticas. Assim, o presente trabalho busca compreender a relação dessas políticas com seu atual modelo de atuação. Para isso, realiza, por meio de revisão da literatura, um panorama do desenvolvimento dessa biblioteca comparado aos estudos teóricos e diretrizes internacionais que apontam sua definição, objetivos e função social, como também analisa um caso concreto de política pública, o Plano Distrital do Livro e da Leitura. O estudo de caso do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura visa trazer luz ao entendimento dessa relação e elucidar como as políticas vêm influenciando o desenvolvimento de um modelo de bibliotecas dissociado das orientações teóricas, identificando as variáveis e os impactos resultantes. Este estudo foi realizado por meio de levantamento documental e de entrevistas digitalmente gravadas e transcritas. Foram entrevistados especialistas, como funcionários públicos, bibliotecários e representantes de movimentos sociais, participantes da elaboração do Plano Distrital, com interesses voltados às bibliotecas públicas. Observou-se que a ausência da participação de especialistas e das universidades vem permitindo equívocos de concepção na elaboração dessas políticas, possibilitando a perpetuação de distorções conceituais da função social dessa unidade de informação. Concluiu-se que com uma correta elaboração de políticas públicas, com transparência e ampla participação da universidade e dos bibliotecários em todas as suas fases (formulação, implementação, avaliação), substituindo antigos indicadores defasados, será possível transformar a atual biblioteca pública brasileira em uma instituição essencial à sociedade. Essa biblioteca será, então, atuante na redução das desigualdades sociais, no desenvolvimento social e econômico das cidades e municípios, no desenvolvimento profissional e cognitivo dos cidadãos e no fortalecimento da cidadania, assim como tornar-se-á estratégica à concretização da Sociedade da Informação no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas Públicas. Políticas públicas para bibliotecas públicas. Políticas de Estado para bibliotecas públicas. IFLA. Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas. Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas.

ABSTRACT

Through the review of the academic literature it is observed that the Brazilian public libraries, as well as precarious, develop a pattern of common services, identifying the existence of a national model of these information units. This model is based on social expectations derived from the history of these information units and related public policies. State policies have significant impact on the current situation of libraries in Brazil. But the impact is not, as a rule, consequence of the objectives proposed by those policies. Thus, this paper seeks to understand the relationship of these policies with their current operating model. To do so, It carries out, through literature review, an overview of the development of this library compared to theoretical studies and international guidelines that point its definition, objectives and social function, but also analyzes a specific case of public policy, the Plan of Book and Reading of Distrito Federal. The case study of the Plan of Book and Reading of Distrito Federal aims to bring light to the understanding of this relationship and how policies have influenced the development of a model of libraries dissociated from the theoretical orientations, identifying the variables and the resulting impacts. This study was conducted through archival work and digitally recorded and transcribed interviews. There were experts interviewed, as government employees, librarians and representatives of social movements, participants in the preparation of the Plan, with interests on public libraries. It was observed that the lack of participation of experts and universities has allowed conception mistakes in the preparation of policies, allowing the perpetuation of conceptual distortions of the social function of this unit of information. It was concluded that with a correct public policy development, with transparency and wide participation of the university and librarians in all its phases: formulation, implementation and evaluation; replacing old outdated indicators, it will be possible to change the current Brazilian public library into an essential institution of society. This library will then be active in the reduction of social inequalities in social and economic development of cities and municipalities, in professional and cognitive development of citizens and in strengthening citizenship, as well as become strategic to the achievement of the Information Society in Brazil.

KEYWORDS: Public Libraries. Public policies for public libraries. State policies for public libraries. IFLA. IFLA Guidelines for public libraries. UNESCO's Public library Manifesto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Formação da imagem da biblioteca pública	96
Figura 2- Gráfico como ficou sabendo do evento?	106
Figura 3 - Foto do I Fórum + Livro + Leitura do Distrito Federal	115
Figura 4- Cartaz de convocação da Audiência Pública	120
Figura 5- Foto da Audiência Pública do PDLL	120
Figura 6- <i>Banners</i> de divulgação do PDLL.....	120
Figura 7- Matriz básica para planejamento de ações	125
Figura 8- Biblioteca do Cruzeiro.....	129
Figura 9- Biblioteca Pública do Núcleo Bandeirante	130
Figura 10– Ciclo de sucateamento das bibliotecas públicas	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Objetivos e funções da biblioteca pública	37
Tabela 2- <i>Planes Iberoamericanos de Lectura</i>	109
Tabela 3– População do Cruzeiro, segundo hábitos de leitura – 2014.....	132
Tabela 4– População do Cruzeiro, segundo frequência a equipamentos culturais.....	133
Tabela 5– População do Núcleo Bandeirante, segundo hábitos de leitura – 2014.....	133
Tabela 6– População do Núcleo Bandeirante e o uso de equipamentos culturais	134
Tabela 7– População, segundo a frequência em bibliotecas no DF	134
Tabela 8– População, segundo o hábito de leitura da população do DF.....	135
Tabela 9- Expectativas sintetizadas do PDLL por segmento participante	137
Tabela 10– Avaliação do PDLL por segmento da área	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDF - Associação de Bibliotecários do Distrito Federal
BNB – Biblioteca Nacional de Brasília
Cerlalc - Centro Regional para o Fomento na América Latina e o Caribe
CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNB - Cadastro Nacional de Bibliotecas
CNL - Campanha Nacional do Livro
CNPC – Conselho Nacional de Políticas Culturais
Codeplan - Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CRB – Conselho Regional de Biblioteconomia
CSLLL - Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura
DLLLLB - Direção de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
DF – Distrito Federal
FBN – Fundação Biblioteca Nacional
FENAME - Fundação Nacional de Material Escolar
FCI - Faculdade de Ciência da Informação
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FHC - Fernando Henrique Cardoso (presidente)
Fust - Fundo de universalização dos serviços de telecomunicações
GDF – Governo do Distrito Federal
IBBD - Instituto de Bibliografia e Documentação
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Ifla - Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas
INL – Instituto Nacional do Livro
IPL - Instituto Pró-Livro
IR – Imposto de Renda
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC – Ministério da Educação
Minc – Ministério da Cultura
OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos
PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio
PDLL - Plano Distrital do Livro e da Leitura
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNL - Programa Nacional do Livro
PNLL – Plano Nacional do Livro e da Leitura
Proler - Programa Nacional de Incentivo à Leitura
Pronac - Programa Nacional de Apoio à Cultura
PROTIAB - Programa de Treinamento Intensivo para Auxiliares de Bibliotecas
PT – Partido dos Trabalhadores
RA – Região administrativa do Distrito Federal
SEBP - Sistemas Estaduais de Biblioteca Públicas
Secult – Secretaria de Cultura
SLL - Secretaria do Livro e da Leitura
SNB - Serviço Nacional de Bibliotecas
SNC - Sistema Nacional de Cultura
SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
Socinfo - Programa Sociedade da Informação
TIC - Tecnologia de informação e comunicação
UnB – Universidade de Brasília
Unesco - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.2 A evolução da biblioteca pública brasileira.....	18
2. REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	22
2.1 Políticas públicas	22
2.2 Avaliação de políticas públicas.....	26
2.3 Bibliotecas públicas.....	33
2.4 Cultura	40
2.5 Informação.....	41
3. DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL	43
3.1 Breve introdução à história geral das bibliotecas públicas.....	43
3.2 Bibliotecas públicas no Brasil.....	48
3.2.1 Período Colonial: a Idade Média das bibliotecas públicas brasileiras.....	48
3.2.2 A Biblioteca Real no Rio de Janeiro.....	50
3.2.3 A fundação da Biblioteca “Pública” da Bahia: o Renascimento brasileiro.....	51
3.2.4 Os gabinetes de leitura: Brasil Império e Primeira República	53
3.2.5 A biblioteca Mário de Andrade	55
3.2.6 O Instituto Nacional do Livro: o legado da Era Vargas	58
3.2.7 Interstício democrático:.....	61
3.2.8 Regime militar.....	66
3.2.8.1 Gestão de Umberto Peregrino	68
3.2.8.2 Gestão de Maria Alice Barroso	69
3.2.8.3 Gestão de Herberto Sales.....	71
3.2.9 Nova República	74
3.2.9.1 Governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.....	76
3.2.9.2 Governos do Partido dos Trabalhadores: Lula e Dilma	80
4. Sociedade da informação	85

4.1 Políticas públicas na sociedade informacional	86
4.2 Bibliotecas públicas na Sociedade da Informação	88
5. Políticas de Estado para bibliotecas públicas	95
6. METODOLOGIA	98
6.1 Estudo de caso	100
6.2 Métodos e técnicas de coleta de dados	101
6.3 Amostra	103
7. O PLANO DO DISTRITO FEDERAL DO LIVRO E DA LEITURA	104
7.1 Origens do PDLL	105
7.1.1 III Conferência de Cultura do DF	105
7.1.2 Plano Nacional do Livro e da Leitura	107
7.2 Elaboração do PDLL	112
7.3 Implementação do PDLL	121
7.3.1 Bibliotecas do Cerrado	127
7.4 Avaliação do PDLL	136
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICES	171
APÊNDICE A – Entrevista com Professor Dr. Emir Suaiden	172
APÊNDICE B – Entrevista com Professor Dr. Antônio Miranda	177
APÊNDICE C – Entrevista com Professora Dr ^a . Maria Alice Guimarães	186
APÊNDICE D – Entrevista com Antônio Silva, Presidente do CRB 1	193
APÊNDICE E – Entrevista com Jefferson Higino, Presidente da ABDF	196
APÊNDICE F – Entrevista com Fabiano dos Santos Piúba, Diretor de Políticas para o Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura	200
APÊNDICE G – Entrevista com Aníbal Perea, ex Coordenador de Políticas do Livro e Leitura da Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal	209
APÊNDICE H – Entrevista com Mirian Raposo, ex Diretora de Políticas de Política para o Livro e Leitura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal	217
APÊNDICE I – Entrevista com a representante do Fórum do Livro e da Leitura	227

APÊNDICE J – Entrevista com Ivana Sant’Anna, ex Subsecretária do Livro e da Leitura..	238
APÊNDICE K – Entrevista com Wander Pavão (Gerente do Sistema de Bibliotecas Públicas do DF) e Yuri Guimarães Barquette (Diretor da Biblioteca Nacional de Brasília)	248
APÊNDICE L – Entrevista com Cleide Soares, bibliotecária, representante do Colegiado Setorial do Livro e da Leitura do Distrito Federal	275
APÊNDICE M – Entrevista com André Pereira, ex Diretor de Políticas do Livro e da Leitura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal	286
APÊNDICE N – Entrevista com Rafael Soares, gestor da Biblioteca Pública do Cruzeiro e Centro de Cultura Rubem Valentim	297
APÊNDICE O – Entrevista com Benedito Domingos, Bibliotecário gestor da Biblioteca Pública do Núcleo Bandeirante, Vó Philomena	303
APÊNDICE P – Entrevista com Nelson Gilles, Representante da Coordenadoria de Participação Popular da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.....	309
ANEXOS.....	312
ANEXO A – Plano Distrital Do Livro e da Leitura – Primeira Versão	313

1. INTRODUÇÃO

A área de biblioteca pública tem sido um campo de crescente interesse de pesquisa na Ciência da Informação. Contudo, as pesquisas nesse âmbito têm sido em sua imensa maioria sobre as chamadas atividades-meio das bibliotecas, ou seja, os processos técnicos, como desenvolvimento de coleção e acervo, automação, serviço de referência, etc., em detrimento do estudo sobre as atividades-fim, por exemplo, sua missão e função social. Rodriguez (2012) apontou em estudo bibliométrico que as pesquisas referentes às atividades-fim correspondem apenas a 1,1% em relação à produção científica da área.

O problema gerado por esse desequilíbrio de produção da área é que a biblioteca pública na atualidade, como colocam Suaiden (2002; 1995, 1980), Bernardino e Suaiden (2011), Milanesi (1986), Leitão (2011), Araújo (2001) e Machado (2010), encontra-se dissociada de sua função. A biblioteca pública atua conforme a imagem socialmente construída por meio dos inúmeros equívocos das políticas públicas dirigidas a essas unidades de informação, enquanto sua função social, apontada pelos estudiosos e pelos organismos internacionais voltados a essas bibliotecas, está distante da realidade da maioria das bibliotecas brasileiras. Ou seja, existem muitos trabalhos sobre o desenvolvimento de uma unidade de informação que se encontra esquizofrênica em sua atuação na sociedade. Em relação às atividades-fim dessas bibliotecas, observa-se uma dissociação entre a teoria e a prática, entre o que ela deveria ser para a sociedade e o que realmente tem sido.

Para a compreensão do caminho percorrido pelas bibliotecas públicas que as levou a representar uma imagem dissociada de sua função social, faz-se necessário entender as políticas públicas voltadas a elas (MACHADO, 2010; LEITÃO, 2011; MILANESI, 1986). Nesse sentido, houve alguns estudos sobre as políticas públicas para essas bibliotecas, mas esses trabalhos têm se apresentado como estudos históricos, sem aprofundamento nas análises das políticas. Dessa forma, o presente trabalho busca contribuir para a Ciência da Informação preenchendo essa lacuna acadêmica, apresentando um trabalho que busca analisar, segundo modelos de análise reconhecidos na literatura científica, a elaboração e os impactos¹ na sociedade. Para tal, será feito um estudo sobre o Plano Distrital do Livro e da Leitura do Distrito Federal – PDLL –, buscando compreender a imagem e o desenvolvimento da biblioteca pública inserida nessa política.

¹ O sentido de impacto que as políticas públicas têm sobre a população apresentado é definido por Cunha (C., 2006).

O trabalho está organizado em capítulos que apresentam o referencial teórico dos principais termos (capítulo dois), a revisão de literatura (capítulos três, quatro e cinco), a metodologia (capítulo seis) e a análise e interpretação dos dados (capítulo sete). Na revisão da literatura, serão primeiro apresentados os referenciais teóricos de “políticas públicas”, “avaliação de políticas públicas”, “bibliotecas públicas”, “cultura” e “informação”. Dentro da apresentação do referencial de cada conceito, serão abordados outros conceitos circundantes.

A revisão sobre as bibliotecas públicas contempla o exame da evolução da biblioteca pública no Brasil e sua relação com o Estado, até o surgimento e desenvolvimento de suas políticas públicas. Assim, possibilitando a compreensão da imagem dessas bibliotecas na sociedade brasileira e a relação das políticas públicas para o atual quadro dessas instituições.

Por fim, foi utilizado como metodologia um Estudo de Caso sobre o Plano Distrital do Livro e da Leitura como política pública para as bibliotecas em estudo, que empreendeu investigação por meio de entrevistas dos atores sociais que participaram da elaboração dessa política na área de bibliotecas públicas, analisando os processos da elaboração e os impactos dessas políticas. Cabe ressaltar que para a análise de políticas públicas faz-se imprescindível o conhecimento do pesquisador sobre a área das políticas analisadas (DAGNINGO, 2002). Precisa-se, ainda, que a presente dissertação faz parte do trabalho do grupo de pesquisa: Biblioteca e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação e, nessa orientação, mesmo sendo um trabalho de análise de políticas, possui o viés analítico da área.

1.2 A evolução da biblioteca pública brasileira

Para compreender a influência do PDLL no desenvolvimento da biblioteca pública brasileira, faz-se necessário o entendimento da situação atual dessa biblioteca no contexto nacional e do impacto das políticas públicas no modelo atual dessas unidades de informação. Para tal, além da reflexão do referencial teórico proposto, foi feito um estudo, a partir da revisão de literatura que condensa épocas históricas e aponta os principais marcos para as políticas de Estado, voltado às bibliotecas públicas, e uma revisão de pesquisas que discutem as políticas públicas para essas bibliotecas na atual (e denominada) Sociedade da Informação. Assim, o *capítulo 3* reservou-se para a apresentação da revisão de estudos históricos sobre as bibliotecas e políticas públicas para elas, já o *capítulo 4* compreende a revisão de estudos que discutem as atuais políticas na Sociedade da Informação.

Observar-se-á, na revisão de literatura, como as bibliotecas satisfazem as necessidades sociais de cada momento histórico, a partir da compreensão social dessas unidades de informação e das políticas voltadas à área. Assim, constata-se que as bibliotecas voltadas a um público indistinto surgiram no Brasil anteriormente às políticas para essa área. Em verdade, como será demonstrada, a biblioteca pública no Brasil não surgiu como a conhecemos atualmente, e, ainda, essa unidade de informação perpetua-se em contínua transformação.

Verificar-se-á, nessa revisão, que a biblioteca pública é apontada por diversos autores como surgindo em 1811, por iniciativa do senhor de engenho Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco. Todavia, segundo o referencial teórico adotado, essa biblioteca não poderia ser considerada pública, mas sim como biblioteca popular. Obviamente que dentro do contexto da época era efetivamente entendida como biblioteca pública. Porém, para suas atuais propriedades, ou seja, aquilo que é próprio de alguma coisa e que a distingue particularmente de outra do mesmo gênero, não poderia possuir tal classificação. Ainda se for levada em conta o que no Brasil algumas das primeiras bibliotecas instituídas por ordens religiosas como a dos jesuítas já possuíam, a característica de ser aberta indistintamente ao público interessado, inclusive com empréstimo, essas bibliotecas poderiam, por tal qualidade, ser consideradas públicas dentro do contexto social em que atuavam. Assim, para o presente trabalho, por meio do referencial teórico adotado, assume-se que a primeira biblioteca pública efetivamente surgiu com o advento da Primeira República, quando Estado assume a criação e gestão dessas bibliotecas, constituindo traço marcante para a definição de biblioteca pública: a gestão e tutela do Estado.

Todavia, como será observado, a biblioteca, ao se tornar efetivamente pública, começa a percorrer caminhos e descaminhos em relação à sua função social de atender as necessidades sociais das distintas épocas, sejam elas informacionais, educativa ou literárias, ora estando próxima por meio das políticas públicas, ora sendo afastada pelas mesmas. Dessa maneira, o presente trabalho expõe de forma condensada, na revisão de literatura, os períodos históricos e o papel que a biblioteca pública desempenhou, assim como as políticas do Estado brasileiro a influenciam e a moldam.

A introdução da biblioteca no Brasil se dá por meio das ordens religiosas, e o *capítulo 3.2.1*, referente ao período, evidenciará os traços semelhantes às suas congêneres europeias da Idade Média, assim como suas óbvias divergências. Demonstrar-se-á como esse período tem grande impacto na construção social da imagem da biblioteca pública atual, um local identificado com o saber etéreo, distante das necessidades informacionais do cotidiano.

No posterior capítulo (*capítulo 3.2.2*), com a evolução da história das bibliotecas brasileiras e a chegada da Biblioteca Real, observa-se a acentuação da distância dessas

unidades de informação com as necessidades sociais, informacionais, educativas e literárias do povo brasileiro, porque nela se acrescenta um novo elemento que impacta e reflete a atualidade das bibliotecas públicas, a visão dessas bibliotecas como uma instituição identificada com poder e prestígio.

Já o *capítulo 3.2.3* expõe a criação da biblioteca baiana considerada por muitos autores como a primeira biblioteca pública brasileira, instituída pelo senhor de engenho Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco em 1811. Discute-se o modelo criado, seu legado às bibliotecas atuais e as primeiras relações entre bibliotecas e o Estado.

Segundo o estudo feito na revisão de literatura que demonstra o desenvolvimento do modelo de biblioteca pública, no *capítulo 3.2.4*, finalmente surge o Estado como elemento financiador e gestor dessas bibliotecas. Nesse capítulo, é demonstrado como as bibliotecas públicas começam a tomar feições de repartições públicas, apáticas e burocratizadas, características essas extremamente visíveis nessas atuais unidades de informação. Também nesse capítulo, são apontados a influência dos gabinetes de leitura na formação dessas bibliotecas e como esses gabinetes impactam diretamente nas políticas públicas do Estado de São Paulo para esse tipo de biblioteca.

O capítulo seguinte (*capítulo 3.2.5*) põe à vista o modelo de bibliotecas implantado pelo grupo advindo da Semana da Arte Moderna de 1922. Também discutindo o paradigma posto por esse grupo em relação ao modelo brasileiro de biblioteca pública e sua herança para essas atuais unidades de informação.

No *capítulo 3.2.6*, estuda-se a importante política para a área de bibliotecas públicas brasileiras, que marcou significativamente o modelo desse tipo de bibliotecas, a criação e o trabalho do Instituto Nacional do Livro na Era Vargas. Esse período tem expressivo impacto para as políticas públicas para essa área, que reflete inclusive nas atuais políticas, como também para o modelo de bibliotecas brasileiro existente.

Com o fim da Era Vargas, o estudo continua apontado a evolução do modelo de bibliotecas por meio das políticas que vão se ampliando e se intensificando nessa área. No *capítulo 3.2.7*, é apresentado o contínuo trabalho do INL em novas fases e as novas políticas públicas que impactam na área.

O *capítulo 3.2.8* é reservado ao estudo do período do Regime Militar brasileiro e a influência das políticas centralizadas e autoritárias do regime. O capítulo é dividido em três subcapítulos em que são abordadas as gestões de três diretores do INL, apontadas como três concepções de atuação do Instituto em que cada qual deixou sua influência e herança às bibliotecas públicas por meio das políticas adotadas. Nessa época, foi também criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. E é nesse período que é identificada a escolarização da biblioteca pública estudada sob a gestão do INL de Maria Alice Barroso, no *capítulo 3.2.8.2*, que é relevante traço do modelo brasileiro.

Por fim, no *capítulo 3.2.9*, são apresentadas as políticas da chamada Nova República, ressaltando o modelo neoliberal de Collor, a inserção de políticas na área da informação para essas bibliotecas voltadas a concretização da Sociedade da Informação no Brasil no governo FHC e abertura para maior participação social nos governos do PT. Além das diversas outras políticas que influenciaram o modelo brasileiro de bibliotecas públicas na situação que atualmente se encontra.

O *capítulo 4* da revisão de literatura aborda estudos da área que discutem políticas públicas para essas unidades de informação na atual Sociedade da Informação. Ou seja, compreende pesquisas sobre as bibliotecas públicas e políticas para a área para a atual sociedade, ou o que os autores denominam de Sociedade da Informação.

Dessa forma, a revisão de literatura traz uma compreensão do panorama de evolução das bibliotecas públicas e do modelo de bibliotecas que foi constituído no Brasil. Demonstra que as bibliotecas públicas na atualidade representam um modelo que foi socialmente e historicamente construído, contudo, distinto do modelo apresentado pelos estudiosos e instituições sociais da área. Observar-se-á por meio da revisão que as políticas públicas têm papel imprescindível na formatação desse modelo de bibliotecas e discute-se os motivos da dissociação dessa biblioteca proposta pela academia e as bibliotecas públicas da realidade brasileira, os caminhos e descaminhos das bibliotecas públicas brasileiras.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

O presente trabalho é uma dissertação na área de Ciência da Informação e busca analisar políticas públicas na área de Bibliotecas Públicas sob a luz da Ciência da Informação, e não de outra área ou disciplina que pudesse ser as Ciências Sociais ou Ciência Política. Dessa maneira, ao se fazer o esclarecimento dos referenciais teóricos adotados em relação aos termos “políticas públicas”, “análise de políticas públicas”, “cultura” e “informação”, não há a pretensão de se fazer uma revisão profunda em que se detalham os pormenores da temática, tampouco demonstrar todas as correntes de pensamento e os conflitos resultantes delas, visto que o tema é amplo e complexo e já bem desenvolvido nas áreas de Ciência Política, Ciências Sociais e Ciência da Informação, como em outras áreas. O capítulo em questão busca, apenas, apontar as referências teóricas utilizadas por meio dos autores consultados considerados mais atuais e relevantes na análise do tema estudado.

2.1 Políticas públicas

Ao trabalhar com o tema de políticas públicas, Dagnino (2002) alvitra que o termo “política” pode ser empregado de muitas maneiras. Segundo RUA (1998), o termo “política” possui dois principais significados. No primeiro, apresenta sentido mais amplo e geral, volta-se a temas clássicos da política. Pereira (P., 2008) aponta que, nesse primeiro sentido, o termo se relaciona com temas como as eleições, o voto, os partidos políticos, governo, etc. O segundo significado, que possui sentido mais restrito e recente, corresponde a conceitos mais específicos, como o definido por RUA (1998, 231-232), “[...] política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”, e por Pereira (P., 2008, p. 87), “[...] às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade, desde que aquele se tornou crescentemente interventor”. Conquanto no termo “política pública”, a palavra “política” tenha uma conotação ainda mais específica. Nesse contexto, ela se refere a medidas e formas de ação planejadas pelo Estado com a finalidade de atender demandas legítimas específicas, direitos e necessidades sociais (PEREIRA, P., 2008, p. 87; 96).

O conceito de políticas públicas surgiu no bojo do desenvolvimento do Estado do Bem-Estar Social, o *Welfare State*, que se caracteriza pela constituição de uma estrutura institucional de proteção social estendida a todos os cidadãos. Essa expressão de “Estado do Bem-Estar Social” surgiu como contraponto às concepções liberais do século XIX (GOMES, F., 2006). Assim, como aponta Pereira (P., 2008), a partir da valorização da dimensão social, foram impostas ao Estado obrigações positivas, contrapondo-se à lógica do mercado que reconhece o cidadão apenas como consumidor e não como ser humano. Nessa perspectiva, o Estado passa a ter obrigações que atendam às necessidades desses cidadãos independentemente da lógica do mercado como regulador das relações sociais, assim, o cidadão passa a ter o direito de exigir dele esses direitos.

Tais obrigações do Estado se referem aos direitos sociais, guiados pelos princípios de igualdade e liberdade, que devem ser concretizados pelo Estado por meio das políticas públicas (PEREIRA, P., 2008). Na esteira desse entendimento, Ferreira Filho (2006 *apud* GONÇALVES, 2007) coloca que os direitos sociais são direitos subjetivos, assim como são as liberdades públicas, porém, esses direitos possuem a peculiaridade de serem poderes de se exigir. É típico das liberdades públicas serem poder de agir, porém, os direitos sociais são reconhecidos como direito de crédito, ou seja, são passíveis de se exigir. Mas para que esses direitos sociais passem a realmente existir, faz-se necessário que o Poder Público entre em ação, faz-se necessário que se promovam as políticas públicas, como explica Gonçalves (2007, p. 3):

[...] para que os direitos sociais possam ter real implementação, mostra-se necessário que o Poder Executivo, enquanto responsável pelos atos de administração do Estado, promova a elaboração das chamadas políticas públicas, traçando estratégias de atuação na busca da efetividade dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, etc.

Assim, as políticas públicas visam concretizar os direitos sociais. Mas esses direitos não são demandas do Estado à sociedade. Pelo contrário, eles são conquistas sociais, conforme esclarece Pereira (P., 2008, p. 95), “os direitos sociais declarados e garantidos nas leis são, de regra, conquistas da sociedade e só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços”.

Prosseguindo nessa mesma compreensão sobre políticas públicas, Rua (1998, p. 232) as define como “o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”. Segundo documentos governamentais, elas também são definidas como:

Conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou

privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (PARANÁ, [20--?]).

Ainda, para Oliveira (1994, p.18), “Políticas públicas compreendem um conjunto de decisões deliberadas, de longo alcance, condensadas em um corpo de documentos governamentais, com o objetivo de regular a criação, a administração e o desenvolvimento de determinada área da sociedade”.

Mas, ainda, Pereira (P., 2008) aponta que a política tanto pode ser ação, como a não ação intencional do Estado por meio da autoridade pública. Muitas vezes a ausência e a “não ação” do Estado existem deliberadamente, ou seja, o Estado deixa de realizar ações de proteção e desenvolvimento aos cidadãos por meio de decisões políticas. Como é o caso da educação básica pública, ou nos casos das bibliotecas públicas, que, no Brasil, encontram-se sucateadas, porque muitas vezes interessa a políticos a perpetuação da ignorância da sociedade. Nesse caso, verifica-se o conflito de interesses dos grupos e atores das políticas públicas, que se encontra na dialética Estado e sociedade.

Ao analisar os conceitos apresentados pelos diversos autores, observa-se que a definição de política pública, como conjunto de ações (ou sua omissão deliberada) por parte do Estado a fim de garantir direitos sociais demandados pelos cidadãos, é bem difundida e aceita nos meios intelectual e acadêmico. Apesar de algumas variações nas definições apresentadas, entende-se que a compreensão sobre esse conceito é convergente e se encontra bem consolidada.

Todavia, existem ainda algumas ponderações necessárias na compreensão de políticas públicas, principalmente em sua análise. Rua (1998, p. 232) atenta que uma política pública é muito mais ampla do que uma decisão política e é necessário tornar clara essa distinção:

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos (RUA, 1998, p. 232).

Outra consideração importante a ser tomada é a compreensão de que não é a exclusividade da ação do Estado que define as políticas como “públicas”. Para uma política ser considerada “política pública”, é essencial notar a finalidade da política e a participação da sociedade. Como destaca Pereira (P., 2008), o termo “público” de políticas não é

sinônimo do termo “estatal”. O próprio Estado em seus documentos estabelece que as políticas públicas contêm com a participação de entes públicos e privados (PARANÁ, [20--?]). E que o fundamental é a participação da sociedade na elaboração de políticas, no poder de decisão e controle das decisões e atos governamentais, na relação dialética entre Estado e sociedade (PEREIRA, P., 2008, p. 94).

Entretanto, esse entendimento merece maior reflexão. Conforme observado nos autores estudados, principalmente Pereira (P., 2008), deve-se considerar a participação social como elemento-chave das políticas públicas, essa consideração vem em forma de crítica aos Estados autoritários do passado brasileiro. Por isso, atualmente, essa participação é compreendida como elemento indispensável à avaliação de políticas públicas, pois é um fato pertencente à atual realidade democrática da sociedade brasileira.

Ainda, outra observação em relação às políticas públicas é a compreensão de que tampouco elas são definidas pela quantidade de cidadãos que alcançam. Muitas vezes, essas políticas podem ser voltadas para um grupo social específico e diminuto, não se descaracterizando por esse motivo. Um fator caracterizador dessas políticas é a sua “imperatividade” como ação do Estado. Rua (1998, p. 232) aponta que a “dimensão ‘pública’ das políticas não é dada pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter ‘imperativo’”. Constata-se aqui uma característica importante das políticas públicas, também destacada por Gonçalves (2007), a “**imperatividade**”, que significa que as decisões e ações das políticas são revestidas de autoridade soberana do poder público, impostas independente da vontade do destinatário (BARBOSA, [19--?]).

Dessa forma, as políticas públicas constituem uma estratégia de ações pensada, planejada, formulada, implementada e avaliada, guiada tanto pelo Estado como pela sociedade, e com o principal objetivo da concretização dos direitos sociais, dos direitos de cidadania conquistados pela sociedade. E, portanto, as políticas públicas emergem na busca da efetividade de direitos sociais para que possam ter real implementação.

Entretanto, Rua (1998) aponta que as políticas públicas devem antes se transformar em problema político, quando, então, passam a preocupar as autoridades que nesse momento se mobilizam e abordam o problema por ação política. Windhoff-Héritier (1987, p. 86 *apud* FREY, 2000, p. 227) segue o mesmo entendimento, para quem os direitos sociais se tornam problemas políticos somente quando são dominados política-administrativamente.

Desta maneira, as políticas apresentam-se como poderosos instrumentos públicos de efetivação de direitos sociais e da cidadania, a serem mobilizadas pelo Estado, contanto que sejam bem realizadas e almejando sua verdadeira finalidade. Goldin (2003, p.163) aponta que “uma política pública permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram”.

2.2 Avaliação de políticas públicas

A preocupação com a avaliação de políticas públicas do Estado, segundo Trevisan e Bellen (2008, p.530), surgiu ao final do século XX sob a crise do Estado do Bem-Estar Social, o *welfare state*, mais especificamente ao final da década de 1970, quando surgiram grandes crises econômicas, sociais e políticas. Nessa conjuntura, o Estado passa a ser fortemente questionado pela sua real eficácia na intervenção da realidade social. Surge, então, a compreensão da importância da avaliação dessas políticas como fundamental para o melhor entendimento da administração pública em relação à sua função de proteção social e dos impactos efetivos que essas políticas provocam na sociedade. Conforme Trevisan e Bellen (2008), Souza (2003) e Arretche (2003), essa tem sido uma área de estudo em crescimento no Brasil.

Entretanto, esse conceito possui maior complexidade de que o de “políticas públicas”. Sobre o conceito de “avaliação de políticas públicas” não há um consenso na área. Por meio da revisão de literatura, nota-se que o termo admite múltiplas definições, algumas, até mesmo, contraditórias. Verifica-se que ao mesmo tempo em que muitos autores convergem sobre sua compreensão, encontram-se, também, conceitos divergentes.

Esse fato justifica-se porque a avaliação de políticas públicas não é objeto de preocupação específico de estudo de apenas uma área do Conhecimento. Pelo contrário, é objeto de diversas áreas das ciências humanas. Por isso, sua conceituação é complexa e seu conteúdo não pode ser definido pelas fronteiras disciplinares das áreas do conhecimento. Para Bardach e Wildavsky (1998 *apud* DAGNINO, 2002), a Análise de Políticas pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos produzidos por diversas áreas e disciplinas das ciências humanas voltadas à análise ou resolução de problemas concretos na política pública, ou para a compreensão do processo de formulação de política. Essa definição abrangente serve como ponto de partida para a evolução da compreensão do termo.

Na conceituação de avaliação de políticas públicas deve-se levar em consideração os aspectos políticos que são inerentes aos processos na dinâmica de tomada de decisões, assim como a teia de decisões que a política está envolvida e o desenvolvimento de ações no decorrer do tempo, para não se limitar a uma decisão isolada. Também deve ser considerado o contexto social, econômico e político no qual está inserido o problema (ou problemas) social sob foco (DAGNINO, 2002).

As decisões são aspectos fundamentais nessa análise. Identificar os atores em jogo e seus objetivos na formulação e implementação dessas políticas é o primeiro passo para

compreendê-las. Logo, para compreender a dinâmica e a teia das decisões é preciso antes identificar os atores. Mas para identificá-los, existem certos critérios. O modo mais simples e eficaz é identificar quem tem alguma coisa em jogo na política em questão, ou seja, conforme Rua (1998, p. 235-236), “quem pode ganhar ou perder com tal política, quem tem seus interesses diretamente afetados pelas decisões e ações que compõem a política em questão”.

Outra preocupação, ao analisar políticas públicas, são os componentes implícitos, como a ideologia (MENOU, 1991, p.50, *apud* OLIVEIRA, 1994, p. 28), este elemento condiciona e interfere tanto a elaboração da política, como a avaliação. Na compreensão de Dagnino (2002), ela é vista como modelo de relação entre Estado e sociedade e pode se apresentar em quatro grades categorias de visão: Pluralista, Marxista, Elitista e Corporativista. Esse é um ponto delicado para o pesquisador nesta análise, porque, mesmo que muitos estudiosos apontem a impossibilidade de uma total neutralidade, deve-se buscar o afastamento do seu objeto e a imparcialidade na pesquisa, portanto, analisar os componentes implícitos sem permitir que suas próprias crenças e ideologias interfiram na pesquisa.

Entre os diversos conceitos de “análise de políticas públicas”, foi adotada para o presente trabalho como referencial teórico a definição de análise que prioriza o estudo dos impactos das políticas públicas na sociedade. Essa definição segue o entendimento dos seguintes autores: Dye (1976, *apud* COSTA; DAGNINO, 2008, p. 23) compreende a análise política como “descobrir o que os governos fazem, por que fazem e que diferença isto faz”; Arretche (2003 *apud* TREVISAN; BELLEN, 2008, p. 533) argumenta que há poucas dúvidas quanto ao objeto de análise de políticas públicas, este seria o estudo do “Estado em ação”. Para a autora, “a análise do ‘Estado em ação’ tem como objeto específico o estudo de programas governamentais, suas condições de emergência, mecanismos de operação e prováveis impactos sobre a ordem social e econômica”; ainda, Parsons (1995, p. 55, tradução nossa) aponta que “[...] o foco da análise é examinar como as políticas têm sido realizadas em confronto com seus objetivos e qual o impacto que uma política pode ter tido sobre um determinado problema”².

Utiliza-se, então, o conceito adotado como referencial teórico que apresenta a preocupação em analisar a formulação das políticas públicas relacionadas aos seus impactos sociais. Essa compreensão aproxima-se da definição de análise de políticas públicas também presente na definição de estudo de avaliação de Dagnino (2002), no qual procura identificar o impacto que as políticas públicas têm sobre a população, bem como a

² Original: “[...] the focus of such analysis is to examine how policies have performed against policy goals and what impact a policy may have had on a given problem”.

de Cunha (C., 2006), de analisar a efetividade das políticas, seus impactos e benefícios. Esse impacto tem o mesmo sentido que foi definido por Deutscher, Lima Jr. e Tullock (1979; 1978; 1978 *apud* FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 111), “[...] diz respeito aos efeitos do programa sobre a população-alvo e tem, subjacente, a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais”.

Na literatura acadêmica sobre análise de políticas públicas são encontrados modelos conceituais propostos para o desenvolvimento de análises. Modelos os quais Dye (2010, p.100) aponta a importância:

Modelos conceituais possuem a serventia de simplificar e esclarecer idéias sobre políticas e políticas públicas; identificar aspectos importantes de questões político-sociais; ajudar-nos a nos comunicarmos, focalizando as características essenciais da vida política; direcionar nossos esforços para compreender melhor as políticas públicas, sugerindo o que é importante e o que não é importante; propor explicações para políticas públicas e prever suas consequências (sic).

Desse modo, esses modelos auxiliam na compreensão da vida política e das políticas públicas. Dentre os modelos, Dye (2010) destaca alguns:

- Modelo institucional.
- Modelo de processo.
- Modelo de grupo.
- Modelo de elite.
- Modelo racional.
- Modelo incremental.
- Modelo da teoria dos jogos.
- Modelo da opção pública.
- Modelo sistêmico.

É importante ressaltar que cada modelo apresentado representa um conjunto conceitual básico, encontrado na literatura da ciência política. Porém, como nos esclarece Dye (2010), “nenhum dos modelos foi desenvolvido especialmente com a finalidade de estudar política pública, mas cada um oferece uma maneira diferente de pensar política e até sugere algumas causas e consequências gerais de políticas públicas.” É importante, também, salientar que os modelos não são excludentes, e que nem existe um modelo considerado melhor que outro. De modo que os modelos possam ser utilizados isolados ou conjuntamente para descrever, explicar, analisar e compreender políticas públicas.

Para o presente estudo, destacam-se dois modelos, o modelo de processo e o modelo sistêmico.

No **modelo sistêmico**, para Easton (1965), as políticas públicas são definidas como uma resposta de um sistema político às forças do meio ambiente que o afetam. E nesse sentido:

O meio ambiente é qualquer condição ou circunstância definida como externa às fronteiras do sistema político. O sistema político é o conjunto de estruturas e processos inter-relacionados, que exerce as funções oficiais de alocar valores para a sociedade. Os *outputs*, ou saídas, do sistema político são as alocações oficiais de valores do sistema; essas alocações, por sua vez, constituem a política pública (DYE, 2010, p. 124).

Segundo Dye (2010), a teoria sistêmica retrata as políticas públicas como um produto do sistema político para sua autopreservação. Ou seja, o sistema político sente as pressões das forças de seu meio ambiente e cria como resposta políticas que permitem a perpetuação desse sistema. Para o autor, “as demandas ocorrem quando os indivíduos ou os grupos, em resposta às condições ambientais reais ou percebidas, agem para influenciar a política pública” (DYE, 2010, p.125). Por isso, essas demandas se constituíram como entradas do sistema, *inputs*. E as políticas públicas decorrentes dessas demandas para manter o sistema seriam as saídas, *outputs*.

Dessa maneira, o modelo sistêmico permite, por exemplo, auxiliar na compreensão do modo como os *inputs* ambientais, as demandas sociais, influenciam o conteúdo das políticas públicas e como a política pública afeta seu ambiente, entre outras possibilidades.

Há, ainda, nesse modelo, um entendimento que compreende o processo de elaboração de políticas públicas de forma não linear e rígida. Ele permite uma abordagem denominada *bottom-up* ou “desenho retrospectivo” (ELMORE, 1996; *apud* LIMA; D’ASCENZI, 2013). Nessa abordagem, as fases se intercalam e se misturam, evidenciando os elementos de improvisação e solução de problemas no decorrer do processo. Essa perspectiva ressalta o papel da interferência da burocracia nos resultados das políticas públicas, tanto para o sucesso quanto para o fracasso. Desse modo, é inevitável a discricionariedade dos implementadores em detrimento das normas e regras, porque são eles os atores que detêm o conhecimento contextual para a adaptação e resolução de problemas locais e específicos, assim ressalta-se a importância de analisar a situação da burocracia no processo de avaliação de políticas públicas.

Sob a abordagem do **modelo de processo**, o estudo da área de análise de políticas públicas se dá por uma abordagem sequencial, ou seja, uma sequência de etapas, em que suas fases são distintas e guiadas por lógicas diferentes (FREY, 2000; MULLER & SUREL, 2002; SECCHI, 2010 *apud* LIMA; D’ASCENZI, 2013, p. 101-103). Essa abordagem é a mesma que rege as três etapas básicas da elaboração de política pública: **a formulação, a implementação e a avaliação** (DAGNINO, 2002; TREVISAN, A. P.; BELLEN, 2008), e é a mesma utilizada nas políticas públicas de informação (JARDIM;

SILVA; NHARRELUGA, 2009). A fase de formulação é encontrada na literatura dividida em mais três: percepção de problemas, “*agenda-setting*” e elaboração de programas e decisão. Dessa maneira, a constituição de política pública se constituiria em cinco fases básicas: percepção e definição de problemas, “*agenda-setting*”, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, por fim, a avaliação de políticas. (FREY, 2000, p. 226; DYE, 2010, p. 102).

No processo de elaboração da política, a formulação, que corresponde à primeira etapa, seria permeada pela lógica da atividade política. Já a implementação, segunda fase do processo, estaria no âmbito da burocracia e da prática administrativa, da execução das atividades definidas como metas na primeira etapa. Ficam, então, nítidas as distinções entre as etapas da elaboração de políticas públicas. Essa perspectiva é também denominada de *top-down* ou desenho prospectivo e pressupõe que a implementação é um processo técnico na conformação da política, depois de sua criação (SILVA & MELO, 2000, p. 4; ELMORE, 1996; WALT, 1994 *apud* LIMA; D’ASCENZI, 2013, p. 102-103).

Lima e D’Ascenzi (2013, p.101) definem, de forma simplificada, a fase da formulação como “[...] composta pelos processos de definição e escolha dos problemas que merecem a intervenção estatal, produção de soluções ou alternativas e tomada de decisão (LIMA; D’ASCENZI, 2013, p. 101). Nessa primeira etapa, definem-se as políticas públicas. Na formulação de políticas públicas é importante ter os objetivos bem claros e expressos, para permitir uma avaliação mais clara sobre o êxito, ou o impacto delas na sociedade.

Essa fase pode ser dividida em três: percepção e definição dos problemas, “*agenda-setting*” e elaboração de programas e decisão. A fase de percepção e definição dos problemas envolve identificar os problemas sociais e os atores envolvidos, como assinala Frey (2000, p. 227), “um fato pode ser percebido pela primeira vez, como um problema político por grupos sociais isolados, mas também por políticos, grupos de políticos ou pela administração pública”, também “[..] a mídia e outras formas da comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar”. Outro elemento importante na análise dessa primeira fase é a maneira como os problemas são definidos, conforme Kelly e Palumbo (1992, p. 651 *apud* FREY, 2000, p. 227), “é importante considerar a maneira como os problemas foram definidos, sendo isso posteriormente de fundamental importância para a proposição de soluções na fase da elaboração dos programas”.

A segunda fase dessa etapa de formulação é a “*agenda-setting*”, a inserção do tema na pauta política. Nessa fase é avaliado o momento em que se decidiu incluir o tema, no caso, as bibliotecas públicas, na pauta política, os motivos e a forma com que é feita essa inserção. E a terceira, elaboração de programas e decisão, é a que corresponde à fase

de formulação propriamente dita, é nela em que se escolhe a alternativa mais apropriada, entre programas, planos ações e atividades.

Ao final desse estágio as políticas estarão definidas. Rua (1998) expõe definições das alternativas básicas existentes. As políticas públicas normalmente são desenvolvidas por meio de planos, programas, ações e atividades. Isso acontece além dos instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação. Os planos estabelecem diretrizes, objetivos gerais e prioridades para áreas mais amplas e períodos relativamente longos. Os programas são mais específicos para determinado público, conjunto institucional, tema ou área geográfica. Enfim, as ações visam à concretude de determinado objetivo estabelecido pelo programa (PARANÁ, [20--?]). Um dos desafios da análise de política pública é que apesar de muitas políticas terem características de programas, ou seja, com recursos e objetivos definidos claramente, outras não possuem tais características, não sendo exatas inclusive quanto aos próprios limites, e ainda algumas com formulação vaga quanto aos seus processos e objetivos (RUA, 1998).

A análise da elaboração das políticas se centra nas normas que estruturam as políticas públicas e em suas lacunas. As lacunas permitem alterações na fase seguinte, por isso os formuladores são responsáveis por uma política explícita, evitando ambiguidades na definição do objetivo, do financiamento e das responsabilidades dos implementadores. (LIMA; D'ASCENZI, 2013, p. 103).

Sobre a implementação, Lima e D'Ascenzi (2013, p.101) apontam que “a implementação refere-se à execução das decisões adotadas na etapa prévia”. Rua (1998, p.251) indica uma preocupação de haver poucos estudos, “desde a década de 1970, o estudo de políticas públicas indica haver um ‘elo perdido’, situado entre a tomada de decisão e a avaliação dos resultados: a implementação”. Tal aspecto é considerado pela autora recurso fundamental para fins de análise, porque é a partir dela que a política sai do papel e se torna efetiva.

Como visto, há estudos que indicam pré-condições necessárias para que haja uma implementação precisa: como tempo e recursos suficientes para cada estágio da implementação; baseada numa equação adequada; relação direta de causa e efeito; deve haver completa compreensão e consenso quanto aos objetivos; deve ser bem detalhada, que haja perfeita comunicação e coordenação (RUA, 1998, p. 252-253).

Segundo Lima e D'Ascenzi (2013, p.102), encontram-se duas abordagens na literatura sobre a implementação dessas políticas. Uma “[...] toma como foco de análise o processo de formulação da política pública, e as variáveis destacadas são referentes às normas que a estruturam”, enquanto outra “[...] enfatiza elementos dos contextos de ação nos quais a política será implementada. Toma como variáveis as condições dos espaços locais e as burocracias implementadoras”. A primeira prioriza a análise da formulação e os

aspectos normativos, já a segunda, os aspectos contextuais, como a burocracia e os aspectos práticos. Observa-se que as abordagens não são excludentes, mas complementares numa avaliação.

Rua (1998) também destaca alguns problemas relacionados à dificuldade de desvelar de forma objetiva o estágio de implementação. Muitas vezes esse estágio se confunde com o processo de formulação, ou mesmo acaba se tornando uma “formulação em processo”, obscurecendo a percepção das etapas e dificultando a identificação de seus objetivos. Então, frequentemente estudos sobre esse estágio encontram dificuldades, além disso, essas políticas são fenômenos bastante complexos. Muitas vezes essa complexidade é deliberada propositalmente com o objetivo de permitir aos políticos oferecer ao público satisfações simbólica, sem que haja verdadeira intenção de satisfazer as demandas sociais por meio dessas políticas.

Outra interferência na efetivação das políticas é o jogo e a teia de decisões políticas, a mudança na estrutura, a transferência de serviços e atribuições, instituição de novas regras sobre a gestão de determinadas atividades, etc. Essas mudanças interferem no balanço de poder e no resultado da concretização da política pública (RUA, 1998). Em Brasília, tal como no Brasil em um todo, é muito comum verificar várias políticas iniciadas por um governo e alteradas, ou interrompidas, pelo seguinte. Muitas vezes isso acontece num mesmo governo, com a troca de secretários e outros agentes políticos. Pode se observar essa interferência no jogo e no arranjo das decisões políticas, inviabilizando as políticas e dificultando sua análise.

Outra dificuldade na análise de políticas públicas é que elas podem ter apenas partes implementadas, ser implementadas de forma diversa da formulada, ou ainda, podem simplesmente não chegar a serem efetivadas de forma alguma, seja pela omissão dos agentes públicos envolvidos, seja por reação ou omissão dos beneficiários (RUA, 1998). Essas possibilidades decorrem da interatividade dos grupos envolvidos durante as fases da política pública, nas quais as ações individuais em pontos estratégicos devem ser observadas por influenciarem consideravelmente os resultados obtidos.

Para minimizar as vicissitudes desse processo, Lima e D’ascenzi (2013) sugerem limitar e regular a discricionariedade dos implementadores por meio de regras claras, compreensíveis e específicas, porque são nesses processos de comunicação que as falhas são frequentemente verificadas. Portanto, o processo de formulação será uma etapa primordial para o alcance e êxito da etapa de implementação, e para a consolidação da política pública.

A avaliação é a última etapa do processo de elaboração de políticas públicas. Essa fase em que se apreciam os programas implementados, no que diz respeito aos seus impactos efetivos, consiste na interrogação sobre seu impacto na avaliação dos resultados

em relação aos objetivos propostos (FREY, 2000; TREVISAN; BELLEN, 2008; LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Avaliar os resultados e os impactos vai além de analisar o sucesso ou fracasso da política, é identificar as variáveis que geram os impactos sobre os resultados encontrados, “é determinar a pertinência e alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento” (TREVISAN; BELLEN, 2008, p. 534-536). Para Lima e D'ascenzi, “o mais relevante [na avaliação] é verificar quais foram os efeitos gerados e se eles são desejáveis ou não”. Ou seja, é preciso entender a relação entre as variáveis e os resultados obtidos dentro de determinado contexto social. Pois restringir à confirmação dos objetivos definidos seria desprezar os dados reais para a compreensão de uma determinada realidade.

O modelo de processos permite analisar uma política pública de forma mais pormenorizada, investigando dentro de cada etapa a causa de seu impacto. Ela também permite compreender o funcionamento de determinado sistema político. Porém, não é o objetivo do estudo presente compreender o sistema político. A finalidade é desvelar o impacto das políticas de Estado em relação à efetivação da função social da biblioteca pública na sociedade, mais especificamente analisar o PDLL em relação às bibliotecas públicas do Distrito Federal. Ainda, segundo Dye (2010, p. 103), o modelo de processo “permite que os estudiosos estudem como as decisões são e deveriam ser tomadas”.

Por fim, há diferentes maneiras de realizar uma avaliação de políticas públicas, com distintas finalidades, dentre elas a análise acadêmica de políticas, que na literatura anglo-saxã o termo correspondente seria a *analysis of policy* (DAGNINO, 2002). Distintamente das demais, essa é mais formal e possui “interesse no estudo da efetividade das políticas, seus impactos e benefícios” (CUNHA, C., 2006, p.2). Ou seja, na avaliação acadêmica sobre políticas públicas é importante atentar à avaliação da efetividade, impactos na sociedade e possíveis benefícios que essa política possa trazer.

2.3 Bibliotecas públicas

O termo “biblioteca pública” não possui a quantidade de definições divergentes, até mesmo contraditórias, que possui a definição de “avaliação de políticas públicas”. Isso porque a área de bibliotecas públicas não é perpassada por diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, os estudos sobre essa instituição são realizados dentro da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em sua quase totalidade.

Em relação à biblioteca pública, os conceitos e definições apresentam uma homogeneidade, possuindo algumas diferenciações quanto ao foco dado na análise, ou à

perspectiva analítica utilizada. Portanto, as definições tomam sentido complementares, mas nunca antagônicos. Por outro lado, os estudos demonstram uma distância conceitual entre o que deveriam ser as bibliotecas públicas e o que elas realmente são. Sob esse aspecto, observa-se uma visível contradição entre o conceito ideal de biblioteca pública e o seu real desempenho na sociedade.

Todavia, não se encontra nessa relação dicotômica apenas uma polaridade entre o ideal e o existente. Existe um leque gradativo de exemplos de bibliotecas que se aproximam do conceito ideal até aquelas que se tornam o oposto. É uma situação tão complexa que Milanesi (1986, p. 95) aponta esta como a principal dificuldade de se conceituar biblioteca pública: “[...] a dificuldade maior está exatamente em conceituar biblioteca pública. A diversidade de situação em que ela surge e as suas características são tão disparatas que o uso de um mesmo termo para identificar tantos casos é problemático”. No presente trabalho, discutir-se-ão os motivos desse paradoxo, trazendo luz ao entendimento de como as políticas públicas influenciam nesse resultado.

Segundo Araújo (2002, p.15), a origem do conceito de bibliotecas públicas deu-se na confluência do humanismo renascentista, da invenção da imprensa e da reforma protestante. A imprensa permitiu a reprodução em larga escala dos produtos intelectuais da época. A ideologia do humanismo renascentista pleiteou uma educação para todos, o que veio aumentar consideravelmente o número de alfabetizados nos países onde ela ocorreu. No entanto, a autora assinala que não foi imediato o funcionamento dessa biblioteca, “da origem do conceito de biblioteca pública (biblioteca para todos os cidadãos) para uma prática desse conceito muito tempo se passou” (ARAÚJO, 2002, p.15).

Observa-se que, para a autora, a biblioteca pública surgiu por volta do século XVIII, porém, por meio da revisão de literatura, verifica-se a existência dessas bibliotecas desde o início da história da civilização, desde a Antiguidade Clássica. Nesse sentido, uma análise superficial pode concluir que essa situação decorre da existência na literatura de distintas definições de bibliotecas públicas. Mas, como será corroborado posteriormente, esse desalinho se dá porque existe hoje uma definição dessas bibliotecas que não se aplica às “bibliotecas públicas” dos períodos anteriores. Essa explicação é bem razoável, uma vez que essas unidades de informação são, como qualquer outra instituição, mutáveis e pertencentes ao seu tempo e espaço, como aponta Miranda (1978, p. 69), “a biblioteca é um fenômeno histórico em regime de mútua e permanente influência (interação) com o meio-ambiente”.

Por isso, a revisão sobre essas bibliotecas contemplará a reflexão conceitual, na qual se definirá o referencial teórico adotado, e, posteriormente, seguir-se-á o exame de sua história, formação, desenvolvimento e função social na sociedade brasileira. Assim,

possibilitando a compreensão do impacto dessas bibliotecas na sociedade brasileira e a relação das políticas públicas para o atual quadro dessas instituições.

No estudo da biblioteca pública, enquanto objeto da Ciência da Informação, muitos pesquisadores utilizaram sistemas de classificação para sua compreensão. Na busca do conhecimento sobre determinado objeto ou fenômeno, os sistemas de classificação são utilizados sob perspectivas variadas. Muitos autores demonstram claramente seus critérios de classificação, outros presumem o conhecimento do leitor. Na definição do conceito de biblioteca pode ser utilizado um ou mais tipos de classificação.

De acordo com Lydia Sambaquy (*apud* TARGINO, 1984, p. 41), “as bibliotecas são classificadas de acordo com a clientela que atendem, [...] de acordo com as coleções que encerram”. E dessa forma podem ser agrupadas em escolares, públicas, especializadas, universitárias, etc. Targino (1984) aponta que a classificação das bibliotecas é de acordo com a entidade responsável pela manutenção e gestão. Segundo a autora, a característica que mais evidencia a biblioteca pública é sua manutenção e gestão: caracterizada por serem mantidas pelo governo, em qualquer um de seus âmbitos, federal, estadual ou municipal, e franqueada ao público geral. Já Oliveira (1994, p. 13) define a biblioteca pública por possuir público indistinto e atuar em espaço geográfico determinado, ser mantida por recursos públicos e ser uma instituição de uso não compulsório.

Apreende-se dessa passagem, pelos autores citados, duas características fundamentais à caracterização das bibliotecas públicas, a manutenção e tutela do Estado e a indistinção do público. Elas também foram definidas de acordo com sua gestão e administração, ou seja, quando implantadas e organizadas por algum órgão estatal, além de mantidas pelo governo, qual seja o âmbito Federal, Estadual ou Municipal. Suaiden (1995, p. 19-20) também corrobora tais características:

A biblioteca pública, mantida pelo governo, tem por objetivo primordial preservar e difundir o conhecimento, principalmente no que se refere à cultura local, e dentre todos os tipos de bibliotecas é a única que possui realmente características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação com pela diversificação de seus usuários. É um centro de educação permanente.

Essa definição encontra-se em total harmonia com a dada pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (2012, p. 1-2):

A biblioteca pública é uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio do governo local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade. Ela proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e a obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição, de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião,

língua, dificuldade física, condição econômica e social e nível de escolaridade.

Nessas passagens, constata-se, além das características já mencionadas, uma característica em relação a sua função: atuar como centro de educação permanente. A discussão sobre as funções dessas bibliotecas é rica e culmina no documento elaborado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (*International Federation of Library Associations and Institutions – Ifla*) e pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - Unesco, o Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas, documento mais atual e com maior reconhecimento internacional em relação aos objetivos, missões e valores dessas unidades de informação.

Sobre as características funcionais, diversos autores apontam algumas funções básicas da biblioteca pública, a função armazenadora da memória impressa na qual se agregam outras funções, como a função educativa, função de lazer, função cultural, função de assessoria a soluções de problemas, a função de disseminação de informação e posteriormente função de suprir informação pública (OLIVEIRA, 1994). Há um grupo de autores que, como Suaiden (1995), consideram, também, além da função tradicional da biblioteca pública, do desenvolvimento intelectual humano, outra função mais específica, a de formação de um público leitor para a consolidação de um mercado editorial. Enquanto Milanesi (1983, p.15; 1986, p. 196) aponta que a função de qualquer biblioteca seria a de preservação da memória da humanidade e prestar informações úteis aos cidadãos. Suaiden (1980; 1995; 2000) aponta também uma importante característica funcional dessas bibliotecas, que é a prestação de serviços voltados às necessidades da comunidade em que estão inseridas e o auxílio na solução de problemas relacionados ao acesso e uso de informação dos cidadãos dessa comunidade. Koontz e Gubbin (2012, p. ix) igualmente compatibilizam desse entendimento, pois para elas “a biblioteca pública é o ponto de acesso, é o ponto principal e dinâmico, da comunidade, estruturado para responder de modo proativo a uma multiplicidade de necessidades de informação que estão sempre em mudança”.

De fato, esse conceito de bibliotecas públicas de Koontz e Gubbin (2012) é o que está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela IFLA e Unesco. Ele é o referencial teórico adotado para embasar a discussão no trabalho corrente. Dada a importância do documento Manifesto IFLA/Unesco sobre as bibliotecas públicas, foi elaborado uma tabela com as principais funções que caracterizam essas bibliotecas. Segundo a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (1994; 2012), os objetivos principais dessas unidades de informação podem ser demonstrados conforme a tabela:

Tabela 1- Objetivos e funções da biblioteca pública

MISSÃO DA BIBLIOTECA		
“A biblioteca pública – portal local de acesso ao conhecimento – proporciona as condições básicas para a educação permanente, a tomada de decisões independentes e o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais”.		
PRINCÍPIOS	ATIVIDADES	EXEMPLOS
<p style="text-align: center;">EDUCAÇÃO</p> <p>“Apoiar tanto educação individual e de iniciativa própria quanto a educação formal em todos os níveis.”</p> <p style="text-align: center;">CRIANÇAS E JOVENS</p> <p>“Criar hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância.”</p>	<p>Apoiar de modo ativo as campanhas de alfabetização e capacitação em competênica informacional, uma vez que a alfabetização é a chave de acesso à educação a ao conhecimento e ao uso das bibliotecas e serviços de informação.</p>	<p>Nos EUA, bibliotecas de faculdades e bibliotecas públicas funcionam de forma combinada;</p> <p>A biblioteca infantil regional de Astracã, na Rússia, comunica-se com os jovens leitores pela internet, permitindo aos moradores de lugares distantes receberem livros ou revistas de que precisem.</p>
<p style="text-align: center;">INFORMAÇÃO</p> <p>“A biblioteca pública é o centro local de informação que torna prontamente disponíveis aos seus usuários conhecimentos e informações de todos os tipos.”</p>	<p>A biblioteca pública também funciona como memória do passado ao reunir, conservar e dar acesso a materiais relativos à história da comunidade e de seus membros.</p>	<p>A biblioteca pública de Memphis, TN, nos EUA, inclui informações não tradicionais, como, por exemplo, arquivos genealógicos, um pequeno centro de negócios e listas de oportunidades de emprego.</p>

<p style="text-align: center;">DESENVOLVIMENTO PESSOAL</p> <p>“Oferecer oportunidades para o desenvolvimento da criatividade.”</p>	<p>Proporcionar uma contribuição fundamental à sobrevivência cotidiana e ao desenvolvimento econômico e social das pessoas ao se envolver diretamente com o fornecimento de informações nas comunidades em desenvolvimento.</p>	<p>Na Bolívia, as bibliotecas públicas são locais de inúmeras atividades, como campanhas de saúde pública, aulas sobre nutrição, e clubes para mães, crianças e jovens;</p> <p>Centros de informação sobre empregos existentes em algumas bibliotecas norte-americanas.</p>
<p style="text-align: center;">DESENVOLVIMENTO DA CULTURA LOCAL</p>	<p>Uma função importante da biblioteca pública é proporcionar um ponto central para o desenvolvimento cultural e artístico da comunidade, bem como ajudar a formar e manter sua identidade cultural.</p>	<p>Em Cuba, as bibliotecas podem servir de espaço para poetas e também estimular pesquisas e preservação das tradições orais camponesas.</p>
<p style="text-align: center;">COMO AGENTE DE MUDANÇA</p> <p>“A biblioteca pública deve acompanhar as questões que estejam sendo discutidas na comunidade, e oferecer informações que contribuam para esse debate.”</p>	<p>“A biblioteca pública, ao desempenhar sua função nessas áreas fundamentais, atua como instituição em prol do desenvolvimento social e pessoal, podendo ser um agente de mudança da comunidade. [...] Ela contribui para a criação e manutenção de uma</p>	<p>Na Dinamarca, as bibliotecas estimulam os cidadãos a participar dos debates políticos e ter papel ativo na democracia com o projeto denominado “a biblioteca como viveiro democrático”. Na cidade de Herning, a biblioteca coopera com jornalistas e</p>

	sociedade bem-informada e democrática, e ajuda a empoderar as pessoas para que se aprimorem e desenvolvam suas vidas e a comunidade onde vivem.”	políticos locais para a criação de uma cultura do debate, tanto na internet quanto por meio de discussões no espaço físico.
ACESSO PARA TODOS	Um princípio fundamental da biblioteca pública é que seus serviços estejam disponíveis para todos.	Apoio à tradição oral; Criação de programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Fonte: Autoria própria

Não se poderia discutir o conceito de biblioteca pública sem aludir ao estudioso, intelectual e professor emérito da Universidade de Brasília, Antônio Lisboa Carvalho de Miranda. Miranda (1978) colocou que as bibliotecas brasileiras se encontravam em estado tão grave de sucateamento que, em sua maioria, adormeciam como depósitos perdidos com livros mortos nas estantes, grande parte voltada à missão supletiva de bibliotecas escolares, e dessa maneira fazia parecer que as diretrizes desenhadas para esses espaços eram recomendações para uma realidade distinta que a de um país em desenvolvimento, dada a distância entre essas diretrizes e a realidade encontrada.

Miranda (1978) também antecipou objetivos que atualmente são observados nas diretrizes propostas pela IFLA e Unesco. O autor aponta que as bibliotecas públicas teriam como missão o apoio a sete objetivos: 1. Promover o idioma nacional; 2. Fornecer publicações oficiais; 3. Fornecer livros e outros materiais para os estudantes; 4. **Apoiar companhas de alfabetização** e fornecer livros adequados aos recém-alfabetizados; 5. Ser depositária do acervo da inteligência e da história local; 6. Fornecer serviços de informação técnica e comercial às firmas locais, às novas e futuras indústrias, bem como sobre as oportunidades para o turismo, auxiliando na obtenção de informações sobre o mercado, como na aquisição de cópias de documentos, de patentes, de artigos científicos ou divulgativos, etc.; 7. Divulgar informações culturais da cidade ou da comunidade, como notícias sobre cursos e conferências; cartazes anunciando peças de teatro, shows, competições esportivas, festas religiosas ou típicas, etc. Dessa maneira, Miranda (1978) já

apontava caminhos e ações que ainda na atualidade são negligenciados pelas bibliotecas públicas e por seus bibliotecários e gestores.

Para Bernardino e Suaiden (2011), o grande desafio das bibliotecas públicas brasileiras é atuar oferecendo seus serviços e atividades norteadas pelos ideais e diretrizes pontuadas pelo Manifesto da IFLA\Unesco, como, também, recriar e adaptar seu papel à realidade local. Constata-se essa dificuldade ao observar a distância entre realidade da biblioteca brasileira e seus serviços, dos objetivos propostos pela IFLA, como apoiar a tradição oral; assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática; apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Contudo, ao se analisar os objetivos estabelecidos, nota-se que para alcançá-los faz-se necessário tanto o aprimoramento dos serviços tradicionais de bibliotecas, de tratamento, organização e gestão da informação, como também de novos serviços, como ações e atividades culturais. Por exemplo, para cumprir o princípio de acesso a todos, a biblioteca deve pensar em serviços que permitam a acessibilidade tanto de portadores de limitações físicas e cognitivas como, e até mesmo o público não alfabetizado.

Dessa forma, o conceito de biblioteca pública como instituição mantida e financiada pelo Estado, atuando como ponto de acesso principal e dinâmico da comunidade, para responder de modo proativo suas necessidades informacionais em suas múltiplas formas e atendendo a qualquer cidadão, foi adotado por ser o mais relevante e abrangente. E, ainda, esse conceito se complementa e se amplia ao levar em conta os objetivos de educação permanente, disseminação da informação para a comunidade, desenvolvimento pessoal, desenvolvimento da cultura local, acessibilidade e como agente de mudanças, além de outros objetivos estabelecidos pela IFLA em seu Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas. Nesse sentido, a compreensão de uma biblioteca que atue por meio de diversas atividades, desde as consideradas tradicionais, como o tratamento, gestão e organização da informação, até os novos serviços, atividades e ações culturais essenciais para o cumprimento de seus objetivos.

2.4 Cultura

O termo “cultura” é originário do latim *‘colere’*, que significa “cultivar”, mas possui várias concepções de acordo com as diversas correntes de pensamento científico. Edward B. Tylor define cultura como “todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo

homem como membro da sociedade” (CULTURA, 2014). Observa-se, nas diversas definições, que o conceito de cultura pode estar associado tanto ao meio externo quanto aos valores internalizados pelos indivíduos. Nesse sentido, o conceito de cultura utilizado como referencial teórico para o presente trabalho é o definido por Gramsci (19-- , p. 59-60):

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, em que o homem é encarado exclusivamente sob a forma de recipiente a encher e carregar dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que depois terá de arquivar no cérebro aos vários estímulos do mundo exterior. Esta forma de cultura é verdadeiramente nociva, especialmente para o proletário. [...] A cultura é algo muito diferente. É organização, disciplina do próprio eu interior, é apropriação da própria personalidade, é conquista de uma consciência superior, pela qual se consegue compreender o valor histórico próprio, a função própria na vida, os direitos e os deveres próprios.

Observa-se que no conceito apresentado a cultura é definida pelos valores internalizados pelos indivíduos em sua relação de compreensão, produção e sobrevivência no mundo real. Ou seja, a cultura é construída dialeticamente no embate entre os valores internos e a realidade externa, que levará à construção de uma terceira compreensão mais aproximada da realidade e assim por diante. Mais ainda, por ser um elemento interno ao sujeito estará em conflito com os valores de terceiros, gerando uma sociedade em conflito e disputa por uma cultura hegemônica.

2.5 Informação

Informação é um termo polissêmico, tanto pelo contexto de seu uso no senso comum como pelas diversas disciplinas científicas que se apropriam e o utilizam, dentro de seu próprio âmbito e com relação a fenômenos específicos (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Mesmo na Ciência da Informação há várias conceituações propostas pelos estudiosos. Para Le Coadic (1996, p. 5),

a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma inscrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual [...] A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

É deste modo que o referencial adotado para informação será tratado no trabalho em consonância com o entendimento de cultura apresentado. Nesse sentido, será utilizado o conceito de informação sob a abordagem cognitivista, conforme apontada por Belkin (1976), no qual a informação é a que é capaz de transformar estruturas cognitivas, ou seja, o dado, ou elemento que possibilite alteração cognitiva na percepção da realidade. O espectro informacional que abrange a informação varia entre o nível infracognitivo, comunicações inter-humanas, estruturas sociais e conhecimento formalizado metacognitivo (BELKIN, 1976).

3. DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

Buscar um conceito ideal e exaustivo de biblioteca pública é impraticável. Como esclarece Targino (1984, p.52), “as características físicas, humanas e funcionais das bibliotecas das várias épocas determinaram o conceito das mesmas, ao longo da história”. E para compreender essas unidades de informação e sua relação com o Estado brasileiro por meio das políticas públicas, faz-se também necessário examinar sua evolução na sociedade brasileira.

O desenvolvimento da biblioteca pública no Brasil ocorreu, usando uma expressão de Oliveira (1994), “fora do tempo”. Ao analisar seu processo histórico de formação e desenvolvimento, observar-se-á que as bibliotecas brasileiras se comparam à suas congêneres europeias nos distintos momentos históricos, mas num período cronológico bastante defasado. Para corroborar tal assertiva, far-se-á, primeiramente, uma breve revisão da história geral das bibliotecas públicas na sociedade ocidental, para seguidamente analisar essas bibliotecas no Brasil.

3.1 Breve introdução à história geral das bibliotecas públicas

Não existe consenso sobre a primeira biblioteca pública, segundo Araújo (2002, p.1), a primeira biblioteca surgiu na Inglaterra final do século XIX, “em decorrência das transformações provocadas pela revolução industrial as quais exigiram força de trabalho qualificada (alfabetização e aprendizagem industrial)”. Para Martins (W., 1957), a primeira biblioteca “verdadeiramente” pública pode ter sido a Ambrosiana, de Milão, em 1609, ou a Biblioteca Marciana, de Florença, no sec. XV, ou ainda, a Vaticana em 1455.

Araújo (2002, p.15) aponta que a origem do conceito de bibliotecas públicas deu-se na confluência dos três momentos históricos, do desenvolvimento do humanismo renascentista, da invenção da imprensa e da reforma protestante. Para Martins (W., 1957, p. 74), também, esse tipo de biblioteca só foi possível a partir do Renascimento, para ele “a biblioteca foi assim, desde os seus primeiros dias até os fins da Idade Média, o que o seu nome indica etimologicamente, isto é, um depósito de livros”.

No entanto, segundo o mesmo autor, já na Antiguidade Clássica, na Grécia, surgiu a primeira biblioteca estabelecida que tinha caráter de biblioteca pública (MARTINS, W., 1957, p. 56-57). Certamente, questiona-se o conceito de público, uma vez que os cidadãos gregos correspondiam a um número bastante reduzido de pessoas. Mas, nesse sentido, também, Battles (2003) considera a origem dessas bibliotecas mais remota. Para o autor, o germe da biblioteca pública remonta às primeiras bibliotecas da Antiguidade Clássica, de

inspiração Aristotélica e modelo peripatético, onde os pensadores e estudiosos explanavam suas preleções enquanto caminhavam seguidos por seus discípulos. Mas, embora as bibliotecas tivessem a intenção de atrair os estudiosos e pensadores, não havia ali nenhum programa formal de ensino implementado. Battles (2003, p. 33) traz uma visão interessante da biblioteca pública grega na seguinte passagem:

As estantes no interior do edifício eram circundadas por colunatas abertas, expostas à brisa, formando corredores cobertos que os estudiosos podiam utilizar para estudo ou discussão. Essas colunatas evocavam as ideias da Academia de Platão e tornaram-se um elemento presente em quase todas as bibliotecas da antiguidade. Mesmo as bibliotecas romanas, que tinham salas de leitura com mesas e cadeiras como as nossas, também incorporavam essa galeria externa.

É interessante notar que, apesar do uso restrito, existia o entendimento da biblioteca como espaço educacional. Essa compreensão se dissolveu durante o período medieval, mas atualmente foi resgatado, de certa forma, quando são estabelecidos pela IFLA os objetivos de educação permanente, realização conjunta de esforços entre bibliotecas públicas e o ensino e o incentivo às atividades, como cursos, palestras, grupos de leitura, grupos comunitários, etc.

Outro modelo existente, mais próximo da nossa realidade, é a biblioteca pública romana, com mesas e cadeiras e, em algumas, serviços de empréstimos (BATTLES, 2003). Para Cunha (V., 2003, p. 68), nessas bibliotecas encontra-se a semente da atividade de empréstimo e circulação de livros, mas suas atividades não se reduzem apenas a isso, “percebe-se, portanto, que a biblioteca pública cedo procura se desvencilhar da função de simples guardiã do conhecimento, avançando na direção do papel de mediadora entre esse conhecimento produzido e acumulado e o público ávido de acesso ao saber”.

Em Roma, foi Júlio César quem primeiro teve a ideia de instalar uma biblioteca pública (MARTINS, W., 1957, P. 80), o que é muito significativo, pois, como reflete o autor, não foi um filósofo idealista ou um professor, foi o general do Império, o conquistador. Realmente, tem um significado importante, precisamente porque no Brasil os momentos em que a biblioteca pública mais recebeu atenção do Estado foram nos períodos ditatoriais. E não se pode deixar de citar a biblioteca de Alexandria que, segundo Santos (2012, p. 180):

Durante sete séculos, entre os anos de 280 a.C. a 416 d. C., a Biblioteca de Alexandria reuniu o maior acervo de cultura e ciência da Antiguidade. Ela não se contentou em ser apenas um enorme depósito de rolos de papiro, ditos livros, mas por igual tornou-se uma fonte de instigação para que os homens de ciência e de letras desbravassem o mundo do conhecimento e das emoções, deixando assim um notável legado para o desenvolvimento geral da humanidade.

A Idade Média, para Battles (2003, p.122), foi um período sombrio para os livros e bibliotecas, em que elas se caracterizavam como lugares bastante conservadores cujo interesse estava exclusivamente concentrado em obras sagradas, “a biblioteca era uma espécie de mosteiro, no qual uma pequena elite de textos marcava o ritmo das orações, balançava os turíbulos e entoava num cantochão o grande diálogo dos séculos”. Foi um período de grande destruição de obras, bibliotecas e da cultura da Antiguidade Clássica e sua literatura “profana”.

Mesmo assim, na Idade Média, existiram três tipos de bibliotecas, as monacais, as particulares e as pertencentes a Universidades. As primeiras foram as mais representativas da época. Martins (W., 1957, p. 85) estabelece uma interessante análise sobre as bibliotecas monásticas, ele as define como:

Coleções essencialmente particulares, mas que desempenhavam, por força das coisas, o mesmo papel que tinham representado e que representarão de novo, a partir da Renascença, certas bibliotecas, isto é, instituições públicas.

Essa passagem é importante para a compreensão do significado da biblioteca em seu tempo histórico e espaço geográfico, e da sua evolução na sociedade. Pois, já em meados da Idade Média, não havia bibliotecas públicas, as bibliotecas romanas foram destruídas completamente.

Com o surgimento das Universidades, no final da Idade Média, e de suas bibliotecas, observa-se um traço marcante encontrado nas bibliotecas, mesmo na atualidade, a caracterização delas como templos do saber e do silêncio. Esse é um atributo marcante das bibliotecas no final da Idade Média. Como aponta Martins (W., 1957, p. 91), “na velha Sorbonne medieval, a biblioteca se instalara numa das alas do edifício, ‘junto a um jardim que a isola do ruído e a envolve no recolhimento’”. Em seu regulamento, eram encontradas regras que orientavam, tanto quanto possível, ao silêncio, seja conversando ou andando, como um lugar augusto e sagrado.

Nas monarquias, Shwarcz (2002) destaca que as bibliotecas reais traziam em si uma concepção implícita de cultura e saber, ostentavam em seu visual a força e a imponência que representavam e muitas vezes tinham se convertido em instrumentos de poder. As bibliotecas, nesse período, foram símbolos de ostentação de poder e cultura. As nações europeias, cada qual, buscavam possuir a maior biblioteca do continente. Segundo Shwarcz (2002, p. 121), essas bibliotecas representavam poder e prestígio,

[...] quer por meio da influência espiritual da Igreja, quer em nome da força temporal do rei, dos príncipes, da aristocracia, da nação ou da República, o fato é que as bibliotecas se transformam, facilmente, em moeda de prestígio e geram concorrência entre aqueles que detêm seu controle.

“Como tantos outros itens da cultura clássica, foi em Florença que a biblioteca pública renasceu” (BATTLES, 2003, p. 72). A partir do Renascimento, a história da biblioteca segue um processo ininterrupto, gradativo e simultâneo de laicização, democratização, especialização e socialização (MARTINS, W., 1957). Ainda, segundo Martins (W., 1957, p. 365), a biblioteca foi um dos instrumentos mais poderosos da abolição do regime anterior. Nesse ponto, fica claro o entendimento de Araújo (2002) de que as bibliotecas públicas surgem pela confluência do Renascimento, da imprensa e da reforma protestante, porque nesse momento ficam mais claros os contornos que definem a biblioteca pública tal como é definida atualmente, mesmo que ainda não possuam a mesma concepção.

O ponto mais importante da biblioteca pública moderna destacado por Martins (W., 1957, p. 366) é que a biblioteca deixa de ser mero depósito de livros, porque substitui sua postura passiva por outra dinâmica. Porém, nota-se certo exagero na colocação do autor, primeiro que nunca foi exatamente a função da biblioteca ser um depósito de livros, e em segundo porque a biblioteca pública não chega a se tornar tão dinâmica quanto ela se propõe. Mas uma característica inovadora se torna indiscutível, a partir desse momento a biblioteca pública deixa de ser restrita e se torna acessível e democrática, ao menos em seus regulamentos. Certo é que essa nova biblioteca trouxe muitas inquietações:

A biblioteca, que sentia as dores da mudança à medida que os livros multiplicavam-se em números e espécies, tornou-se um campo de batalha para ideologias opostas. Seria ela um depósito do saber preservando aspirações atemporais que serviriam para o aperfeiçoamento moral dos homens encarregados de governar? Ou poderia transformar-se num jardim de livros, no qual o conhecimento proliferasse e florescessem em cores e formas sem limite? (BATTLES, 2003, p.86).

Segundo Daecto (2012), foi após o Renascimento que surgiram os conceitos de “biblioteca pública” nos Estados Unidos, em 1779. E na França revolucionária, em 1789, a “biblioteca do povo”. Ambas frutos do Iluminismo. Na França, as bibliotecas do povo se tornaram um bem público pela vontade popular, ao tomarem as coleções de religiosos e nobres. Posteriormente, muitas se converteram em bibliotecas municipais. Já nos Estados Unidos, o modelo ganhou força do Estado, que buscava a padronização do uso da língua inglesa e a unificação da nação, utilizando-se, também, de uma estratégia de promoção de instalação de uma rede de bibliotecas por todo o território.

Com o desenvolvimento do capitalismo, do setor fabril, da indústria e dos avanços tecnológicos, como a invenção da imprensa, deu-se a proliferação de informação, documentos, obras e livros. “[...] a proliferação de livros em gênero e número fez com que a biblioteca se transformasse de templo em mercado, de cânone em cornucópia [...] um dos motes do movimento por bibliotecas públicas que varreu a Europa Ocidental e a América, no século XIX, dizia ‘um livro para cada pessoa’” (BATTLES, 2003, p. 122-124).

Na Inglaterra, as bibliotecas públicas surgiram em decorrência das transformações provocadas pela revolução industrial, que exigia força de trabalho qualificada, alfabetizada para aprendizagem industrial, tornando-se necessário o ensino formal para a massa trabalhadora. Nessa época, a imagem do bibliotecário também mudou, em vez do guardião, passou a prestar assistência. Nesse período, a biblioteca passou também a se tornar um espaço de conflito ideológico, entre os anseios da elite e da classe trabalhadora. Nogueira (1986, p.236) aponta que “a proposta de biblioteca pública, enquanto resposta aos anseios da classe trabalhadora, é registrada pelo Estado, que impõe a forma e o conteúdo a serem adotados por esta instituição”.

Ao final do século XIX, a atividade bibliotecária sofre um grande salto, que vai ter influência nas bibliotecas públicas. Em 1876, Melvin Dewey criou a Classificação Decimal de Dewey e, em 1889, fundou a primeira escola para bibliotecários no condado da Colúmbia (BATTLES, 2003). Ulteriormente, o surgimento da Ciência da Informação trouxe, indiretamente, muitas contribuições para o desenvolvimento das bibliotecas públicas. Ainda, entre 1880 e 1975 houve uma rica produção de artigos científicos sobre bibliotecas públicas. Segundo Mueller (1984), a biblioteca pública no final do século XIX tinha uma definição clara de seu papel, que era de educar as classes mais baixas, porém, com valores sociais da elite. No século seguinte, a preocupação dessas bibliotecas tornou-se culturalmente mais ampla, nas décadas de 1960 e 1970, elas incluíam, além da cultura em geral e do lazer, novas funções de caráter comunitário, ligadas à necessidade de informação em atividades diárias.

Atualmente, novos desafios estão propostos com o advento da sociedade de informação e o desmensurado avanço das tecnologias de comunicação e informação. De acordo com Castells (1999), uma revolução tecnológica concentrada nas novas tecnologias de informação está remodelando a sociedade, integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. E, a partir dessa nova realidade, a biblioteca pública deve continuar a se pensar e se definir. Pois, como indica Mueller (1984, p. 34), as modernas tentativas de interpretação das funções básicas das bibliotecas públicas têm sido baseadas no reconhecimento da necessidade de entender melhor a natureza das mudanças do contexto em que atuam.

3.2 Bibliotecas públicas no Brasil

A história da biblioteca pública brasileira tem algumas semelhanças com a história geral das bibliotecas. Mas o Brasil não se insere no panorama dos marcos e acontecimentos fundamentais como aconteceu com a biblioteca pública no mundo. Pelo contrário, conforme será observado na revisão, as bibliotecas brasileiras nunca foram protagonistas do desenvolvimento da sua área e sempre estiveram a reboque dos avanços internacionais. Mesmo com o avanço econômico brasileiro se destacando no cenário mundial política e economicamente, não houve, em relação às bibliotecas públicas, algum avanço que possa ser considerado significativo.

De certa forma é compreensível o atraso da participação brasileira no contexto do avanço científico tecnológico das bibliotecas públicas, porque enquanto a Europa vivia o período do Renascimento e no período das grandes navegações, o Brasil era apenas uma colônia portuguesa. Enquanto a Europa e, mesmo, os Estados Unidos era envolvido pelas mudanças dos ideais iluministas, seus ecos chegavam fracamente ao império brasileiro. A revolução industrial no Brasil também ocorreu defasada por muitas décadas em relação ao mundo ocidental desenvolvido. E, assim também, nossas bibliotecas se desenvolveram “fora do tempo”. Mas sua distinção não é apenas temporal, o desenvolvimento dessas bibliotecas teve suas peculiaridades brasileiras.

Contudo, assim como na história geral das bibliotecas, as bibliotecas públicas brasileiras carregam características que remontam as suas primeiras bibliotecas. No Brasil, a imagem dessa instituição ainda carrega estigmas das primeiras bibliotecas que surgiram na colônia brasileira. Deve-se ressaltar, também, a significativa dimensão do analfabetismo no Brasil, ao longo da história brasileira, que provocou grande retardamento dessa instituição social.

3.2.1 Período Colonial: a Idade Média das bibliotecas públicas brasileiras

O Brasil só vai conhecer livros a partir da segunda metade do século XVI, quando se instala em 1549 o governo-geral em Salvador, na Bahia. Mesmo assim, a instrução e os livros ficaram restritos aos conventos (MORAES, 2006). Segundo o referido autor, esse período pode ser considerado a Idade Média brasileira.

As bibliotecas das ordens religiosas foram as primeiras bibliotecas que a sociedade brasileira teve acesso. E muito embora possuindo claras características das bibliotecas medievais europeias, possuíam, também, características próprias. Essas primeiras unidades de informação tampouco foram homogêneas na realidade brasileira, nelas podiam ser vistas

atividades de cópias de cartilhas e outras obras, comuns às bibliotecas medievais, mas também se observava o acesso público às bibliotecas, típico das bibliotecas públicas.

Milanesi (1986, p.65) aponta que elas eram privadas, voltadas ao ensino, com direção ferreamente dirigida à catequese e ao aprimoramento do espírito missionário. Como corrobora Moraes (2006, p.7) na passagem:

Em 1549 chegam à Bahia os primeiros jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega, nove anos depois da fundação da Companhia de Jesus. Vinham catequizar os índios e instruir os colonos. [...] traziam livros, mas não na quantidade necessária para suprir os colégios que fundaram logo em seguida em diversas partes da colônia. [...] Foram chegando, de diversos gêneros, **não só para a instrução dos meninos**, mas também para a **edificação e aperfeiçoamento dos mestres**. Fato é que os jesuítas, no fim do século XVI, já tinham em Salvador uma biblioteca instalada em sala especial do seu colégio. Nas suas casas do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo o mesmo acontecia, embora em menor escala.

Moraes (2006) também aponta que entre elas havia bibliotecas com acervos voltados apenas às necessidades de cada ordem, ou convento, mas que muitas possuíam acervo variado, como as jesuíticas, que possuíam acervos de nível universitário, contemplando as mais diversas áreas do conhecimento. Outra característica peculiar dessas bibliotecas é que não ficavam abertas apenas aos alunos e padres, mas para qualquer pessoa que fizesse o pedido competente.

Constata-se, então, que essas bibliotecas monacais brasileiras já possuíam algumas características das bibliotecas modernas. Entre os elementos intrínsecos a essas bibliotecas, atribuídos por Martins (W., 1957), a democratização, em relação ao conteúdo, e a socialização referente ao público já se encontravam nas bibliotecas monásticas brasileiras. Eram um misto de bibliotecas monacais medievais e bibliotecas públicas modernas europeias. Moraes (2006, p.8) indica que, em Recife, foram encontradas várias obras do colégio jesuítico marcadas com o *ex-libris manuscritos*: “Da livraria pública do colégio Recife”.

Outra característica dessas bibliotecas no Brasil foi a sua utilização como a representação de pertencimento de uma hierarquia social superior por meio do uso dessa instituição para ostentação. Essas instituições, assim como o conhecimento, sempre tiveram um vínculo estreito com a representação de prestígio. No período tratado houve uma fastosa biblioteca jesuíta em Salvador, como indicado por Moraes (2006, p. 8):

[...] a mais rica de todas estava em Salvador. O teto da suntuosa sala é ‘uma das joias da pintura brasileira’. O painel central (*Sapientia aedificavit*

sibi domum)* [*a sabedoria edificou sua casa] é incontestavelmente, uma das belas representações da pintura barroca no Brasil. Não há dúvidas que lembra as esplêndidas salas que os reis e príncipes europeus mandavam construir e decorar para instalar seus livros e seus *cabinet de curiosités*. Essa biblioteca, começada modestamente com as obras trazidas pelo padre Manuel da Nóbrega, em 1549, chegaria a possuir 15.000 volumes quando foram expulsos os jesuítas. É um número considerável para a época. Havia sido constantemente enriquecida. Serafim Leite diz que 'sempre teve bons bibliotecários'.

Ainda, uma última particularidade, que decorre do fato de serem abertas, no sentido de socialização, definido por Martins (W., 1957, p. 365), é que elas foram formadoras da intelectualidade brasileira da primeira metade do século XVIII, como assinala Moraes (2006, p. 24), "As bibliotecas conventuais foram, até a segunda metade do século XVIII, os centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros que iam completar seus estudos em Portugal".

Essas bibliotecas sobreviveram até Pombal, que, em 1759, desmantelou toda a rede de ensino jesuítico, expulsando os padres do Brasil (MILANESI, 1986). De acordo com Moraes (2006), com a proibição do noviciato, de seu ensino e da fundação de novo conventos, as ordens religiosas começaram a entrar em decadência. Os conventos ficaram vazios e suas bibliotecas abandonadas. Com a expulsão dos jesuítas, sua magnífica biblioteca em Salvador ficou em tal estado precário que, em 1811, quando foram instaladas a Biblioteca Pública da Bahia, teve de ser restaurada primeiro. Para Cândido (1959, p. 228 *apud* MORAES, 2006, p. 27), "termina a hegemonia intelectual dos conventos e se organiza o pensamento livre".

Desse modo, as primeiras bibliotecas brasileiras, introduzidas pelos jesuítas, foram ao mesmo tempo monásticas e públicas. Essa fusão de tipos de bibliotecas, certamente, deveu-se pela incorporação pelos padres dos dois conceitos de bibliotecas já conhecidos na Europa. E, no Brasil, contribuiu para a construção de uma imagem da biblioteca pública como lugar sacro e distante do cotidiano popular.

3.2.2 A Biblioteca Real no Rio de Janeiro

A transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro transformou radicalmente a situação cultural brasileira. O Rio de Janeiro tornara-se repentinamente a capital da monarquia. A aristocracia portuguesa que invadia a pacata colônia a transmudaria

radicalmente e, assim, modificaria completamente a realidade das bibliotecas do Brasil colônia (MORAES, 2006, p. 90).

A Real Biblioteca no Rio de Janeiro, assim como as bibliotecas reais na Europa, mantinha a representação do símbolo de ostentação de prestígio e poder. Em seu início, a consulta era franqueada aos eruditos e pessoas da corte mais ligadas ao estudo. Porém, posteriormente, com seu grande crescimento, a biblioteca, em 1814, a qual possuía mais de 70 mil volumes, além de mapas, coleção de estampas e manuscritos, abria suas portas aos turistas, intelectuais e interessados, e assim se tornava pública. Contudo, pelo seu ínfimo uso, era, sobretudo, um adorno, símbolo de tradição e civilização (SHWARCZ, 2002).

Moraes (2006, p. 97) também aponta que havia boas bibliotecas particulares e oficiais no tempo de D. João VI, contudo, não eram abertas ao público, “[...] de qualquer modo, no Rio do tempo de D. João VI havia boas bibliotecas oficiais e particulares. Se nenhuma se abria ao público sem restrições é porque o conceito de biblioteca pública é coisa moderna”.

No Rio, a Biblioteca Real foi enriquecida constantemente e logo em seu início obteve o privilégio do depósito legal (MORAES, 2006; SHWARCZ, 2002). Com essa aptidão, a Biblioteca Real se tornou Biblioteca Imperial e Biblioteca Nacional. E, então, após muitas décadas passadas dos anos gloriosos de ostentação da erudição do mundo civilizado, transformar-se-ia em repartição pública, conforme Moraes (2006, p. 95):

Transformada em repartição, ora subordinada a um ministério, ora a outro, a Biblioteca Real passou com a Independência a denominar-se Biblioteca Nacional. Cresceu e aumentou seu acervo durante o Império e a República. Sua história atribulada teve a grandeza e a decadência, como a de Roma.

3.2.3 A fundação da Biblioteca “Pública” da Bahia: o Renascimento brasileiro

No Rio de Janeiro, a imprensa e a biblioteca foram criadas pelo governo como aparatos estatais, assim como as que existiam em Lisboa. Todavia, a primeira biblioteca verdadeiramente criada no Brasil com a proposta de uso público surgiu em Salvador, na Bahia de todos os santos. E a iniciativa de sua criação parte do senhor de engenho Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, um cidadão culto e rico, desejoso de cooperar para a instrução do povo. Esse senhor de engenho representa, no Brasil, uma elite esclarecida sobre a miséria cultural do povo e sua responsabilidade coletiva pelo bem comum, um tipo de mentalidade que emerge dos ideais do Século das Luzes (MORAES, 2006).

O Iluminismo, movimento cultural da elite intelectual europeia do século XVIII, representou o período também conhecido como Século das Luzes. Esse movimento procurou mobilizar o desenvolvimento da racionalidade humana a fim de remodelar a sociedade e de suceder o conhecimento herdado da tradição medieval. Abarcou inúmeras tendências e tradições filosóficas, mas tinha como princípio fundamental o desenvolvimento moral, ético e social da civilização por meio do uso da razão (ILUMINISMO, 2014).

No Brasil, os ideais iluministas foram de fundamental importância no desenvolvimento político e cultural, no processo da Inconfidência Mineira e no desenvolvimento de instituições sociais, como a biblioteca pública. Daí, como salienta Milanesi (1986, p. 74), ser a biblioteca, em sua origem, “[...] um brinde de beneméritos ricos que procuravam devolver à população o símbolo da leitura instrutiva, o cultivo da instrução como forma de aprimoramento do espírito”.

Fundada em 1811, a biblioteca fora concebida por Castelo Branco com o objetivo de promover instrução para o povo e formada pela cooperação de todos os cidadãos que desejassem dela fazer parte por meio de doações e um plano coletivo de assinatura. “A administração seria exercida pela sociedade e dos fundos necessários proviriam dos sócios. Castelo Branco nada pedia do governo senão a indispensável aprovação do seu plano” (MORAES, 2006, p. 152). Porém, essa biblioteca, mais popular do que propriamente pública, não frutificou. A iniciativa desse tipo de biblioteca autônoma seria retomada apenas no Segundo Reinado, na forma de gabinetes de leitura, frequentes nas cidades fluminenses e paulistas da zona cafeeira.

Buscou-se um espaço suficientemente grande para os fins propostos que não fosse muito próximo aos lugares mais frequentados, funcionava diariamente, de manhã e à tarde, salvo às quartas-feiras (MORAES, 2006). Constata-se que, mesmo buscando servir ao povo, foi procurado um espaço distante de lugares “mais frequentados”, isso porque a perspectiva renascentista do enobrecimento do espírito humano ainda se reporta ao ideal medieval da leitura e da construção do conhecimento, que era exclusivo de reflexão interior e de silêncio. Ainda não se compreendia o uso da informação como um processo dinâmico e comunicativo. Nessa orientação não havia do que se falar em desenvolvimento da cultura local ou estímulo da preservação da tradição oral, ou outros objetivos hoje atribuídos à biblioteca pública.

Todavia, essa biblioteca não contou apenas com apoio de seus participantes. A primeira biblioteca popular criada no Brasil contou também com o honrado suporte do governador da província, o conde Arcos, e com doações da Biblioteca Real pelo Príncipe Regente. O Conde Arcos obteve, ainda, do governo do príncipe regente autorização para lançar três loterias em benefício da biblioteca, dita pública, e um patrocínio de 64 mil réis anuais. Em 1817, a biblioteca registrava um acervo de aproximadamente 4000 volumes,

com uma temática diversificada em astronomia, navegação, construção naval, física, química, mineralogia, arquitetura, religião, filosofia, literatura latina e clássica, entre outras obras que elevavam o caráter e o espírito humano, mas nada tinham a ver com suas necessidades do cotidiano. No entanto, o apoio do Estado durou somente enquanto durou o governo da pessoa do Conde Arcos, que após seu fim ficou entregue ao abandono (MORAES, 2006). Duas características que permanecem no exercício de muitas bibliotecas públicas da atualidade: acervos voltados a obras clássicas, para o engrandecimento intelectual do povo, e apoio de governos pontuais sem vínculos maiores de responsabilidade com o Estado.

Para Oliveira (1994), a cultura entendida como adereço, professada pela população letrada, contribuiu para formar uma imagem estereotipada da biblioteca como “templo do saber” e, nesse sentido, a tentativa de democratização proposta por Castelo Branco resultou na mistificação de sua função cultural na sociedade. O autor ainda sintetiza esse primeiro período da biblioteca no Brasil:

Nos 300 anos entre o descobrimento do país e a criação da biblioteca da Bahia predominaram bibliotecas mantidas por ordens religiosas ou por particulares, com o objetivo de oferecer apoio ao sistema educacional e ao desenvolvimento cultural de determinados grupos de indivíduos. [...] a biblioteca foi uma instituição destinada à elite letrada e não à população em geral, em grande parte analfabeta (OLIVEIRA, 1994, p. 19).

Muitos autores afirmam que essa foi a primeira biblioteca pública criada no Brasil (OLIVEIRA, 1994 ;ARAÚJO, 2002; MORAES, 2006), porém, de acordo com o sentido estrito conceitual do termo “biblioteca pública”, ela não pode ser considerada como tal. Por meio de sua análise, sua classificação se daria como popular e não pública.

3.2.4 Os gabinetes de leitura: Brasil Império e Primeira República

A biblioteca pública durante o período colonial e imperial pode ser considerada como uma instituição elitista e alheia às necessidades informacionais do cotidiano de sua população. Na República Velha, verifica-se que se perpetuam as mesmas características. Contudo, nessa Primeira República, o Estado assume a criação e gestão dessas bibliotecas, constituindo traço marcante para a definição de biblioteca pública: a gestão e tutela do Estado. Porém, apesar de o Estado ter assumido essas instituições como públicas, o contexto político e econômico do Brasil na época era o liberalismo (ARAÚJO, 2002, p.18). Para Oliveira (1994, p. 25), a ideologia liberal vigente influenciou as ações do Estado, que se eximiu de elaborar políticas voltadas para a promoção do bem-estar da população, como a organização do sistema educacional e o desenvolvimento das bibliotecas públicas. Por

isso, mesmo com o Estado tendo assumido sua guarda, o desenvolvimento e aprimoramento dessas bibliotecas foram mínimos.

Com a tomada da iniciativa da criação das bibliotecas públicas pelo Estado, essas instituições começaram a se tornar, cada vez mais, repartições públicas. Gomes (S., 1983, p. 48) afirma que as bibliotecas eram muitas vezes criadas pelo simples fato de que os órgãos governamentais deviam criar bibliotecas. Permaneceu o sentimento da importância das bibliotecas à sociedade, herança do ideal renascentista, mas afastavam-se cada vez mais das necessidades informacionais da sociedade, perdendo a capacidade de satisfazer qualquer necessidade social. Dessa forma, durante o período do Império, surgiu no Brasil uma nova instituição capaz de satisfazer as necessidades informacionais da população letrada, os gabinetes de leitura.

Os gabinetes de leitura, conforme Martins (A., 1999), podem ser considerados o berço das bibliotecas públicas populares em São Paulo. Leitão (2011) também aponta a importância dos gabinetes no Rio de Janeiro e em São Paulo, ainda destacando que neste último prevaleceu o modelo norte-americano. Enquanto as bibliotecas do Estado se encontravam desatualizadas e tolhidas pela censura, os gabinetes cumpriam a função de disseminar informação por meio de livros atualizados e censurados:

Criava-se, efetivamente, uma teia de informações, de cooptação ideológica, traduzida não só pela existência de títulos de obras normalmente censurados, como pela troca de periódicos de caráter contestador, conforme a tônica do periodismo vigente, mascado então pela propaganda republicana. Acoplava-se uma escola de primeiras letras, responsável pela formação do público leitor (MARTINS, A., 1999, p. 403-404).

Contudo, em relação às bibliotecas públicas existentes, apesar de alguns esforços individuais bem intencionados, as bibliotecas públicas até 1930 apenas persistiam a despeito de seus irrisórios recursos (GOMES, S., 1983). Segundo Oliveira (1994, p.22), 27 bibliotecas públicas foram criadas entre 1890 e 1930, a maioria delas na região Sudeste, onde ocorria maior desenvolvimento econômico e industrial. Entre outras limitações da época, a quase inexistente demanda por leitura da predominantemente população rural e analfabeta, o que não estimulava o movimento editorial e o mercado livreiro, acarretando no precário comércio livreiro e ausência de editoras nacionais eficientes (GOMES, S., 1983).

Conforme Gomes (S., 1983, p. 85), até o final dos anos 1920, “centrando sua atuação nas funções de guardião de livros, a biblioteca iniciou sua trajetória de atuação discrepante, em relação às necessidades de informação de uma sociedade em processo de urbanização e industrialização”. Elas conservavam sua função em conformidade com os ideais renascentistas, como adereço da civilidade, e projetavam a imagem da sociedade colonial. E, ainda de acordo com Oliveira (1994, p. 24), quaisquer que tenham sido os objetivos das bibliotecas públicas brasileiras, “constituíram um universo fragmentado e sem

coordenação, atendendo a uma parcela reduzida da população e prestando um serviço de informação de limitada utilidade para uma sociedade em processo de mudança”.

Nesse sentido, a biblioteca pública brasileira, além de se encontrar “fora do tempo” em relação aos países ditos “desenvolvidos”, encontrava-se com sua função social obscurecida. Enquanto as bibliotecas na Europa e nos Estados Unidos haviam se transformado em territórios de disputas ideológicas, no Brasil, elas haviam se convertido na concretização da inércia de repartições públicas. E, então, já com a biblioteconomia se constituindo no Brasil no início do século XX, inicia-se a fissura conceitual que se tornará um abismo entre a teoria e a prática da biblioteca pública no Brasil. Coube à Biblioteca Nacional o papel de desenvolvimento das bibliotecas e da Biblioteconomia. Seu espaço não se restringiu a leituras e pesquisas, foram realizadas conferências abertas ao público geral, além da criação do primeiro curso de Biblioteconomia em nível superior da América Latina, iniciado em 1915 (LEITÃO, 2011, p. 121).

Dessa forma, diante da inexistência de ações planejadas e deliberadas pelo Estado, Oliveira (1994) afirma que não é possível, até o final dos anos 20, identificar alguma política para as bibliotecas públicas brasileiras. Ou seja, na ausência de políticas de Estado para tais unidades de informação, elas foram perdendo seu significado e impacto dentro da sociedade brasileira e nas comunidades nas quais estavam inseridas. Essa realidade se transforma com o advento da Era Vargas.

3.2.5 A biblioteca Mário de Andrade

A história da Biblioteca Mário de Andrade inicia-se com a criação do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Já o Departamento tem seu germe nos gabinetes de leitura do século XIX. Foi no modelo dos subversivos gabinetes que, no apartamento de Mário de Andrade, entre bons vinhos vindos do Buksky ou do Terminus, foi concebido pelo grupo formado por Antônio de Alcântara Machado, Paulo Duarte, Rubens Borba de Moraes, Tácito de Almeida, Henrique da Rocha Lima, entre outros, e o próprio Andrade, o Departamento de Cultura (DUARTE, 1971). Posteriormente, o sonho transformava-se em esboço, em projeto e em realização. “Com Fábio de Almeida Prado na prefeitura e Armando de Salles Oliveira no governo do Estado, tal grupo de intelectuais, em sua maioria remanescentes do modernismo de 22, passa a organizar e a colocar em prática antigos projetos sonhados” (OLIVEIRA, 2005, p. 14).

O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo encontrou apoio na burguesia local, que buscava reafirmar seus valores e ideias culturais modernizadoras, tratava-se de uma tentativa paulistana de recuperar o poder federal por meio da via cultural (OLIVEIRA,

2005). Mas, para aqueles intelectuais, a cultura tornar-se-ia elemento de transformação da sociedade e da cidadania.

Contudo, com a Revolução de 1930, o Departamento iria ser transfigurado e Mário de Andrade destituído do cargo: “[...] com o advento do Estado Novo, em novembro de 1937, os ideais não só de Mário, mas de todo o grupo são interrompidos devido às mudanças por completo no quadro político brasileiro” (OLIVEIRA, 2005, p. 18). Getúlio Vargas nomeara Ademar de Barros interventor em São Paulo, e este nomeara Prestes Maia prefeito no lugar de Fábio Prado. Além do afastamento de Mário de Andrade da direção, Maia acabou com a Divisão de Expansão Cultural, interrompeu projetos da Divisão de Bibliotecas, desativou a biblioteca ambulante, modificou drasticamente o projeto original de Rubens Borba da biblioteca municipal (BANDEIRA, 2007). Após a saída de Rubens Borba da direção da biblioteca, Paulo Duarte seria preso e depois exilado, e Mário morreria em 1945, juntamente com os ideais com que foi criado o departamento e para o qual se dedicou intensamente (DUARTE, 1971).

A biblioteca municipal de São Paulo³ data oficialmente de janeiro de 1926, mas foi sob a direção de Rubens Borba de Moraes, entre 1935 e 1943, que se deu a sua reorganização e sua orientação integrada e orgânica ao molde norte-americano, e que representava para a época uma proposta inovadora como unidade de informação, conforme colocou Reipert (1972, p. 21), “foi Rubens Borba de Moraes um diretor dinâmico e a êle (*sic.*) deve a Biblioteca sua reorganização, que a torna um laboratório da inteligência dentro de São Paulo”. Para Leitão (2011), apesar de o Rio de Janeiro ter saído à frente na área de bibliotecas, promovendo a implantação do curso superior de biblioteconomia junto à Biblioteca Nacional, foi São Paulo que inovou em relação ao modelo de estruturação de bibliotecas, incorporando o modelo norte-americano, enquanto o modelo europeu ainda predominava na capital carioca.

Monteiro Lobato também contribuiu com a implantação desse modelo em São Paulo, após conhecer a biblioteca infantil da *Library of Congress* em viagem à Nova York. Leitão (2011, p. 122, grifo nosso) aponta que:

Depois de uma viagem aos Estados Unidos, Monteiro Lobato, em 1929, começou a chamar a atenção dos brasileiros para o formato das bibliotecas americanas, especialmente a Library of Congress e a seção infantil da biblioteca pública de Nova York. **O interesse de Lobato, na verdade, era ver instalado no Brasil um modelo de biblioteca que pudesse responder melhor aos anseios da população.**

³ A biblioteca municipal de São Paulo toma oficialmente o nome de Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade em 15 de fevereiro de 1960, por meio do decreto nº 4.591 (REIPERT, 1972, p. 43).

O modelo norte-americano, ao contrário da postura aristocrática europeia, tinha como princípio uma política humanitária e ainda compreendia as bibliotecas como unidades integradas e articuladas atuando de forma orgânica com a sociedade, buscando satisfazer a necessidade informacional da sociedade, ao invés de imporem uma condição de edificação do indivíduo (LEITÃO, 2011). Para Moraes (1943, p. 29), “as bibliotecas americanas surgiram, como as escolas, não doadas por uma elite ou por um governo benevolente, mas criada pelo próprio povo, ávido de leituras, persuadido de que estava adquirindo um instrumento indispensável para a luta pela vida”.

Verifica-se que enquanto no Rio de Janeiro, com a influência da Biblioteca Nacional, prevaleceu o modelo europeu. Em São Paulo, com a experiência dos gabinetes de leitura, aquele modelo não atendeu às necessidades da sociedade paulista. Surgiu, então, outro formato de biblioteca, fusão do modelo norte-americano com a cultura e intelectualidade boêmia paulistana. A biblioteca Mário de Andrade nasceu assim sob a influência da intelectualidade inovadora da época. Seu projeto definia a existência de um bar no segundo andar da biblioteca, que posteriormente foi fechado e transformado em cômodo de outra utilidade sob o argumento de melhor conforto para os usuários (REIPERT, 1972).

Ainda, segundo Reipert (1972), a Biblioteca Mário de Andrade funcionou atendendo ao público de oito da manhã à meia noite, incluído os sábados, domingos e pontos facultativos. Também esteve à frente em relação a serviços extensão, como bibliotecas ambulantes em fábricas, escolas e hospitais, dentre diversos outros serviços.

Dessa maneira, a Biblioteca Mário de Andrade representou um importante modelo de unidade de informação que rompia com o paradigma europeu de biblioteca pública. De acordo com Leitão (2011, p.136), através da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e da Biblioteca Municipal, Rubens Borba de Moraes influenciou as bibliotecas públicas a uma orientação norte-americana, voltada ao povo e a suas necessidades informacionais, coordenadas e integradas entre si, incluindo propostas de “[...] bibliotecas populares, destinadas à parcela da população sem condições de frequentar a bibliotecas públicas no centro da cidade”.

Esse foi um período frutífero, tanto para as bibliotecas públicas como para a Biblioteconomia. Reipert (1972) aponta que sob a a gestão da prefeitura de Fábio Prado, e também pelos esforços de Adelpha Figueiredo, a primeira bibliotecária da instituição formada pela Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, foi fundado o primeiro curso de Biblioteconomia pelo Departamento de Cultura de São Paulo em 1936. As bibliotecas davam largos passos rumo a se concretizarem como instituições públicas fundamentais à sociedade, sanando as necessidades informacionais da população da época e atuando como importante aparelho cultural, tanto na produção e guarda da cultura local como no

desenvolvimento do cidadão. Porém, com o passar do tempo, essa trajetória seria interrompida e uma nova história construir-se-ia. Seu uso seria desvirtuado e uma nova imagem seria promovida pelo Estado.

3.2.6 O Instituto Nacional do Livro: o legado da Era Vargas

A partir de 1930, as bibliotecas públicas, assim como toda a sociedade brasileira, iriam passar por transformações profundas. A revolução de 1930, sob a liderança do estadista Getúlio Vargas, derrubou a política do café com leite e suas oligarquias estaduais, encerrando a chamada República Velha. Foi revogada a Constituição de 1891 e Vargas passou a governar por decretos (REVOLUÇÃO, 2014).

Segundo Hallewell (1985. p. 336), a Revolução de 30 é um marco tão fundamental para a história do Brasil como foi a chegada da família real, em 1808. Economicamente, ela proclamou o fim da escravização do país à agricultura, que sustentara a Velha República. Socialmente, uma nova classe social tomava a frente da sociedade, a burguesia, em detrimento da oligarquia agrária. E intelectualmente, representou o fim da antiga e tradicional adoração à Europa e do conseqüente desprezo pelo que é brasileiro. Além disso, iniciava o firme retorno ao centralismo administrativo do Estado e sua reaproximação da Igreja e de valores cristãos.

A Era Vargas demonstrou sua face centralizadora, e por muitas vezes autoritária, a partir da promulgação da Constituição de 1937. Seu governo, também, estimulou a expansão das atividades urbanas e deslocou o eixo produtivo da agricultura para a indústria, estabelecendo as bases da moderna economia brasileira (REVOLUÇÃO, 2014).

É nesse contexto de expansão da atividade industrial e de centralismo administrativo que são implementadas diversas políticas públicas, entre elas as relacionadas aos livros e bibliotecas. Dessa maneira, o Estado Novo enxerga suas políticas para o desenvolvimento econômico e industrial e as bibliotecas públicas como um meio de alavancar a indústria livreira e o mercado editorial. E, assim, mais uma vez as bibliotecas públicas têm seu caráter deturpado, afastando-as de sua missão social e aprofundando seu estigma de repositório de livros.

Contudo, o Estado da Era Vargas não tomava a biblioteca pública apenas pelo seu aspecto pragmático da indústria livreira, ele também a compreende como espaço institucional de disputa ideológica, o qual não está disposto a arriscar. Esse entendimento fica bastante claro na carta de exposição de motivos que o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, submete ao presidente Getúlio Vargas:

O livro não é só companheiro e amigo que instrui, que diverte, que consola. É ainda e sobretudo o grande semeador que, pelos séculos afora, vem transformando a face da Terra. É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigiando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas (CAPANEMA⁴ *apud* LEITÃO, 2011, p. 146; ARAÚJO, 2002, p. 31).

Ressalta-se que o entendimento dos “sentimentos nobres” não é o mesmo utilizado pelos renascentistas, uma vez que o Estado Novo assumiu repúdio ao positivismo, como nos assinala Hallewell (1985, p. 336):

A Constituição de 1934 rejeitou a separação da Igreja e do Estado no velho regime: aboliu o divórcio, restaurou a educação religiosa nas escolas e, embora evitando um restabelecimento formal, voltou a reconhecer tacitamente o catolicismo como religião nacional .

O sentido de “grandes sentimentos e nobres causas humanas” é baseado numa compreensão de assepsia social baseada em valores capitalistas, liberais e cristãos. E foi assim, então, que, a partir desse entendimento, o Estado Novo contribuiu com um dos maiores retrocessos na construção da imagem social da biblioteca pública para a sociedade brasileira ao destruir o projeto do estado de São Paulo, como aponta Leitão (2011, p. 137), “ao assumir o poder, Getúlio Vargas determinou a desmontagem do Departamento de Cultura de São Paulo e o cancelamento do projeto de Biblioteca Municipal iniciado por Rubens Borba de Moraes”. O Estado autoritário de Vargas demonstra sua compreensão sobre o poder dessas bibliotecas e, dessa forma, passa a utilizá-las apenas em proveito de seu controle social, inviabilizando qualquer projeto de verdadeira emancipação social.

Enquanto a imagem da biblioteca pública se deturpa diante de sua função social, as políticas públicas para essas unidades de informação surgem em definitivo. Devido ao caráter público das bibliotecas, tanto pela indefinição do seu usuário como pelo seu financiador e gestor, essas bibliotecas têm uma relação muito íntima com o Estado e passam a depender unicamente dele para seu desenvolvimento. Desse modo, a biblioteca pública dependerá, para seu desenvolvimento, ou retrocesso, das políticas públicas.

Assim, em 1937, criou-se o Instituto Nacional do Livro – INL – no Ministério de Educação e Saúde uma das maiores políticas relacionadas às bibliotecas públicas e que deixou marcas até os dias atuais. Todavia, como aponta Oliveira (1994), o INL não surgiu das demandas sociais do povo, surgiu de uma visão controladora e desenvolvimentista do Estado. Araújo (2002) coloca que ela surge da necessidade da legitimação do regime político autoritário, por meio do controle cultural e social, no qual o Estado iria se tornar o único interlocutor legítimo dentro da sociedade.

⁴ Exposição de motivos, de 15 de dezembro de 1937, Arquivos do CPDOC.

A pesquisadora Zita Catarina Prates de Oliveira (1994) realizou significativo estudo sobre o INL em sua tese de doutorado. De acordo com Oliveira (1994), no decreto da criação do INL, foram definidas quatro linhas principais como suas competências: a organização da Língua Nacional; a edição de obras de interesse para a cultura nacional; o estímulo ao mercado editorial; e o estímulo à criação de bibliotecas públicas. Em termos de extensão, essa foi um das maiores políticas voltadas a essas unidades de informação, o INL tinha como atribuição o incentivo à criação, organização e manutenção de bibliotecas públicas em todo o país. No entanto, a elas coube um papel secundário e meramente instrumental de receptores da produção editorial, no conjunto de ações, programas e atividades desenvolvidas pelo Instituto. Verifica-se, dessa forma, que essas bibliotecas são inseridas dentro de uma política maior de estímulo à indústria do livro. Oliveira (1994) faz notar que entre quantidade e qualidade, a primeira se sobrepôs em detrimento da segunda. Mesmo nesse sentido, o INL desencadeou uma expectativa de implantação e estruturação de bibliotecas pelo país, mas na prática houve uma dispersão de recursos e atuação oficial sem planejamento (LEITÃO, 2011, p.150)

Houve, também, projetos isolados, tal como em outros períodos, de indivíduos bem intencionados. O diretor do INL, Augusto Meyer, propôs o projeto de uma rede de bibliotecas, mas, bem como outros projetos na história do Brasil, esse também não saiu do papel (OLIVEIRA, 1994; ARAÚJO, 2002). Não há na literatura explicação para o fracasso do projeto, como não houve para outros. Faz-se necessário analisar as políticas de forma mais profunda para compreender seu processo e os consequentes malogros dos projetos, planos e políticas relacionados às bibliotecas públicas.

Contudo, o INL teve êxito nos objetivos que lhe foram determinados pelo Estado, estimulou e contribuiu com o início do desenvolvimento de uma indústria livreira, auxiliou no controle cultural com a publicação prioritária de livros didáticos, na disseminação dos valores cristãos e na inibição de ideais comunistas, marxistas ou quaisquer outros que fomentavam a emancipação do trabalhador enquanto uma classe social. Para tal, Oliveira (1994) aponta que houve, em relação à implantação da política, o mecanismo legal, que foi o Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937, e a criação do agente para sua institucionalização o INL.

O Estado Novo aniquila o desenvolvimento do modelo de bibliotecas paulistas que caminhavam para a consolidação do arquétipo de unidades de informação que hoje existem em outras sociedades, como as existentes na Colômbia, Austrália, Canadá, Grã-Bretanha, Estados Unidos e em diversos outros países e que correspondem às definições e diretrizes da IFLA\Unesco. A biblioteca pública na Era Vargas desempenhou seu papel conforme as necessidades do Estado, em detrimento das necessidades informacionais dos cidadãos.

Por meio do INL, centravam-se o uso desse tipo de biblioteca para a preservação e divulgação da cultura oficial e para a formação de cidadãos talhados conforme as necessidades do Estado (OLIVEIRA, 1994; LEITÃO, 2011). Por um lado, ele consegue disseminar essa biblioteca, levando-as a recônditos distantes dos centros intelectuais, os quais sem a ação do INL jamais viriam a conhecer o que é essa instituição pública. Por outro, o resultado desse processo para a imagem dessas unidades de informação é a construção de um modelo de instituição com funções e feições de depositária, assinalada por Oliveira (1994, p.57) como espaço compreendido como ‘sala com livros’.

3.2.7 Interstício democrático:

O fim do Estado Novo representou a retomada de um breve período democrático. Nesse período, que contou com aproximadamente vinte anos e seis presidentes, o Brasil seria caracterizado pelo livre exercício do voto, manutenção do populismo, abertura da economia ao capital estrangeiro e acentuação da influência americana e da presença dos meios de comunicação de massa. Hallewell (1985) aponta que com a queda de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, precedida pela extinção de seu aparelho estatal de controle ideológico, o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, termina um período de censura imposta pelo Estado. Todavia, essa censura instituiu um legado de aceitação de interferência da administração pública na disseminação da informação e na formação de opinião da sociedade, como coloca Hallewell (1985, p. 432):

[...] é o fato de que existia, e sempre continuou a existir, a aceitação implícita da interferência administrativa na disseminação da informação e da opinião como uma coisa normal no governo da sociedade. Por maior que seja a amplitude com que se estabeleçam as fronteiras da liberdade, a mentalidade legal brasileira admite automaticamente a necessidade de que a autoridade defina algumas dessas fronteiras.

Essa era a conjuntura em que foram desenvolvidas, em conjunto com o trabalho do INL, novas políticas voltadas às bibliotecas públicas, no período de 1946 a 1963. Um período marcado por uma democracia adestrada, orientada por uma ideologia liberal de industrialização por meio da abertura ao capital estrangeiro.

Conforme Oliveira (1994), nesse período, as principais políticas desenvolvidas para a área centraram-se em três orientações: no trabalho desenvolvido pelo INL; na criação da Campanha Nacional do Livro gerenciada pelo próprio INL; e no estabelecimento do Serviço Nacional de Bibliotecas junto ao Ministério da Educação e Cultura.

Oliveira (1994) identifica o INL em duas fases, a primeira de ‘criação e consolidação’, correspondente ao período de 1937-1945, e a segunda, de ‘incremento às

atividades editoriais', entre 1946-1963. Com o fim do regime ditatorial, a cultura deixava de ser imposta e a biblioteca passava a reconhecer as múltiplas e diversas manifestações culturais produzidas pela sociedade. Assim, o INL passava a buscar a efetivação de suas diretrizes e a promoção de uma sintonia entre seu trabalho e os interesses informacionais das comunidades. Nessa orientação, o INL manteve, no Rio de Janeiro, a Biblioteca Demonstrativa Castro Alves aberta ao público em 1947. Essa biblioteca era indicada como exemplo às demais bibliotecas públicas do país e funcionava como uma biblioteca-escola, proporcionando estágio a estudantes da Biblioteca Nacional.

Contudo, apesar de seus esforços, o INL fracassou nos seus propósitos. Oliveira (1994) destaca que a alta taxa de analfabetismo e a falta de valorização do livro na sociedade impossibilitaram a concretização de tais objetivos. No entanto, a imagem da biblioteca pública enquanto sinônimo de livros não permitiria ensejar a seu intento, como aponta Suaiden (2000, p.53),

[...] biblioteca era sinônimo de livro. Dificilmente poderia ocorrer a uma pessoa procurar a biblioteca sem estar interessada na informação bibliográfica, e esse é um grande contraste, pois no período mencionado o ensino era muito precário e grande percentual da população era composta de analfabetos. Portanto, era um clima ideal para a disseminação de informação oral, utilitária ou sobre cidadania.

Assim, o INL, a despeito de suas ações voltadas a tornar a biblioteca mais atenta às necessidades das comunidades que atendia, continuava a atuar com preponderante propósito de promoção do livro a fim de estimular a indústria livreira. Foi nesse intento que o Instituto intensificou suas ações, criando a Campanha Nacional do Livro – CNL.

A CNL, criada em 1960, tinha o propósito de divulgar e promover o livro no Brasil e no exterior. Segundo Oliveira (1994, p. 73-74), sua lista de competências corroboram a afirmação de que “mais uma vez, as bibliotecas públicas eram coadjuvantes em ações destinadas a promover a indústria brasileira, cabendo-lhes a função de braço distribuidor do INL, para a produção intelectual impressa do país”.

Segundo Oliveira (1994, p. 74), o maior benefício da CNL na área de bibliotecas foi político: correspondeu à inclusão do chefe da Seção das Bibliotecas no Conselho Consultivo do INL, responsável pelo planejamento das atividades da Campanha. Porém, essa participação se limitou a esse conselho, o mesmo não ocorreu no Conselho de Orientação do Instituto. “Com esta participação, a Seção das Bibliotecas passou a integrar o grupo responsável pelo processo de planejamento das ações do INL e a interferir neste processo, deixando de ser uma mera executora das decisões tomadas”.

Assim, a CNL não promoveu alterações na forma de atuação e nas estratégias adotadas pelo INL, perpetuando sua condição de fomentadora da indústria livreira. Contudo, como política do livro, trouxe mudanças relacionadas aos acervos das bibliotecas para uma

realidade mais próxima de cada comunidade e o reconhecimento delas como produtoras de cultura (OLIVEIRA, 1994; PAIVA, 2008).

Por último, entre as políticas voltadas às bibliotecas públicas, o Serviço Nacional de Bibliotecas - SNB, concebido junto e diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, D., 1961), foi criado em 1961, já no governo Jânio Quadros, por meio do decreto nº 51.223, de 22 de agosto de 1961. De acordo com Oliveira (1994, p. 74-75), o Serviço foi concebido pela bibliotecária Lydia Sambaquy, que, tendo estudado nos Estados Unidos, trouxe consigo o modelo norte-americano de bibliotecas públicas, inovando com concepções de coordenação, cooperação, intercâmbio e redes, buscando integrar e aperfeiçoar os serviços e diminuir o isolamento dessas unidades de informações.

Administrado diretamente por um bibliotecário, assim como os quatro setores que o compunham, o Serviço tinha por finalidades: a) incentivar diferentes formas de intercâmbio bibliográfico entre as bibliotecas do país; b) estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente, de sistemas regionais de biblioteca; c) colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas; d) promover o estabelecimento de uma rede de informação bibliográfica que service a todo o Território Nacional. O SNB era constituído pelos seguintes setores: 1) Setor de catálogo coletivo nacional; 2) Setor de Intercâmbio de catalogação; 3) Setor de assistência técnica; 4) Biblioteca (BRASIL, D., 1961).

Segundo Oliveira (1994), não obstante, as finalidades e os setores do SNB constituíam uma mescla dos já existentes no INL e no Instituto de Bibliografia e Documentação – IBBD. Para Edison N. Fonseca (1962, p. 2 *apud* OLIVEIRA, 1994, p. 76), havia uma eminente perda com a criação do Serviço, pois visava à extinção dos outros dois órgãos e o domínio do setor de informação na área da administração pública. Dessa maneira, os escassos recursos para bibliotecas seriam divididos entre órgãos públicos, com funções equivalentes e mantidos pelo mesmo Ministério.

Todavia, foi a primeira vez na história do país que se promulgou uma legislação voltada exclusivamente para as bibliotecas públicas, sua organização e gestão, e a instituição de um serviço dedicado a dar efetividade ao decreto-lei. O Decreto n. 51.223, de 22 de agosto de 1961, que cria, no Ministério de Educação e Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas representa um grande avanço nas políticas para as bibliotecas públicas. Seu decreto não apenas determinou que o Serviço fosse administrado por bibliotecários, em sua direção e nos cargos de chefia de setores, como instituiu atividades relacionadas à coordenação e planejamento das bibliotecas públicas (BRASIL, D., 1961).

O SNB buscava domínio do setor de informação na área da administração pública. Dividia entre órgãos públicos atividades com funções equivalentes e mantidas pelo mesmo Ministério. Porém, o INL pouco contribuiu para o desenvolvimento das bibliotecas públicas, fazendo-se necessária a criação de um serviço exclusivo ao aperfeiçoamento dessas

unidades de informação. Já o SNB tinha uma concepção mais ligada à política de bibliotecas e, como propósito basilar, a cooperação e intercâmbio entre bibliotecas do país, a criação de sistemas regionais de bibliotecas e a promoção uma rede de informação avançada (PAIVA, 2008). Como também afirma Oliveira (1994, p.77; p. 78), o SNB trouxe mudanças quanto à organização global das atividades dessas bibliotecas as quais “representavam uma visão mais abrangente e integrada do trabalho bibliotecário e das suas possibilidades, de maximizar a organização e o uso da informação armazenada nas bibliotecas”; o SNB lançava as bases de um planejamento integrado e cooperativo e também “ampliou a concepção, o número de veículos, as formas de tratamento e as possibilidades de uso da informação pela comunidade”.

Politicamente, o SNB, apesar de fruto de uma vontade individual da parte da bibliotecária Lídia Sambaquy, representou os anseios de parcela da classe bibliotecária. O Serviço, então, teria sido uma reivindicação da Associação de Bibliotecários da Bahia (OLIVEIRA 1994, p. 75). Assim, pela primeira vez, surge a classe profissional como atora de uma política pública para bibliotecas públicas no país.

Nas políticas para as bibliotecas no referido período, o INL, em sua política de promoção do livro, apenas atuou na seleção dos livros a serem adotados pelas bibliotecas. Já o Serviço Nacional, apesar de propor uma política realmente voltada às bibliotecas públicas, não conseguiu legar frutos, “o SNB não deixou registros de suas atividades e não logrou progresso, pouco contribuindo para o desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras” (PAIVA, 2008, p. 31). Para Oliveira (1994), o SNB não passou de um exotismo, um cenário isolado que por vezes ocorre na administração pública. O SNB não foi capaz de cumprir seus objetivos e foi posteriormente incorporado pelo INL, por meio do Decreto-Lei nº 62.239, de 8 de fevereiro de 1968 (SUAIDEN, 1980, p. 11).

A criação de duas entidades, o SNB e o INL, dentro de um mesmo ministério com objetivos semelhantes, coordenar as bibliotecas públicas e seu desenvolvimento, gerou críticas por diversos autores, como Fonseca (1962 *apud* OLIVEIRA, 1994), Suaiden (1980; 2000), Oliveira (1994) e Paiva (2008), principalmente pela divisão dos já escassos recursos financeiros destinados. Para Paiva (2008, p. 31), “não contribuiu para a reunião de esforços nas ações, nem tampouco para o adensamento das discussões sobre bibliotecas públicas”. Na disputa entre essas duas entidades, predominou a política do livro conduzida pelo INL, em detrimento da política de bibliotecas proposta pelo Serviço Nacional de Bibliotecas.

Segundo Oliveira (1994, p.79), os decretos de criação do INL, da CNL e do Serviço Nacional de Bibliotecas forneceram a base legal para a política de bibliotecas públicas. Porém, mesmo com a atuação do SNB, a biblioteca pública brasileira não logrou modificar sua imagem perante a sociedade por uma condizente com sua definição teórica, científica e acadêmica. Dessa forma, observa-se que a simples legislação não impacta na realidade

social, portanto, são necessárias a elaboração e a implementação de planos, programas e ações, claros e consistentes, para a concretização dessa demanda social.

Outro fator importante na elaboração e implementação de políticas públicas no cumprimento da função social dessas instituições públicas de informação é a participação do bibliotecário como ator imprescindível no jogo de poder dessas políticas, seja como uma classe, associação ou categoria, seja como indivíduos, políticos ou lobistas. Após a ditadura do Estado Novo, os bibliotecários começaram a se articular, enquanto classe profissional organizada, de forma tímida na participação da elaboração de políticas públicas para bibliotecas, reivindicando demandas para a área, ou seja, como entrada desse sistema. Porém, conforme Oliveira (1994, p. 79),

Fora da esfera governamental o único agente participante da formulação de política era o membro da Academia Brasileira de Letras, integrante do Conselho Consultivo da Companhia Nacional do Livro. Um agente que representava mais os interesses literários e culturais da tradicional instituição do que propriamente, os interesses de leitura e informação da sociedade.

Apesar da fraca participação direta da classe na elaboração de políticas, com a criação do SNB e a ocupação do Conselho Consultivo da CNL por um bibliotecário, observava-se um avanço progressivo em relação à influência desses profissionais sobre os agentes formuladores de políticas:

[...] notava-se uma progressiva incorporação de ideias e de profissionais bibliotecários aos agentes formuladores da política, com a designação do chefe da Seção de Bibliotecas do INL como membro Conselho Consultivo da CNL, e a concepção do Serviço Nacional de Bibliotecas, realizadas por especialistas na área (OLIVEIRA, 1994, p. 79).

A importância dessa incipiente influência e articulação política pôde ser verificada nos processos de planejamento e organização na esfera educacional, vinculados ao mesmo Ministério de Educação e Cultura, que, de acordo com Oliveira (1994), registrou um aumento no número de textos publicados sobre planejamento bibliotecário no órgão. E que teria consequências futuras para as bibliotecas públicas nas vindouras políticas de educação.

Dessa forma, as bibliotecas públicas reiniciam seu resgate como instituição pública orientada à satisfação de sua função informacional, de satisfação das necessidades informacionais, dentro da sociedade brasileira, interrompida pelo desmonte getulista do modelo de bibliotecas iniciado em São Paulo com a biblioteca Mário de Andrade. A recente participação dos bibliotecários organizados contribuiu para um novo viés da política de Estado para essas bibliotecas, buscando efetivá-las como unidades informacionais voltadas às necessidades das comunidades.

O INL se consolida nesse período, a Campanha reforça a natureza do Instituto de fomento da indústria livreira e promoção do livro, enquanto o SNB busca fortalecer o desenvolvimento das bibliotecas públicas. Apesar das críticas, o SNB traz grande contribuição às políticas voltadas a essas bibliotecas, demonstra a importância dos bibliotecários como atores no jogo político, mas também evidencia a importância do processo e planejamento da implementação para o impacto real dessas políticas.

As últimas conquistas na área de políticas públicas para as bibliotecas, nesse período democrático, foram a regulamentação da profissão de bibliotecário, Lei nº 4.084, promulgada em 1962, e, em 1963, o primeiro código de ética do bibliotecário. Apenas em 1965 instituir-se-ia o Conselho Federal de Biblioteconomia, consequência do movimento político de bibliotecários, como Rogê Ferreira, Almino Afonso e Aurélio Viana (LEITÃO, 2011,p. 170).

Por fim, as políticas do período demonstram terem sido realizadas de forma fragmentada, por isso, às vezes duplicada, outras conflitantes, e, na maior parte, confusas entre si. De acordo com o próprio diretor do INL no período de 1938 a 1953, Augusto Meyer, as dificuldades para a efetivação das bibliotecas públicas na sociedade se deu porque “inexistia uma política de descentralização e apoio aos municípios, faltava continuidade administrativa” (OLIVEIRA 1994, p. 72). Por consequência, “a biblioteca continuou a trajetória discrepante, entre sua proposta de ação e o desenvolvimento da sociedade em que atuava” (OLIVEIRA, 1994, p. 83).

3.2.8 Regime militar

Com o advento da Ditadura Militar, um novo período se estabelece, finda o interstício democrático para ressurgir um novo Estado autoritário. O regime militar, instalado a partir de março de 1964, aumentaria o controle social numa capacidade ainda não observada no Brasil. Segundo Araújo (2002, p. 44),

[...] a presença efetiva do Estado no campo cultural faz com que duas forças se estabeleçam no mesmo: a censura política e o discurso oficial da cultura [...] Desta forma, a relação do Estado com a cultura passa a ser diretamente autoritária e ameaçadora, considerando-se intolerável qualquer ação cultural que não se enquadre nos critérios pré-estabelecidos, nos planos, programas e projetos estabelecidos pelo Estado, que se baseavam no binômio – desenvolvimento econômico e segurança nacional.

Apesar das promessas iniciais de uma intervenção breve, a ditadura durou 21 (vinte e um) anos, substituiu a Constituição Federal em 1967, dissolveu o Congresso Nacional, suprimiu liberdades civis, extinguiu os tradicionais partidos políticos, estabeleceu eleições

indiretas, adotou decretos e atos institucionais e adotou uma diretriz desenvolvimentista, nacionalista e de perseguição ao comunismo e seus ideais.

Sob a doutrina de Segurança Nacional, ampliaram-se as ações de repressões a movimentos culturais e políticos divergentes do desenvolvido pelo Estado, “a segurança nacional serviria ao desenvolvimento econômico, o qual se beneficiaria da estabilidade e da harmonia social assim garantida” (ARAÚJO, 2002, p.43), utilizou-se da máquina estatal como “instrumento hegemônico de desenvolvimento e integração nacional” (OLIVEIRA, 1994, p. 85). Leitão (2011) também explana que o golpe militar de 64 fez com que a segurança nacional passasse a ter prioridade sobre qualquer decisão oficial. Segundo Miceli (19484, p. 100 *apud* OLIVEIRA, 1994), o Regime Militar adotou uma postura previdenciária e conservacionista em relação à cultura, “os órgãos culturais estatais protegiam o acervo histórico e artístico nacional já reconhecidos e as manifestações culturais, que só sobreviviam custeadas pelos cofres públicos”.

Existiram, também, as manifestações culturais sob uma outra vertente, a da lógica mercadológica e rentabilidade, associada principalmente à música, ao cinema, rádio e televisão. As bibliotecas públicas, obviamente, enquadram-se na primeira categoria assinalada, as que sobreviveriam custeadas pelos cofres públicos sob uma postura conservacionista e previdenciária.

Para Leitão (2011), a instauração do regime ditatorial, assim como suas políticas em relação aos livros e bibliotecas, foi gradual. O regime ditatorial recém-instituído teria de dar uma sensação de segurança e demonstrar à população que, apesar de um Estado usurpado, manteria a mesma ordem vigente. Para a autora, em relação às bibliotecas públicas, é possível observar que o governo federal não se preocupou com elas até 1970, somente quando as normas de censura de livros são instauradas (LEITÃO, 2011). Ainda, as bibliotecas públicas não foram alvos cruciais da ditadura militar, a grande distribuição de livros, mesmo com uma censura prévia na seleção, foi vista inicialmente como acesso democrático e irrestrito por parte da população, as ações não se concentravam nos edifícios das bibliotecas ou no desenvolvimento de uma política para essas instituições públicas, mas na disciplina e no controle dos livros e de suas publicações,

[...] observamos, então, uma discrepância entre as políticas destinadas à publicação de livros e aquelas de instalação e manutenção de bibliotecas. A simples distribuição de livros permitiu ao governo criar uma ilusão de política, uma impressão de que a informação estava oficialmente sendo disseminada (LEITÃO, 2011, p.165).

Todavia, para Oliveira (1994) e Paiva (2008), as bibliotecas públicas, como aparelho ideológico estatal, tiveram a atenção do Regime Militar desde seu início, por meio do INL até a formação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Durante regime, o INL

esteve sob a direção de quatro diretores, o poeta Augusto Meyer até 1967; o general Umberto Peregrino, até 1969; a bibliotecária e escritora Maria Alice Barroso, até 1974; e o escritor Herberto Sales, até 1985. As três últimas direções são consideradas como as três concepções de atuação do Instituto, cada um desses diretores imprimiu uma forma de atuação do INL (OLIVEIRA, 1994; PAIVA, 2008) que deixou marcas na imagem e nos serviços das atuais bibliotecas públicas. Sob forte investimento público, mas sob ideais conservadores, de cerceamento da cultura e de integração nacional, semelhante à ditadura getulista, as bibliotecas públicas se expandiram sob um desvirtuamento de sua função e deformação de sua imagem para a sociedade brasileira.

3.2.8.1 Gestão de Umberto Peregrino

A primeira direção, de Umberto Peregrino, é considerada como o período de integração nacional das políticas voltada às bibliotecas e livros, no qual o investimento na área cultural visa a estabelecer a hegemonia do regime militar (OLIVEIRA, 1994). De acordo com Paiva (2008), as ações do INL, ainda vinculado ao Ministério da Educação – MEC - seriam baseadas nos planos e programas nacionais elaborados para a área de educação e cultura, fundamentalmente no Diagnóstico Preliminar da Cultura, o qual identificou problemas em relação aos acervos, pessoal e estrutura precária nas bibliotecas e na cooperação entre elas. Segundo Oliveira (1994), esse foi o primeiro documento do regime que contempla a elaboração de política para essas unidades de informação.

O Diagnóstico foi um documento importante para balizar a elaboração das políticas. Independentemente do resultado das políticas que requer a análise da elaboração e da implementação, esse documento deixou uma importante lição à concepção de programas, planos, ações e políticas no geral, e de se compreender a situação real de onde elas serão, ou poderão ser, aplicadas. Na época, o Diagnóstico identificou três tipos de bibliotecas em relação ao seu mantenedor e usuário, as públicas, pertencentes ao Estado; as semipúblicas privadas, mas de acesso aberto a qualquer pessoa; e as particulares, restritas a certos usuários (BRASIL, 1967, p.5 *apud* OLIVEIRA, 1994, p.89).

Infelizmente, o Diagnóstico foi utilizado para a antiga política de promoção do livro e estímulo à indústria livreira, de acordo com Oliveira (1994, p.90), “o Diagnóstico sugeria como possível solução para a indústria do livro a criação e manutenção de bibliotecas públicas em cada município brasileiro”, para Araújo (2002, p. 46), “conforme o ‘Diagnóstico Preliminar da Cultura’ [...] o INL deve amparar urgentemente o livro, através da facilitação de créditos, [...] criação de bibliotecas por todo o país – no mínimo uma em cada município”, demonstrando uma reiteração das propostas da ditadura getulista (LEITÃO, 2011). Ainda,

como aponta Araújo (2002), o documento afirmava que era tarefa exclusiva e urgente do INL o livro brasileiro, seus problemas e tarefas correlatas. Assinalando, dessa forma, o papel secundário dado às bibliotecas pelo Instituto. O Diagnóstico também sugeria a criação de outros equipamentos culturais, como bibliotecas infantis, galerias e auditórios em bairros menos desenvolvidos.

Porém, Paiva (2008, p. 33) nota que no próprio documento do Diagnóstico era prevista a impossibilidade de levar a cabo suas metas desejadas, seja por falta de recursos, ou pela burocracia, ou pela incompreensão das bibliotecas na vida cultural brasileira. Esse foi e continua sendo um dos grandes problemas das bibliotecas públicas, como da educação e desenvolvimento da cultura local como um todo: a falta de interesse político de emancipar sua população. Recursos para essas áreas sempre foram escassos, porque não constituíram prioridade dos governos brasileiros.

O Serviço Nacional de Bibliotecas foi então incorporado pelo INL, com vistas a concretizar seus objetivos, também definido no Diagnóstico (BRASIL, 1967, p.27 *apud* OLIVEIRA, 1994, p.91), encerrando seu papel muito criticado na política de desenvolvimento das bibliotecas públicas, sem tampouco lograr sucesso nem deixar documentos para futuros estudos. Além disso, no referido período, criou-se a Assessoria de Biblioteconomia na Campanha Nacional do Livro (OLIVEIRA, 1994), que pode ser considerada mais um avanço da profissão com impacto nas unidades de informação estudadas, ainda que o ideal fosse que um dia existisse uma Assessoria de Livros em uma Campanha Nacional das Bibliotecas Públicas.

3.2.8.2 Gestão de Maria Alice Barroso

Pela primeira vez na história uma bibliotecária assumia a direção do INL. Sua gestão, sob direção de Maria Alice Barroso, foi marcada pela escolarização da biblioteca pública (OLIVEIRA, 1994; PAIVA, 2008). Segundo Oliveira (1994), essa transformação se deu pela mudança do paradigma da biblioteca pública a qual passou a ser vista pelo INL como uma fonte paradidática de apoio ao estudante, oferecendo aos alunos espaço para leitura, pesquisa, estudo e empréstimo de obras, resultando no deslocamento da política do livro e das bibliotecas para a área educacional, antes pertencente à esfera cultural. A atuação do INL associada à legislação educacional da época criou condições para a consolidação dessa nova função e imagem para as bibliotecas públicas, a de biblioteca escolar. Como afirma Oliveira (1994, p. 110), a decisão do Estado pela “utilização deliberada da biblioteca pública como biblioteca escolar”.

Essa direção entendeu a bibliotecas como uma unidade de informação de suporte ao estudo formal, em harmonia com as linhas traçadas para a educação que compreendia a pesquisa escolar como método de aprendizagem (PAIVA, 2008). Nesse contexto, foi lançado o Programa Nacional do Livro – PNL, um projeto específico do Setorial de Educação e Cultura. De acordo com Oliveira (1994, p, 107), “o PNL possibilitou a integração do planejamento bibliotecário ao planejamento setorial da Educação e através deste, ao planejamento global do país, expresso no Plano Nacional de Desenvolvimento, PND”. O PNL assumiu o livro didático e literário e foi transferido ao INL (OLIVEIRA, 1994). Observa-se que o PNL integra outro programa, que por sua vez é subordinado a um plano nacional de desenvolvimento.

Apesar de o planejamento ser constituído de forma sistemática e organizado, a censura e ausência a atores sociais civis, inevitavelmente, engendraria uma política equivocada para as bibliotecas públicas. Também, apesar de a biblioteca fornecer apoio às atividades da escola, não havia programas dirigidos aos professores, perpetuando a tradicional postura de distribuição de livros (OLIVEIRA, 1994). Assim, Oliveira (1994, p. 109) aponta que o INL se tornou distribuidor de livros didáticos.

Nessa gestão, também foram criados outros dois grandes projetos. O Projeto Piloto concebido para o “desenvolvimento de bibliotecas públicas integradas em programas de educação de adultos e alfabetização no interior de Pernambuco” (OLIVEIRA, 1994 p.118), o qual, para Paiva (2008, p. 37), “definiu parâmetros que o INL adaptaria e adotaria no futuro, para a implementação dos sistemas nacional e estaduais de bibliotecas públicas”. E os serviços bibliotecários para a região Transamazônica, que desapareceu como a própria rodovia, sem deixar um legado para a região ou para a área das bibliotecas públicas.

Nessa gestão, o Instituto criou o Programa de Treinamento Intensivo para Auxiliares de Bibliotecas - PROTIAB, com formação técnica e como agentes sociais, mas apesar dos inúmeros auxiliares formados, também não obteve êxito (OLIVEIRA, 1994; PAIVA, 2008).

A escolarização das bibliotecas públicas marcou profundamente os serviços e a imagem dessa unidade de informação perante a sociedade, esse fenômeno é analisado por diversos autores, como Milanesi (1993), Suaiden (2000) e Cunha (V., 2003). Nessa gestão, também, a sede do INL passou do Rio de Janeiro para Brasília, sem que, contudo, fossem transferidos seus arquivos (OLIVEIRA, 1994, p.106), deixando informações valiosas sobre o Instituto longe do acesso. Oliveira (1994, p. 121) resume que “a gestão de Maria Alice Barroso foi marcada pelo trabalho de seleção e distribuição do livro didático e pelo direcionamento da biblioteca pública, para exercer função de biblioteca escolar”.

3.2.8.3 Gestão de Herberto Sales

A gestão de Herberto Sales retomou as diretrizes de promoção do livro e biblioteca como preservação e difusão da cultura brasileira, em detrimento da utilização do livro e da biblioteca voltada ao suporte educacional da gestão Maria Alice Barroso. Dessa maneira, o Programa Nacional do Livro, apesar de ter permanecido, resgatou o modelo de bibliotecas do período getulista, o qual pretendia que elas funcionassem como aparelhos ideológicos do Estado, “contribuindo para a formação de indivíduos condizentes com o projeto de segurança, harmonia social e desenvolvimento econômico então proposto pelo Estado” (OLIVEIRA, 1994, p.1 125). Herberto Sales, “ao assumir a direção do INL, levou para o Instituto sua preocupação em ‘resgatar uma bibliografia brasileira fundamental, que estava convertida em raridade bibliográfica’” (INL, 1985, p.103 *apud* OLIVEIRA, 1994, p. 122).

Essa gestão também foi marcada pela transferência, em 1976, dos programas do livro didático para a Fundação Nacional de Material Escolar - FENAME, esvaziando o INL de seus recursos, poder e prestígio. Igualmente, pela maior destinação de recursos específicos para o setor de bibliotecas. Também foi criado o Programa Nacional de Biblioteca, primeira política elaborada pelo INL voltada especificamente às bibliotecas, mas que não incorporava a formação de um sistema de bibliotecas. Um ano antes houve a indicação de Emir Suaiden para diretor adjunto do INL, em 1975. Mas a maior herança desse período para as bibliotecas públicas foi mesmo a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP (OLIVEIRA, 1994).

O SNBP representou grande avanço na integração, cooperação e racionalização de recursos entre as bibliotecas, em relação às políticas anteriores. Seu objetivo geral era abarcar todos os Estados brasileiros. Seus objetivos específicos eram planejar e controlar recursos federais, estaduais e municipais, pretendendo a racionalização eficiente dos recursos, e também implantar serviços padronizados e estruturados tanto em áreas urbanas como rurais, proporcionando bibliotecas públicas que atuassem como centros de ação cultural e de educação permanente. O SNBP funcionaria por meio de convênios entre o INL e as unidades federativas participantes, por meio de Sistemas Estaduais de Biblioteca Públicas – SEBP representados por órgãos responsáveis (OLIVEIRA, 1994; PAIVA, 2008).

O SEBP representou uma descentralização da coordenação, planejamento e gestão das bibliotecas brasileiras, que já contabilizavam duas mil e novecentas bibliotecas conveniadas ao INL. Entre 1976 e 1984, foram implantadas quinze SEBP, e a cada ano cinco delas eram selecionadas para receber reforços nos recursos enviados. Os recursos anuais do SNBP foram previsto no Plano Setorial de Educação e Cultura (OLIVEIRA, 1994).

Ao analisar a política do SNBP por meio do modelo sistêmico, verifica-se a formação de um sistema artificial na concepção da política, já que a demanda atendida não

é uma demanda popular, mas do próprio Estado. Assim, a saída ou o impacto dessa política não estaria em harmonia com as necessidades informacionais da população atendida. Ao se utilizar o modelo processual na análise, nota-se que a elaboração da política é clara e coerente. O SEBP segue a lógica do SNBP, com recursos, órgãos e meios indicados na política para o setor. Contudo, a implementação dessa política encontrou diversos obstáculos e equívocos de forma a comprometer a política para seus objetivos propostos. Ou seja, a política não representou uma demanda popular e, mesmo elaborada de forma correta, foi impedida pelos equívocos, erros e problemas em sua implantação.

Oliveira (1994) aponta que os coordenadores das SEBP não eram bibliotecários e que não poderiam ser substituídos, porque eram indicações dos Secretários de Educação e Cultura, apadrinhados de prefeitos, indicados por razões pessoais, geralmente inaptas para a função. Para Oliveira (1994) e Paiva (2008), essa política foi barrada pela falta de consciência cultural dos administradores públicos. Conforme visto na revisão sobre políticas públicas, a participação de profissionais competentes da área, assim como da população a ser beneficiada, é essencial no êxito das políticas públicas. Assim, a falta de participação dos bibliotecários na fase de implementação comprometeu a boa intenção e o impacto dessas políticas, que são avaliadas positivamente em sua elaboração.

Oliveira (1994, p. 132) afirma dificuldades de recursos financeiros. Todavia, como a autora mesmo coloca em entrevista com Emir Suaiden e Herberto Sales, não houve falta de recursos, em algumas ocasiões, os recursos para o SNBP foi maior que para as publicações, ainda, o INL contou com atenção e apoio do próprio Presidente Geisel e do Ministro Chefe de Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva (OLIVEIRA, 1994, p. 130).

As bibliotecas públicas seriam novamente incluídas em políticas públicas no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, para o período de 1979 a 1985, nela era marcado o retorno das bibliotecas à esfera da cultura, após dez anos contempladas pela área de educação. Em 1982, o INL é incorporado pela Fundação Nacional Pró-Memória, instituída no final de 1979 após reforma administrativa do MEC, “criada com a finalidade de inventariar, classificar, conservar, proteger, restaurar e revitalizar os bens culturais e naturais do país” (OLIVEIRA, 1994, p. 141). Dessa maneira, o desenvolvimento das bibliotecas era novamente associado a uma visão patrimonialista da cultura. O SNBP foi mantido pela Fundação, mas o declínio de recursos era visível após sua incorporação.

Segundo, ainda, Oliveira (1994, p. 144), nessa última gestão do INL sob o regime militar, ocorreu ainda a primeira tentativa de transferência do SNBP para a Biblioteca Nacional, “o INL seria convertido em departamento editorial da Biblioteca Nacional e esta coordenaria o SNBP, proposta que somente seria concretizada o governo Collor”. A autora também indica que ao final do regime militar o INL somava 3.269 bibliotecas cadastradas (OLIVEIRA, 1944, p. 143).

A política de Estado para as bibliotecas públicas do período também contribuiu para a concepção de uma imagem equivocada dessa unidade de informação à sociedade, aumentando a ruptura entre sua função social e a forma como socialmente é vista e compreendida. Apesar do investimento em políticas dessa área, pois tiveram os três Planos Setoriais de Educação e Cultura, o Programa Nacional do Livro e o Programa de Desenvolvimento Cultural, além das atividades da Fundação Nacional Pró-Memória, as falhas e equívocos das políticas produziram um efeito contrário das quais foram propostas, isto é, aproximar os cidadãos, popularizar os serviços e atender as necessidades da população em relação à informação e ao conhecimento. A ausência da participação da sociedade civil na elaboração das políticas é a maior responsável por essa deturpação da imagem social da biblioteca pública. Essas políticas impactaram a sociedade na forma de afastar a população, principalmente o trabalhador, produzindo a imagem de uma instituição pública estranha ao cotidiano dos cidadãos brasileiros. Leitão (2011, p. 260) aponta que os danos causados pelas políticas do regime de Ditadura Militar são de grande profundidade,

[...] danos difíceis de serem superados por toda a sociedade, pois: - comprometeram a formação de uma cultura de efetiva utilização de bibliotecas pela sociedade; - inibiram a formação quantitativa (técnica) e qualitativa (política) de bibliotecários; - propiciaram a utilização de espaço público para manifestações de ingerências políticas.

Também para Araújo (2002, p. 52), o panorama deixado pelo INL após o regime ditatorial dos militares é desfavorável, “[...] o panorama é o de milhares de bibliotecas públicas com utilidade limitada, servindo a um público restrito e, dentre este, o público estudantil. O padrão básico de 1937 permanece em 1964 – distribuir livros a mancheias”. Contexto que não contribui para o problema secular da leitura e da falta de acesso à informação. Ainda, mesmo adotando a estratégia de criar bibliotecas em diferentes formatos, como: minibibliotecas, carros-bibliotecas, caixas-bibliotecas, etc.; elas continuaram sendo apenas espaços destinados a receber e arquivar as obras de autores brasileiros e de livros didáticos. (OLIVEIRA, 1994, p. 148)

Durante o regime, a gestão do INL para a cultura e a biblioteca pública era, novamente, de controle e direcionamento para a formação de cidadãos convenientes ao Estado, seus projetos e seus valores, os quais não estavam passíveis de debate e construção pela sociedade civil. Ao longo dos regimes autoritários, o crescimento da produção industrial do livro foi regido e determinado pelo Estado, inserido numa orientação econômica em detrimento de interesses públicos. Isso porque nunca foi de interesse desse Estado atender a uma demanda da população, mas “expandir a indústria livreira, dentro de uma perspectiva ideológica que reforçasse e concentrasse o poder oficial” (LEITÃO, 2011). Por isso, o efeito do trabalho e das políticas até então resultara no que para Paiva (2008, p.

34) seria um desastre “[...] o INL promovera mais a distribuição de livros (dependente da oferta, e não da necessidade) do que a promoção do desenvolvimento da biblioteca pública (que o Instituto mal distinguia e sequer conhecia)”.

3.2.9 Nova República

Ao término da Ditadura Militar, o Brasil reinicia um novo ciclo sob o regime democrático. A volta do Estado de direito representa a oportunidade do amadurecimento dos movimentos sociais e da participação da sociedade civil nas decisões da vida pública. Entretanto, a chamada Nova República marca mais uma situação democrática que evidentemente um regime democrático. A população brasileira, acostumada com um Estado tutor, demora a se envolver nos jogos políticos, deixando-os nas mãos de caciques criados pela ditadura, como muitos políticos que até os dias atuais influenciam diretamente na máquina estatal em benefício de seus interesses pessoais e perpetuação de seus familiares no poder. Para a consolidação da democracia brasileira, seria necessário muitos desenvolvimentos sociais, entre eles o acesso à informação.

Para as bibliotecas públicas seria o reinício de uma trajetória em busca da sua efetivação como instituição pública indispensável à sociedade. Uma tarefa árdua, porque essa unidade de informação se encontrava tão distante da sua vocação social que Milanesi (1983, p. 83) apontou que se a biblioteca pública deixasse de existir não causaria nenhuma comoção nacional. Um estudo de Suaiden (1980), no ano 1978, com 23 bibliotecas públicas estaduais, demonstrou que não havia profissionais qualificados, o acervo era deficiente, a população não buscava as bibliotecas públicas e por isso as autoridades não viam razão em investir nelas.

O regime militar findou, mas deixou uma grande herança ao país. O primeiro presidente do regime democrático brasileiro foi o “governador biônico” José Sarney de Araújo Costa. Governou até o primeiro presidente eleito de forma direta e sufrágio universal, Fernando Collor de Mello. Em seu governo, Sarney sancionou o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, nele, Oliveira (1994, p. 209) destaca que pela primeira vez as bibliotecas públicas eram nominalmente citadas em um plano nacional. Todavia, conforme na Lei nº 7.486, de 6 de junho de 1986 (BRASIL, L., 1986a), o termo biblioteca aparece apenas quatro vezes, sendo que, nas primeiras três, é relacionado às bibliotecas universitárias e, apenas em uma à biblioteca pública. Não se constituindo, pois, de um avanço na política dessas bibliotecas.

O INL, após ter se deteriorado muito dentro da Fundação Nacional Pró-Memória (OLIVEIRA, 1994), passa, em 1987, juntamente com a Biblioteca Nacional, a constituir a

Fundação Nacional Pró-Leitura, subordinada ao Ministério da Cultura - Minc. Segundo a autora, a mudança permitiu a substituição do entendimento da biblioteca como preservadora da memória pela de promotora do uso dos acervos e serviços das bibliotecas públicas (OLIVEIRA, 1994, p. 156).

Outra importante lei em que essas bibliotecas foram contempladas é a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986 (BRASIL, L., 1986b). Essa lei, também sancionada por Sarney, dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda, concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Ela permitiu que as bibliotecas públicas pudessem ser contempladas de diversas formas, em sua construção e organização, doações de bens móveis e imóveis, de livros e coleções. Para todas essas atividades, as empresas ganhavam isenções de impostos. Segundo Oliveira (1994), as obras dessas bibliotecas eram quase que completamente compostas por doações. Mas se atualmente parece uma informação ruim, para a época representava a autonomia das unidades de informação em formar seus acervos de acordo com a necessidade da comunidade e, mais importante, sem a interferência censora do Estado. Conforme Paiva (2008, p.41), a Lei 7.505 de 1986, incentivou doações e patrocínios libertando a biblioteca do controle do Estado, em relação ao acervo. “[...] a política de bibliotecas incorporou algumas novas tendências nos serviços das bibliotecas públicas, como informação utilitária e centros de cultura e convivência”. Ainda de acordo com Oliveira (1994, p. 160),

A doação de obras foi ampliada ainda mais, com um Protocolo de Intenções assinado entre o INL e a Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, para a criação de seções pedagógicas e infantis em bibliotecas públicas conveniadas, através da doação de acervos do Programa Nacional de Sala de Leitura, mantido pela FAE.

Nesse período o INL, além de desenvolver inovadores projetos, continuou com seu trabalho de sensibilização de prefeitos (OLIVEIRA, 1994). Entretanto, a autora apontou como problemas do INL, do SNPB e dos SEBPs a carência de recursos humanos e a alta rotatividade das prefeituras, o que atrapalhava o convencimento dos prefeitos. Todavia, o que estava acontecendo era uma prática ultrapassada da época do regime militar no período democrático. Quem deveria ser convencido da importância da biblioteca pública era a população e não determinados agentes políticos. Na busca pelo êxito em implementar as bibliotecas no país, o INL falhou ao perpetuar uma prática engessada do período militar, preterindo seus usuários e a população brasileira como um todo. Faltava, também, claro, uma política coerente que pudesse poupar o INL desse trabalho de convencimento.

No âmbito da Constituição Federal de 1988, há um reconhecimento de direitos estreitamente relacionados com as bibliotecas públicas, como o acesso à informação,

educação e cultura, embora, como afirma Paiva (2008, p. 68), a concretização desses direitos seja um longo caminho que a sociedade brasileira teria que construir.

Para Oliveira (1994, p. 165), entre 1987 e 1989, “o INL finalmente abandonava o modelo padrão da biblioteca ‘sala com livros’, que implantara durante 50 anos”. E com o fortalecimento do SEBP, descentralizava suas decisões, abrindo a participação no processo deliberativo em relação ao planejamento bibliotecário (OLIVEIRA, 1994).

3.2.9.1 Governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso

Contudo, o período de mudança do INL foi bastante curto, restringiu-se aos anos de 1987 a 1989 mencionados. Isso porque, já em 1990, o então presidente eleito por sufrágio universal, Fernando Collor, extinguiu, entre outras fundações relacionadas à arte e cultura, a Fundação Nacional Pró-Leitura e, conseqüentemente, o INL. Além disso, rebaixou o Ministério da Cultura a Secretaria. Era o período democrático dos governos neoliberais e suas políticas de privatizações, e do Estado Mínimo. Esse foi o fim do INL, como afirma Paiva (2008, p. 163), “Assim, através de um documento em que sequer figurava a sua sigla, é extinta a maior instituição governamental diretamente ligada ao livro, à leitura e às bibliotecas públicas na história do País, após 52 anos de existência: o INL”.

A Biblioteca Nacional, então, assumiria as atribuições, acervo, receitas e dotações orçamentárias da Fundação Pró-Leitura. Para Paiva (2008), tal transferência constituiu um grande equívoco, com conseqüências danosas tanto para as políticas de Estado para as bibliotecas públicas como para a Biblioteca Nacional, já que esta possui como missão primordial a guarda da produção cultural brasileira, distinta do objetivo daquelas bibliotecas.

Para Paiva (2008), uma das mais notórias leis no campo da cultura do novo período democrático é a Lei Rouanet, que se dá por meio de renúncia fiscal, ou seja, o governo abre mão de impostos devidos, que deverá ser captado pelas empresas proponentes junto a pessoas físicas pagadoras de Imposto de Renda - IR, que apresentam declaração completa, ou empresas tributadas com base no lucro real visando à execução do projeto. A Lei Rouanet foi apresentada como de caráter nacional democrático e popular, porém, ao contrário do Estado agir em benefício do interesse público e coletivo, a Lei Rouanet renuncia ao controle do mercado e suas regras. Como afirma Paiva (2008, p. 73),

a prática real da lei ficou distante de seus nobres objetivos. [...] Como resultado dessa liberalidade, o setor privado brasileiro definiu as práticas da lei com suas regras de concentração, tanto em favor de grandes empresas como em favor do eixo Rio - São Paulo.

Em 1992, foram criadas duas importantes políticas para as bibliotecas públicas, o novo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler (PAIVA, 2008). Ambas são instituídas juntas à Fundação Biblioteca Nacional – FBN – e, segundo seus decretos de criação, são dirigidas pelo Presidente da FBN (BRASIL, D., 1992a; D., 1992b). O SNBP é recriado por meio do Decreto nº 520, 13 de maio de 1992, e tem como objetivo principal “proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sócio-cultural do País” (BRASIL, D., 1992b), com objetivos semelhantes ao antigo sistema (PAIVA, 2008). Já o Proler é instituído por meio do Decreto nº 519, do mesmo dia, 13 de maio de 1992, e nele as bibliotecas públicas são colocadas apenas como um dos mecanismos para o desenvolvimento do programa, constituindo apenas dois incisos do artigo terceiro:

- I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca;
- III - consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura; (BRASIL, D., 1992a).

Ambos os decretos preveem recursos providos do orçamento da União, doações nacionais e internacionais e participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, D., 1992a; D., 1992b). Assim, ambas decretavam as mesmas funções à diretoria, cujo representante era a mesma pessoa, o presidente da FBN: atividades de gerir recursos, firmar convênios e celebrar contratos (BRASIL, D., 1992a; D., 1992b). Ou seja, o Presidente da FBN também era diretor do SNBP e do Proler, com cada instituição possuindo uma missão específica. A política de bibliotecas, dessa maneira, encontrava-se fragmentada em três instituições, porém, estava centralizada sob a direção de uma única pessoa, isto é, o presidente da FBN.

No mesmo ano da proposição dos dois decretos pelo presidente, Fernando Collor sofre o processo de *impeachment* e renuncia o cargo em 29 de dezembro (FERNANDO, 2014). O vice-presidente Itamar Franco, que assumiu a Presidência na sequência, restaura o Ministério da Cultura e a Secretaria do Livro e da Leitura, ainda quando exercia interinamente a presidência (PAIVA, 2008).

No governo seguinte do presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC – foi aprofundado o processo de privatização e acentuado o ideal neoliberal do Estado Mínimo, ao mesmo tempo em que a globalização, a internet e a sociedade da informação foram incluídas nas preocupações do Estado. Nesse governo é criada a primeira versão do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac, por meio do Decreto Lei 1.494, de maio de 1995, e que, posteriormente, seria substituído por uma nova versão pelo Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, no governo Lula.

Observa-se que existe uma tentativa de se construir um programa nacional integrado para satisfazer as necessidades da sociedade na área da cultura. Contudo, o Minc volta a empreender ações na área de leituras e bibliotecas apartadas da FBN, promovendo, mais uma vez, duplicação de esforços e desperdício de recursos. Nesse sentido, Paiva (2008, p. 79) afirma que gradativamente o Minc viria a enfraquecer o Proler e o SNBP, “[...] quando iniciativas do Ministério concorreriam com as da FBN, duplicando esforços e dividindo recursos já escassos, sem contribuir para o adensamento das reflexões sobre as bibliotecas públicas”.

Isso pode ser observado nos Programas “Uma biblioteca em cada município”, de 1996 e “Livro Aberto”, que são de responsabilidade da Secretaria do Livro e da Leitura – SLL – do Minc. Esses programas retomam a meta do SNBP, subordinado à FBN, evidenciando uma disputa entre as instituições federais (PAIVA, 2008, p. 80). Apesar do Decreto Lei 1.494, de 1995, colocar a FBN como entidade supervisionada do Pronac (BRASIL, D., 1995), os programas cujos objetivos são os mesmos da FBN são criados sob a direção de outro órgão, o SLL, sem que haja uma ação integrada entre as instituições. “Nessa disputa dentro de um governo, onde deveria haver parceria, para o bem público, ganhou o Secretário do Livro e da Leitura” (PAIVA, 2008, p. 82). Porém, toda a sociedade sai perdedora, sem que haja uma discussão do modelo de biblioteca a ser implantado, os programas governamentais promovem uma biblioteca pública a partir da imagem construída historicamente pela sociedade e não do papel social que esta deveria desempenhar.

Em 1999, foi decretado o Programa Sociedade da Informação – Socinfo – pelo presidente FHC, por meio do Decreto nº 3.294/99, produto de um trabalho iniciado em 1990 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. O Decreto 3.294, de 1999, é simples e possui apenas três artigos, sem nenhum inciso. Ele instituiu que o Socinfo “[...] tem o objetivo de viabilizar a nova geração da Internet e suas aplicações em benefício da sociedade brasileira”, e que ficará sob a responsabilidade do MCT (BRASIL, D., 1999). Em 2000, foi lançado o Livro Verde, que é produto de um grupo de discussão sobre os possíveis contornos e diretrizes de um programa de ações rumo à Sociedade da Informação no Brasil e ele tem como objetivo:

integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global (BRASIL, M., 2000).

O Livro Verde possui um subcapítulo dedicado apenas às bibliotecas públicas. A busca da concretização do Brasil como uma sociedade da informação passa a se tornar uma nova área em que as bibliotecas públicas são incluídas nas políticas públicas. No

entanto, a nova sociedade não constituiu paradigma suficiente para se repensarem essas bibliotecas. No seu início elas não foram vistas ainda como unidades de informação, elas foram utilizadas apenas como pontos de acesso à internet. Do mesmo modo como essa biblioteca foi vista como destino de livros, posteriormente foi utilizada como receptáculo de tecnologias de informação e comunicação – TICs. Apenas, ultimamente, após o governo Lula, com a participação do Brasil na formação de planos ibero-americanos para o desenvolvimento da leitura no país e com a ampliação da participação da sociedade, começaram a surgir, as primeiras bibliotecas socialmente orgânicas, dentro do conceito internacionalmente aceito e já existente nos Estados Unidos desde a década de 50.

Em setembro de 2002, a SLL, em parceria com o MCT, lança oficialmente o Cadastro Nacional de Bibliotecas – CNB. Esse cadastro também teria o papel de se tornar uma rede, criando um catálogo virtual de bibliotecas brasileiras certificadas (PAIVA, 2008). Porém, Paiva (2008, p. 88) também faz críticas ao CNB: “mais uma vez, há uma clara duplicação de esforços, já que a FBN, sendo gestora do SNBP, teria muito mais condições de manter esse cadastro e, de fato, sempre o manteve”.

A partir do CNB, foram definidos critérios para o recém-instituído Fundo de universalização dos serviços de telecomunicações – Fust – a ser dirigido especificamente para o Programa chamado Fust-Bibliotecas. Para Paiva (2008, p. 88):

O também chamado Programa de Bibliotecas do Fust foi concebido com o objetivo de incorporar ampla e definitivamente as bibliotecas brasileiras na Sociedade da Informação, ampliando o número de bibliotecas públicas conectadas à rede Internet e às outras; definindo padrões técnicos para área de bibliotecas e museus; e ajudando a compartilhar catálogos e acervos e automatizar os serviços das bibliotecas.

O programa Fust-Bibliotecas foi aprovado com financiamento estipulado em 1% da receita das empresas de telecomunicações, não foi, contudo, iniciado. Mesmo com recursos disponíveis de aproximadamente dois bilhões de reais no Tesouro Nacional, por insuficiência de regras e definição das instituições que deveriam cuidar da sua distribuição, não se concretizou (RONDELLI, 2003). Trata-se de mais um programa com boas ideias, mas que não encontra condições para se viabilizar na história das bibliotecas públicas brasileiras.

Ao final dos mandatos do governo FHC, as bibliotecas públicas brasileiras conviviam com diversas políticas de Estado com o mesmo objetivo. O Minc e a FBN trabalharam de forma isolada. As políticas da FBN, o SNBP e o Proler duplicavam serviços, dependendo recursos com as políticas do Minc, ‘Uma biblioteca em cada município’ e ‘Livro Aberto’. Mesmo com a preocupação com o desenvolvimento de uma sociedade da informação brasileira, as políticas de bibliotecas possuíam bons desígnios e propósitos, no entanto, por meio da análise da literatura, verificam-se as mesmas expressões sempre

presentes nos relatórios e nas pesquisas, artigos, teses e dissertações: “contudo, o programa não deixou resultados”, “entretanto, a política não logrou sucesso”, ou “todavia, as políticas não surtiram efeitos”, ou mesmo “porém, o programa não se iniciou”. Por meio de uma análise mais pessimista, concluir-se-ia que tais expressões poderiam resumir a história das bibliotecas públicas até então. Mesmo que tenha sido registrado quantitativamente um aumento do número de bibliotecas em municípios brasileiros de 57% em 2000, para 78% em 2002 (PAIVA, 2008), poucas dessas bibliotecas podem ser adequadas à definição de bibliotecas públicas, muitas não possuem condições mínimas nem ao menos para serem classificadas como bibliotecas.

Essa situação leva a três análises. Numa primeira, considera-se que o jogo político no período democrático, apesar da inclusão de mais atores na elaboração de políticas, acabou gerando um ambiente de competição entre os distintos agentes políticos, refletindo essa disputa nos diferentes órgãos e, assim, levando à duplicação de políticas numa disputa individual por ascensão política. Outra análise, parte do entendimento de que a elaboração das políticas é um processo imbricado e complexo, e que, muitas vezes, é deliberadamente confusa. Nesse entendimento, parte-se do pressuposto de que a ausência do Estado também é uma política deliberada, evidenciando uma vontade do governo de não realizar efetivamente uma política na área. Por último, a análise pode ser realizada pelo viés populista e demagógico da política brasileira. Nessa ótica do uso clientelista das políticas, as políticas são produzidas como propaganda e bandeiras eleitoreiras, ou seja, não há nelas intenção concreta de atender à demanda social. As três análises não são excludentes, podem ser tomadas isoladamente, como de forma conjunta para entender o quadro de políticas para essas unidades de informação, em cada período.

3.2.9.2 Governos do Partido dos Trabalhadores: Lula e Dilma

O governo de Luís Inácio Lula da Silva marcou o início da esquerda brasileira no poder executivo federal, mais precisamente do Partido dos Trabalhadores – PT. O PT ocuparia o cargo durante doze anos até o final do primeiro mandato da presidenta Dilma, que pode se concretizar em quatro anos a mais, caso seja reeleita. De acordo com Paiva (2008), o governo Lula sinalizou, desde o início, a atuação de um governo em busca do bem estar social e, nessa orientação, a cultura teria seu espaço entre as políticas em busca desse bem-estar coletivo.

Segundo Paiva (2008), já no primeiro ano do governo Lula a SLL foi extinta, após breve passagem do poeta Wally Salomão como diretor da Secretaria. Após sua extinção, suas atribuições foram assumidas pela FBN. No mesmo ano, foi aprovado pelo presidente o

Estatuto da FBN, por meio do Decreto 4.819, que seria alterado, em 2004, pelo Decreto 5.038 e, em 2012, pela presidenta Dilma, por meio do Decreto 7.748. A FBN mantinha as atribuições de coordenar o SNBP e o Proler, e ainda de subsidiar a formulação de políticas e diretrizes para a produção e ao amplo acesso ao livro. Assim, a FBN, que tem como objetivo ser depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil (BIBLIOTECA NACIONAL, 2005), assumia para si cada vez mais funções de coordenar as bibliotecas públicas. Conseqüentemente, assumia para si além de suas funções primárias, as de disseminação de informação e conhecimento, educação permanente e fomento à leitura.

Para Paiva (2008), o primeiro grande marco do governo Lula nesse sentido ocorreu em outubro de 2003, quando foi sancionada a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro – PNL. O capítulo da lei que mais trata da biblioteca é o de disposições gerais, os três artigos do capítulo versam sobre a biblioteca pública:

Art. 16. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros.

Art. 17. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura.

Art. 18. Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente. (BRASIL, L., 2003)

Ressalta-se da referida lei que as bibliotecas seriam mantidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto o sistema bibliotecário e programas de incentivo à leitura seriam financiados pelo Fundo Nacional de Cultura, e ainda, que os livros deixam de ser considerados materiais permanentes (BRASIL, L., 2003).

Enquanto a biblioteca novamente era incorporada como elemento receptor do livro para sua difusão na sociedade, outro programa era concebido resgatando o antigo objetivo de implantar bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros com a velha fórmula de enviar *kits*, o Programa Fome de Livro, segundo Paiva (2008, p. 95), subtítulo Programa Nacional de Biblioteca Pública e Leitura, lançado no início de 2004.

Ainda no primeiro ano de mandato do presidente Lula, inicia-se a mobilização para a implementação da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura – CSLLL, espaço de discussão e debate do Estado e da sociedade civil envolvendo toda a cadeia produtiva do livro e da leitura, e que se estabeleceria no ano seguinte (PAIVA, 2008). De acordo com o balanço de ações sobre a área (BRASIL, M., 2010a), a CSLLL foi criada oficialmente em 2006, integrando o Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC – e o Sistema Nacional de Cultura – SNC. Foi a primeira vez na história das políticas de bibliotecas públicas que a sociedade civil foi convocada a participar da elaboração dessas políticas. Em 2009, as Câmaras Setoriais foram transformadas em Colegiados Setoriais e integrariam o Conselho

Nacional de Políticas Culturais, assim o CSLLL se tornaria Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura (BRASIL, M., 2010a).

Finalmente, em 2006, surge o Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL, que dará subsídio à criação dos Planos Estaduais do Livro e da Leitura, referentes aos estados e ao Distrito Federal. O PNLL surge em sintonia ao *Plan Ibero-americano de Lectura* e a marca do programa federal VIVALEITURA. Ele se deu a partir de debates e articulações com a sociedade, constituindo-se de 18 objetivos e metas organizadas em 4 eixos principais: democratização ao acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização institucional da leitura e incremento de valor simbólico; desenvolvimento da economia do livro (MACHADO; CALIL JUNIOR, 2014). Logo no início da introdução do PNLL, as bibliotecas públicas são salientadas:

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de Nação com uma organização social mais justa. Têm por base a necessidade de se formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável (BRASIL, M., 2006, p. 12).

Para Paiva (2008), o ineditismo do PNLL é a união dos Ministérios da Educação e da Cultura, nunca antes ligados formalmente a um programa relacionado às bibliotecas públicas. Outro mérito deste PNLL é a participação social. Desde 2004 foram realizados encontros preparatórios em macrorregiões do Brasil (BRASIL, M., 2006). Conforme Paiva (2008, p. 103), a CSLLL reuniu-se diversas vezes aprimorando o documento interministerial. O PNLL é dividido em quatro eixos principais que orientam a organização do Plano: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização do livro e comunicação; além do desenvolvimento da economia do livro (BRASIL, M., 2006). Assim, segue também essa divisão o Plano Distrital do Livro e da Leitura – PDLL.

Contudo, não há no PNLL normatização que garanta o orçamento, o controle e o acompanhamento das implementações das políticas públicas. Em ambos, PNLL e PDLL, “as ações e projetos inscritos no PNLL devem ser autossustentáveis por orçamentos de seus promotores, sejam eles públicos, sejam privados” (BRASIL, M., 2006, p.33). Essa passagem, ao final do texto, isenta o Estado do compromisso com o próprio PNLL. Para a análise mais profunda dos verdadeiros propósitos do PNLL, não cabe ater-se somente ao seu texto, porque todo texto documental de uma política pública constitui-se panfletário. Ao estudar as políticas visando o desvelamento de seu significado, deve se considerar os

atores, seu processo de elaboração e de implementação, além de seus impactos dentro de uma perspectiva sistêmica.

No ano de 2007, a reponsabilidade pela política de leitura passou a ser compartilhada entre a Biblioteca Nacional e a Secretaria de Executiva do Minc. No mesmo ano, por meio do Decreto Federal nº. 6.226, de 4 de outubro de 2007, foi instituído o Programa Mais Cultura com três linhas de ações, com metas que seriam absorvidas posteriormente pelo Plano Nacional de Cultura – PNC. Ainda em dezembro 2010, foi instituído o PNC pela Lei nº 12.343, com validade de 10 anos, no qual, entre suas metas, seis são voltadas para bibliotecas públicas (MACHADO; CALIL JUNIOR, 2014, p. 2292), entre elas a antiga meta de criação de bibliotecas em todos os municípios brasileiros, modernização de metade das bibliotecas do país e disponibilização do acervo de todas as bibliotecas públicas no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC. Também cabe salientar que sob a liderança do deputado federal José Stédile foi lançado, em 2011, a Frente Parlamentar em Defesa das Bibliotecas Públicas na Câmara dos Deputados (MACHADO; CALIL JUNIOR, 2014, p. 135), mas não há na literatura vigente muitos estudos sobre as ações realizadas por essa Frente.

Em 2009 foi realizado pela primeira vez no país o *I Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais*, divulgado em abril de 2010, encomendado pelo Minc e empreendido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Esse diagnóstico demonstrou que havia 4.763 bibliotecas municipais abertas, em que a maioria dispunha de acervo com até 5 mil volumes constituído basicamente de doações. Apenas 9% possuíam serviços para pessoas com deficiência visual e 6% tinham serviços para pessoas com outras deficiências, 12% ofereciam serviços de extensão e apenas 29% acesso à internet ao usuário, 44% não oferecia qualquer programação cultural (BRASIL, M., 2010a).

Mais recentemente, algumas políticas consolidadas em ações e programas do Estado têm buscado reconstruir uma biblioteca voltada às diversas necessidades informacionais da comunidade a qual prestam seus serviços e de estímulo ao desenvolvimento da cidadania. Tal é o caso da Biblioteca Parque de Manguinhos, no Rio de Janeiro, e a da Biblioteca de São Paulo Parque da Juventude, construída na antiga área da Casa de Detenção do Carandiru em São Paulo (SILVA, 2012), as quais inspiradas nas biblioteca-parques do modelo de Bogotá, e com *design* próximo a das grandes livrarias, essas bibliotecas buscam atender de forma dinâmica e atrativa as necessidades informacionais da sociedade.

Verifica-se que as políticas voltadas às bibliotecas públicas, tanto da Nova República como desde o governo de Vargas, tinham como objetivo a criação dessas bibliotecas em todos os municípios do país. Ainda que se conseguisse implementar uma biblioteca em cada município das entidades federativas do Brasil, qual seriam os benefícios

dessas bibliotecas á sociedade brasileira? Como coloca Paiva (2008, p.118) “[...] não se discute a trabalhosa questão: ‘*Que bibliotecas* precisamos e queremos hoje, em cada município desse País?’”.

Mais recentemente, a biblioteca pública começou a ser vista como uma instituição indispensável à consolidação da Sociedade da Informação, mas na quase totalidade das políticas foi identificada apenas como receptáculo de livros, passando pelas funções de guarda e preservação à sua difusão e promoção. Todavia, ainda, apesar dos belos textos dos documentos dos programas, planos, leis e decretos, eles ainda não conseguiram atingir a realidade dessas unidades de informação. Paiva (2008, p. 125) aponta que, de fato, foi verificada a prolixidade dos textos em contraposição à timidez das ações concretamente empreendidas.

Além disso, nota-se que essas políticas não são contínuas. A cada governo novos programas são instituídos, recebem novos nomes, novos diretores, e como sempre vão sobrepondo objetivos e dispersando recursos (PAIVA, 2008). Além do mais, observa-se a ausência de uma política clara e coesa para a área. Na história das políticas das bibliotecas públicas, essas se encontraram fragmentadas e como subprodutos de outras políticas, do livro e da informação, e muitas vezes duplicadas em diferentes órgãos e instituições.

Com relação à identificação dos atores sociais na elaboração de políticas públicas, Machado e Calil Junior (2014, p. 134) apontam importantes instituições do cenário internacional na elaboração destas:

No cenário internacional a Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições (IFLA), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Centro Regional para o Fomento na América Latina e o Caribe (CERLALC) e o Programa IBERBIBLIOTECA ocupam um espaço nas políticas públicas para bibliotecas no país.

Dessa forma, constitui-se um panorama das políticas públicas que vem influenciando a formação do atual formato das bibliotecas públicas brasileiras. Para Paiva (2008), o retorno ao Estado de direito no Brasil, após a ditadura militar, possibilitou que a sociedade pudesse posicionar-se e participar das decisões políticas. Assim, o contexto que se analisa sugere que as políticas públicas para bibliotecas públicas padeçam do mesmo mal que o recente sistema democrático brasileiro, que é a lentidão nas mudanças e melhorias sociais, apesar da inclusão da população no jogo político. Lentidão ainda maior para o desenvolvimento dessas bibliotecas, porque, com exceção da experiência paulista logo desconstruída pelo governo getulista, a participação dos bibliotecários na história das políticas de bibliotecas públicas tem sido muito tímida, permitindo que a imagem social que se formou dela prevaleça como política, em detrimento da visão técnica e científica.

4. Sociedade da informação

Desde o final do século XX, os teóricos Wersig e Neveling (1975, p. 28) já apontavam para o problema da transferência do conhecimento para aqueles que dele necessitam como uma responsabilidade social da Ciência da Informação, e, ainda, que essa responsabilidade social seria o real motivo de sua existência, “[...] the problem of transmitting knowledge to those who need it is a social responsibility, and this social responsibility seems to be the real background of ‘information science’”. Para os autores, a ciência da informação é baseada na noção de necessidades de informação e relacionada com o estudo de métodos de organização dos processos de comunicação numa forma que atenda a essas necessidades.

Se no final do século XX a transferência do conhecimento era considerada objetivo da Ciência da Informação, no século XXI, com o advento da Sociedade da Informação, ou do Conhecimento, em que a informação passa a ser vital e estratégica, tanto para as pessoas como para instituições, organizações e empresas, a transferência se torna ainda mais relevante. As novas tecnologias de informação e comunicação possibilitam novas formas de relacionamento entre as pessoas, como também novas modalidades de produção, comunicação e organização da informação, trazendo novos desafios para a recuperação da informação. Segundo Castells (1999, p. 39), “Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado”.

Na denominada “Sociedade da Informação”, ou “Era do Conhecimento”, a informação é levada à posição de recurso essencial para instituições, como gerador de vantagem competitiva (ESCRIVÃO; NAGANO; ESCRIVÃO FILHO, 2011) e, para os indivíduos, como agente essencial para desenvolvimento profissional, intelectual e cívico do cidadão (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS, 1994; BERNARDINO; SUAIDEN, 2011). Nesse cenário, o Brasil, mesmo não possuindo uma homogeneidade das novas formas de relação social em todos os lugares, é considerado como uma sociedade informacional e o será ainda mais no futuro, na medida em que está profundamente envolvido e transformado pelo “paradigma informacional” (CASTELLS, 1999, p. 57).

Essas novas dinâmicas de produção, troca e uso da informação provocaram, também, novas reconfigurações nas relações entre o Estado e a sociedade, conforme Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p.3), “Sob a égide de uma dimensão informacional cada vez mais densa e complexa, o Estado adquire novos contornos, assim como a cidadania

tende a forjar novos mecanismos informacionais para o exercício de direitos políticos e civis”. Nesse contexto, a informação torna-se o sustentáculo dessa sociedade e ao assegurar o direito à informação o Estado permite que outros direitos venham ser amparados conjuntamente (TUDINO, 2009, p.185). Assim, a necessidade de se amparar a informação, assegurando seu acesso, é um dever essencial que deve ser garantido pelo Estado.

No Brasil, seguindo esse mesmo entendimento, o Direito à Informação é um direito garantido constitucionalmente desde 1988, assegurado pela Carta Magna brasileira, em seu artigo 5º, inciso XIV, “é assegurado a todos o acesso à informação” (BRASIL, C., 2005, p.15), bem como por disposições internacionais, como o artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos que preceitua que “Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independente de fronteiras” (NAÇÕES UNIDAS, 2005, p. 9). Ainda, no preâmbulo da Declaração, considera-se “essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão” (NAÇÕES UNIDAS, 2005, p. 1). Ou seja, além de ser considerado um direito humano reconhecido internacionalmente e ser um direito fundamental expresso na Constituição Brasileira, o direito à informação é tido como essencial contra a opressão, exclusão social e para dignidade humana. Nesse sentido, a informação então passa a ser reconhecida como um direito humano fundamental, um bem, e sua tutela um dever do Estado. E, assim, a tutela e o amparo ao acesso à informação devem ser primordiais ao Estado e realizado da forma mais planejada e organizada possível (TUDINO, 2009, p. 184).

4.1 Políticas públicas na sociedade informacional

No Brasil, as políticas de Estado para as bibliotecas públicas são fragmentadas em políticas na área da informação e da cultura, sendo que, nessa última área, particularmente, estão incluídas as políticas de livros e de leitura. As políticas de informação, no Brasil, são mais recentes, têm origem no governo Fernando Henrique Cardoso. Enquanto as políticas para a cultura remontam a Revolução de 1930. Segundo Rubim (2007, p. 103),

[...] dois experimentos, praticamente simultâneos, inauguram as políticas culturais no Brasil: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema à frente deste ministério, de 1934 até 1945.

Para o autor, apesar de as experiências serem municipais, portanto regionais, elas, ainda, representaram o panorama histórico acerca das políticas culturais brasileiras, pois suas práticas e ideários transcenderam as fronteiras paulistanas.

Após as relações tumultuadas entre políticas culturais e governos autoritários, a área cultural é praticamente desmontada no governo neoliberal de Fernando Collor, sob o novo regime democrático. Posteriormente, e até os dias atuais, as políticas culturais têm sido financiadas pela utilização de incentivos fiscais. Por não ter sido considerada área prioritária para os sucessivos governos, essas políticas não têm vinculado recursos suficientes que causem impacto na sociedade. Rubim (2007, p. 109) aponta que [...] “se houve política de cultura, ela se concentrou em ampliar a utilização das leis de incentivo pelo mercado”.

Já na área da informação, as políticas públicas são tradicionalmente pautadas por quadros teóricos referenciais econômicos. Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002) apontam que evidências empíricas demonstram que o discurso dominante em política da informação é enquadrado pela economia política e argumentam sobre a necessidade de se mudar o discurso econômico, pois esse quadro mostra-se cada vez mais inútil para a compreensão dessa questão na contemporaneidade.

As políticas públicas voltadas à Informação, além dos seus problemas comuns de formulação e implementação, apontados anteriormente, possuem outra dificuldade, pois nessa área, essas políticas são sistematicamente negligenciadas. No Brasil, existe um descaso histórico em duas áreas em especial, a cultural e a educacional (ROSA; ODDONE, 2006). Para Cubillo (2003), as políticas voltadas à área da informação são “as parentas pobres” das políticas públicas na América Latina, referindo-se aos programas e ações governamentais associadas à informação. Constituem uma área que nunca conseguiu se instalar nos lugares preferenciais da agenda dos governos nos países da América Latina. Sendo assim, as políticas de Estado para as bibliotecas públicas situam-se num contexto pouco animador, porque as bibliotecas públicas não são claramente definidas como componente de políticas de informação, nem das de cultura, tampouco de educação. Na verdade, as bibliotecas públicas encontram-se fragmentadas nas políticas para a área da informação e da cultura, de uma forma geral.

4.2 Bibliotecas públicas na Sociedade da Informação

A biblioteca pública na atualidade tem funcionado em dissonância com as diretrizes internacionais e com suas funções apontadas por especialistas. Essas unidades de informação não têm servido ao seu público na satisfação de suas necessidades informacionais, proporcionando aos cidadãos autonomia nos estudos e capacitação continuada, promovendo seu desenvolvimento intelectual, social, ou cívico, nem mesmo fomentando a produção cultural e armazenamento da memória local, ou mesmo como lazer ou espaço de letramento informacional e inclusão digital. A biblioteca pública não tem atuado de forma orgânica em relação à sociedade e suas demandas informacionais, assim, não tem alcançado sua função social. Ela ainda tem tentado realizar seu papel edificante na formação dos cidadãos cultos e letrados, conforme a imagem social construída em sua história. Alguns pesquisadores apontam um problema de identidade ainda maior. Para eles, a biblioteca não apenas se desviou de sua função, como perdeu seu significado e identificação, para Milanesi (1986, p. 116, grifo nosso), “a biblioteca é um serviço oferecido à população, mas sem que o público saiba exatamente qual a sua serventia. **A biblioteca, inclusive, desconhece a sua função**”.

Assim, essas unidades de informação têm perpetuado, ainda que de modo precário, o modelo europeu de bibliotecas, o qual foi introduzido no período colonial e foi ampliado durante os regimes autoritários brasileiros. Todavia, nem esse objetivo tem sido cumprido de forma satisfatória. Por muito tempo as bibliotecas públicas brasileiras foram mantidas por doações de particulares, porque ao Estado faltavam recursos de toda a sorte para mantê-las. Na atualidade, as políticas públicas mantêm minimamente recursos para a administração e funcionamento dessas bibliotecas.

Por isso, na atualidade, talvez as características comuns mais evidentes das bibliotecas públicas brasileiras, para Suaiden (1995), sejam seu mau funcionamento, a falta de profissionais, a descontinuidade de recebimento de recursos econômicos, a irregularidade do aumento do acervo, o atraso de seus serviços e o inchaço de pessoal que absorve e desvia recursos. Oliveira (1994, p. 188-189) também tem essa mesma percepção sobre as bibliotecas públicas brasileiras, para a autora, “no Brasil as bibliotecas públicas tomaram feições de repartições públicas, sobre a qual a comunidade não exercia participação, nem qualquer fiscalização e avaliação de desempenho”, assim como Milanesi (1983, p.63), que critica o estado atual dessas bibliotecas, afirmando que elas “são depósitos quase sempre mal cuidados, entregues ao mau humor dos funcionários públicos” e ainda, de forma mais crítica, coloca que: “biblioteca pública é sinônimo de museu de livros por mostrar coleção morta”!

Esse é o quadro geral das bibliotecas públicas. Verifica-se, dessa forma, o distanciamento entre a teoria, “o que deveria ser”, para a realidade, “o que realmente é”. Ao resgatarmos a definição proposta de biblioteca pública como ponto de acesso, principal e dinâmico, da comunidade, para responder de modo proativo suas necessidades informacionais em suas múltiplas formas, observa-se a dificuldade de denominar de bibliotecas públicas os espaços identificados pelo Brasil, como lista Milanesi (1986, p. 95), que as identifica como armários com livros em salas fechadas; salas únicas para depósitos e leitura (e trabalhos técnicos); salas com livros em escolas públicas; armário com livros, fechado numa saleta que abriga outras atividades; todas essas situações reconhecidas socialmente como bibliotecas públicas.

Para que essas bibliotecas possam retomar o caminho como instituição expressiva na sociedade da informação, várias modificações devem ser realizadas. Entre elas, as apontadas como mais significativas são as indicadas por Suaiden (2000): a disseminação de informação útil, adequação de seus serviços às necessidades da comunidade a qual serve e conseqüentemente sua segmentação do mercado. Nesse sentido, elas poderiam prover as comunidades, ou grupos dessa comunidade (grupos de mães, dependentes químicos, idosos, etc.), de informações voltadas às soluções de seus problemas. Ainda, como aponta Almeida Junior (1989, p. 99),

As bibliotecas poderiam estar contribuindo com as classes populares, fortalecendo seus mecanismos de defesa: oferecendo condições para um aumento do seu grau de consciência; possibilitando a aquisição de instrumentos que possam ser utilizados com arma contra opressão.

Harris (1991) também coloca que a informação, como fator necessário a resoluções de problemas, e a habilidade de identificá-la e manuseá-la levariam grupos de comunidades e indivíduos com interesses comuns a trabalharem juntos, criando suas próprias oportunidades de libertação. Suaiden (2000, p. 59) corrobora esse argumento e aponta que se faz necessário a conscientização social da comunidade, permitindo ao membro da comunidade efetivamente entender e expressar suas necessidades cotidianas e informacionais, ainda,

[...] à medida que a biblioteca pública se vincular adequadamente com a comunidade, ela passará a ser o caminho que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação. Isso é de extraordinária importância em um país onde a desinformação atinge altas proporções, e, sem essa oportunidade, milhares de pessoas jamais terão oportunidade de entender e de ter noção dos seus direitos e deveres em uma sociedade globalizada, pois o acesso à informação, nos novos tempos, significa o investimento adequado para diminuir as desigualdades sociais e as formas de dominação que foram dominantes na história contemporânea (SUAIDEN, 2000, p.60).

Outra importante transformação é a criação de serviços de apoio aos cidadãos que hoje se encontram excluídos dos serviços dessa instituição pública, os analfabetos. No Manifesto da IFLA está expresso o apoio aos programas de alfabetização para os diferentes grupos etários, e, se necessário, a sua própria criação (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS, 1994). Milanesi (1986) também aponta a necessidade do apoio e criação dos serviços de alfabetização dessa população marginalizada, assim como a disponibilidade de um acervo acessível a esses cidadãos. A grande porcentagem da população analfabeta foi justificativa para os inúmeros fracassos dos projetos e políticas para bibliotecas públicas. Contudo, como colocou Suaiden (2000), o alto percentual de cidadãos iletrados permitia à biblioteca o clima ideal para se trabalhar com informação em seu formato oral, tanto na disseminação como na preservação da cultura local. Ou seja, o analfabetismo da população não justifica a dissociação da biblioteca de sua função informacional, mas a imagem desvirtuada da biblioteca a impediu de cumprir sua função social. Por isso, faz-se mais que urgente o apoio e a criação de cursos de alfabetização, além de um acervo condizente com a população historicamente marginalizada desse serviço público.

Outras características atuais das bibliotecas também são analisadas na literatura, como, por exemplo, as normas e regras que impõem o silêncio no recinto delas. Ressalta-se que, como mostrado no presente trabalho, a imposição do silêncio nas bibliotecas não foi uma decisão racional, mas antes uma imperatividade espiritual que remonta as bibliotecas monásticas da Idade Média. Milanesi (1986, p. 225, grifo nosso) coloca que “aí está um paradoxo: a informação é algo que deve ser compartilhado e discutido. **Cada leitor ao receber uma informação transforma-se num conversador em potencial**”; e também que:

Seria possível e desejável que, indo além do ato de ler, os usuários fizessem transbordar os dados recebidos e reflexões feitas para que todos participassem da busca para a reelaboração de um discurso. O processo que leva à informação será mais eficiente se houver comunicação entre os informados (Idem).

O hábito de se exigir o silêncio nas bibliotecas revela uma prática não refletida na formação acadêmica do bacharel em biblioteconomia. Essa discussão leva à análise da imagem da biblioteca pública enquanto instituição social e da formação do bibliotecário. Revela uma formação que foca os aspectos técnicos e tem deixado de fora questões menos pragmáticas. Afinal, ao analisar os objetivos da biblioteca pública destacados no capítulo 2.3 (dois ponto três), entre eles, o de ser agente de mudança social, desenvolvimento social da comunidade e desenvolvimento do indivíduo, nota-se a importância do processo de comunicação entre os próprios sujeitos. Ora, a comunicação oral é uma forma de acesso à informação, em dados momentos mais importante e acessível que a informação escrita. A

biblioteca dissemina informação pelos diversos formatos existentes, e ainda essa biblioteca tem como objetivo expreso apoiar e assegurar a tradição oral, portanto, como se exigir que o silêncio impere em todos os seus espaços?

A imagem da biblioteca como templo do saber afasta o cidadão desse equipamento público na solução de suas necessidades cotidianas. Essa imagem tem sido aos poucos desconstruída, principalmente pelos estudos sobre a área. Atividades culturais, como cursos, palestras e eventos vêm esboroando a representação social dessa biblioteca e desfazendo sua taciturnidade e tornando-a centros culturais mais dinâmicos, como centros irradiadores de informação. Como aponta Leitão (2011, p. 264), “[...] cabe à biblioteca instituir atividades como cursos, palestras, teatro, saraus, integrando e interagindo com a comunidade neste espaço que é público”, para Milanesi (1986, p.226), “A biblioteca então não só deve dispor de informações, mas oferecer uma série de atividades que dê sentido a elas”, e Oliveira afirma que a biblioteca seria (1994, p.203) “[...] capaz de promover atividades que possibilitassem a convivência das pessoas da comunidade, num momento de criação de novos conhecimentos, de novas respostas”.

Os livros são escritos para serem lidos, todo leitor tem o seu livro, todo livro tem o seu leitor, poupe o tempo do leitor, a biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 1931). Essas são as famosas cinco leis da Ranganathan, os prolegômenos da biblioteconomia. A última lei tem interesse relevante para o trabalho, pois aponta a biblioteca como um organismo em contínua transformação e desenvolvimento e indica a necessidade de constantes ajustes na perspectiva de lidar com ela (RANGANATHAN, 1931, p. 382). Ou seja, a biblioteca como organismo em crescimento terá um desempenho diferenciado em cada sociedade. Como afirma a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (2012, p.1),

As bibliotecas públicas são um fenômeno mundial. Encontram-se em várias sociedades, em diferentes culturas e distintos estágios de desenvolvimento. Apesar de os diversos contextos em que as bibliotecas atuam resultarem em diferenças nos serviços oferecidos e nas formas como são oferecidos, normalmente apresentam características em comum, que podem ser assim definidas.

Mais uma vez é ressaltada a importância dessa biblioteca atuar de acordo com as necessidades das comunidades. Todavia, o mundo globalizado impõe às Nações-Estados, também, desafios comuns, como o desafio da concretização da chamada Sociedade da Informação. Castells (1999) afirma que o mundo está se informacionalizando, umas sociedades de forma mais rápida que outras, mas que cada vez mais as barreiras de espaço e tempo estão sendo demolidas pelas tecnologias de comunicação e informação. Para o autor, “[...] por causa da natureza da nova sociedade baseada em conhecimento, organizada em forma de redes e parcialmente formada de fluxos, a cidade informacional não

é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo predomínio estrutural do espaço de fluxos” (CASTTELLS, 1999, p. 488). O mundo está sendo modelado em torno de fluxos, no qual o fluxo informacional é um desses componentes, e gerando uma sociedade cada vez mais global e conectada em redes.

Contudo, a biblioteca brasileira tem mudado muito pouco em relação ao desenvolvimento social e às mudanças que as tecnologias de comunicação e informação vêm promovendo. Enquanto ela parcamente conseguiu cumprir sua função, é demandada por novos desafios de uma sociedade que se altera constantemente e de forma cada vez mais veloz. A função de satisfazer as necessidades informacionais da comunidade, apontada pela literatura e ainda não alcançada pelas bibliotecas, é complementada por outras vindouras. As novas dimensões digitais, a crescente inovação tecnológica, as hodiernas alterações na compreensão de tempo e espaço, provocadas pela internet, e outras novas tecnologias de comunicação e informação poderão também transformar o conceito de comunidades, ou mesmo de necessidade de informação.

Nesse sentido, alguns autores já sinalizam alguns pontos e características que devem ser levados em consideração para o futuro das bibliotecas, ou para as bibliotecas do futuro. Cendón (2005, p.7) aponta como um desafio aos pesquisadores repensar a biblioteca sob os novos conceitos introduzidos pelo que chama “era digital”, na qual documentos e outros registros de conhecimento migram para o novo suporte. Olinto (2010) coloca que a questão do papel da biblioteca pública e sua relevância diante das novas possibilidades de fontes de informação acessíveis dos mais diversos lugares é a capacidade dessa instituição de prover serviços e informação que promova o desenvolvimento da cidadania e o encorajamento da participação cívica, sobretudo levando em consideração que a população não é informacionalmente letrada. Para o autor, a população em geral possui competência informacional limitada e “criar mecanismos para o desenvolvimento desta competência, incluindo sua dimensão digital, é um desafio que se coloca atualmente às bibliotecas públicas” (OLINTO, 2010, p.81). Maness (2007) coloca que, na sociedade da informação, os usuários deveriam ter uma nova relação com as bibliotecas, em que possam ter maior participação em suas transformações, e também que os novos serviços das bibliotecas mudarão “focando mais na facilitação da transferência da informação e em alfabetização informacional do que fornecendo acesso controlado a isso”. (MANESS, 2007, p.49).

Já Arruda (1998? *apud* ROLIM, 2010, p.32) atenta que com o advento da sociedade da informação, a função informacional, relacionada à oferta de atividades e serviços correspondentes às necessidades dos usuários, toma uma dimensão maior para as bibliotecas, “como uma proposta para o desenvolvimento e implantação de uma atuação alternativa à Biblioteca Pública tradicional”. A função informacional, assim, passa a ser identificada como o maior objetivo desse tipo de biblioteca, superando a função de formação

de um público leitor, esta última, que foi a principal finalidade durante quase um século no Brasil⁵.

Por fim, um último grupo de autores considera que as bibliotecas públicas perderão espaço para as novas tecnologias de comunicação e informação e suas funções se tornarão mais convergentes com o papel de centros culturais e de convivência. Esse grupo pode ser representado pelo pensamento expresso no artigo de Herrera-Viedma e López-Gijón, (2013, p. 1832), publicado pela revista *Science*:

Traditionally, the library's goal has been to store the information generated by society. People would visit libraries for the purpose of accessing this information with the help of a librarian. With the advent of the Internet, the Web has assumed the traditional role of libraries, and search engines (such as Google) have assumed the role of the librarians. However, we believe that there are new opportunities for the libraries in the current information and knowledge society [...]Libraries can also serve as social spaces.

O artigo ainda finaliza de modo imperativo, “Libraries must adapt to stay relevant in today's society”, ou seja, para continuarem relevantes na atual sociedade, as bibliotecas devem se adaptar, adaptarem-se a centros de convivência.

Se as bibliotecas públicas do futuro, ou o futuro dessas bibliotecas, tornar-se-ão centros de convivências, terão cada vez mais uma função informacional, ou tornar-se-ão bibliotecas virtuais, não há como prever. Todavia, esses aspectos devem ser levados em conta na análise dessa unidade de informação em relação ao seu impacto na sociedade brasileira e no tratamento recebido pelas políticas públicas, para refletirmos sobre seu papel e seu futuro. Pois como aponta Milanesi (1986, p.12), “[...] se ela [a biblioteca] não ocupar os espaços que as necessidades sociais e os avanços tecnológicos criam, progressivamente será marginalizada como instituição do passado e, portanto, sem função”.

Quais espaços as bibliotecas públicas brasileiras ocuparão, dependerá tanto do progresso científico da Ciência da Informação quanto dos meandros das políticas de Estado para essas bibliotecas. Como observado na história das bibliotecas públicas, as políticas elaboradas para elas definiram seus objetivos, sua imagem e seus serviços prestados. Dado que o conhecimento acadêmico produziu uma definição dissonante da realidade das bibliotecas, construiu-se um vácuo entre a teoria e a prática. Mas, aos poucos, por meio de ações específicas e políticas isoladas, vêm sendo construídas pontes entre a definição de bibliotecas públicas e sua realidade.

Todavia, como observado no decorrer da análise histórica da biblioteca pública brasileira, ela também é um espaço de disputa ideológica, porque é um importante

⁵ A função de formação de um público leitor para o consumo de livros e aquecimento do mercado editorial foi imputada à biblioteca pública pelas políticas de Estado desde a Ditadura Getulista aos dias atuais.

equipamento cultural de acesso à informação, e, como visto, foi utilizada para a emancipação social de comunidades e indivíduos, mas também, como em outros períodos, serviu para auxiliar no controle social e moldar cidadãos conforme o interesse do Estado. Isso porque, segundo Suaiden (2000, p. 57), “[...] os diversos segmentos da sociedade têm expectativas diferentes em relação ao papel da biblioteca pública”. Entretanto, como afirma Myrian Gusmão de Martins, no prefácio do livro *Conceito de Biblioteca* (MARTINS, M., 1984), “O essencial para que se crie uma biblioteca é o consenso social, sem o que jamais se estabelece uma verdadeira instituição”.

Conforme Lindoso (2004), a importância das bibliotecas à população não surge espontaneamente. E, como observado, as políticas até então têm fomentado o desenvolvimento de um modelo de bibliotecas ultrapassado que não atende às necessidades da sociedade. Miranda (1978, p. 72; p. 73) indicou que a informação é imprescindível para o desenvolvimento de um país, “[...] o subdesenvolvimento é causado pela falta de informação – país rico é aquele que gerou ou absorveu a informação que necessitava para o próprio desenvolvimento e dedica parte desses conhecimentos para a exportação e manutenção de seus privilégios”, e alvítra: “se a biblioteca for útil, ela será estimada, apoiada e prestigiada. Se, ao contrário, ela for um OVNI ou uma avis rara alienada dos interesses locais, existir ou não existir não fará a menor diferença para o cidadão comum”. Dessa forma, para a biblioteca pública assumir sua função na sociedade brasileira se faz necessário que sua representação social se modifique de forma condizente com seus objetivos e, assim, a população compreenda e utilize seus serviços, pois, como afirma Milanesi (1986, p.180), “no instante em que ela passa a ser considerada uma necessidade, está cumprindo seu papel”.

5. Políticas de Estado para bibliotecas públicas

Conforme visto na revisão, as bibliotecas públicas estiveram em quase sua totalidade presentes nas políticas culturais, mas também nas políticas de informação e educação. Pela maior inserção nas políticas culturais, Machado (2010, p. 97) afirma que são as políticas culturais que determinam o desenvolvimento e o modelo das bibliotecas públicas “[...] são as políticas culturais que, por meio de sua administração pública e do conjunto de leis e regulamentações, buscam caminhos para o fortalecimento dessas [as bibliotecas públicas]”. Também para Milanesi (1986, p. 186), são as políticas públicas dessa área que darão os contornos dessa biblioteca, “Para o público ou do público? Essa questão determinará toda a política cultural, dando os contornos para a biblioteca”. Ou seja, as definições das políticas culturais proporcionarão o caminho do desenvolvimento das bibliotecas públicas.

Por meio dessas políticas a biblioteca pública tem assumido timidamente e em quadros isolados a tentativa de se tornar uma unidade de informação voltada ao desenvolvimento da cidadania e à resolução das diversas necessidades informacionais da comunidade na qual está inserida. Como é o caso da Biblioteca de Manguinhos, no Rio de Janeiro, e da Biblioteca do Carandiru, em São Paulo (SILVA, 2012).

Porém, o traço mais marcante das políticas públicas tem sido seu fracasso. A situação geral dessas bibliotecas no Brasil tem sido de descaso e sucateamento. Machado (2010, p. 94) sintetiza bem o cenário das bibliotecas brasileiras:

Hoje vivendo na chamada sociedade da informação e do conhecimento, e com as novas tecnologias a nosso favor, a biblioteca pública, aquela criada e mantida pelo Estado, deveria ser o ponto de apoio local para a sociedade ter acesso à informação e à leitura. No entanto, no Brasil, essas bibliotecas, de modo geral, ainda são entendidas pela população como um espaço unicamente físico, de organização de documentos no suporte papel e que têm como atividade principal o atendimento às pesquisas escolares.

A biblioteca pública atua de forma deturpada de sua função social, indicada pelas diretrizes da Ifla e pelos teóricos da área. Isso porque a área de biblioteconomia tem tido pouca inserção na sociedade, e, dessa maneira, a imagem que se construiu acerca da biblioteca pública foi formada por meio das diversas deturpações da função dessa unidade de informação ao longo de seu desenvolvimento histórico. Assim, ao analisar a biblioteca pública, verifica-se que os elementos apresentados por ela representam as distorções de seus objetivos ao longo de sua história.

A biblioteca pública é uma instituição em contínua transformação, ao longo da história exerceu diversas variações da sua função primordial, mas, apesar de algumas

variações de suporte, manteve sempre o mesmo objeto de trabalho, documentos, periódicos e os livros. No período colonial, a biblioteca foi inserida na sociedade brasileira, suas características monacais criaram no imaginário social brasileiro a relação entre a biblioteca, o livro, a informação, o saber com o esotérico, o místico. O livro e a biblioteca então são inseridos, não como elementos para a solução dos problemas cotidianos, mas como símbolos de uma sabedoria divina, sobrenatural. Com a vinda do Império, a Biblioteca é apresentada de outra forma à sociedade, como representação de poder e ostentação. Ou seja, a biblioteca estava sempre distante do povo e de suas necessidades imediatas. Com os períodos ditatoriais brasileiros, a biblioteca adquire o formato de órgão responsável pelo entalhamento do cidadão ideal e inicia seu processo de escolarização. De forma resumida, tem-se a biblioteca da atualidade, na qual impera a lei do silêncio para a meditação dos intelectuais sobre as questões da alma, e para a preparação dos estudantes para provas pontuais, como vestibulares e concursos, como indicado na figura 1.

Figura 1– Formação da imagem da biblioteca pública

<p style="text-align: center;"><u>Período Colonial</u></p> <p style="text-align: center;">A biblioteca como templo do saber</p>	<p style="text-align: center;"><u>Período Império</u></p> <p style="text-align: center;">A biblioteca como ostentação de prestígio e poder</p>
<p style="text-align: center;"><u>Períodos Ditatoriais</u></p> <p style="text-align: center;">A biblioteca pública na formação do cidadão “íntegro e correto”</p> <p style="text-align: center;">=</p> <p style="text-align: center;">Escolarização da biblioteca pública.</p>	<p style="text-align: center;"><u>Atualidade</u></p> <p style="text-align: center;">A biblioteca pública como local de estudo, silêncio e obras de valor literário utilizadas pelo sistema educacional;</p> <p style="text-align: center;">A biblioteca pública como elemento esotérico ao cotidiano.</p>

Fonte: Autoria própria

Leitão (2011, p. 264) credita a falta de uma cultura brasileira de uso das bibliotecas à falta de políticas públicas mais amplas, já que, como exposto, houve diversas legislações que decretavam criações nos municípios brasileiros, “[...] leis isoladas que determinem a instalação de uma biblioteca não garantem seu aproveitamento pelo público – analfabeto, alfabetizado funcional ou alfabetizado”. Machado (2010) também aponta a importância de se analisar as políticas públicas para a compreensão de desenvolvimento dessas bibliotecas e sua função dentro da sociedade. Todavia, verifica-se também no processo de construção dessas políticas a disputa ideológica entre os diversos interesses de sociedade. “Para o público, ou do público?”, questiona Milanesi (1986, p.186), qual biblioteca pública será

desenvolvida para o cidadão, para sua emancipação ou controle? Como foi demonstrada na revisão, a biblioteca assumiu ambos papéis na sociedade.

Os estudos realizados sobre as políticas para bibliotecas públicas tem tido uma perspectiva mais histórica do que analítica, como os trabalhos de Oliveira (1994) e Paiva (2008). Não se tem realizado pesquisas com análises mais profundas sobre as políticas, com a identificação dos atores dos diversos grupos interessados no jogo político, os processos realizados na elaboração e implementação das políticas públicas e os impactos delas na sociedade.

A história das políticas das bibliotecas públicas é uma repetição de fórmulas e sucessão de fracassos. Como visto na literatura, as políticas públicas mal sucedidas podem ter suas falhas nas etapas de formulação, como na de implementação, ou mesmo em ambas, sendo que na avaliação que geralmente se percebe seu êxito, ou fracasso. Quando os resultados não são alcançados, mesmo que a política pública tenha sido colocada de forma apropriada, a implementação não foi bem-sucedida. Porém, a falha pode ser que esteja na formulação. Observa-se que a avaliação de uma política pública é tarefa complexa e criteriosa, para se compreender sua falha, ou sucesso, é necessário avaliar os diversos elementos de cada etapa da criação da política. Por isso a importância de o pesquisador conhecer a área com profundidade, para que possa ser capaz de identificar, de forma correta e adequada, os atores, objetos, fatos, etc., que são parte do processo de criação dessa política (DAGNINO, 2002).

Dessa forma, o presente trabalho se apresenta de maneira inédita à área de pesquisa de políticas de Estado para bibliotecas públicas, já que o objetivo deste trabalho visa à análise de uma política específica, a política para bibliotecas públicas incluída no Plano Nacional do Distrito Federal – PDLL, segundo modelos de análise de políticas reconhecidos pelos pesquisadores da área. Ressaltando que, como demonstrado nos referenciais teóricos, a política pública pode ser realizada por meio de legislação, programas, planos e ações estatais com vista a atender certa demanda social. Nessa orientação, o presente estudo se propõe analisar o plano em suas três etapas, elaboração, implementação, avaliação, e ainda suas condições de emergência, mecanismos de operação e prováveis impactos sobre a ordem social e econômica, identificando seus atores na participação do processo de elaboração e etapas da construção do PDLL.

6. METODOLOGIA

Como exposto, o presente estudo tem o objetivo de analisar o Plano Distrital do Livro e da Leitura em relação às bibliotecas públicas e seu desenvolvimento. Devido à natureza do trabalho, utilizou-se abordagem qualitativa, na qual a base lógica adotada é a indução epistemologicamente interpretativista. Para tal incumbência empregou-se a metodologia de Estudo de Caso, aplicou-se, para coleta de dados, entrevistas informais, não estruturadas, gravadas e transcritas, e levantamento documental para posterior análise e interpretação dos dados.

A pesquisa qualitativa, conforme Bryman (2008), não possui a dinâmica tradicional de pesquisas quantitativas, em que as questões teóricas conduzem a uma questão de pesquisa, que por sua vez demanda uma coleta de dados. Na pesquisa qualitativa, teoria é julgada ser um resultado de uma investigação em vez de algo que a precede. Nesse sentido, a revisão de literatura traz uma compreensão sobre o objeto de estudo, mas é a partir do estudo exploratório que se tem uma visão mais precisa sobre o fenômeno, e essa lógica ainda é mais explícita em algumas metodologias, como a Teoria Fundamentada e o Estudo de Caso.

With the latter research strategy, theoretical issues drive the formulation of a research question, which in turn drives the collection and analysis of data. Findings then feed back into the relevant theory. This is rather a caricature, because what counts as 'theory' is sometimes little more than the research literature relating to a certain issue or area. In qualitative research, theory is supposed to be an outcome of an investigation rather than something that precedes it. (BRYMAN, 2008, p. 369). [...] qualitative research is more usually regarded as denoting an approach in which theory and categorization emerge out of the collection and analysis of data (BRYMAN, 2008, p. 370).

Na abordagem qualitativa, também segundo Bryman (2008), a pesquisa possui características próprias, ontológicas, epistemológicas e na relação entre teoria e a pesquisa exploratória, que as diferenciam das pesquisas quantitativas. Segundo esse autor, as pesquisas qualitativas:

[...] predominantly emphasizes an inductive approach to the relationship between theory and research, in which the emphasis is placed on the generation of theories; has rejected the practices and norms of the natural scientific model of positivism in particular in preference for an emphasis on the way in which individuals interpret their social world; and embodies a view of social reality as a constantly shifting emergent property individuals (BRYMAN, 2008, p.22).

Isto é, as pesquisas possuem predominantemente uma base lógica de investigação indutiva, têm rejeitado práticas e normas do modelo positivista das ciências naturais e

incorporam uma visão da sociedade em constante transformação, o que impossibilita a criação de leis gerais, como na física, por exemplo. Outra diferença para o Bryman (2008, p. 22) é que as pesquisas qualitativas são descritas, mais comumente, mais preocupadas com a geração de teorias do que efetivamente com seus testes. Também para o autor:

[...] the practice of social research does not exist in a bubble, hermetically sealed off from the social sciences and the various intellectual allegiances that their practitioners hold. [...] methods of social research are closely tied to different visions of how social reality should be studied. Methods are not simply neutral tools: they are linked with the ways in which social scientists envision the connections between different viewpoints about the nature social reality and how it should be examined. However, it is possible to overstate this point. While methods are not neutral, they are not entirely suffused with intellectual inclinations either. (BRYMAN, 2008, p. 4).

Ou seja, para o autor existe uma explícita influência da teoria sobre a pesquisa. Dessa maneira, seria necessário esclarecer qual seria a base lógica de investigação desse Estudo de Caso. Gil (2012) aponta como métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação: o método dedutivo, o método indutivo, o método hipotético-indutivo, o método dialético e o método fenomenológico. Para Bryman (2008, p 55), a base lógica predominante seria a indutiva: “When the predominant research strategy is qualitative, a case study tends to take an inductive approach to the relationship between theory and research”.

Para Gil (2012), a indução é um método científico que proporciona as bases lógicas de uma investigação, segundo o autor, “[...] De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade”. O estudo indutivo parte das observações e resultados para a elaboração de uma teoria. Mas assim como nas pesquisas dedutivas se encontra a lógica indutiva, nas pesquisas indutivas também se observa a dedução (BRYMAN, 2008, p. 9-13). Assim, esta pesquisa exploratória não parte de teorias observadas na revisão de literatura para a verificação delas na realidade, ela busca, a partir de conhecimento acumulado durante a revisão, compreender uma realidade específica que possa trazer luz à questão das políticas públicas para as bibliotecas em questão.

Epistemologicamente a categoria da pesquisa corrente é *interpretativista*. Segundo Bryman (2008), as pesquisas podem ser classificadas epistemologicamente em *positivistas* e *interpretativistas* e a posição que advoga a necessidade de que estudos sociais sejam semelhantes um modelo científico das ciências naturais é conhecido com *positivismo*, já o *interpretativismo* seria dado como contraste epistemológico, que teria como principais representantes a hermenêutica e a fenomenologia. Além da hermenêutica e fenomenologia, Gil (2012) também aponta a dialética.

6.1 Estudo de caso

O Estudo de Caso permite a utilização e combinação de diversos desenhos epistemológicos e de diferentes técnicas de coleta de dados. Isso porque esse tipo de estudo não é uma escolha metodológica, senão uma escolha do que é estudado, como aponta Stake (2000, p. 435):

Case study is not a methodological choice but a choice of what is to be studied. [...] We could study it analytically or holistically, entirely by repeated measures or hermeneutically, organically or culturally, and by mixed methods – but we concentrate, at least for the time being, on the case [...] As a form of research, case study is defined by interest in individual cases, not by the methods of inquiry used”.

Esse tipo de estudo permite uma análise detalhada e intensiva de um caso específico (BRYMAN, 2008, p. 52). Muitos estudiosos o utilizam para chamar a atenção do que pode ser apreendido de um único caso (STAKE, 2000, p. 435). No caso em questão, busca-se a análise detalhada e intensiva do Plano Distrital do Livro e da Leitura e seu impacto nas bibliotecas públicas, chamando a atenção para a compreensão de como a política foi elaborada para área, assim como já diversas foram realizadas, e quais foram seus impactos.

Bryman (2008, p 55), dentro da discussão sobre validade externa e generalização de Caso de Estudo, questiona como um caso singular pode produzir resultados para que possa ser generalizado para outros. A resposta é que eles não podem ser. Entretanto, o Estudo de Caso permite identificar aquilo que é comum, ou particularidades dos fenômenos estudados. Para Stake (2000, p. 438), o pesquisador em um Estudo de Caso busca aquilo que é comum e o que é particular em cada caso, mesmo que no fim, geralmente, retrate-se o que é incomum. A busca por particularidades compete com a busca por generalidades, mas cada caso possui importantes características, acontecimentos, relações e situações (STAKE, 2000, p. 438). Assim, mesmo que esses estudos não possam ser generalizados, permitem trazer luz a questões que sejam mais amplas que o caso específico.

Ainda, esses estudos podem ser classificados em estudo de caso intrínseco e estudo de caso instrumental:

[...] call study an *intrinsic case study* if it is undertaken because, first and last, the researcher wants better understanding of this particular case [...] call it *instrumental case study* if a particular case is examined mainly to provide insight into an issue or to redraw a generalization. The case is of

secondary interest, its plays a supportive role, and it facilitates our understanding of something else. The case still is looked at in depth, its contexts scrutinized, its ordinary activities, but all because this helps the researcher to pursue the external interest. The case may be seen as typical of other cases or not. Here the choice of case is made to advance understanding of that other interest. Because the researcher simultaneously has several interests, particular and general, there is no line distinguishing intrinsic case study from instrumental; rather a zone of combined purpose separates them (STAKE, 2000, p. 437).

Nesse sentido, o Estudo de Caso corrente é classificado como estudo de caso instrumental, porque o estudo do PDLL visa trazer luz ao entendimento sobre as políticas públicas voltadas à área dessas bibliotecas. Mas, segundo Bryman (2008, p. 55-56), existe outra classificação. Para o autor, o estudo pode ser classificado em cinco tipos diferentes de estudo de caso identificados a partir do objetivo de validade externa. São eles:

- Caso crítico;
- Caso único, ou extremo;
- Caso revelador;
- Caso longitudinal; e
- Caso representativo, ou caso típico.

Nesse entendimento, o estudo em questão, segundo a classificação apontada por Bryman (2008), é um estudo de caso representativo ou típico, que também é denominado, pelo autor, de caso exemplificativo, para diminuir possíveis confusões conceituais que os termos 'representativo' e 'tipicamente' possam ocasionar. Para Bryman (2008, p. 56)

The representative case or typical case [...] a case may be chosen because it exemplifies a broader category of which is a member. The notion of exemplification implies that cases chosen not because they are extreme or unusual in some way but because either they optimize a broader category of cases or they will provide a suitable context for certain research question to be answered [...] The second rationale for selecting exemplifying cases is that they allow the researcher to examine key social process.

6.2 Métodos e técnicas de coleta de dados

Para a coleta de dados do Estudo de Caso em questão, foram realizados levantamento documental e entrevistas gravadas digitalmente.

Os documentos levantados foram as duas versões do PDLL, o projeto Bibliotecas do Cerrado, relatório da audiência pública sobre o PDLL realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, documentos de projetos apontados pela Secretaria de Cultura do

GDF – Secult/GDF, relatório da III Conferência de Cultura do DF, pesquisa socioeconômica do DF realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan.

As entrevistas realizadas foram entrevistas não estruturadas e informais. De acordo com Gil, (2012, p. 111) a entrevista informal é muito semelhante a uma simples conversação, mas se distingue pelo objetivo concreto de coletar dados da realidade pesquisada: “[...] Esse tipo de entrevista é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados”.

As entrevistas utilizadas na pesquisa foram não estruturadas, guiadas apenas por tópicos específicos, que, para alguns entrevistados, possuíram tópicos semelhantes, enquanto, para outros, os objetivos foram mais distintos. Esse tipo de entrevista proporciona a obtenção de uma maior amplitude de dados: “Unstructured interviewing can provide a greater breadth of data than the other types, given its qualitative nature” (FONTANA; FREY, 2000, p. 652). Bryman (2008, p. 196) descreve a entrevista não estruturada:

Unstructured interview: The interviewer typically has only a list of topics or issues, often called an interview guide or *aide-mêmoire*, that are to be covered. The style of questioning is usually informal. The phrasing and sequencing of questions of questions will vary from interview to interview.

Ou seja, na entrevista não estruturada, o entrevistador normalmente tem apenas uma lista de temas ou problemas, muitas vezes chamada de entrevista guia com as questões a serem cobertas. O estilo de questionamento é geralmente informal. Assim, a formulação e sequência de perguntas de questões irão variar de entrevista para entrevista.

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas digitalmente e transcritas, e encontram-se apêndices na presente dissertação para análise de outros pesquisadores. A gravação digital do áudio das entrevistas é uma técnica recomendada por Bryman (2008), pois, para o autor, o som gravado digitalmente possui uma qualidade muito superior à fita cassete, esta frequentemente possui um silvo que dificulta o entendimento do áudio. Ainda, o gravador digital permite ouvir repetidamente partes de difícil compreensão sem comprometer o suporte e também possui tecnologia para diminuir ou eliminar a interferência de qualquer ruído externo. Dessa maneira, facilitando o entendimento e diminuindo a chance de erros na transcrição.

[...] The chief advantage of a digital recording is that is far superior, not least because the familiar ‘hiss’ that can usually be heard when playing back cassette tape is eliminated. It is also possible to enhance the recording so that background noise is filtered out. As a result of the superior sound quality, it is easier to transcribe interviews and also mistakes due to mishearing are less likely. Digital recordings can easily be backed up and can be played back again and again to listen to a portion that may be unclear without increasing any risk to the recording (doing this with tapes

increases the chance of them snapping or affecting the quality of the recording) (BRYMAN, 2008, p. 451-452).

Bryman (2008) também aponta vantagens da transcrição dos áudios das entrevistas. Segundo o autor, a gravação e a transcrição de entrevistas ajudam na correção da limitação natural de nossa memória, permitem um exame mais meticuloso sobre o conteúdo das entrevistas, repetidas vezes, assim como permite acesso dos dados a outros pesquisadores para futuras análises.

[...] the procedure of recording and transcribing interviews has the following advantages: It helps to correct the natural limitations of our memories and of the intuitive glosses that we might place on what people say in interviews; It allows more thorough examination of what people say; It permits repeated examinations of the interviewee's answers; It opens up the data to public scrutiny by other researchers, who can evaluate the analysis that is carried out by the original researcher of the data (that is, a secondary analysis); it therefore helps to counter accusations that an analysis might have been influenced by researcher's values or biases; It allows the data to be reused in other ways from those intended by the original researcher – for example in the light of new theoretical ideas or analytic strategies (BRYMAN, 2008, p. 451-452).

6.3 Amostra

Para o presente estudo de caso foram entrevistados todos os representantes na elaboração do PDLL voltados à área de bibliotecas públicas, servidores da Secretaria de Cultura do GDF – Secult – do governo Agnelo, 2010/2014, e atores da sociedade civil que participaram do processo, além do Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura. Os entrevistados, dessa maneira, foram selecionados estrategicamente, representando uma amostra intencional, não probabilística, denominada por Bryman (2008) de *purposive sampling*.

Purposive sampling ou amostragem intencional é a amostra que possui seus elementos selecionados de forma não aleatória devido a sua relevância para a pesquisa. Por ser uma amostra não probabilística, esse tipo de amostragem não permite que a pesquisa possa ter seus resultados generalizados. Bryman (2008, p. 415) define a amostragem intencional como sendo:

Purposive sampling is a non-probability form of sampling. The researcher does not seek to sample research participants on a random basis. The goal of purposive sampling is to sample cases/participants in a strategic way, so that those sampled are relevant to the research questions that are being posed. Very often, the researcher will want to sample in order to ensure that there is a good deal of variety in the resulting sample, so that sample

members differ from each other in terms of key characteristics. Because it is a non-probability sampling approach, purposive sampling **does not allow the researcher to generalize to a population** (grifo nosso). Although a purposive sample is a not random sample, it is not a convenience sample either. A convenience sample is simply available by chance to the researcher, whereas in purposive sampling the researcher samples with certain research in mind. (...) The researcher needs to be clear in his or her mind what the criteria are that will be relevant to the inclusion or exclusion of cases (whether 'cases' means sites, people, or something else).

Nesse sentido, foram selecionados para a amostra os servidores do GDF que participaram do processo de elaboração e implementação do PDLL: o primeiro Coordenador de Políticas do Livro e da Leitura do GDF e o primeiro Diretor da Biblioteca Nacional, que participaram da elaboração da primeira versão do PDLL; a Subsecretária do Livro e da Leitura do GDF, a primeira Diretora de Políticas de Livro e Leitura do GDF, o segundo Diretor do PDLL e ex-Assessor da Subsecretária do Livro e Leitura do GDF, o gerente do Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal, o Diretor da Biblioteca Nacional de Brasília, que participaram da elaboração versão final do PDLL, além do Coordenador de Participação Popular da Secretaria de Cultura, que participou da organização da III Conferência de Cultura do DF. Como também os atores da sociedade civil, representantes de movimentos sociais e de movimentos associativos relacionados à biblioteconomia: a representante do Fórum Civil do Livro e da Leitura do DF, o representante do Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB 1, os representantes da Associação de Bibliotecários do Distrito Federal – ABDF, as representantes da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – FCI/UnB, os representantes do Colegiado Distrital do Livro e da Leitura.

7. O PLANO DO DISTRITO FEDERAL DO LIVRO E DA LEITURA

O PDLL, assim como as outras políticas existentes para bibliotecas públicas, falhou em sua função, o Plano ficou longe de alcançar suas metas e objetivos e ainda mais distante das expectativas da sociedade civil. Contudo, o resultado e os impactos desse Plano não foram nulos, como será demonstrado, a partir da busca por uma sintonização com outras políticas internacionais, principalmente da América Latina, surge uma preocupação com um modelo de bibliotecas mais harmonizado com o ideal proposto por teóricos e instituições da área.

Cabe ressaltar, como visto na revisão de literatura, que as políticas públicas se operacionalizam por meio de programas, projetos, planos e ações, e também que essas

políticas representam demandas da sociedade para solução de problemas sociais crônicos. Nesse sentido, o Plano Distrital como operacionalização da política de Livro e Leitura tem sua origem na convergência de duas outras políticas, uma nacional e outra local. A política nacional que impulsionou a criação do PDLL foi o Plano Nacional de Livro e Leitura; No DF, conforme o próprio documento, o PDLL dimana da *III Conferência de Cultura do DF: Memória e Invenção*, o qual aponta como objetivo:

Acolher as propostas aprovadas pela III Conferência de Cultura como subsídios para o início de um processo democrático de elaboração de uma política estruturante para o Livro e a Leitura coloca-nos no confronto direto com os problemas existentes e nos permite precisar os mecanismos exigidos na implantação de um novo marco legal, para, desse modo, honrar o compromisso assumido pelo Governador Agnelo Queiroz (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 8).

7.1 Origens do PDLL

7.1.1 III Conferência de Cultura do DF

A III Conferência de Cultura do DF ocorreu entre os dias 29, 30 de abril e 1º de maio. Essa conferência também é fruto da etapa de pré-conferências setoriais e regionais que aconteceram entre os dias 26 de fevereiro e 17 de abril. A metodologia utilizada para a III Conferência teve a intenção de debater diversos temas da cultura, entre eles o *Livro, a Leitura e a Biblioteca*, divididos em eixos e coordenados pela Secretaria de Cultura do GDF. Segundo o documento *Relatório da III Conferência de Cultura do GDF* (DISTRITO FEDERAL, S., 2011), pretendeu-se que as discussões das Pré-Conferências e da III Conferência fossem embasadas pelo documento *Agenda 21*, mas, como no próprio documento indica (DISTRITO FEDERAL, S., 2011, p.7), não se pode afirmar com certeza que as propostas e o documento final aprovado estão em comum acordo com os princípios da Agenda 21.

Conforme o *Regimento Interno da III Conferência de Cultura do DF*, um dos objetivos da conferência é a formulação de estratégias para universalização do acesso e acessibilidade dos moradores do DF aos espaços e equipamentos culturais e à sua fruição e utilização dos serviços. Buscando esse objetivo, organizaram-se as pré-conferências em duas categorias, regionais e setoriais. Nas regionais, das 31 regiões administrativas – RAs – , foram realizadas pré-conferências em apenas 17 delas. Conforme a entrevista com o Coordenador de Participação Popular da Secretaria de Cultura, Nelson Giles, o GDF não teve capacidade de promover as pré-conferências em todas as RAs. As pré-conferências setoriais foram composta por 16 grupos, entre música, audiovisual, livro e leitura, dança,

cultura popular, entre outros, a partir da divisão de quatro eixos temáticos: Diversidade, descentralização e democratização; Economia e Cultura; Patrimônio Cultural e Arquitetura; Formação e Intercâmbio Cultural. Nessas pré-conferências, foram eleitos 312 delegados para a III Conferência.

O documento indica a participação de 3.091 (três mil e noventa e uma) pessoas. No entanto, na área de Livro e Leitura, o documento (DISTRITO FEDERAL, S., 2011, p. 10) aponta a participação de apenas 49 pessoas, sendo 5 delegados. Todavia, o mesmo documento apresenta uma informação significativa, na figura 2, o gráfico relativo de “*como ficou sabendo do evento*” revela que 40,62% dos participantes ficaram sabendo das pré-conferências por meio de *Amigos e Parentes*, e que 26,67% por meio da *Administração Regional*, 12,25% pela *Internet*, pela *Igreja*, 0,7%, e 13,46% por rádio, cartazes e outros, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 2 - Gráfico como ficou sabendo do evento?



Fonte: Autoria própria

Ou seja, a divulgação e comunicação das pré-conferências que elegeram os delegados, quem tem direito a voz e voto, para a III Conferência não permitiu uma participação ampla e democrática da sociedade brasiliense. Dessa maneira, quando no documento se afirma que a III Conferência de Cultura do Distrito Federal atingiu, ao final, seu objetivo, “retomar o diálogo do governo com a população na proposição de políticas públicas por meio da participação popular” (DISTRITO FEDERAL, S., 2011, p 31), isso não condiz com a realidade. E essa é uma prática observada também no PDLL, a contumaz

afirmação do GDF, por meio de documentos e de seus servidores, que as políticas têm tido a participação da sociedade, quando na verdade ela tem sido mínima e muito fragilizada.

De acordo com o Relatório (DISTRITO FEDERAL, S., 2011, p. 32), foram colhidas 500 propostas que seriam votadas pelos delegados na III Conferência. Cada delegado poderia defender cinco propostas, entre três temas distintos, que ele considerasse prioritários. Os delegados então eram divididos em subgrupos de 10 a 20 pessoas e depois votavam nas cinco propostas que seriam consideradas prioritárias. Por fim, foram selecionadas cinco propostas para cada eixo e uma sobre participação social, totalizando 21 propostas que seriam os 21 compromissos do governo.

Apesar de esse relatório da III Conferência de Cultura do DF, produzido em março/abril de 2011, apontar apenas 21 propostas, no *Caderno de apoio da IV Conferência de Cultura do Distrito Federal*, de novembro de 2013, foi apresentado um relatório com a prestação de contas de 100 ações dentro dos quatro eixos temáticos (Diversidade, descentralização e democratização; Economia e Cultura; Patrimônio Cultural e Arquitetura; Formação e Intercâmbio Cultural), e ainda foi acrescentado mais um eixo temático: Biblioteca, livro e leitura. Nesse relatório, entre as 100 ações nos cinco eixos temáticos, cinco são do eixo Biblioteca, Livro e Leitura e, entre esses cinco, está o objetivo de “criar projeto de lei que institucionalize as bibliotecas públicas e o Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura” (DISTRITO FEDERAL, S., 2013, p. 39).

7.1.2 Plano Nacional do Livro e da Leitura

O PDLL não é um plano subordinado ao PNLL, embora esteja em harmonia com o PNLL, como descrito no próprio documento, “O PDLL está em consonância com o Plano Nacional do Livro e da Leitura – Decreto nº 7.559/2011 – e com o Plano Nacional de Cultura – Lei nº 12.343/2010” (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 15), mais ainda, de fato existe uma relação de integração entre as políticas. Apesar de não existir uma relação hierárquica entre os Planos, observa-se um vínculo entre eles, já que o PNLL indica diretrizes e atua como fomentador dos planos estaduais, municipais e distrital. Assim essa relação com o PNLL não é de subordinação, mas de integração, apoio e articulação, como exposto pelo Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLLLB – do Ministério da Cultura em sua entrevista, Fernando dos Santos Piúba:

Nós vivemos num Estado Federativo, onde os entes são autônomos. Os Estados, municípios e o Distrito Federal têm sua autonomia. O que nós fizemos em relação ao Plano. Um dos objetivos e metas do PNLL é a implementação de planos estaduais e municipais [...] a gente tem uma ação

de articulação, de integração, mas não de controle. Tem de acompanhamento, a gente participa desses processos (informação verbal)⁶.

O PDLL foi indicado como uma demanda social durante a III Conferência de Cultura do DF, o PNLL tem essa característica expressa em documentos, como o Manifesto do Povo do Livro, Manifestação pública dos presidentes de entidades do livro e Manifesto pela Secretaria Nacional do Livro, com reivindicações acerca da institucionalidade e do financiamento da política pública da leitura (MARQUES, 2010). Além disso, o PNLL teve sua origem em mais de 150 reuniões públicas em todo o país no ano de 2004-2005, e também aprovado pela CSLLL em dezembro de 2005 (BRASIL, M., 2010a).

Todavia, verifica-se que os marcos iniciais para a criação do PNLL foram documentos e acordos internacionais. Eles são o *Plan Iberoamericano de Lectura* apresentado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI – e pelo Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe – Cerlalc –, organismo da Unesco; a *Declaración de Cochabamba*; e a *Declaración de Santa Cruz de la Sierra*.

A *Declaración de Cochabamba* foi construída na VII Conferência Ibero-Americana de Cultura, na Bolívia, nos dias 2 e 3 de outubro de 2003, onde os Ministros da Cultura acordam, entre outras convenções, adotar o Plano de Leitura Ibero-Americano como ferramenta para o auxílio da erradicação do analfabetismo e solicitam a declaração do ano de 2005 como Ano Ibero-Americano da Leitura. Na Declaração de Cochabamba cada Estado membro se compromete a:

Adoptar el Plan Iberoamericano de Lectura presentado por la OEI y el CERLALC y comprometernos a respaldar su desarrollo, entendiendo que entre sus objetivos se encuentra contribuir a la erradicación del analfabetismo. En este sentido, solicitamos a la Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de Iberoamérica declarar el año 2005 como Año Iberoamericano de la Lectura. Asimismo, proponemos dar inicio al proceso orientado a convertir el Plan Iberoamericano de Lectura en Programa Cumbre (CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE CULTURA, 2003, p. 71).

E a *Declaración de Santa Cruz de la Sierra* foi produto da *XIII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno*, que ocorreu em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, em 14 e 15 de novembro de 2003, na qual acatam a solicitação de o ano de 2005 ser o Ano Ibero-Americano da Leitura e se comprometem com o *Plano Iberoamericano de Leitura* aprovado na *VII Conferência Iberoamericana de Cultura* (MARQUES, 2010). Como

⁶ Entrevista cedida por:

PIUBA, F. S. **Entrevista com o Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Minc.** [nov. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 2 arquivos .mp3 (33 min. 31 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

também pode ser observado na Portaria Interministerial n.º 1442, de 10 de agosto de 2006, que foi marco institucional para a área:

Os Ministros de Estado da Educação e da Cultura, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inc. II, da Constituição, e, considerando que o Governo da República Federativa do Brasil subscreveu a “Declaração de Santa Cruz de la Sierra”, durante a XIII Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo dos vinte e um países signatários da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e que é desejo do Governo da República Federativa do Brasil dar continuidade à mobilização em favor do fomento à leitura empreendida em 2005, durante o Ano Ibero-americano da Leitura – o *Vivaleitura*, e convertê-la em política pública permanente resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), de duração trienal, tendo por finalidade básica, assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. (BRASIL, P., 2010b, p. 97).

Também apontado pelo Diretor do DLLLB em entrevista:

O Plano Nacional de Livro e Leitura no Brasil, ele está inserido no contexto Ibero-Americano na *Cumbre* (Cúpula) no ano de 2003, com chefes de Estado dos países Ibero-americanos e outros países da América Latina, como o Caribe, mais Espanha e Portugal, em que definiram uma atividade de trabalho para os anos de 2004, 2005 para a construção do Plano Ibero-Americano da Leitura, no sentido de inserir a leitura como um vetor estratégico para o desenvolvimento, ao mesmo tempo como um vetor importante para as políticas públicas, sobretudo na área de cultura e de educação. Então no ano de 2005 foi criado o *Ilímita* (como foi chamado o Plano Ibero-Americano de Leitura), que foi assim que chamou nos países de língua espanhola e no Brasil a gente chamou de *Viva-Leitura* (informação verbal)⁷.

De acordo com o Guia de Elaboração e Implantação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e da Leitura (BRASIL, M., [2010?]), os chefes de Estado acataram que o ano de 2005 seria considerado o Ano Ibero-Americano da Leitura, que no Brasil seria conhecido como *VIVALEITURA*. O *VIVALEITURA*, apontado como uma marca, possuía um foco em torno do qual giravam todos os seus objetivos, foco este que era “a democratização do acesso à leitura; a construção de uma resposta positiva ao direito de ler e escrever” (BRASIL, M., [2010?], p. 6).

Nesse sentido, o PNLL não é um Plano de Livro e Leitura de exclusividade brasileira. Na tabela abaixo encontram-se listados os planos de cada país membro da OEI:

Tabela 2- Planes Iberoamericanos de Lectura

⁷ Entrevista concedida por: PIUBA, op. cit.

País	Entidad	Nombre del plan
Argentina	Ministerio de Educación de la Nación	Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura
Argentina	Secretaría de Cultura de la Nación	Programa Libros y Casas
Brasil	Fundación Biblioteca Nacional, FBN Dirección de Libro, Lectura, Literatura y Bibliotecas, DLLL Coordinación Ejecutiva del Plan Nacional de Libro y Lectura PNL	Plano Nacional do Livro e Leitura
Chile	Ministerio de Educación	Plan Nacional de Fomento de la Lectura «Lee Chile Lee»
Chile	Ministerio de Educación	Bibliotecas Escolares CRA
Colombia	Ministerio de Educación Ministerio de Cultura	Plan Nacional de Lectura y Escritura «Leer es mi cuento»
Colombia	Diversas unidades administrativas de la ciudad de Medellín	Plan Municipal de Lectura: Medellín Lectura Viva
Costa Rica	Sistema Nacional de Bibliotecas	Plan de Acción para el Fomento a la Lectura en las Bibliotecas Públicas de Costa Rica
Ecuador	Ministerio de Educación	Sistema Nacional de Bibliotecas No definido, se encuentra en revisión
España	Ministerio de Educación, Cultura y Deporte	Plan de Fomento de la Lectura
El Salvador	Dirección Nacional de Bibliotecas	Plan Nacional de Lectura y Bibliotecas
Guatemala	Ministerio de Educación	Programa Nacional de Lectura «Leamos Juntos»
México	Secretaría de Educación Pública	Programa Nacional de Lectura para la Educación Básica
México	Consejo Nacional para la cultura y las Artes	Programa Nacional Salas de Lectura
Panamá	Instituto Nacional de Cultura, Biblioteca Nacional de Panamá, Asociación Panameña de Lectura	Plan Nacional de Lectura «Para Leer Panamá»
Paraguay	Ministerio de Educación y Cultura	Plan Nacional de Lectura: Ñandepotyjera haguã. En Paraguay todos leemos
Perú	Ministerio de Cultura	Plan Nacional del Libro y la Lectura en el Perú
Portugal	Ministerio de Educación y Ciencia/ Ministério da Educação e Ciência, Secretaría de Estado de Cultura/Secretaria de Estado da Cultura	Plano Nacional de Leitura
República Dominicana	Dirección General del Libro y la Lectura	Plan Nacional del Libro y la Lectura
Uruguay	Dirección de Educación del Ministerio de Educación y Cultura	Plan Nacional de Lectura
Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Cultura	Plan Revolucionario de Lectura

Fonte: <<http://www.cerlalc.org/redplanes/planes-de-lectura.html>>

Assim, o PNLL foi instituído em de 10 de agosto de 2006, por meio da Portaria Interministerial nº 1442, editada pelos ministros da Cultura e Educação. Essa portaria visava atender aos objetivos da lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que instituía a Política Nacional do Livro. De acordo com o Balanço de ações de livro e leitura no Minc, essa Política seria produto do trabalho conjunto dos ministérios da Cultura e Educação, Presidência da República, OEI, Cerlalc e Unesco (BRASIL, M., 2010a).

Ainda conforme o documento, o Plano foi construído a partir de debates e do conhecimento acumulado pela Câmara Setorial do Livro e da Leitura, que funcionou como norteadora das ações para uma Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas. A ideia principal desse Plano era de identificar projetos e, então, a partir desse diagnóstico, deflagrar uma grande mobilização nacional em torno do livro, leitura e bibliotecas, a fim de estabelecer as diretrizes a sua elaboração (BRASIL, M., 2010a, p. 21).

O PNLL foi organizado em quatro eixos. O primeiro, *Democratização de acesso*: privilegia os espaços de leitura de acesso pública. O segundo eixo é de *Fomento à leitura*: prioriza a formação de mediadores e projetos sociais de leitura. O terceiro, *Valorização da leitura*: tem como objetivo valorizar o livro simbolicamente e como bem público a se preservar como direito de cidadania. Por fim, o eixo quatro, *Desenvolvimento da economia do livro*: parte da premissa de que não se pode separar a leitura de sua base material (BRASIL, M., 2006). No primeiro eixo, encontram-se as principais ações voltadas às bibliotecas públicas.

A estrutura para implementação do PNLL é constituída por um Conselho Diretivo, uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo. O Conselho Diretivo é composto por dois representantes do Ministério da Cultura, dois representantes do Ministério da Educação, um representante dos autores, um representante dos editores de livros, um representante de especialistas em leitura, totalizando sete membros. A Coordenação Executiva é composta por cinco membros, representantes do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação, da Fundação Biblioteca Nacional e de entidades representativas dos bibliotecários que compõem a CSLLL. O Conselho Consultivo é a própria CSLLL. A coordenação dessa estrutura fica a cargo de um Secretário Executivo nomeado pelos Ministros de Cultura e da Educação.

Com o objetivo de que o PNLL se transformasse em política de Estado, seria necessária a implementação de planos estaduais e municipais. Para tal tarefa, o Minc, em parceria com o Instituto Pró-Livro – IPL –, em setembro de 2009, deu início às articulações do Projeto *Mais Livro, Mais Leitura*, incentivando os estados, municípios e o Distrito Federal a construírem seus próprios planos (BRASIL, M., 2010a).

7.2 Elaboração do PDLL

O Plano de Livro e Leitura do DF teve dois momentos em sua elaboração. Houve uma versão inicial do documento do PDLL com uma primeira equipe (ANEXO A) e posteriormente uma segunda equipe formalizou a versão oficial (DISTRITO FEDERAL, 2012). Infelizmente a Secretaria de Cultura, quando procurada, informou que todas as atas de todas as reuniões do PDLL foram perdidas por problemas técnicos no computador em que elas se encontravam. Assim, as informações levantadas sobre o processo de elaboração foram realizadas a partir das entrevistas, documentos oficiais e informações em sítios virtuais do governo.

As duas versões do PDLL tiveram na equipe em comum apenas o governador, Agnelo Queiroz, e o Secretário de Cultura, Hamilton de Pereira, todos os outros integrantes foram substituídos de uma versão para a outra. Na primeira versão, além da substituição do Secretário de Educação, não houve menção da participação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, também não havia sido ainda instituída a Subsecretaria de Políticas do Livro e da Leitura, como houve na versão final.

Essa primeira versão foi apresentada no segundo semestre de 2011. Na época, havia na Secretaria de Cultura apenas uma Coordenadoria de Políticas para o Livro e Leitura, representada pelo bibliotecário Aníbal Perea. A equipe principal para elaboração do texto do plano era composta por esse coordenador, também pela Lilia Diniz, como assessora de gabinete do Secretário de Cultura, e por Thelmo Ribeiro como consultor. Ainda contou com a participação do professor emérito da UnB, e na época Diretor da Biblioteca Nacional de Brasília – BNB –, Antônio Miranda (ANEXO A).

Essa versão inicial foi apontada por servidores da Secult como um documento “de gabinete” construído “dentro de quatro paredes” (informação verbal)⁸, o que significa que foi

⁸ Nas entrevistas concedidas por:

PAVAO FILHO, W; BARQUET, Y. **Entrevista com o Gerente do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secult e o diretor da BNB em exercício**. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (87 min. 40 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice K desta dissertação.

RAPOSO, M. **Entrevista com a ex-diretora de políticas de livro, leitura e bibliotecas da Secult**. [set. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (37 min. 26 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H desta dissertação.

SANT'ANA, I. **Entrevista com a Subsecretária do Livro e da Leitura da Secult**. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (37 min. 30 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice J desta dissertação.

desenvolvido por um número limitado de atores relacionados com a própria Secretaria, não houve um debate com a sociedade na construção dessa primeira versão. Esse fato pode ser verificado no documento inicial do PDLL (ANEXO A), no qual não há menção de debates com a sociedade, nem mesmo na III Conferência de Cultura do DF, assim como na entrevista realizada com o então Coordenador de Políticas para o Livro e Leitura (APÊNDICE G), na qual se observa que realmente não existiram a realização de debates e fóruns conjuntos com a sociedade civil, como orientado pelo PNLL, conforme observado na passagem da entrevista sobre a elaboração dessa primeira versão do PDLL:

[...] como profissional na área administrativa eu tinha uma base para pensar gestão pública e administração pública, que eram coisas que se bem polidas, elas podiam caminhar juntas. [...] Por isso eu fui entrar em contato especificamente com os agentes, quando estou falando de agentes, estou falando de todos os atores principais do livro do Distrito Federal. Então eu fui conhecer a Câmara de Livro de Brasília, os diferentes coletivos que discutiam a questão do livro, [mas] não do usuário (informação verbal)⁹.

Esse primeiro documento foi considerado um documento inicial, conforme coloca o próprio Coordenador da época, “a primeira etapa que se construiu ou os primórdios do PDLL, ou da política do livro e da leitura do Distrito Federal, se fez de uma maneira muito gestacional, muito embrionária, muito terna” (informação verbal)¹⁰. Nesse primeiro documento, houve uma importante participação do professor Miranda, então Diretor da BNB, na incorporação e desenvolvimento de um modelo inovador de bibliotecas públicas, mesmo que sua participação tenha sido restrita, como coloca Miranda, “veja, o PDLL, o Plano Distrital do Livro e da Leitura é um programa que eu trabalhei com ele quando estava na direção da Biblioteca Nacional de Brasília, mas com certas restrições [...]” (informação verbal)¹¹. Ainda assim foi proposto para aquele documento um formato de bibliotecas inovador, que rompe paradigmaticamente com as políticas públicas anteriores para essa área e resgata a linha de entendimento dessa unidade de informação que foi posta a partir de 1922 com a Semana da Arte Moderna e materializada pela Secretaria de Cultura de São Paulo na década de 1920, o modelo da biblioteca municipal paulista sob a gestão de

⁹ Entrevista concedida por:

PEREA, A. **Entrevista com o ex-Coordenador de Políticas de livro, leitura e bibliotecas da Secult**. [set. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (36 min. 17 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação.

¹⁰ Ibid., 2010.

¹¹ Entrevista concedida por:

MIRANDA, A. **Entrevista com o professor Dr. Antônio Miranda**. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (36 min. 52 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

Rubens Borba de Moraes, condizente com as atuais diretrizes internacionais da Ifla e da Unesco. Conforme se observa na entrevista com Miranda, foi proposto um formato inovador para as bibliotecas, que busca atender as necessidades dos cidadãos brasileiros, tanto informacionais como artísticas:

A biblioteca pública brasileira, de algumas décadas para cá ainda é confundida com biblioteca escolar. Porque o sistema de biblioteca escolar é deficitário, incapaz. E a gente precisa um dia entender que a biblioteca é um serviço público, não é? E que tem uma referência em se transformar em centros culturais. Foi um projeto que apresentei à Secretaria de Cultura quando era subsecretário. Receberam com muito entusiasmo. Mas, depois anunciaram umas bibliotecas muito aquém daquilo que estávamos a imaginar. Muito aquém. [...] Nós queríamos formar quatro bibliotecas aqui em Brasília para serem Centros Culturais para serem paradigmas de cultura diferentes, grandes prédios como é lá fora, com grandes serviços, abertos 24 horas. O cara que quer aprender a tocar guitarra, o que pretende aprender a fazer origami, o que vai fazer a dança dele, ou vai ler, também a gestante que quer saber como cuidar de seu bebê, etc., criar novos instrumentos de acesso à informação. Mas nós estamos no discurso ainda, até temos bons exemplos no Brasil, mas muito poucos ainda. (informação verbal)¹².

O documento inicial do PDLL, todavia, não levou esse modelo em sua publicação. Esse primeiro documento indicou um diagnóstico em relação à leitura no Brasil, os eixos trabalhados no PNLL e diretrizes de ações. Mas, como documento embrionário, ainda não poderia ser caracterizado como um Plano de livro e leitura para o Distrito Federal. O Plano começa a se constituir de forma mais ampla e mais em conformidade com o Guia de Elaboração e Implantação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e da Leitura (BRASIL, M., [2010?], p. 13), que estabelece que:

É importante contemplar a maior diversidade possível de opiniões, bem como alcançar os mais diferentes locais. O caráter descentralizado e democrático do Plano dever ser demarcado como premissa dessa política do Estado desde o início do processo. O objetivo, com isso, é democratizar e gerar corresponsabilidades, além de contextualizar o Plano de acordo com a realidade de cada lugar – com suas complexidades e especificidades. Apenas dessa forma o Plano ganha legitimidade e aos poucos torna-se uma expressão real daqueles que pretende beneficiar. Esse é um passo importante para que o Plano seja apropriado e legitimado com mais facilidade.

O PDLL, em sua segunda fase, passa a estar em maior conformidade com o Guia, mas não em completa concordância, isso porque diversos importantes e significativos atores da área do Livro e Leitura do DF foram alijados do processo de elaboração e implementação

¹² Entrevista concedida por: MIRANDA, op. cit.

do Plano, assim como também a representação das Regiões Administrativas do DF no processo foi completamente comprometida.

O Plano Distrital foi oficialmente lançado em agosto de 2011, durante o evento / *Fórum + Livro + Leitura do Distrito Federal*, ocorrido na Biblioteca Nacional de Brasília. Como resultado desse evento, foi assinada pelos Secretários de Cultura do Centro-Oeste a *Carta Compromisso + Livro + Leitura* como documento orientador das políticas públicas para o Livro e Leitura da região Centro-Oeste, entre os compromissos traçados, reforça-se a implementação do PDLL.

Figura 3 - Foto do I Fórum + Livro + Leitura do Distrito Federal



Fonte: http://contoscantoseencantos.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html

Em setembro de 2011, houve um grande rompimento no desenvolvimento do documento do PDLL, foi instituída a Subsecretaria do Livro e da Leitura – SPL –, composta pela Diretoria da Biblioteca Nacional de Brasília e a Diretoria de Políticas do Livro e da Leitura. Assim, a Coordenadoria de Políticas para o Livro e Leitura foi dissolvida, e um novo grupo tomou a frente da elaboração do PDLL. O Diretor da Biblioteca Nacional foi substituído e todo o grupo que construiu o documento até a presente data se afastou, ou foi afastado, por questões meramente políticas. O novo grupo foi constituído por Ivanna Sant’Ana Torres, Subsecretária de Políticas do Livro e da Leitura, e Mírian Barbosa Tavares Raposo, como Diretora de Políticas do Livro e da Leitura. Houve a participação direta também do então novo diretor da BNB, Yuri Barquet, e do Gerente do Sistema de Bibliotecas Públicas, Wander Filho Pavão, porém não foram mencionadas no documento final.

Essa segunda fase de elaboração teve como marco o *I Fórum de Livro e Leitura* organizado pela Subsecretaria de Políticas do Livro e da Leitura, por meio da Gerência do Sistema de Bibliotecas, que se constituiu de uma reunião com agentes de leitura do Distrito Federal e ocorreu no dia 16 de agosto de 2012. O evento aconteceu no auditório da Biblioteca Nacional de Brasília e teve por objetivo agregar as pessoas que atuavam na área do livro, da leitura, da literatura e de bibliotecas. O encontro foi gratuito e aberto a todos os interessados no tema. Contudo, diversos segmentos e atores importantes da área não

compareceram e não foram convocados para esse fórum, assim como não participaram em outros momentos da elaboração do Plano. A perda das atas das reuniões pela Secult torna inviável o conhecimento preciso dos participantes e acontecimentos das reuniões. Não é uma perda lastimável apenas para a pesquisa, como também é para a transparência daquela gestão do governo, já que as atas constituem documentos públicos. Entretanto, por meio da coleta de dados, identificam-se alguns segmentos que participaram da construção do documento enquanto sociedade civil e com interesses voltados às bibliotecas públicas, são eles: a cadeia produtiva, criativa e mediadora do livro e da leitura; a Universidade de Brasília; o Fórum do Livro e da Leitura; bibliotecários do DF representados pelo Conselho Regional de Biblioteconomia - CRB1 - e pela Associação dos Bibliotecários do DF – ABDF.

Todavia, como exposto na matéria do Correio Braziliense com a ex-Diretora de Políticas de Livro e Leitura, pode-se verificar a ausência de importantes atores, como a Academia Taguatinguense de Letras: “O poeta Gustavo Dourado, presidente da Academia Taguatinguense de Letras, conta que nunca foi chamado para uma reunião. ‘Nunca fomos inseridos e não tenho muito conhecimento desse plano. Achei inócuo, vazio. Para nós, não chegou’, diz”. (MACIEL, 2013); e também de diversos Administradores Regionais do DF.

A partir desse fórum foi formado o Fórum de Livro e Leitura da Sociedade Civil, que possuía o objetivo de atuar como grupo de trabalho permanente e fórum de comunicação e diálogo entre a sociedade civil e o Estado. E apesar de o Fórum ter sido proposto pela Secult, não houve ingerência ou tutela do Estado sobre aquele espaço de natureza civil. Também, como consequência daquela reunião, ficou estabelecido que cada segmento da área, a partir de discussões com suas bases, levasse suas contribuições, ou seja, que definisse suas ações, baseadas nos quatro eixos do Plano, para incluir no documento final. Ainda, para cada segmento, foram escolhidos dois representantes de cada área que comporiam uma Comissão Responsável pela Elaboração do PDLL, que participariam de uma série de reuniões fechadas, porém, sem acesso às atas, não é possível analisar de forma mais aprofundada o trabalho dessa comissão.

Todavia, por meio das entrevistas realizadas, foi possível identificar alguns representantes dos segmentos voltados às bibliotecas. O presidente da ABDF, Jefferson Higino, foi o representante dos bibliotecários, seguido do presidente do CRB 1, Antônio Silva, como suplente, já no final do processo, a vice-presidente da ABDF, Cristine Marcial assumiu a representação da categoria. A Universidade de Brasília – UnB – foi representada pelas professoras Maria Alice Guimarães Borges e Kelly Cristine Gasque, ambas professoras da Faculdade de Ciência da Informação - FCI. O Fórum da Sociedade Civil foi representado por Eva Leones e Frederico Borges Machado como suplente.

De acordo com a teoria revisada, o processo de elaboração do PDLL seguia o caminho correto para seu êxito e efetivo impacto na sociedade. Esse processo permitiu um

avanço em relação às políticas anteriores, principalmente em relação ao modelo de biblioteca pública que estava sendo impresso no documento. Com a participação dos bibliotecários, por meio de conselho e de associação, novamente foi resgatado um modelo de biblioteca que busca atender às necessidades culturais e informacionais da sociedade em consonância com as diretrizes da Ifla e Unesco e dos teóricos da área. Entretanto, na prática, a comunicação entre os diversos segmentos e a Secult foi muito comprometida, ao ponto de alguns segmentos participantes acreditarem que a dificuldade de comunicação ocorreu deliberadamente por culpa da Secult, como pode ser verificado em algumas entrevistas (ANEXOS D; E; I). A questão da agenda foi o problema mais apontado na dificuldade de comunicação com a secretaria. Entre essas dificuldades, as mais aferidas foram: a notificação de reuniões em tempo não hábil, de um dia para outro, por exemplo; mudança de datas sem aviso com tempo suficiente; não notificação ou recebimento de qualquer informação sobre reuniões; e falta de clareza e transparência no calendário do processo.

A *agenda setting* de elaboração da política foi, assim, conturbada e nebulosa. Outra dificuldade constatada em menor escala foi a falta de cordialidade, até mesmo hostilidade pelos servidores da Secult, apontada por alguns entrevistados, que afirmaram terem se sentido “considerados como inimigos” por suas contribuições que pudessem sugerir maior complexidade ou maior prazo para a conclusão do processo.

Essa limitação do diálogo entre Estado e sociedade também é apontada pelo ex-assessor da Subsecretária e ex-Diretor de Políticas de Livro e Leitura, mas para ele a dificuldade foi produzida pelos atores da sociedade civil, que se perderam em conflitos advindos de uma falta de propositividade (informação verbal)¹³. Independentemente das causas da dificuldade de comunicação, o dever de identificar e sanar os obstáculos ao êxito da política e seu efetivo impacto na sociedade era da Subsecretaria da Secult.

Apesar dos problemas apontados, os bibliotecários, por meio de seus entes associativos, conseguiram se organizar, discutir, definir e propor uma série de ações e contribuições para o documento final. Foram feitas reuniões tanto na sede da ABDF como na sede do CRB1, todavia, a associação e o conselho informaram que não conseguiram recuperar as atas das reuniões. A contribuição dos bibliotecários em relação às ações propostas foram inclusas no eixo relacionado à Democratização do Acesso e Uso da Informação, entre elas destacam-se:

¹³ Entrevista concedida por:

PEREIRA, A. R. **Entrevista com ex- diretor de políticas de livro, leitura e bibliotecas da Secult**. [nov. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (45 min. 52 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice M desta dissertação.

Implantação de novas bibliotecas: **Criar bibliotecas públicas com infraestrutura de informação e serviços e produtos em consonância com as regiões administrativas do Distrito Federal**; Criar pontos de leitura nas regiões administrativas do Distrito Federal; Implantar bibliotecas escolares nas escolas que ainda não as possuem; **Promover concurso público para contratação de bibliotecários no GDF**. [...] Fortalecimento dos sistemas atuais de bibliotecas: Reestruturar a Biblioteca Nacional de Brasília e as bibliotecas públicas instaladas no DF; Reestruturar as bibliotecas escolares e comunitárias da rede pública de ensino; Fortalecer as bibliotecas comunitárias e os espaços culturais que tenham entre suas atividades a promoção do livro e da leitura; **Criar a Rede de Bibliotecas do DF, revitalizar os sistemas de bibliotecas existentes e criar os sistemas ainda não existentes** (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 47, grifo nosso).

Ressalta-se que as ações elencadas no documento foram elaboradas por bibliotecários representados pelo CRB1 e a ABDF. Assim, ao se cobrar a criação de bibliotecas públicas observa-se que foi ressaltada a importância de elas estarem em consonância com as respectivas regiões administrativas do DF. Ainda foram estabelecidas a contratação de bibliotecários para que atuassem nessas unidades de informação, que até a atualidade funcionam em sua maioria sem os profissionais competentes, e a criação de uma rede ou sistema de bibliotecas públicas.

Outro segmento importante para a biblioteca pública no PDLL foi a Universidade, já que apenas a Faculdade de Ciência da Informação representou a Universidade de Brasília por intermédio da professora Dra. Maria Alice Guimarães Borges. A participação da Universidade, no entanto, não teve caráter absolutamente formal. As indicações para representar a UnB foram feitas pela proximidade da Secult com as professoras representantes. De acordo com a entrevista com a Dra. Maria Alice (APÊNDICE C) e com a Subsecretária Ivanna Sant'Ana (APÊNDICE J) houve uma tentativa da Secult em convidar formalmente da FCI para o processo de construção do PDLL, porém o convite não chegou a ser feito formalmente, porque foi sucessivamente adiado na pauta da Reunião de Colegiado da FCI (informação verbal)¹⁴. Dessa forma, pelo conhecimento e proximidade, foram indicadas as professoras já mencionadas. Todavia, a professora Kelly Cristine Gasque informou que apesar da indicação, não teve absolutamente nenhuma participação na construção do PDLL. A falta de uma atuação formal com maior participação da FCI e a ausência de outras faculdades teve impacto negativo, tanto no resultado do documento

¹⁴ Entrevista concedida por:

BORGES, M. A. G. **Entrevista com a professora Dra. Maria Alice Guimarães Borges**. [set. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (26 min. 59 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

como na implementação do Plano, quando surgem as maiores polêmicas e contradições em relação a essa política.

A participação da sociedade civil também se deu por meio do Fórum do Livro e Leitura do DF criado no evento de agosto de 2012 com o mesmo nome. As reuniões desse fórum aconteceram na BNB e utilizou de seu espaço e recursos, dessa maneira, as atas foram realizadas por uma funcionária da própria biblioteca e perdida junto com as demais atas. O grupo era heterogêneo, mas em sua maioria formado por pessoas ligadas à mediação de leitura. Nesse sentido, surgem diferentes expectativas em relação ao PDLL, para este segmento e para os demais, a biblioteca pública não era elemento mais importante da política. Mesmo que, como observado na entrevista com a representante do grupo (APÊNDICE I), as bibliotecas sejam vistas pelos mediadores como locais importantes de acesso ao livro: “Para a mediação de leitura você tem que ter todos os acessos possíveis ao livro. E a biblioteca é um dos locais de acesso ao livro. E um dos mais importantes” (informação verbal)¹⁵.

As distintas expectativas dos segmentos em relação ao PDLL não eram contraditórias, mas complementares, por isso não houve embate entre esses segmentos na construção do plano. E apesar das dificuldades e problemas de comunicação entre os bibliotecários e a sociedade civil com a Secult, o resultado final do documento foi considerado pelos bibliotecários satisfatório. Outro evento importante para as bibliotecas públicas no processo de construção do PDLL e para o próprio documento do plano foi a Audiência Pública *Desafios à implementação do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura* realizada no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 10 de junho de 2013.

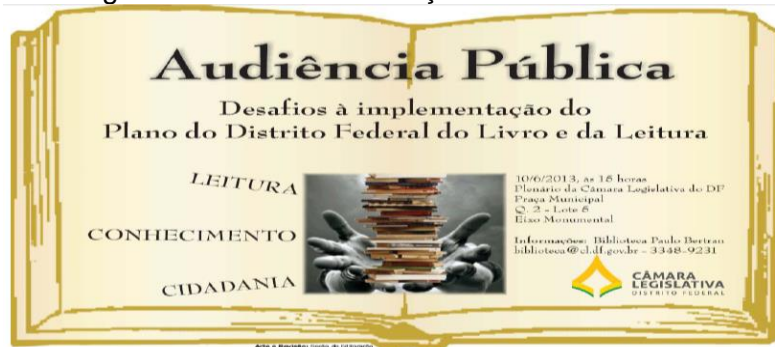
A Audiência Pública é apontada, tanto pela Secult como por alguns segmentos, como evento importante na elaboração do PDLL. Nessa audiência participaram 104 pessoas e 51 instituições da sociedade civil e de órgãos públicos ligados ao segmento do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, C., 2013, p.2). Nela houve propostas apresentadas ao PDLL por cinco deputados, autoridades, representante de coletivos, associações e instituições da área, e demais participantes. Ao todo foram apresentadas cerca de 70 novas propostas ao documento (DISTRITO FEDERAL, C., 2013). O próprio relatório aponta que o tempo de fala do público foi insuficiente, enquanto dos deputados e demais autoridades foi mais longo, prejudicando e

¹⁵ Entrevista concedida por:

PEREIRA, E. **Entrevista com membro do Fórum do Livro e Leitura da Sociedade Civil**. [set. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (46 min. 48 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I desta dissertação.

reduzindo as possibilidades de debate. Todavia, não houve um segundo documento do PDLL com a inclusão das propostas apresentadas naquela ocasião.

Figura 4- Cartaz de convocação da Audiência Pública



Fonte: Relatório Final da Audiência Pública sobre o PDLL

Figura 5- Foto da Audiência Pública do PDLL



Fonte: Relatório Final da Audiência Pública sobre o PDLL

Figura 6- Banners de divulgação do PDLL



Fonte: Relatório Final da Audiência Pública sobre o PDLL

A fase de elaboração do PDLL enquanto operacionalização de uma política pública, não obstante seus problemas e de suas limitações, foi dinâmica, democrática e participativa. A etapa de formulação do documento gerou bastantes expectativas nos diversos segmentos. E apesar das distintas expectativas entre os segmentos sociais participantes, elas não se apresentaram contraditórias, pelo contrário, foram complementares. Apesar de diversas críticas da sociedade sobre o documento, desde erros na editoração e de gramática à falta de informações e informações equivocadas, o documento foi considerado pelos segmentos da área de bibliotecas públicas como um avanço, porque enfim foi criado um documento com participação da classe profissional que apontava as necessidades e desafios da área, a criação de uma rede de bibliotecas públicas, realização de concurso público para área, revitalização e desenvolvimento de bibliotecas públicas voltadas às necessidades das regiões administrativas. Pela primeira vez na história das políticas das bibliotecas públicas buscou-se ampla participação social e se pensou num modelo voltado às necessidades da sociedade ao invés de orientadas a interesses de cunho mercadológico ou de domínio cultural, determinados apenas pelo Estado¹⁶. Entretanto, as diferenças de expectativas entre o governo e sociedade civil começaram a se acentuar levando à etapa mais problemática da construção do PDLL, a sua implementação.

7.3 Implementação do PDLL

A etapa de implementação esteve comprometida desde sua fase anterior, a de formulação do PDLL. Existe um óbvio problema no documento final do plano, que ao apontar as ações construídas coletivamente com a sociedade não indica os caminhos que deveriam ser percorridos para a concretização desses objetivos.

Verifica-se que o documento do plano distrital segue os passos sugeridos pelo Guia para elaboração e implantação de planos estadual e municipal (BRASIL, [2010?]), porém, observa-se que o PDLL acompanha o guia em suas etapas de forma dissímil. O documento orienta-se pelo guia de forma categórica nas etapas de construção textual mais teórica, como na elaboração da justificativa, dos princípios norteadores e eixos temáticos do plano. Todavia, nas etapas mais pragmáticas, como na definição de objetivos, de metas e indicadores, o documento afasta-se das orientações dadas pelo guia.

¹⁶ Conforme observado na revisão de literatura, na história das bibliotecas brasileiras, quando estas não foram negligenciadas pelo Estado, foram direcionadas a interesses do mercado ou ao controle cultural no desenvolvimento de um cidadão conveniente a valores de estados autoritários. Somente na década de 1920, com a Secretaria de Cultura de São Paulo sob a prefeitura de Fábio Prado e a Biblioteca Municipal sob a gestão de Rubens Borba de Moraes, construiu-se um modelo de biblioteca orientado às necessidades da sociedade, mas não havia o apelo da participação popular.

Conforme o Guia, cada plano estadual, municipal ou distrital, deveria percorrer 14 passos:

1. Criação de grupo de trabalho por formulação participativa;
2. Diagnóstico e informações;
3. Justificativa;
4. Princípios norteadores;
5. Eixos temáticos;
6. Definição de objetivos;
7. Criação de metas e indicadores;
8. Articulação de parcerias;
9. Gestão de recursos;
10. Institucionalidade;
11. Elaboração de ações;
12. Comunicação;
13. Continuidade; e
14. Avaliação do Plano de Livro e Leitura (BRASIL, M., [2010?]).

Verifica-se no documento do PDLL o seguimento dos passos de acordo com o Guia até o ponto 5, eixos temáticos. Já no item 6, definição de objetivos, deveriam ter sido esclarecidos os objetivos gerais e os específicos, identificando, nestes últimos, quais são os de alto impacto, de médio impacto e os de baixo impacto, o que permitiria realmente direcionar o caminho do plano para sua efetivação. Segundo o PDLL, os objetivos e metas do Plano seriam apresentados na terceira parte do documento, no capítulo denominado como “Princípios norteadores”, já na quarta encontrar-se-ia o objetivo central do Plano Distrital, e posteriormente os objetivos e metas seriam esclarecidos e explicados na proposta executiva do Plano, como indicado no próprio documento:

A terceira parte do documento discorre sobre os princípios que norteiam as ações, objetivos e metas do Plano e, na quarta parte do documento, encontra-se o objetivo central do PDLL. Os objetivos gerais e específicos e as metas são elucidados pelos desdobramentos dos eixos estratégicos, na proposta executiva do Plano (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 16).

Entretanto, conforme verificado no documento, no capítulo “Princípios norteadores”, correspondente à terceira parte do documento, não há menção alguma sobre os objetivos e metas. Ainda na quarta parte, intitulada “Objetivo central”, há apenas um texto vago de dois parágrafos sobre o objetivo de acesso à leitura. Enquanto na proposta executiva, na qual se espera encontrar as elucidações sobre os objetivos gerais e específicos e as metas, apenas se observam as linhas de ações e diretrizes do PDLL. Dessa forma, de maneira díspar ao referenciado pela revisão de literatura, o PDLL não demonstra de maneira clara seus

objetivos gerais e específicos e suas metas, tornando-se um documento nebuloso ao seu processo implementação. O Guia traz um exemplo de como deveria ter sido realizado o plano:

Exemplos:

- Objetivo específico 1: dotar a cidade de uma rede de bibliotecas públicas municipais.
- Objetivo específico 1.1: inaugurar novas bibliotecas públicas municipais nos bairros.
- Objetivo específico 1.2: dotar as bibliotecas de sistema integrado e informatizado de consulta (BRASIL, [2010]?, p. 21).

Outro item importante para clareza e concretização do plano é o item 7, criação de metas e indicadores. Ora, como pode um plano funcionar sem a definição clara de metas e indicadores? Como visto na revisão de literatura, esse item era fundamental para a implementação da política, porque traria clareza ao processo de implantação, possibilitando cobranças sobre as metas definidas. Todavia, como verificado no PDLL, mesmo que assim assinalado em seu documento, não há em parte ou capítulo algum a indicação de quais metas o plano deveria cumprir, muito menos o período para elas.

Em relação ao item 8 do Guia, articulação de parceiros, é apresentado no PDLL apenas uma lista de “possíveis articuladores”. No entanto, o Guia aponta que nessa etapa de articulação de parceiros seria necessário eleger ou nomear um coordenador do Plano para essa responsabilidade de articulação, ainda elaborar um sistema de comunicação entre os interlocutores, como boletins, encontros e outras ações, “de modo a garantir o envolvimento permanente com as ações do Plano” (BRASIL, [2010?], p. 22). Nessa etapa identifica-se um componente vital à implementação de um Plano como política, a atribuição de funções e atividades a pessoas e instituições para que pudessem garantir o desenvolvimento continuado e permanente do Plano, atribuições essas que inexistem no documento elaborado.

O item 10 relativo à institucionalidade refere-se à institucionalização do plano na forma de lei ou decreto. No plano distrital, por meio da pesquisa exploratória, observou-se que houve a tentativa da concretização desse ponto. A Secretaria de Cultura elaborou uma minuta que foi enviada à CLDF para sua aprovação enquanto lei. Houve inclusive a audiência pública já analisada no capítulo anterior. Porém não houve avanço nesse sentido e o PDLL não obteve sua institucionalidade legal.

Em relação ao ponto 12, a comunicação, no PDLL ficou estabelecido o compromisso de criar um Plano de Comunicação Anual (DISTRITO FEDERAL, 2012), mas este também não se concretizou. Em relação ao último tópico, o documento atesta:

Haverá uma avaliação sobre a formulação do Plano, os objetivos propostos e a realização das metas previstas em seu alcance junto à comunidade, por meio de questionários e entrevistas com representantes de vários setores

da sociedade, em periodicidade anual, durante os primeiros 03 anos (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 52)

Nunca houve essa avaliação através de questionários ou entrevistas pela Secult. Por meio da coleta de dados verificou-se que a Secretaria de Cultura alega que a avaliação seria **após os três primeiros anos** (informação verbal)¹⁷, o que não condiz com o documento oficial, que claramente aponta que a avaliação seria em periodicidade anual **durante os três primeiros anos**.

Por fim, os pontos 9 e 11 são os mais controversos, a gestão de recursos e elaborações de ações. Sobre a gestão de recursos no Guia, encontra-se:

A gestão envolve o conjunto de estratégias necessárias para tornar o Plano exequível e viável a curto, médio e longo prazos. Para isso, o Plano necessita de uma ação coordenada e planejada dos recursos humanos, políticos e financeiros existentes, sem o que ele tende a fracassar.

Recomenda-se:

- quantificar e categorizar todas as ações previstas para formulação, implementação e avaliação do Plano ao longo do tempo;
- relacionar para cada ação o volume e a fonte dos recursos físicos, humanos e financeiros necessários para a execução de cada uma delas;
- garantir que se estabeleça um volume de recursos no orçamento público e a disponibilidade de meios físicos e de pessoal que garanta minimamente a execução do Plano;
- identificar e buscar outras fontes de financiamento existentes em nível municipal, estadual, nacional e internacional no governo ou na sociedade civil;
- mensurar o investimento de recursos financeiros, físicos e humanos que cada parceiro pode disponibilizar ao longo do tempo;
- estabelecer as responsabilidades e tarefas específicas de cada responsável por execução de ações no Plano;
- instituir sistema de monitoramento e avaliação das ações;
- estabelecer rotina de comunicação dos resultados alcançados.

Estratégias para financiamento:

- crie um conselho ou comissão de parceiros comprometidos com a execução do Plano, envolvendo poder público, o setor privado e o terceiro setor; (BRASIL, [2010?], p. 23)

No documento do PDLL não se encontram nenhuma das orientações apresentadas. Nesse plano, no tópico intitulado “Gestão de recursos”, encontra-se apenas uma lista de possíveis fontes de financiamento, antecedido do seguinte parágrafo:

A gestão envolve o conjunto de estratégias necessárias para tornar o Plano exequível e viável a curto, médio e longo prazos. Para isso, apresenta-se abaixo uma lista das possíveis fontes de financiamento no DF e algumas estratégias de gestão de recursos. O objetivo é buscar uma ação coordenada e planejada dos recursos humanos, políticos e financeiros existentes no DF para implantação do PDLL.

¹⁷ Entrevista concedida por: Raposo, op. cit.

Finalmente, no tópic “elaboração de ações”, identificado como item 11, tem-se o ponto mais emblemático do problema de implementação na fase de elaboração da política. De acordo com o Guia para os planos (BRASIL, [2010?], p. 26), as ações seriam a descrição das ações efetivas, mensuradas no tempo e factíveis de serem realizadas em seu contexto. No “plano de ações”, deveriam ser definidas as ações e seus respectivos responsáveis, prazos, condições de governabilidade, e o tópico ainda estabelece a construção de um cronograma e um sistema de acompanhamento para cada ação. Segue abaixo um exemplo de uma matriz de plano de ação conforme o Guia:

Figura 7- Matriz básica para planejamento de ações

EIXO DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO LIVRO					
Objetivo geral	Objetivo estratégico	Meta	Ação	Responsável	Prazo
OG 1 desenvolver o hábito da leitura por meio da ampliação do acesso ao livro e à leitura	OE 1.1 implementar equipamentos e programas de acesso ao livro e à leitura	M 1.1.1 5 novas bibliotecas implantadas em 5 anos	A 1.1.1 - realizar projeto arquitetônico e cultural para novas bibliotecas municipal e estadual A 1.1.2 - realizar projeto para busca de patrocínio privado e apoio financeiro no Fundo Nacional de Cultura – FBN A 1.1.3 - definir reserva de rubrica orçamentária no PPA do município e do estado para obra física A 1.1.4 - definir reserva de rubrica orçamentária no PPA do município e do estado para compra e instalação de equipamentos	Diretoria de Cultura Apoio: associação de arquitetos; associação comercial	5 anos
	OE 1.2 fortalecer a rede atual de bibliotecas	M 1.2.1 biblioteca central e ramais com acesso à internet disponível para a população M 1.2.2 bibliotecas com acervo renovado de livros, periódicos e sites	A 1.2.1 - adquirir dois novos computadores para cada biblioteca A 1.2.2 - instalar rede de fibra ótica com conexão à internet e computadores nas bibliotecas A1.2.3 - definir política de uso dos computadores junto com a comunidade local A 1.2.4 - realizar licitação para compra de acervo para as bibliotecas existentes e futuros pontos de leitura A 1.2.5 - contratação de assinatura de 2 jornais de circulação nacional, 4 revistas e 2 jornais de circulação regional A 1.2.6 - construção e equipamento de 1 sala de leitura em cada biblioteca	Diretoria de Cultura Apoio: rede de livrarias; associação comercial; “X” informática; departamento de comunicação da universidade	1 ano

Fonte: Guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e da leitura (BRASIL, [2010?], p. 27).

No documento do PDLL, no entanto, não foi estabelecido nenhum tipo de planejamento para as ações, nem cronogramas, muito menos sistemas de acompanhamento e monitoramento das ações. Nele apenas encontra-se a indicação da construção de futuros planos a serem produzidos e acompanhados pelos setores atuantes no campo do Livro e da Leitura. É notório, todavia, que o Guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal não possui caráter normativo, trata-se apenas de uma referência, um facilitador e deve adaptar-se às peculiaridades locais. E apesar de, como foi visto no capítulo 7.1.2, não existir relação hierárquica entre o plano nacional e os planos estaduais, municipais e o distrital, as orientações do Guia condizem com a literatura quanto à clareza na elaboração de políticas públicas, na identificação dos objetivos e dos processos, possibilitando uma efetiva avaliação e êxito em seu impacto na sociedade.

Assim, de acordo com a entrevista com a Subsecretária do Livro e da Leitura, a Secult optou pela construção dos Planos de Ações posteriormente:

[...] depois da entrega desse documento final, a gente começou um trabalho que ainda não está concluído, que era de cada segmento, cada grupo organizado, tanto da sociedade civil, como do governo. Elaborar aquilo que nós chamamos de Planos de Ação. Então, nós conseguimos receber alguns planos de ação de alguns grupos e de outros não (informação verbal)¹⁸.

Observa-se, então, a dificuldade encontrada na implementação da política pública. Não havia no documento do PDLL cronograma que definisse os prazos para a entrega dos planos de ações, também não havia informações sobre como fazer esses planos e para onde encaminhá-los, ou seja, apesar de o plano distrital ter se constituído em um documento, as ações da Secult continuavam sendo realizadas por meio dos contatos já estabelecidos, em um momento em que as reuniões começavam a se esvaziar por diversos motivos, entre eles a frustração dos envolvidos.

Outra falha do PDLL foi a ausência de indicação ou atribuição da responsabilidade de acompanhamento e coordenação dessa política em seu documento, de forma díspar ao PNLL, que aponta a criação de um Conselho Diretivo, uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo para seu contínuo desenvolvimento:

O conselho Diretivo é composto por dois representantes do ministério da cultura, dois representantes do ministério da educação, um representante dos autores, um representante dos editores de livros, um representante de especialistas em leitura. a coordenação executiva é composta por cinco membros, representantes do ministério da cultura, do ministério da educação, da Fundação biblioteca nacional e de entidades representativas dos bibliotecários que compõem o colegiado setorial do livro, leitura e literatura (antes câmara setorial do livro, literatura e leitura). O conselho consultivo é o próprio colegiado setorial do livro, leitura e literatura. A coordenação dessa estrutura está a cargo de um secretário executivo, nomeado pelos ministros da cultura e da educação (BRASIL, M., 2006, p.43).

Ainda conforme a Secult, apesar da não conclusão dos planos de ação dos segmentos participantes e da ausência de uma instância coordenadora, o PDLL foi implantado. Segundo a Subsecretária, por meio de algumas ações da própria secretaria, pode-se afirmar que o PDLL foi implementado (informação verbal)¹⁹. Dessas ações as principais foram a *1ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura* e o *Projeto Bibliotecas do Cerrado*. A Bienal já havia sido apontada no próprio documento do PDLL como “momento síntese do conjunto de iniciativas contidas no Plano do Livro e da Leitura do Distrito Federal (PDLL), na dimensão dos seus quatro eixos estruturantes” (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 9), e, por meio da coleta de dados, essa visão é corroborada pela Subsecretária:

¹⁸ Entrevista concedida por: SANT’ANA, op. cit.

¹⁹ Ibid.

A Bienal é uma ação fruto também, obviamente ela teve uma edição em 2012 que ainda não tinha esse texto concluído, mas isso já vinha desde 2011 a discussão do PDLL. A própria Bienal tanto a primeira edição como a segunda edição são ações de consolidação da implementação do PDLL (informação verbal)²⁰.

A Bienal foi fortemente contestada, pelos segmentos entrevistados, como uma política pública de livro e leitura para Brasília, principalmente dentro do PDLL. Primeiro, porque a Bienal não havia sido decidida conjuntamente com a população em nenhum fórum realizado, segundo, porque, ao contrário do entendimento da Secult, os segmentos foram contra a realização de um evento com um custo tão elevado para a sociedade:

[...] uma visão de cultura do país com a qual eu não concordo, que é a questão do evento. Você não tem uma preocupação de médio e longo prazo. Essa preocupação é imediata para a eleição. [...] Tanto que muitos dos escândalos que houve aqui no Distrito Federal estavam ligados à Secretaria de Cultura e aos eventos. Então, esse é o lugar da corrupção, então o evento permite a corrupção. Mas o evento na cultura não permite a formação de lastro cultural (informação verbal)²¹.

E por último, porque a realização de eventos não pode ser considerada uma política, como observado por meio da coleta de dados, “o PDLL são eixos, políticas, envolve uma série de intervenções e ações do Estado que não pode ser reduzidos a um evento a cada dois anos” (informação verbal)²².

A outra ação considerada como implementação do PDLL foi o *Projeto Bibliotecas do Cerrado*. Esse projeto tem relação direta com a biblioteca pública enquanto política governamental, e por isso merece uma análise mais detalhada.

7.3.1 Bibliotecas do Cerrado

O *Projeto Bibliotecas do Cerrado* é uma iniciativa da Secult e, segundo a própria secretaria, é fruto do PDLL (informação verbal)²³. É um projeto que pretende transportar um modelo de bibliotecas colombiano internacionalmente reconhecido, denominado bibliotecas parques, que são bibliotecas que atuam como centros culturais:

²⁰ Entrevista concedida por: SANT'ANA, op. cit.

²¹ Entrevista concedida por: PEREIRA, E., op. cit.

²² Entrevista concedida por:

SOARES, C. C. **Entrevista com representante do Colegiado Setorial do Livro e Leitura do DF**. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (46 min. 17 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice L desta dissertação.

²³ Nas entrevistas concedidas por: SANT'ANA, op. cit.; PAVAO FILHO ; BARQUET., op. cit.

Na Colômbia, como se pretende também para o Distrito Federal, toda ação nas bibliotecas, em cada particularidade, é voltada à construção de um leitor autônomo. Em Medellín e Bogotá, cidades que durante muitos anos foram dominadas pelo narcotráfico e pela violência, as bibliotecas públicas e os bibliotecários desempenham atualmente um papel fundamental na renovação e desenvolvimento da cidade. As bibliotecas públicas que compõem os sistemas dessas cidades oferecem uma gama de serviços culturais e sociais, compondo-se, no mais das vezes, em oficinas e espaços informativos completamente pertencentes às pessoas que ali vivem” (DISTRITO FEDERAL, S., [2012?], p. 18).

A implementação dos projetos, por meio de investimento de recursos e o estabelecimento de programas e serviços, teve início formalmente em três bibliotecas: na Biblioteca Nacional de Brasília; na Biblioteca do Núcleo Bandeirante, Vó Philomena; e no Centro Cultural Ruben Valentim, onde se encontra a Biblioteca Pública do Cruzeiro. Posteriormente, havia a expectativa de o projeto atender a outras bibliotecas do DF.

O Projeto Bibliotecas do Cerrado teve uma grande inovação e mérito de conseguir reunir outras Secretarias de Estado do Governo do Distrito Federal, mobilizando-as na proposição e desenvolvimento de atividades nessas três bibliotecas públicas e apresentando um modelo novo de bibliotecas ao DF.

Entre as três bibliotecas mencionadas apenas a biblioteca do Núcleo Bandeirante ainda não atuava com atividades culturais. Diferentemente da realidade das bibliotecas do DF, a BNB e a Biblioteca do Cruzeiro já atuavam como centros culturais. A BNB, por ser uma biblioteca “nacional”, surgiu com essa atuação diferenciada das outras restantes do DF, desde seu início foi pensada para receber diversas atividades, sejam culturais, artísticas, políticas, etc. Já a Biblioteca do Cruzeiro foi criada na década de 90 em um prédio que já funcionava como centro comunitário. Quando ela surgiu, era para ter sido apenas provisória, mas acabou se fixando e, em 1998, foi realizada uma grande expansão que a transformou em centro cultural, no Centro Cultural Ruben Valentim (informação verbal)²⁴. O Centro Cultural, além da biblioteca, já possuía também auditório, salão múltiplas funções, telecentro, casa da memória e brinquedoteca. Assim, esse espaço já vinha há muito tempo recebendo atividades culturais da Secretaria de Cultura, principalmente em parcerias com escolas, mas como verificado por meio da entrevista, o projeto potencializou e ampliou essas atividades no local. Ainda a Biblioteca Pública do Cruzeiro pôde contar, por meio do

²⁴ Entrevista concedida por:

SOARES, R. **Entrevista com o gestor da Biblioteca do Cruzeiro**. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (13 min. 41 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice N desta dissertação.

projeto, com uma pequena reforma na sala de estudos e nas instalações elétricas (informação verbal)²⁵.

Figura 8- Biblioteca do Cruzeiro



Fonte: <http://www.agenciadenoticias.uniceub.br/index.php/biblioteca-do-cruzeiro-sofre-com-barulho-e-falta-de-sistema-informatizado/>

Dessa maneira, somente a Biblioteca Vó Philomena teve realmente suas características transformadas pelo projeto Bibliotecas do Cerrado. Corriqueiramente, a Biblioteca do Núcleo Bandeirante atuava de acordo com o tradicional modelo de bibliotecas do DF. Ou seja, essa biblioteca oferecia serviços de consulta, empréstimo e sala de estudo, além do telecentro implantado. Assim, essa biblioteca pública funcionava de acordo com o modelo histórico socialmente construído, determinado pelas expectativas do senso comum dos cidadãos e de seus políticos.

Como observado na entrevista com o bibliotecário gestor da Biblioteca Pública do Núcleo Bandeirante, a biblioteca possui uma importância teórica que não condiz com os ínfimos investimentos realizados pelo Estado, e, assim, para essa conseguir esses recursos, busca satisfazer as expectativas dos agentes políticos que possuem as condições de prover mais investimento, mas não compreendem a função social dessa unidade de informação. Outra dificuldade apontada pelo bibliotecário, para que a biblioteca possa tomar a iniciativa de oferecer serviços que a possibilitaria atuar dentro de outro modelo de bibliotecas, é a própria burocracia do Estado, que “amarra” o servidor na busca da realização de eventos e outras atividades culturais (informação verbal)²⁶.

²⁵ Entrevista concedida por: SOARES, R., op. cit.

²⁶ Entrevista concedida por:

DOMINGOS, B. **Entrevista com o bibliotecário gestor da Biblioteca do Núcleo Bandeirante.** [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (12 min. 50 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice O desta dissertação.

Nesse sentido, o Projeto Bibliotecas do Cerrado foi pioneiro e inovador. Esse projeto estimulou as bibliotecas a realizarem atividades culturais, como teatro, exposições de obras artísticas e históricas, mostras de filmes, seminários, palestras, reuniões, sarais, etc., como pode ser observado no cronograma estabelecido no documento do Projeto Bibliotecas do Cerrado (DISTRITO FEDERAL, S. [2013?], p. 37-38). Ainda envolveu as distintas secretarias do estado no uso das bibliotecas para diversas atividades que já eram executadas. Para a Biblioteca do Núcleo Bandeirante, o projeto Bibliotecas do Cerrado ampliou significativamente o número de usuários e sua diversidade. Onde habitualmente o uso do espaço era feito por estudantes de concurso público e pré-vestibulandos, passou a ser usado por estudantes das escolas e movimentos sociais. Ainda graças ao projeto foi possível fazer uma reforma na estrutura física, criar um acervo infantil e construir a sala de memória do Núcleo Bandeirante, que com o apoio do Arquivo Público de Brasília foram digitalizadas centenas de documentos sobre a história daquela cidade.

Figura 9- Biblioteca Pública do Núcleo Bandeirante



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/24730494>

A avaliação do projeto Bibliotecas do Cerrado, pelos gestores das bibliotecas públicas participantes, foi muito positiva. Eles apontaram que houve significativo aumento do uso da biblioteca e consideraram o projeto uma boa estratégia para atrair usuários à biblioteca (informação verbal)²⁷, o que significa que o Bibliotecas do Cerrado alcançou, em parte, seus objetivos, pois como identificado no documento do projeto:

A biblioteca, para ser efetivamente pública, deve não somente permitir a entrada de todos os tipos de público em seu ambiente, mas deve impreterivelmente oferecer serviços específicos para atrair cada tipo de público que percebe existir em sua comunidade. O Projeto Bibliotecas do Cerrado se instala no âmbito dessa dinâmica de fazer com que as bibliotecas públicas do Distrito Federal se constituam como bibliotecas

²⁷ Nas entrevistas concedidas por: SOARES, R., op. cit; DOMINGOS, B., op. cit.

efetivamente públicas, atendendo a mais ampla variedade de pessoas, de acordo com as demandas de cada comunidade local, para além do atendimento praticamente exclusivo ao seu atual e tradicional público (DISTRITO FEDERAL, S., [2013?], p. 16).

Então foi alcançada parte dos seus objetivos, porque a biblioteca, a partir do projeto, conseguiu **atrair** mais possíveis usuários por meio das atividades. Dessa maneira, a Secult considerou exitoso o projeto Bibliotecas do Cerrado como consolidação do PDLL.

Entretanto, como pode ser observado pela entrevista com o especialista Dr. Emir Suaiden, não faz sentido pensarmos em indicadores relacionados ao acesso à biblioteca, o que deveria era se pensar em construir indicadores de impacto de uso da informação, viabilizada pelos serviços das bibliotecas públicas (informação verbal)²⁸. Quando se realizam eventos na biblioteca, conseqüentemente aumentam os indicadores de acesso, porque os sujeitos entram na biblioteca para participar do evento, mas não quer dizer, necessariamente, que eles se tornam um usuário, ou que a necessidade informacional ou cultural deles tenha sido atendida. É claro que se se pensar no atual modelo de bibliotecas, a política implantada pela Secult traz um avanço enorme, porém, ao se optar pelo transplante de um modelo de bibliotecas estrangeiro, o projeto limita-se e cinge sua capacidade de satisfazer as necessidades da comunidade que serve, distorcendo sua função social.

O modelo de bibliotecas parques foi criado na Colômbia com o objetivo de conter a violência urbana e servir como equipamento cultural de resgate de comunidades em violentos conflitos sociais, uma realidade totalmente distinta da existente no Distrito Federal. Outro equívoco realizado pela Subsecretaria foi elaborar uma política pública negligenciando aspectos básicos e primordiais da Biblioteconomia e da gestão de unidades de informação, pois não há como realizar qualquer tipo de política para bibliotecas, seja privada ou pública, sem diagnosticar e analisar o contexto externo e as necessidades da comunidade e de seus usuários, potenciais e efetivos. Ou seja, não foi realizado nenhum estudo de usuário, nenhum questionário, ou qualquer outro instrumento de coleta de dados, que permitisse à Secretaria conhecer as necessidades da comunidade para que fossem criados serviços condizentes com essas necessidades. Como resultado, a Secretaria obteve uma política com aprovação dos gestores, desaprovação de grande parte de atores da área e desconhecimento completo da população. E objetivamente como resultado, observa-se na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio de 2013 – PDAD 2013 –, produzida pela

²⁸ Entrevista concedida por:

SUAIDEN, E. J. **Entrevista com o professor Dr. Emir José Suaiden**. [set. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (19 min. 41 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan – e apresentada no ano de 2014, tanto um baixíssimo índice de uso de bibliotecas como de leitura no DF:

[...] a PDAD apurou que os moradores do DF têm pouco hábito de ir a museus, bibliotecas teatros e mesmo a cinema [...] no tocante ao hábito de leitura, observou-se que 63,54% não mantêm hábito de leitura. Por ano, 16,58% leem entre um a dois livros. A prática de leitura superior a 12 livros por ano é representada por 3,34% da população” (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 33).

Assim como nas cidades em que foi implementado o projeto Bibliotecas do Cerrado, no Cruzeiro observou-se baixos índices de leitura: “No tocante ao hábito de leitura, observou-se que 43,07% não têm hábito de leitura. Cerca de 21,31% leem de um a dois livros por ano. De três a cinco livros por ano, 16,49% da população tem esse hábito enquanto 10,22% leem entre 6 e 8 livros” (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 39). Abaixo, observa-se uma tabela segundo hábitos de leitura de livros por ano dos moradores do Cruzeiro:

Tabela 3 – População do Cruzeiro segundo hábitos de leitura – 2014

Quantidade	Hábito de Leitura	
	Nº	%
Não faz	13.976	43,07
1 a 2 livros ao ano	6.913	21,31
3 a 5 por ano	5.351	16,49
6 a 8 por ano	3.317	10,22
9 a 11 por ano	278	0,86
12 ou mais por ano	2.568	7,92
Não sabe	43	0,13
Total	32.446	100,00

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Cruzeiro - PDAD 2014

E ainda verificou-se que o uso da biblioteca pública é menor que o índice de uso de outros equipamentos culturais, como teatro e cinema, sendo superior apenas ao uso de museus:

Os moradores da RA XI [Cruzeiro] têm pouco hábito de ir a museu, pois apenas 3,36% o fazem frequentemente. Com relação aos frequentadores de cinema, a população do Cruzeiro mostrou-se mais participativa, ou seja, 33,05%, entretanto, apenas 15,70% vão às salas de projeção com frequência. Quanto a ida ao teatro e à **biblioteca**, os residentes na RA participam com 11,68% e **8,44%**, respectivamente (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 39).

Tabela 4– População do Cruzeiro segundo frequência a equipamentos culturais

Frequência	Frequenta							
	Museu		Cinema		Teatro		Biblioteca	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	29.064	89,58	13.740	42,34	26.025	80,21	27.116	83,58
Raramente	1.562	4,82	10.723	33,05	3.788	11,68	2.740	8,44
Às vezes	728	2,24	2.889	8,91	1.199	3,69	835	2,57
Frequentemente	1.092	3,36	5.094	15,70	1.434	4,42	1.755	5,41
Não sabe	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	32.446	100,00	32.446	100,00	32.446	100,00	32.446	100,00

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Cruzeiro - PDAD 2014

A outra região administrativa beneficiada pelo projeto é o Núcleo Bandeirante, nela os números são ainda mais preocupantes. Segundo a pesquisa da Codeplan, em 2014, os moradores dessa cidade satélite tiveram o índice de hábito de leitura extremamente baixo: “no tocante ao hábito de leitura, observou-se que 39,30% gostam de ler. Desses, 17,21% leem um a dois livros por ano. A leitura de um livro por mês é observada em 8,27% da população” (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 39), conforme pode ver verificado também na tabela abaixo:

Tabela 5– População do Núcleo Bandeirante segundo hábitos de leitura – 2014

Quantidade	Hábito de Leitura	
	Nº	%
Não faz	14.395	60,70
1 a 2 livros ao ano	4.082	17,21
3 a 5 por ano	2.472	10,43
6 a 8 por ano	512	2,16
9 a 11 por ano	293	1,23
12 ou mais por ano	1.960	8,27
Não sabe	-	-
Total	23.714	100,00

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Núcleo Bandeirante - PDAD 2013

E mesmo sendo selecionada para ser uma das regiões administrativas do DF que recebeu o projeto Bibliotecas do Cerrado no ano de 2013, apresenta preocupantes índices de não uso de bibliotecas, assim como de museu e teatro:

Tabela 6– População do Núcleo Bandeirante e o uso de equipamentos culturais

Frequência	Frequenta							
	Museu		Cinema		Teatro		Biblioteca	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	22.280	93,95	11.587	48,86	20.729	87,42	21.812	91,98
Raramente	922	3,89	5.047	21,28	1.902	8,02	1.273	5,37
Às vezes	366	1,54	4.169	17,58	805	3,39	263	1,11
Frequentemente	146	0,62	2.911	12,28	278	1,17	366	1,54
Não sabe	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	23.714	100,00	23.714	100,00	23.714	100,00	23.714	100,00

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Núcleo Bandeirante - PDAD 2013

Assim, mesmo com uma das melhores estruturas físicas entre as bibliotecas públicas do Distrito Federal e sendo uma das regiões administrativas beneficiadas pelo projeto em 2013, o Núcleo Bandeirante apresenta um dos piores índices de uso de bibliotecas do DF, como pode ser observado na tabela seguinte:

Tabela 7– População segundo a frequência em bibliotecas no DF

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Total	Frequência à Biblioteca				
		Não	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Não sabem
Valores Relativos (%)						
Plano Piloto	100,00	82,61	5,98	5,12	6,15	0,14
Gama	100,00	93,16	2,91	1,92	2,01	0,00
Taguatinga	100,00	93,23	3,92	1,61	1,21	0,02
Brazlândia	100,00	93,33	3,66	1,31	1,63	0,07
Sobradinho	100,00	86,20	9,91	2,10	1,78	0,00
Planaltina	100,00	91,01	6,87	1,36	0,76	0,00
Paranoá	100,00	93,04	4,72	0,73	1,51	0,00
Núcleo Bandeirante	100,00	91,98	5,37	1,11	1,54	0,00
Ceilândia	100,00	95,66	2,65	1,11	0,58	0,00
Guará	100,00	90,91	4,92	2,11	2,01	0,05
Cruzeiro	100,00	83,58	8,44	2,57	5,41	0,00
Samambaia	100,00	90,75	4,87	2,68	1,60	0,10
Santa Maria	100,00	94,79	3,57	0,84	0,80	0,00
São Sebastião	100,00	93,16	5,33	0,95	0,56	0,00
Recanto das Emas	100,00	91,36	4,97	2,61	1,02	0,03
Lago Sul	100,00	85,41	6,61	2,49	5,34	0,15
Riacho Fundo	100,00	91,65	4,56	1,72	2,07	0,00
Lago Norte	100,00	87,52	6,71	1,28	4,49	0,00
Candangolândia	100,00	90,83	5,18	2,73	1,25	0,00
Águas Claras	100,00	88,15	7,65	2,14	2,04	0,02
Riacho Fundo II	100,00	94,41	3,20	1,65	0,75	0,00
Sudoeste/Octogonal	100,00	77,00	12,49	5,07	5,45	0,00
Varjão	100,00	94,66	4,45	0,36	0,53	0,00
Park Way	100,00	91,09	4,79	2,89	1,23	0,00
SCIA - Estrutural	100,00	97,30	2,25	0,28	0,17	0,00
Sobradinho II	100,00	90,58	5,74	1,79	1,85	0,03
Jardim Botânico	100,00	82,53	8,11	3,14	6,10	0,12
Itapoá	100,00	90,96	5,49	1,22	2,28	0,06
S I A¹	100,00	81,04	13,29	4,05	1,62	0,00
Vicente Pires	100,00	93,55	4,23	1,31	0,91	0,00
Fercal	100,00	96,45	1,89	1,16	0,37	0,12
Distrito Federal	100,00	90,98	5,05	2,04	1,90	0,03

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF-2013

Fonte: Codeplan – Pesquisa por amostra de domicílios – PDAD/DF-2013

Assim como também um índice extremamente ruim em relação aos hábitos de leitura:

Tabela 8– População segundo o hábito de leitura da população do DF

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Total	Hábito de leitura						
		Não faz	1 a 2 livros por ano	3 a 5 livros por ano	6 a 8 livros por ano	9 a 11 livros por ano	12 ou mais livros por ano	Não sabem
Valores Relativos (%)								
Plano Piloto	100,00	26,80	19,81	18,86	18,20	2,94	12,90	0,49
Gama	100,00	74,15	10,87	7,57	4,22	1,05	1,92	0,22
Taguatinga	100,00	61,96	13,24	14,33	4,72	1,27	4,18	0,30
Brazlândia	100,00	78,50	11,11	6,34	2,22	0,33	1,05	0,46
Sobradinho	100,00	54,56	34,69	5,95	2,54	0,36	1,90	0,00
Planaltina	100,00	71,61	24,14	2,40	1,69	0,07	0,09	0,00
Paranoá	100,00	77,12	16,46	2,48	2,60	0,42	0,91	0,00
Núcleo Bandeirante	100,00	60,70	17,21	10,43	2,16	1,23	8,27	0,00
Ceilândia	100,00	78,22	11,03	7,00	1,99	0,57	1,03	0,17
Guará	100,00	49,37	18,83	17,02	7,83	1,58	5,15	0,23
Cruzeiro	100,00	43,07	21,31	16,49	10,22	0,86	7,92	0,13
Samambaia	100,00	75,82	11,41	7,45	3,76	0,39	0,95	0,23
Santa Maria	100,00	77,08	13,18	6,61	2,16	0,12	0,44	0,40
São Sebastião	100,00	73,32	22,31	2,63	0,84	0,22	0,67	0,00
Recanto das Emas	100,00	76,00	12,91	6,21	3,15	0,70	0,57	0,45
Lago Sul	100,00	20,44	33,91	19,27	12,15	1,73	12,35	0,15
Riacho Fundo	100,00	67,97	12,73	12,31	3,61	1,36	1,89	0,12
Lago Norte	100,00	27,99	31,66	16,85	8,57	3,27	11,66	0,00
Candangolândia	100,00	70,90	11,10	11,33	4,21	0,63	1,71	0,11
Águas Claras	100,00	51,06	18,77	19,31	3,79	1,29	5,51	0,28
Riacho Fundo II	100,00	71,09	15,18	9,94	2,15	0,50	1,05	0,10
Sudoeste/Octogonal	100,00	25,87	18,40	22,25	19,67	3,85	9,77	0,19
Varjão	100,00	81,49	16,19	0,83	1,30	0,06	0,12	0,00
Park Way	100,00	43,06	15,72	27,03	6,02	1,90	6,08	0,18
SCIA - Estrutural	100,00	81,64	9,01	5,63	1,30	0,73	1,13	0,56
Sobradinho II	100,00	61,40	27,69	5,56	3,40	0,36	1,58	0,00
Jardim Botânico	100,00	27,89	28,12	15,87	14,92	2,84	10,24	0,12
Itapoá	100,00	68,14	15,84	6,73	5,14	0,87	3,18	0,09
S I A¹	100,00	40,03	30,15	18,48	5,35	1,62	4,38	0,00
Vicente Pires	100,00	59,40	16,55	15,72	3,41	0,91	3,95	0,06
Fercal	100,00	82,95	11,37	4,10	0,79	0,43	0,37	0,00
Distrito Federal	100,00	63,54	16,58	10,26	5,07	0,99	3,34	0,21

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF-2013

Fonte: Codeplan – Pesquisa por amostra de domicílios – PDAD/DF-2013

Dessa maneira, conforme as pesquisas realizadas pela Codeplan, o hábito de uso de bibliotecas e de leitura repercutem a lógica econômica do DF em relação às cidades satélites. As regiões administrativas com os maiores índices de leitura e uso das bibliotecas são as regiões centrais, onde moram as famílias com melhores condições financeiras. Ou seja, os hábitos de leitura e de uso de bibliotecas continuam a ser perpetuados pelas famílias, logo, as políticas públicas não conseguiram quebrar essa lógica e, assim, levar às cidades menos favorecidas equipamentos culturais capazes de transformar sua realidade social, econômica e cultural. Como observado na coleta de dados, o projeto Bibliotecas do Cerrado também não conseguiu atingir as populações menos favorecidas dessas cidades satélites (informação verbal)²⁹. Até mesmo nas cidades satélites as políticas públicas têm se voltado às elites. Não é mera coincidência que os melhores equipamentos culturais com maiores investimentos estão concentrados no centro do DF, em torno de Brasília. O poder econômico consegue influenciar o poder político por meio de seu acesso e uso de informação, informação esta que é negligenciada continuamente pelo Estado aos mais desfavorecidos.

Se houvesse maior participação dos bibliotecários, representados por seus movimentos associativos, e da Universidade, por meio de seus pesquisadores, certamente

²⁹ Na entrevista concedida por: DOMINGOS, op. cit.

que o resultado do projeto Bibliotecas do Cerrado teria sido outro. Equívocos grosseiros, como a não identificação das necessidades da comunidade, a falta de análise do ambiente externo e da comunidade, de estudo de cenários e falta de estudo sobre usuários, poderiam ter sido evitados, e assim, com o investimento realizado, o projeto poderia ter tido um impacto realmente significativo para a sociedade. Porquanto o PDLL era uma política sob a diretriz de participação social, ainda assim o projeto Bibliotecas do Cerrado surgiu como um documento de gabinete, elaborado a quatro paredes por poucos técnicos da área e nenhum especialista. De todo modo, apesar das limitações postas em relação às políticas públicas para esse tipo de bibliotecas, o projeto pode ser considerado um avanço. O projeto, mesmo que importando um modelo estrangeiro, possibilitou a tentativa de criação de um novo modelo para a sociedade brasileira. E mesmo que não necessariamente atendendo às necessidades principais da comunidade em que se encontravam, propôs um novo modelo de uma biblioteca mais dinâmica, mais viva e mais condizente com as diretrizes da Ifla e dos teóricos da área de Ciência da Informação.

7.4 Avaliação do PDLL

Conforme visto na revisão de literatura, a avaliação de políticas públicas pode ser realizada com distintas finalidades. A análise acadêmica, correspondente ao termo *analysis of policy*, é uma avaliação mais formal e possui interesse na investigação da efetividade da política pública, seus benefícios e impactos na sociedade. Essa avaliação consiste na apreciação dos programas implementados no que diz respeito aos seus impactos efetivos e na análise de seus resultados. Não obstante, avaliar os resultados e os impactos vai além de analisar o sucesso ou fracasso da política, é identificar as variáveis que geram os impactos sobre os resultados encontrados e compreender a relação entre as variáveis e os resultados obtidos.

O PDLL, assim como o PNLL, de acordo com as pesquisa de hábitos de leitura não têm tido êxito em seu objetivo principal. Como observado na tabela 8, após um ano de implementação do PDLL, os índices de hábito de leitura do Distrito Federal são preocupantemente baixos, salvante as cinco regiões administrativas com maior poder aquisitivo do DF: Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Lago Sul e Jardim Botânico; todas as demais apresentaram índices absurdamente abaixo da média nacional. A média nacional, que também representa um índice muito baixo, ainda apresentou uma queda desde a última pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro após a construção do PNLL, de acordo com a última pesquisa, o índice nacional caiu em média 5%, “o índice de

penetração de leitores oscilou negativamente, da 2ª edição, realizada em 2007, para esta, passando de 55% para 50%. Essa oscilação ocorreu em praticamente todas as regiões brasileiras, com exceção do Nordeste, onde permaneceu estável” (FAILLA, 2012, p. 238).

Ao comparar as pesquisas realizadas, observa-se que DF apresenta uma média bastante inferior à média nacional. Conforme a pesquisa da Codeplan, o DF apresenta uma média de apenas 36,24% de leitores, enquanto a média nacional é de 50% e a média para o Centro-Oeste, que foi de 59% em 2007, é de 43% em 2011 (FAILLA, 2012). No entanto, ao defrontar os índices das regiões favorecidas pelo projeto Bibliotecas do Cerrado, observa-se que essas ficaram acima da média do DF, o Núcleo Bandeirante com 39% de leitores e o Cruzeiro com 56,93%, acima da média nacional de 2011. Porém, apresentam índices abaixo de outras regiões de maior poder aquisitivo e que não foram alvo das políticas de livro e leitura da Secult.

Independentemente do êxito ou fracasso do PDLL e seus desdobramentos, analisou-se os dados coletados por meio das entrevistas, buscando identificar as variáveis para compreender os impactos dessa política para as bibliotecas públicas do DF.

O PDLL teve uma avaliação diferente para cada segmento participante, isso se deu também pelas distintas expectativas dos grupos. Evidente que o objetivo principal de todos os participantes harmonizava-se com o propósito principal do plano, que é garantir e democratizar o acesso ao livro e à leitura a toda sociedade brasiliense e promover a formação de novos leitores, com base na compreensão “de que a leitura e a escrita são, em nosso tempo, indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas potencialidades no nível individual ou coletivo e exercer sua cidadania” (DISTRITO FEDERAL, P., 2012, p. 46). Entretanto, cada segmento possuía expectativas específicas quanto à forma de alcançar esse objetivo geral. Por meio da análise das entrevistas, identificaram-se essas visões divergentes, conforme pode ser observado de forma sintetizada na tabela 9 abaixo:

Tabela 9- Expectativas sintetizadas do PDLL por segmento participante

	Visão
Bibliotecários (CRB1/ABDF)	Buscavam objetivos concretos; ex.: a construção de um sistema de bibliotecas.
Universidade de Brasília	Tinha expectativa de melhor estruturação das bibliotecas públicas do DF.
Mediadores de leitura	Busca uma coordenação das atividades existentes.
Primeira equipe do PDLL	Buscava um documento que pudesse, de

	maneira visionária, transformar a realidade da leitura no DF.
Gerência do Sistema de Bibliotecas Públicas	Criação de um plano para coordenar e orientar as ações, conjuntas ou solitárias, da área do Livro e da Leitura.
Subsecretaria do Livro e da Leitura	Visão de coordenação do PDLL para articulação de uma área frágil e fragmentada que é o Livro e Leitura.

Fonte: Autoria própria

Nessa etapa de avaliação surge um novo segmento também voltado à área de bibliotecas públicas, que é o *Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Bibliotecas do DF*. Os Colegiados Setoriais de Cultura são órgãos de assessoramento do Secretário de Estado da Cultura e tem por finalidade analisar, debater e propor políticas públicas e diretrizes específicas para a política cultural (DISTRITO FEDERAL, P., 2013a, p.10), e foram instituídos pela portaria nº 36, de 24 de junho de 2013, pelo poder executivo do DF. No dia 13 de agosto de 2013, foram realizadas as eleições para a composição dos colegiados no Foyer da Sala Vila Lobos do Teatro Nacional Claudio Santoro.

Os colegiados foram criados também para compor o Sistema de Cultura do DF. Na área de Livro e Leitura, foram eleitos como titulares os bibliotecários Cleide Soares e Aníbal Perea, ainda Raul Ballesta, Jose Menezes de Moraes e Paulo Dagome (DISTRITO FEDERAL, P., 2013b, p. 70) para sua formação. O colegiado, apesar de sua função de apoiar, aconselhar, debater e propor políticas ao executivo, não participou da construção do PDLL. A representante do colegiado coloca que este foi aliado do processo pela gestão da Secult por apresentarem muitas propostas que retardariam e tornariam muito complexo o processo de elaboração do plano, como, por exemplo, a convocação dos administradores regionais de todas as regiões administrativas (informação verbal)³⁰. Todavia, foi um importante segmento na etapa de avaliação do PDLL enquanto política pública.

Na **avaliação do Colegiado**, o PDLL não chegou a ser implementado, porque o plano pressupunha ações articuladas entre o Estado e sociedade, mas as ações realizadas pela Secult não foram articuladas com militantes da área, muito menos com a sociedade. Pelo contrário, a Bienal e o Bibliotecas do Cerrado, assim como o documento do plano distrital, receberam diversas críticas de como foram realizados.

³⁰ Entrevista concedida por: SOARES, C. op. cit.

Outro aspecto muito criticado pelo colegiado foi em relação à liderança do processo de construção da política dentro do governo. O grupo que estava elaborando o documento final não possuía um histórico de militância dentro da área de livro, leitura e bibliotecas. Como destacado na revisão de literatura, na avaliação da política, assim como em sua elaboração, é imprescindível um profundo conhecimento da área em que se está trabalhando a política pública. Assim, não apenas como a equipe responsável pela construção do plano não era da área, como ela teria se isolado por questões políticas e burocráticas. Ainda, foi criticada a representatividade no processo, uma vez que não foram convocados ou convidados todos os administradores das regiões administrativas do DF, excluindo várias regiões da elaboração do plano, principalmente as regiões que mais necessitam de políticas públicas.

Nessa orientação, a crítica feita por essa instância foi de que não havia intenção real de construção de um plano de leitura para o DF, isso porque o objetivo real do plano seria outro que o propagado no documento, ou seja, seu propósito efetivo seria criar um mecanismo que permitisse à Secult acesso aos recursos do governo federal. Ainda numa avaliação geral, o processo todo foi considerado muito negativo, porque o fato de reunir alguns atores da área do livro e da leitura em um processo obscuro e deturpado teria como consequência uma frustração, um desapontamento e um conseqüente enfraquecimento da área.

Já o **Fórum do Livro e da Leitura do Distrito Federal** possuía uma expectativa, em relação ao plano, mais voltada às ações de mediações de leitura. A representante do grupo compreendia o plano como uma proposta governamental de organização das políticas públicas em conjunto com a sociedade civil. Nesse sentido, como colocada pela entrevistada, as ações de mediação continuaram sendo realizadas independentemente do plano.

Também foi observado que houve muitas falhas na representatividade de diversos setores da sociedade. O processo de construção, conforme a entrevistada, foi muito rígido, o que dificultava muito a inserção dos militantes, pesquisadores e cidadãos interessados. Criticou, além disso, a exígua participação da UnB, enquanto que no PNLL se verificava uma efetiva presença das universidades em sua construção. Outro aspecto do processo levantado foi a sua celeridade. Também de acordo com a entrevista, o prazo estabelecido para a conclusão do documento foi antecipado, atropelando as discussões, tendo como um resultado um documento produzido sem as reflexões necessárias para sua conclusão. Indicou, ainda, que houve um emparelhamento do Estado, fato que levaria ao empobrecimento das reuniões e discussões.

A descontinuidade das políticas foi apontada como o grande problema para o impacto dessas na sociedade. Além disso, foi feita uma crítica bastante intensa sobre a

política direcionada a eventos. Segundo a pesquisada, o evento é o local mais comum para a corrupção, e que, por isso, no Brasil, existe uma cultura política voltada a estimular e perpetuar essa fórmula de realização de eventos, consistindo, assim, num problema de vastas proporções para a sociedade brasileira.

Por fim, o fórum, por meio da sua representante, avaliou que, apesar de todos os problemas do PDLL, ele deve ser resgatado, o trabalho não pode ser perdido. Acredita que esse resgate será realizado pela sociedade civil organizada, por meio da sua militância. Comparou o PDLL e as políticas para bibliotecas públicas com o mito do trabalho de Sísifo. Na mitologia grega, Sísifo, filho do rei Éolo, foi castigado e recebeu uma punição após sua morte: foi condenado a, por toda a eternidade, rolar uma grande pedra de mármore com suas mãos até o cume de uma montanha, sendo que toda vez que ele estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo, invalidando completamente o duro esforço despendido. Esse parece ser o infortúnio também das políticas para bibliotecas públicas, porque sempre que uma política surge, existe um esforço para a concretização de seu impacto na sociedade, mas ao final pouco ou nada da realidade das bibliotecas públicas é transformada, a situação delas permanece a mesma antes da construção da política para a área, ficando apenas a sensação de um duro esforço despendido em vão.

Na avaliação geral dos bibliotecários, representados pelo CRB 1 e a ABDF, o processo de construção do PDLL foi positivo. O CRB 1, por meio de seu presidente, apontou que suas principais expectativas em relação ao plano eram de: angariar leitores; levar cultura para regiões distantes; transformar o cidadão em leitor e em agente de transformação social; alcançar uma sociedade mais informada, mais letrada e, sobretudo, que a cultura fosse valorizada.

Na avaliação do Conselho, foi colocado que houve um aumento da visibilidade de biblioteca pública com o processo de elaboração do plano e a audiência pública realizada na CLDF. Contudo, observou-se que houve um enfraquecimento do processo, no qual todos os segmentos têm culpa, porém o GDF tem a sua maior parcela. Também foi apontada a necessidade de terem sido feitos mais debates, mais palestras e seminários, e destacou-se a falta que fez a ausência da Universidade. Por fim, afirmou-se ter esperança em relação ao PDLL.

A associação também destacou as suas contribuições, que por meio de reuniões com seus associados inseriu suas demandas nas discussões do plano, e também seu papel na estruturação do documento. As principais demandas levantadas foram: a necessidade de aumentar o número de bibliotecários atuando nas bibliotecas públicas do DF, onde encontra-se um quadro trágico da existência de diversas bibliotecas funcionando sem o profissional competente; a necessidade de ampliar as ações e serviços das bibliotecas à

sociedade; a construção de uma política concreta para bibliotecas públicas; a construção de um sistema de bibliotecas públicas e escolares.

Em sua avaliação, o PDLL ficou apenas na teoria porque não foi implementado, e apontou como principal falha a dificuldade de participação dos representantes dos segmentos, decorrente da falta de uma agenda de reuniões preestabelecidas, resultando em designações de reuniões sem avisos em tempo hábil e, assim, em pouca participação desses dos setores da área. Indicou como principal responsável pelo fracasso do PDLL, o poder Executivo do DF, que teria maior responsabilidade pela consolidação da política. Por fim, salientou que, apesar da fragilidade do PDLL, pode ser considerado um avanço por ter se construído um documento com o diagnóstico da área, e que poderá ser resgatado pela sociedade civil, dependendo de como essa se encontrará organizada na área.

Já a **Subsecretaria do Livro e Leitura da Secult** (APÊNDICE J) afirma que o maior legado do PDLL não é seu documento, mas sim a mobilização da sociedade em torno da área do livro e da leitura, e que por isso, diferentemente de outros municípios, eles optaram pela não contratação de um consultor. Também destacou que a biblioteca é um espaço primordial para consolidação do PDLL. E aponta que todas ações executadas pela Secult são ações que contemplam a implementação do PDLL, e que seus principais frutos são a Bienal e o projeto Bibliotecas do Cerrado. Para a subsecretária, o PDLL tinha o objetivo de ser uma política de Estado, contudo ainda se configura como uma política de governo.

A Gerência do Sistema de Bibliotecas e a Direção da Biblioteca Nacional atuaram subordinados à Secretaria de Cultura no processo e o projeto Bibliotecas do Cerrado ficou sob a responsabilidade da Gerência do Sistema de Bibliotecas. Por razões de dificuldade de agenda dos servidores da Secult, foi necessário entrevistar o gerente do sistema e o diretor da BNB juntos. Para o diretor, as pessoas sabem que a biblioteca pública é importante, mas que se não houver uma lei, um documento ou uma política, a realidade das bibliotecas não será modificada. Para o gerente, o PDLL foi fundamental para embasá-los e empoderá-los para que pudessem propor mudanças. Também observou-se que as estratégias utilizadas pela Secult foram as tradicionais formas utilizadas no passado, de tentar informar e convencer os administradores regionais e demais agentes políticos. Todavia, informaram que obtiveram êxito ao trabalhar com outras secretarias, e que, ao final do processo, eram os administradores quem procuravam a Secult, invertendo a lógica anterior³¹.

Também por meio da análise dos dados, a avaliação do PDLL pelos representantes dos diversos segmentos pode ser classificada em três momentos: em relação a sua

³¹ Na entrevista com o diretor em exercício da BNB (APÊNDICE K) tem um interessante e detalhado relato sobre o processo de construção do sistema de bibliotecas públicas do DF.

elaboração, a sua implementação e a sua avaliação geral do plano distrital; que de forma sintetizada é apresentada na tabela 10, logo abaixo:

Tabela 10– Avaliação do PDLL por segmento da área

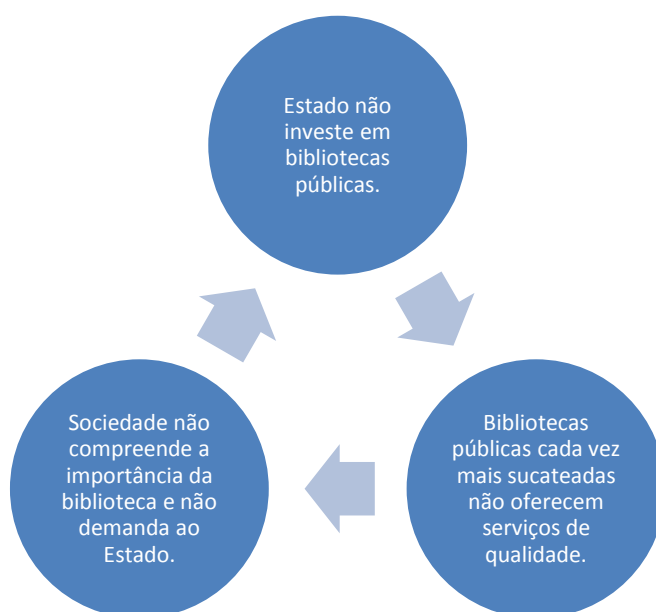
	Elaboração	Implementação	Avaliação geral
Bibliotecários (CRB1/ABDF)	Positiva, apesar da falta de agenda.	Não houve implementação.	O plano pereceu por falta de ação da Secult. Ficou apenas na teoria. Mas pode ser resgatado.
Universidade de Brasília	Positiva, apesar da pouca participação.	Não houve participação da UnB após a formulação.	Trouxe contribuições, mas precisa de aprimoramentos.
Fórum do Livro e da Leitura	Negativa, participação rígida e restrita.	A mediação de leitura continua independente do PDLL.	O PDLL deve ser refeito.
Primeira equipe do PDLL	Negativa devido às disputas políticas.	Aquém das expectativas.	Negativa. Documento final defasado.
Colegiado do Livro, Leitura e Bibliotecas	Negativa, houve uma ingerência demasiada pela Secult e limitada representatividade.	O PDLL não foi executado, não foi monitorado.	Houve extrema ingerência na elaboração e completa ausência na implementação: PDLL não se concretizou.
Subsecretaria do Livro e da Leitura	Positiva, apesar da fragmentação e isolamento dos militantes da área.	Houve implementação por meio de diversas ações da Secult.	A avaliação geral deve ser feita em um prazo mais longo.

Fonte: Autoria Própria

Durante o processo de construção do PDLL, houve o desmantelamento da Direção de Políticas de Livro, Leitura e Bibliotecas, com a consequente saída da diretora. A direção se tornou uma Coordenação de Políticas de Livro, Leitura e Bibliotecas, assim como o fora no passado, e teve vários jovens coordenadores à frente, responsáveis pelo processo de implementação do PDLL. A primeira diretora apontou que a liderança responsável pela concretização do plano deveria ser alguma pessoa conhecida da área, distinto da maneira como foi realizado. Ela entendia o PDLL como um depositário e coordenador de um banco de informações sobre pessoas e atividades na área do livro, leitura e bibliotecas, para troca de informações e ajuda mútua, gerenciado pelo governo. Para a ex-diretora, o processo de formulação foi muito exitoso, apesar da fragmentação dos militantes da sociedade civil da área. Sua avaliação geral foi de que teve falhas no documento, mas foi positiva porque “a semente foi plantada”.

O seu sucessor também apontou como grande problema da construção do PDLL a fragmentação e disputa dos vários atores da área do livro e da leitura. Colocou que apesar das diversas críticas ao documento final do PDLL, eles entendem que ainda assim é um imenso avanço. Também afirmou que existe uma fragilidade da área que é cultural, porque o brasileiro ainda não compreende a importância do livro, da leitura e das bibliotecas em suas vidas cotidianas. E, ao não entender essa importância, a sociedade não cobra do governo e dos políticos investimento na área. E dessa forma o governo também não realiza os investimentos, pois não existe cobrança da sociedade, formando assim um ciclo de sucateamento da biblioteca pública, como demonstrado na figura 10.

Figura 10– Ciclo de sucateamento das bibliotecas públicas



Fonte: Autoria própria

Esse entendimento está em sintonia com o observado na revisão de literatura: o cenário das bibliotecas públicas é um quadro de sucateamento, falta de recursos financeiros e humanos, ausência de investimentos, até mesmo a falta de bibliotecários. Ou seja, uma realidade de completo abandono pelo Estado. Ao se comparar essa situação a outras áreas, por exemplo, hospitais sem médicos e escolas sem professores, observam-se as desarrazoadas condições das bibliotecas públicas. Por outro lado, o imaginário social em seu discurso é da importância da biblioteca pública e da leitura para o indivíduo e para a sociedade. Sendo assim, observa-se a existência de um paradoxo: a biblioteca pública é importante para a sociedade, mas mesmo assim não há investimento nelas. Então, por que não há investimento nas bibliotecas, dado seu valor reconhecido pela sociedade?

Além do mau uso dos recursos públicos, que é situação comum também a outras áreas, o principal motivo para a escassez de investimento nas bibliotecas é a falta da compreensão de seu sentido ao cotidiano dos brasileiros. Isso porque a área de biblioteconomia tem tido pouca inserção na sociedade, e, dessa maneira, a imagem que se construiu acerca da biblioteca pública foi formada por meio das diversas deturpações da função dessa unidade de informação ao longo de seu desenvolvimento histórico. Assim, ao analisar a biblioteca pública, verifica-se que os elementos apresentados por ela representam as distorções de seus objetivos ao longo de sua história. A biblioteca pública, ao invés de ser o ponto de acesso principal e dinâmico da comunidade para responder de modo proativo suas necessidades informacionais em suas múltiplas formas, tornou-se apenas um local de silêncio para estudos pontuais, decorada por obras literárias utilizadas pelo sistema educacional brasileiro.

As últimas três avaliações são de pesquisadores da área. Para essa tarefa, foram entrevistados os professores da Universidade de Brasília da Faculdade de Ciência da Informação. A professora Dra. Maria Alice Guimarães Borges, pesquisadora da área, representou a UnB no processo de formulação do documento do PDLL. O professor Dr. Antônio Lisboa Carvalho de Miranda é professor emérito pela UnB e ex-Diretor da BNB, também participou da primeira versão do documento do PDLL. Por fim, o professor Dr. Emir José Suaiden é uma das maiores autoridades da área, atualmente lidera o grupo de pesquisa Biblioteca e Sociedade de linha de pesquisa de Comunicação e Mediação da Informação do programa de Pós-Graduação da FCI/UnB.

A **Dra. Maria Alice Guimarães Borges**, professora da FCI/UnB, participou da construção do PDLL como representante da universidade. Conforme observado em sua entrevista (APÊNDICE C), o processo de elaboração do PDLL não contou formalmente com a participação da FCI/UnB, esta, por questões políticas, optou por não participar do processo de construção da política. Também avalia que a participação dos bibliotecários foi muito pequena, não só dos participantes oficiais, ABDF e CRB 1, e pontua que outras

instituições relacionadas à área poderiam dar sua contribuição à política de uma área que é extremamente carente no DF. Pondera que houve um enfraquecimento do movimento associativo dos bibliotecários no DF e que os novos bibliotecários egressos da universidade estão tendo menos interesse pelas questões políticas da área, por uma mudança de perfil do novo estudante de Biblioteconomia e por novos elementos trazidos com a Sociedade da Informação. Pontua a necessidade de a área ser mais ativa e participativa, principalmente na participação dos processos de construção das políticas públicas. Também ressalta a importância de se ter realizado eventos, seminários, palestras sobre o tema antes da elaboração da política, e de uma aproximação maior entre a BNB e a FCI, que seria muito profícuo. Sua participação enquanto representante da UnB se deu semelhante a dos outros segmentos, tomou parte de algumas reuniões levando suas contribuições.

Em relação às bibliotecas, observa que é uma contradição que a biblioteca pública venha perdendo usuários na atual Sociedade da Informação, em que se observa o aumento dos níveis de escolaridade. Apontou que um dos maiores obstáculos à biblioteca pública atender a comunidade da qual faz parte é a desatualização do acervo. Isso porque os acervos das bibliotecas públicas encontram-se completamente carentes de obras novas, atuais e populares, que satisfaçam o interesse e as necessidades dos cidadãos. Todavia, verifica-se que no PDLL essa preocupação é negligenciada.

Outro grave problema indicado foi a falta de bibliotecários nas bibliotecas públicas do DF. Essa é uma situação que dificilmente em outra profissão é observada. Salienta a importância do Estado em contratar esses profissionais e a realização de concurso público para sanar essa realidade. Entretanto, a professora destaca que, apesar da preocupante e séria conjuntura, o número de cursos de Biblioteconomia é módico, o que dificultaria atender a necessidade da área. Mas para isso aponta soluções, como o auxílio do uso da tecnologia e a formação de auxiliares de biblioteca, para que se possa formar mais bibliotecários.

Também, destaca a importância de a biblioteca não se ater a indicadores apenas de acesso ao livro, é importante voltar o olhar para a formação e o desenvolvimento de leitores efetivos, o que significa leitores com consciência crítica. Para a pesquisadora, a formação desses leitores críticos é elemento fundamental na construção e concretização da cidadania. O processo educacional, assim, passaria necessariamente pela formação de uma consciência crítica, a qual imperiosamente demandaria os serviços da biblioteca. Ou seja, a biblioteca precisa pensar em indicadores e montar uma estrutura capaz de fomentar e promover características e habilidades de leitura e visão crítica em seus usuários. Além disso, a biblioteca tem que estar voltada aos interesses e necessidades de seus usuários e da comunidade na qual se insere.

A sua avaliação final do PDLL é positiva. De acordo com a professora, a área nunca teve um padrinho político de peso. E a elaboração dessa política foi uma

oportunidade de levantar a discussão e demonstrar a importância das bibliotecas. A área de bibliotecas públicas no DF é muito carente, tanto de recursos financeiros como de recursos humanos, por isso, em sua análise, mesmo precisando de muitos aprimoramentos, o plano pode ser visto como um avanço.

O **Dr. Antônio Lisboa Carvalho de Miranda**, professor emérito da Universidade de Brasília, participou da elaboração da primeira versão do PDLL quando ainda era o diretor da BNB. Como observado em sua entrevista (APÊNDICE B), o documento final do PDLL já foi concluído defasado, porque foi orientado sob uma perspectiva convencional da leitura, ainda muito centrada no livro como suporte, enquanto que a sociedade caminha para o uso de uma leitura multidimensional, a partir da possibilidade dos novos suportes digitais e de novas plataformas, como as redes sociais. Ou seja, é preciso compreender efetivamente o modo e a finalidade do uso da leitura, qual é o seu uso e para que fim, ao invés de se avaliar a leitura apenas por um viés de uma práxis e uma prática convencional do século XX. Outra crítica à política estabelecida foi à falta de articulação e garantias de recursos para o PDLL, não há como pretender um plano sem uma boa articulação com recursos permanentes e garantidos.

Com relação à participação dos bibliotecários no PDLL, o professor destaca um enfraquecimento político da área. Aponta que antigamente os bibliotecários possuíam cargos e posições de influência em órgãos de pesquisa estratégicos ao crescimento do país, como a Capes e o CNPq, mas que atualmente esses cargos estão deixando de existir. Ainda salienta que as instituições representantes do movimento associativo profissional da área tem tido pouca presença na elaboração de políticas pelo Estado, e que elas têm de recuperar seu prestígio, tornarem-se uma voz ativa nesses processos, assim como acontece em outros países, nos quais a avaliação do curso não é realizada pelo governo, mas pela classe profissional. Por isso, seria importante que a classe tomasse políticas como o PDLL como uma oportunidade para desenvolver seminários e discussões para poderem se pronunciar efetivamente, indicar as diretrizes e fornecer as orientações ao governo, assim como faz a *America Library Associations*. É preciso conquistar credibilidade e reconhecimento da sociedade.

Ainda, a ausência da classe profissional nos processos políticos de decisões e construção de políticas é apontada como sério obstáculo ao desenvolvimento da área. No Brasil, geralmente as escolhas políticas para as funções de comando se dão por questões política partidária, em muitas situações, inclusive, por vínculos de amizade e familiares, dentro de uma disputa de poder que tem escapado a decisões técnicas e racionais. Fato que foi claramente observado na Secretaria de Cultura e na elaboração do PDLL, quando verifica-se a indicação de pessoas que não são da área para liderar um processo de

construção de políticas a um setor a respeito do qual desconhecem as especificidades e peculiaridades, os atores, os problemas e os desafios.

Sobre a biblioteca pública, o pesquisador apontou a necessidade de se refletir sobre a forma como essa tem atuado no Brasil, de se desenvolver outro modelo de biblioteca e da importância dela oferecer serviços mais amplos. Então, exemplifica serviços ofertados por bibliotecas públicas em outros países, como no caso do modelo colombiano, no qual são promovidas atividades de leitura para gestantes, para que se possa perpetuar o hábito da leitura desde a mais tenra idade, formando uma cadeia de valorização simbólica do livro e da leitura, ou também como o que vem ocorrendo em bibliotecas comunitárias que oferecem serviços de acesso à saúde, oportunidade de empregos, capacitação profissional, etc. Mas no Brasil, como coloca, não é natural se pensar em serviços dessa natureza, serviços que rompam a tradicional forma de compreender a biblioteca, pois tecnologicamente existem bibliotecas brasileiras muito mais avançadas, mas que não ofertam serviços que atendam às diversas necessidades da comunidade ou de seus usuários, porque não existe uma tradição, um desenho de serviços, um modelo voltado a essas necessidades.

De fato a biblioteca pública brasileira, há algumas décadas, tem sido confundida com biblioteca escolar. Isso, também, porque o sistema de biblioteca escolar é deficitário. Por isso, é preciso refletir sobre esse modelo de biblioteca pública que se cristalizou na sociedade brasileira, entender que essa biblioteca é um serviço público, com referência em se transformar em centros culturais; o professor é categórico: a biblioteca pública precisa ser reciclada!

Contudo, para alcançarmos esse novo modelo de bibliotecas no Brasil, o professor pondera que é imperativa a formação de bibliotecários com uma nova mentalidade, assim como habilidades e conhecimentos, que permita compreender o tempo em que se está vivendo, suas demandas e desafios. Os bibliotecários egressos têm exigido sua liderança frente às unidades de informação, porém não têm buscado uma ação social efetiva, por isso, o professor enfatiza: “nós precisamos reciclar e formar uma geração nova de bibliotecários que tenha outros tipos de compromisso social” (informação verbal)³².

O professor também aponta a progressão dos índices de escolaridade, mas que isso também não garante a formação de leitores críticos. Coloca, então, que se faz necessária a criação de um programa brasileiro voltado às bibliotecas, para capacitar seus cidadãos a se tornarem leitores efetivos, tanto de livros convencionais como nos novos formatos que vêm surgindo.

³² Entrevista concedida por: MIRANDA, op. cit.

Por fim, o professor pesquisador discute os novos rumos das bibliotecas na Sociedade da Informação, diante das possibilidades decorrentes do acelerado desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. As bibliotecas digitais, livrarias e sebos virtuais vendem e entregam livros a qualquer parte do país, o que é fundamental em um país com as dimensões do Brasil, com quase seis mil municípios e onde em muitos deles não existem bibliotecas. Nesse sentido, a biblioteca pública teria que entender que deve ser híbrida para atender às novas necessidades dos cidadãos.

A avaliação geral do professor sobre o PDLL é que o plano não se concretizou, não houve garantias de recursos permanentes e, ainda, o documento nasceu defasado em seu conteúdo. Contudo, considera que o programa é de grande vulto, com papel amplo de atuação, portanto, seria preciso observar como ele se atualiza, e seria necessário que fosse levado a melhores parâmetros de eficiência e gestão, mas, ainda, o primeiro passo do programa seria ter as bibliotecas em condições adequadas, acervos atualizados, equipamentos e os recursos humanos necessários.

A última avaliação exposta é do **professor Dr. Emir José Suaiden** (APÊNDICE A). Suaiden é uma das grandes autoridades com extensa produção científica na área. A entrevista realizada com o professor abordou a história das políticas voltadas às bibliotecas públicas brasileiras, os avanços, obstáculos, desafios e caminhos que possam levar à transformação da trágica situação em que se encontram essas bibliotecas.

O professor aponta que historicamente no Brasil as bibliotecas públicas não foram criadas pensando nas necessidades da população, por isso e por diversos outros fatores essas bibliotecas não possuíam uma identidade com o povo brasileiro; a própria indústria editorial surgiu tardiamente. Assim, elas foram sempre criadas no sentido de cópias, cópias das bibliotecas francesas, portuguesas. Mesmo hoje, comparando essa informação com o PDLL verifica-se essa lógica de importação de modelos de bibliotecas de outros países, se há um avanço é, apenas, porque antes se transplantava arquétipos europeus e atualmente buscam-se padrões de países mais próximos. Ou seja, perpetua-se a prática de se buscar modelos estrangeiros ao invés de se procurar diagnosticar, compreender e satisfazer as necessidades da sociedade brasileira.

Essas circunstâncias, como coloca o professor, produzem a construção de duas compreensões sobre as bibliotecas públicas, uma dos intelectuais, estudiosos e pesquisadores da área, e outra formada com base no senso comum, ou seja, a partir das expectativas sociais criadas em função dos serviços oferecidos e da atuação prática dessas unidades de informação ao longo de sua história. A partir dessa situação, essas bibliotecas passaram assumir funções impróprias, de outras bibliotecas, como as escolares, que têm como efeito sua escolarização. Também se observa o uso das bibliotecas públicas para outros objetivos, como representação de poder, como adorno e símbolo de intelectualidade,

por exemplo, os prefeitos de municípios que muitos mal liam, mas buscavam caras coleções encadernadas, distantes da realidade e identidade do povo brasileiro. O trabalhador brasileiro não se identificava com a biblioteca, fato que persiste até os dias de hoje.

Diante do cenário relatado, a população e, até mesmo, os prefeitos não compreendiam a verdadeira função social da biblioteca. Essa falta de compreensão refletia-se nos ínfimos investimentos realizados nessas instituições, assim, em sua precariedade e falta de recursos. As bibliotecas não possuíam orçamento próprio, os editores não se viam obrigados a doarem livros, e dessa maneira sobreviveram por meio de doações de obras que de modo algum formavam um acervo adequado ao município.

Na década de 70, o INL começa a se transformar um pouco essa realidade com a distribuição de coedições, serviços de extensão, como carros bibliotecas e barcos bibliotecas, e auxílio técnico às bibliotecas públicas. Na mesma década, inicia-se um grande investimento nas bibliotecas universitárias, mas que nas públicas ficaram bem abaixo.

A Câmara Brasileira do Livro fez uma pesquisa sobre quem comprava livros no Brasil e verificou que eram poucos brasileiros que tinha condições de fazê-lo. Assim, pelo fato de o povo brasileiro não possuir o hábito de leitura, precisava de serviços de mediação de leitura. O bibliotecário seria o responsável por essa mediação, mas ele também não possuía o hábito da leitura, o que dificultava muito a tarefa. Algumas ações isoladas começaram a surgir no Brasil, porém, outro sério problema era a polarização do desenvolvimento dessas ações e dos recursos para as bibliotecas, as inovações caminhavam ao lado de onde se concentrava a riqueza, acentuando as desigualdades sociais entre as regiões ricas e pobres.

E mesmo com a construção das novas bibliotecas, quando se observa os dados estatísticos do IBGE, dificilmente se verifica o atendimento da biblioteca a mais de 1% da população de uma cidade. E não é o fato de as bibliotecas não possuírem acervo adequado, mas de terem de construir metodologias para levar o leitor ao livro; o conhecimento organizado não basta à biblioteca, e o bibliotecário não tem se vinculado à comunidade. Têm de haver atualização do acervo, novos serviços à comunidade, informações úteis que possam gerar renda e emprego à comunidade. A biblioteca pública está estática no tempo, ela sabe trabalhar com o livro, mas não sabe trabalhar com a informação. Então, ela ainda continua muito distinta, ou seja, distante do cotidiano do cidadão.

Um ponto muito importante, porque é um tópico muito pouco abordado na literatura da área, apontado pelo professor, é a necessidade de se pensar e construir novos indicadores de gestão para as bibliotecas públicas. Por longo tempo, indicadores de acesso ao livro, de acesso ao prédio da biblioteca, têm sido apresentados por gestores de bibliotecas como impacto social daquela unidade de informação. Todavia, como coloca o professor, na atualidade, chegou-se à conclusão de que o uso do livro, a compreensão da

leitura são indicadores muito mais significativos que os indicadores de acesso. O acesso por si só não traz impactos consideráveis à realidade social, e tem-se observado que o uso dos indicadores de acesso têm proporcionado aos gestores de bibliotecas a busca pelo aumento de números de acesso às bibliotecas e aos livros, quando o que se deveria estar fazendo é construindo indicadores que pudessem identificar, quantificar e analisar o impacto do uso dos serviços da biblioteca na comunidade à qual serve.

O professor ainda aponta que além de todos esses desafios, essa biblioteca teria de estar preparada para a evolução tecnológica que caracteriza a Sociedade da Informação. Nessa Sociedade da Informação, ou do Conhecimento, está surgindo uma geração de pessoas com uma nova relação com a informação em suporte digital e com a internet. Nessa hodierna realidade, os usuários deixam de ser apenas receptores e dependentes de informação e passam a ser também produtores. E nesse sentido, a biblioteca deve adaptar-se, criando mecanismos e serviços que permitam aos usuários usufruírem das novas possibilidades de acesso e troca de informação. Mas para essa nova biblioteca pública seriam necessários, também, novos bibliotecários; como colocado anteriormente, os atuais profissionais não estão sendo preparados para sua função, “a formação é do século XIX e o usuário é do século XXI” (informação verbal)³³.

De acordo com o exposto pelo professor, o PDLL não alcançou seu objetivo. Apesar do diagnóstico das ações e atividades realizadas no DF, o plano não buscou compreender as necessidades de seus cidadãos relacionados ao uso do livro e à leitura. A política do GDF também não contemplou os novos desafios diante do crescente desenvolvimento das TICs. Ainda, especificamente em relação às bibliotecas públicas, o projeto Bibliotecas do Cerrado levou em consideração, apenas, indicadores de acesso às bibliotecas sem buscar avaliar seu impacto social nas regiões administrativas em que foi implantado.

Assim, observa-se que as avaliações apontaram pontos positivos e negativos do PDLL. Verifica-se também que algumas expectativas estavam mais em harmonia com o Guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e da leitura que outras. Diferentemente de alguns segmentos, como os bibliotecários que ansiavam por resultados concretos advindos desse plano, a Secult entendia o plano mais como uma oportunidade de inventariar e coordenar os projetos relacionados ao livro e leitura existentes no Distrito Federal. Todavia, como aponta Fabiano Piúba, diretor de políticas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas – DLLL – do Minc, o plano não deveria ser apenas um coordenador das atividades existentes, essa etapa faz parte do diagnóstico, o plano distrital

³³ Entrevista concedida por: SUAIDEN, op. cit.

deveria ter suas atividades programadas sob sua responsabilidade, “sobretudo a responsabilidade institucional e orçamentária” (informação verbal)³⁴.

Por meio da análise dos dados coletados, verificou-se que as principais críticas ao processo foram relacionadas ao atropelamento do processo, produzindo um documento final que não representava o interesse dos segmentos participantes, “tinha um prazo para o governador lançar num evento festivo, público de final de ano. Então foi feito tudo às pressas, sem reflexão suficiente” (informação verbal)³⁵ e impedindo maior divulgação e participação social. Ainda foi apontado que apesar do apelo social que o PDLL deveria ter, a representatividade da sociedade foi um aspecto muito limitado e frágil. Também a ausência de uma agenda preestabelecida foi um evidente problema apontado, houve uma alternância muito grande dos representantes pela necessidade de substituições por conta dessa falha, o que não permitiu uma continuidade e uma sequência de discussões e reuniões e debates. Outro aspecto negativo foi a escolha dos agentes para a elaboração da política, pois foram escolhas em função de razões políticas e não técnicas. Assim, foram indicadas pessoas que não eram e não tinham conhecimento sobre a área para coordenação do plano. A ausência de uma efetiva participação da universidade na elaboração da política foi apontada também como uma das causas do insucesso do plano no DF, como visto no processo de elaboração, apenas a Faculdade de Ciência da Informação foi convidada a participar do processo e esta negligenciou o convite por motivos políticos. E por fim, foi criticada a realização de eventos como política cultural, porque os eventos têm um custo muito significativo, não garantem lastro cultural efetivo e são socialmente muito associados à corrupção.

Todavia, como apontado, a avaliação de políticas públicas não se restringe a indicar o sucesso ou fracasso de uma política, mas sim buscar analisar as relações entre as variáveis da elaboração dessa política e seus impactos resultantes. E como impacto efetivo da política para as bibliotecas públicas verificou-se;

- Mobilização de alguns atores da área do livro e da leitura, fomentando a criação do Fórum do Livro e da Leitura, o qual, em sua atualidade, possui apenas um grupo virtual em uma rede social na internet;
- Realização de diagnóstico da área;
- Valorização da biblioteca pública como espaço primordial de fomentador da leitura, promoção do livro e acesso à informação para políticas públicas;
- Sensibilização de políticos do DF por meio de audiência pública;
- Construção de documento com as reivindicações dos segmentos do livro e da leitura;

³⁴ Entrevista concedida por: PIUBA, op. cit.

³⁵ Entrevista concedida por: PEREIRA, E., op. cit.

- Mudança do modelo tradicional de bibliotecas públicas para um mais dinâmico, interativo e atraente aos usuários.

Dessa forma, constatou-se a importância da participação da sociedade no processo de formulação da política, mas essa participação deve ocorrer em todas as etapas da elaboração da política. Observou-se que a comunicação é elemento fundamental na realização de uma política séria, a falta de uma boa comunicação repele a atuação do cidadão, levando-o à frustração e desinteresse dela pela política. Essa a participação também permite um legado, que é a mobilização do setor. Ainda, verificou-se uma grande expectativa de que a sociedade militante da área continue mobilizada e se fortaleça.

Todavia, a participação da sociedade civil no PDLL não foi avaliada positivamente, foi exposto que os convites foram muito restritos, não houve a participação dos administradores regionais na formulação da política, nem dos gestores das bibliotecas públicas, que participaram apenas da etapa de implementação do projeto Bibliotecas do Cerrado, nem de importantes instituições da área do livro e da leitura, como a Academia Taguatinguense de Letras. A divulgação dos fóruns e das reuniões deu-se basicamente por meio de redes sociais e por contatos informais da própria Secult, não houve nenhuma divulgação via rádio, ou televisão.

A participação da sociedade também foi imprescindível à realização do diagnóstico das atividades relacionadas ao livro e à leitura. Por meio da elaboração das ações dos quatro eixos do plano, foi, também, possível diagnosticar as demandas das áreas. Nesse sentido, a ABDF, por meio de reuniões com seus associados, e o CRB 1, mediante reunião com seus conselheiros, indicaram diversas demandas da área, como a realização de concursos para bibliotecários, criação de um sistema de bibliotecas públicas, reestruturação da BNB e demais bibliotecas públicas, entre outras. Dessas demandas houve a realização de concurso pública para oito bibliotecários, promovido pela Secult, no ano seguinte ao da publicação do documento do PDLL, para a lotação em bibliotecas públicas do DF. Também como resposta a essa demanda foi iniciado o processo de licitação para a implementação de um sistema de gerenciamento de acervo para a BNB e demais bibliotecas públicas, como apresentado na entrevista com o atual diretor da BNB (informação verbal)³⁶. A participação dos bibliotecários foi fundamental à inserção, ao aprofundamento e avanço das bibliotecas públicas no contexto de políticas públicas na área do Livro e da Leitura, como apontado por outros segmentos entrevistados (APÊNDICE I).

A realização da audiência pública foi o início de uma estratégia para a institucionalização do PDLL como lei. Apesar de não ter tido sucesso, pois não houve marco legal para o plano, esse evento foi avaliado como bastante positivo, por ter levado essa

³⁶ Em entrevista concedida por: PAVAO FILHO; BARQUET, op. cit.

discussão aos deputados do DF e na tentativa de sensibilizá-los evidenciou-se a temática. A área, como informado pela professora Maria Alice, nunca possuiu um padrinho político notável (informação verbal)³⁷, por isso essa aproximação perante os deputados foi importante para o setor.

Por último, o impacto mais visível às bibliotecas públicas no PDLL foi o Projeto Bibliotecas do Cerrado. Apesar de todas às críticas e de não haver garantias de continuidade do projeto, essa foi a primeira política da história do DF que foi formalmente estabelecida com o propósito de implementar um novo modelo de bibliotecas à cidade, um modelo mais dinâmico e atrativo à cidade, constituindo-se, assim, mesmo que limitado, um avanço.

Todavia, o futuro das bibliotecas públicas continua obscuro. O PDLL como política pública não se converteu em uma política de Estado, caracterizando-se apenas como política de governo. E como política de governo, ela pode, ou não, continuar após a mudança do poder executivo. Conforme observado, as políticas no Brasil seguem uma tendência de descontinuidade, mesmo dentro de um mesmo partido, o que sinaliza que o PDLL se restringirá a uma política temporária de determinado governo. Como apontado nas entrevistas, cabe à sociedade civil garantir as conquistas e impactos indiretos produzidos pelo Plano de Livro e Leitura do Distrito Federal.

³⁷ Na entrevista concedida por: BORGES, op.cit.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas propostas pelo Estado têm influência direta na formação e desenvolvimento do atual modelo de bibliotecas públicas no Brasil. Porém, os impactos e consequências das políticas nessas bibliotecas não são decorrência linear de seus êxitos. Como visto na revisão de literatura, os efeitos observados no modelo de bibliotecas existentes não condizem com os objetivos estabelecidos por essas políticas, mas com a forma como elas foram realizadas. As políticas públicas brasileiras para a área têm tido, de fato, uma história cíclica de fracassos, apesar de suas boas intenções, elas não têm conseguido obter êxito em suscitar os impactos desejados na sociedade. O resultado do malogro dessas políticas produziu um cenário trágico às bibliotecas públicas brasileiras. Estas encontram-se sucateadas, sem recursos financeiros e humanos, e, em uma grande parte, não se verifica nem a existência de bibliotecários. Dessa maneira, a biblioteca pública tem atuado buscando satisfazer a expectativa de agentes políticos que não compreendem a verdadeira função dessas unidades de informação, desenvolvendo um modelo assentado no senso comum. Essa biblioteca tem servido basicamente de espaço para estudos pontuais, como concursos e vestibulares, negligenciando as outras necessidades informacionais e culturais importantes das comunidades nas quais estão inseridas, que proporcionariam seu desenvolvimento social e econômico. Assim, ela, no exercício de sua atividade, distancia-se de suas principais diretrizes, criando um abismo entre a teoria e a prática.

Como observado na revisão de literatura, as bibliotecas públicas foram contempladas por políticas do Estado dirigidas à área de livro e leitura, como também à área de informação, sendo a primeira área a que mais incorporou programas, planos e ações para essas unidades de informação. Com o objetivo de compreender os seguidos insucessos das políticas para a área, o presente trabalho realizou um estudo de caso sobre uma política governamental de livro e leitura e seus impactos para as bibliotecas públicas do DF, analisando as etapas de formulação, implementação e avaliação da política, sob a luz dos teóricos da área e da literatura acadêmica levantada. Selecionou-se uma política específica, o PDLL, buscou-se, então, compreender seus impactos para as bibliotecas, analisando sua construção e suas variáveis. Destarte, permitindo aprofundar no entendimento da relação entre as políticas do Estado e os impactos efetivos às bibliotecas públicas.

O PDLL é a operacionalização da política do GDF voltada ao livro e leitura, é uma política governamental fundamentada noutra federal, o PNLL. Conforme observado na

análise dos dados, a biblioteca pública teve relevante destaque no processo de elaboração do plano distrital, tanto pela participação dos bibliotecários como pela percepção da própria Secult sobre a importância da biblioteca pública à área de livro e leitura. O plano como política pública não concretizou seus objetivos propostos, não garantiu ou democratizou o acesso a bens de leitura, nem reduziu a desigualdade social por meio de acesso ao livro e leitura.

Por diversos empecilhos e equívocos a implementação do plano distrital foi comprometida, como observado, o PDLL não demonstrou com clareza como iriam ser executadas as ações, não houve o estabelecimento de cronogramas, indicadores ou metas, também houve falha na ausência de indicações de atribuições de responsabilidades a pessoas e instituições para o acompanhamento e monitoramento do Plano. Ao não expor com transparência o processo de implementação, prejudicou-se tanto a sua implantação quanto sua avaliação. Mas, apesar das diversas avaliações dos segmentos, o fracasso em alcançar os objetivos propostos é evidente, as ações da Secult não condisseram com os desejos da sociedade, a Bienal é muito criticada pelo seu custo benefício e o projeto Bibliotecas do Cerrado buscou um modelo que não atendia às necessidades do DF, além disso, os planos de ações dos segmentos não foram concluídos.

O projeto bibliotecas do Cerrado foi a ação da Secult no PDLL com maior direcionamento às bibliotecas públicas. Apesar de ela buscar implantar um modelo mais dinâmico e atrativo, o modelo adotado foi um modelo importado das bibliotecas parques da Colômbia, arquétipo utilizado no controle de violência social e que não corresponde à realidade do DF. O maior equívoco na condução do projeto foi negligenciar as necessidades informacionais e de leitura efetivas das regiões administrativas beneficiadas, não desenvolvendo um instrumento de coleta para a identificação dessas necessidades.

Ao buscar alianças e acordos internacionais, o governo federal desperta as políticas para um novo modelo de biblioteca, volta seu olhar para o modelo proposto pela Ifla e Unesco, que estão de acordo com os teóricos mais atuais. Nesse sentido, verifica-se uma mudança de entendimento de bibliotecas por parte do governo:

O primeiro passo para instalar política na área de livro e leitura foi definir um conceito de biblioteca que rompesse com o velho estereótipo de 'depósito de livros' ou local exclusivo de pesquisa escolar. Passou-se a perseguir um conceito de biblioteca que ofereça aos seus usuários um ambiente físico e social acolhedor, e ao mesmo tempo dinâmico e de caráter multiuso que funcione como espaço de lazer, formação, produção e fruição cultural para a população. [...] Nesta perspectiva, o trabalho voltou-se para que a biblioteca pública se aproximasse da população assumindo posição estratégica no desenvolvimento das cidades como equipamento essencial para a democratização do acesso a informação e bens culturais, capaz de contribuir para a reversão dos quadros de vulnerabilidade social e dos baixos indicadores educacionais. (BRASIL, M., 2010a, p. 34).

O projeto Bibliotecas do Cerrado buscou exatamente esse novo modelo, mas se equivocou ao transplantar um modelo de outro país sem observar as necessidades próprias da comunidade brasiliense. Esse projeto, como descrito em seu documento, buscou atrair mais usuários, porém, conforme as atuais pesquisas, esse foi um equívoco conceitual. A biblioteca, ao se propor a atrair usuários, está trabalhando em cima de indicadores de acesso à biblioteca, ou seja, busca números de visitas, de pessoas que apenas entram e usufruem do espaço da biblioteca, porém, quando ela ainda não oferece os serviços que a comunidade necessita, não transforma esses visitantes, potenciais usuários, em reais usuários. Portanto, os indicadores de acesso não produzem uma compreensão sobre a efetiva atuação das bibliotecas, faz-se necessário utilizar indicadores de uso da informação e de leitura e seus impactos sociais para, assim, auxiliar a biblioteca em sua real função social. Ou seja, mais do que ter número de frequentadores dessas unidades de informação, é ter dados quantitativos e qualitativos sobre como a biblioteca tem promovido o desenvolvimento pessoal, como também social e econômico da região. A lógica a ser buscada é implementar uma instituição pública capaz de satisfazer as necessidades informacionais das regiões administrativas do DF, necessidades correlacionadas com o perfil de cada região, seus aspectos demográficos, suas maiores necessidades, apoiando os empresários da região, promovendo capacitação profissional dos moradores e auxiliando os grupos mais frágeis e desfavorecidos. A partir desse diagnóstico é que seria possível estabelecer quais serviços serão oferecidos à população.

Todavia, como já exposto, o objetivo do trabalho não é apenas indicar a falha ou sucesso da política, mas buscar analisar as relações entre as variáveis da elaboração dessa política e seus impactos resultantes nas bibliotecas públicas. Assim, verificou-se como efetivo impacto:

- Mobilização de alguns atores da área do livro e da leitura, fomentando a criação do Fórum do Livro e da Leitura, o qual, em sua atualidade, possui apenas um grupo virtual em uma rede social na internet;
- Realização de diagnóstico da área;
- Valorização da biblioteca pública como espaço primordial de fomentador da leitura, promoção do livro e acesso à informação para políticas públicas;
- Sensibilização de políticos do DF por meio de audiência pública;
- Construção de documento com as reivindicações dos segmentos do livro e da leitura;
- Mudança do modelo tradicional de bibliotecas públicas para um mais dinâmico, interativo e atraente aos usuários.

Dessa forma, observou-se que os impactos promovidos deram-se pela participação dos bibliotecários, por meio de seus movimentos associativos, e da sociedade civil organizada. Assim, a participação dos bibliotecários foi fundamental para a visibilidade da área, não apenas no documento, mas também nas ações da Secretaria de Cultura. E ainda há expectativa sobre a concretização do sistema de bibliotecas públicas encabeçados pela BNB, como exposto na entrevista com seu diretor em exercício.

Por meio da revisão, verificou-se que a participação social na elaboração de políticas públicas é um fenômeno recente e observado em governos de maior apelo social. Na construção das políticas existentes até então, a sociedade civil desempenhava um personagem passivo, dessa maneira, as políticas eram desenvolvidas de forma centralizada. Com a participação da sociedade foi possível construir um documento com um diagnóstico mais preciso das demandas sociais e permitir que a área se tornasse mais mobilizada, madura e fortalecida. As consequências dessa mobilização poderão ser analisadas a partir, apenas, de um período de tempo mais prolongado.

A expectativa em relação ao PDLL, de grande parte de seus segmentos participantes, é de que ele continue e que não se repita a lógica da descontinuidade das políticas públicas. Entretanto, quase todos os entrevistados apontam que a esperança para que o processo não se perca completamente está na organização da sociedade civil na área do Livro e da Leitura, isso porque, fundamentado na história das políticas públicas, para grande parte é quase certo que com uma troca de governo não haverá continuidade da política.

Observou-se, assim, que para a construção de uma política que possa obter impactos efetivos às bibliotecas públicas é necessário:

- Ampla participação dos bibliotecários e pesquisadores da área na construção da política, em todas as fases: formulação, implementação e avaliação;
- Estabelecimento de uma *agenda-setting* viável e transparente;
- Realização de detalhado diagnóstico da área;
- Clareza nos objetivos, metas, prazos e indicadores;
- Atribuição de responsabilidades na coordenação da política em todas as suas fases, mas sempre observando a participação social.

No processo de análise dos dados coletados, observaram-se algumas propostas para a construção de políticas para as bibliotecas públicas do DF:

- Cobrar a criação de uma Frente Parlamentar na Câmara Legislativa do DF que pense suas bibliotecas públicas, frente parlamentar semelhante à que existe na Câmara do Congresso Nacional;

- Estabelecer seminários, palestras, fóruns e debates sobre bibliotecas públicas;
- Envolver mais as universidades na elaboração de políticas;
- Extirpar a cultura política de realização de eventos.

Desse modo, conforme o exposto, os desafios das bibliotecas são inúmeros e sua realidade está bastante distante da ideal. As políticas públicas poderiam ser um caminho para quebrar a lógica do sucateamento dessas bibliotecas, porque com investimento elas poderiam oferecer serviços de qualidades voltados às necessidades da sociedade e de seus usuários, transformando vidas, melhorando a qualidade de vida das comunidades, desenvolvendo socialmente e economicamente as comunidades na quais estão inseridas. Todavia, os políticos apenas enxergam a área como discurso vazio para angariar votos, pois eles mesmos não compreendem a função e a importância real da biblioteca pública, e a sociedade também desconhece os verdadeiros propósitos dessas unidades de informação e por isso não cobram, nem demandam por transformações concretas. Por meio da análise dos dados coletados, a sociedade civil organizada, bibliotecários, militantes da área e pesquisadores terão o papel de cobrar do governo políticas que possam alterar essa realidade. Entretanto, independentemente da responsabilidade da liderança, faz-se necessária a transformação desse quadro para que a biblioteca possa se tornar uma instituição essencial à sociedade na redução das desigualdades sociais, no desenvolvimento social e econômico das cidades e municípios, no desenvolvimento profissional e cognitivo dos cidadãos brasileiros e no fortalecimento da cidadania, assim como tornar-se estratégica à concretização da Sociedade da Informação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Novas tecnologias: e a população? **R. bras. Bibliotecon. E Doc.**, São Paulo, n. 22, p. 92-104, 1989.

ARAÚJO, E. A. de. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

BANDEIRA, S. P. **O mestre dos livros: Rubens Borba de Moraes**. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

BARBOSA, C. **Atos administrativos**: parte 1. [19--?] Disponível em : <
http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaITvJustica/portaITvJusticaNoticia/anexo/Carlos_Bar_bosa_Atos_administrativos_Parte_1.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

BATTLES, M.. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução João Vergílio Cuter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BELKIN, N.J., ROBERTSON, S.E. Information science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, v.27, n.4, p.197-204, July-August, 1976.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. Imagem da biblioteca pública na Sociedade da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 130-142, jan./jun. 2011.

BORGES, M. A. G. **Entrevista com a professora Dra. Maria Alice Guimarães Borges**. [set. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (26 min. 59 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 ... Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. **Decreto n. 3.294, de 15 de dezembro de 1999**. Institui o Programa Sociedade da Informação. Brasília, 1999. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3294.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. **Decreto Lei 1.494, de maio de 1995**. Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. Brasília, 1995. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1494.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. **Decreto n. 519, de 13 de maio de 1992**. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER. Brasília, 1992a. Disponível em: < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/113527/decreto-519-92>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. **Decreto n. 520, de 13 de maio de 1992**. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Brasília, 1992b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Decreto n. 51.223, de 22 de agosto de 1961. Cria no Ministério da Educação e Cultura o Serviço Nacional de Bibliotecas. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 50, n.190, p.7670-7671, 22 ago. 1961. Seção 1, pt. 1.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília, 2003. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2003/lei10753.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Lei n. 7.486, de 6 de junho de 1986. Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989. **Diário oficial da União**, Brasília, jun. 1986a. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=130255>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. **Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, 1986b. Disponível em: < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109576/lei-sarney-lei-7505-86>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Takahashi, Tadao (org.). Brasília, DF, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e da Leitura**. Brasília, dez. 2006. Disponível em: < <http://odai.org/wp-content/uploads/2013/06/enlace138.pdf> > . Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura; Ministério da Educação. **Guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e da leitura**. Brasília, [2010?]. Disponível em: < <http://prolivro.org.br/images/antigo/957.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Mais Leitura: balanço das ações de livro e leitura do Ministério da Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010a.

BRASIL. Portaria Inteministerial nº 1442, de 10 de Agosto de 2006. In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010b.

BRYMAN, Alan. **Social research methods**. New York: Oxford, 2008.

CAPURRO, R; HJORLAND, B. O conceito de informação. Tradução de Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin Ferreira e Marco Antônio de Azevedo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era informação, sociedade e cultura, v.1).

CENDÓN, B. V. et al. **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio - Distrito Federal, 2013**: PDAD/DF 2013. Brasília, dez. 2014a. Disponível em: < <http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/294-pdad-2013.html>>. Acesso em 14 jan. 2015.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio PDAD – 2013/2014, Cruzeiro**: PDAD/DF 2013. Brasília, dez. 2014b. Disponível em: < <http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/294-pdad-2013.html>>. Acesso em 14 jan. 2015.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio PDAD – 2013, Núcleo Bandeirante**: PDAD/DF 2013. Brasília, dez. 2014c. Disponível em: < <http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/294-pdad-2013.html>>. Acesso em 14 jan. 2015.

CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE CULTURA, 4., Cochabama, Bolívia, 2003. In.: MARQUES NETO, J. C. (Org.). **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

COSTA, G.; DAGNINO, R. (Org.). **Gestão estratégica em políticas públicas**. Rio de Janeiro: T. Mais.Oito, 2008.

CUBILLO, J. Políticas públicas de información en América Latina: ¿cuánto nos hemos renovado?. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 4, n.4, ago. 2003.

CULTURA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [modificada em] 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CUNHA, V. A. da. A biblioteca pública no cenário da Sociedade da Informação. **Biblios** Revista Electrônica de Bibliotecologia, Archivología y Museología, Lima, v. 4, n. 15, p.67-76, abr./jun. 2003.

CUNHA, C. G. S. da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil.** [George Washington University], 2006. Disponível em <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper29.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2014.

DAGNINO, R. et all. **Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação.** Taubaté, Editora Cabral Universitária. 2002.

DEAECTO, M. M. Das bibliotecas do povo às public library. **Brasileiros**, Belo Horizonte; Espírito Santo, set. 2012. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/2012/09/13/das-bibliotecas-do-povo-as-public-library/#.U71WGJRdW3M>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Relatório final: audiência pública: desafios à implementação do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura.** Brasília, ago. 2013.

DISTRITO FEDERAL (Estado). **Plano do Distrito Federal do livro e da leitura: PDLL.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/pdll.html>>. Acesso em 17 dez. 2014.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Portaria nº 36, de 24 de junho de 2013. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Poder Executivo, Brasília, 26 jun. 2013a, n. 131, p. 10. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2013/Jun/26/portaria-no-36-de-24-de-junho-de-2013-dispoe-sobre>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Portaria nº 75, de 4 de novembro de 2013. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Poder Executivo, Brasília, 6 nov. 2013b, n. 231, p. 70.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Secretaria de Cultura. Subsecretaria de Políticas do Livro e da Leitura. **Projeto Bibliotecas do Cerrado.** Brasília, [2013?]. Disponível em: <http://issuu.com/sbpdf/docs/bibliotecas_do_cerrado_final1>. Acesso em: 13 jan. 2015.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Secretaria de Cultura. **Caderno de apoio da IV Conferência de cultura do Distrito Federal: 3ª Conferência nacional de cultura.** Brasília, nov 2013.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Secretaria de Governo. Coordenação de Articulação Intergovernamental. **Relatório da III Conferência de cultura do GDF**. Brasília, mar./abr. 2011.

DOMINGOS, B. **Entrevista com o bibliotecário gestor da Biblioteca do Núcleo Bandeirante**. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (12 min. 50 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice O desta dissertação.

DUARTE, P. **Mario de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Edart, 1971.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In.: HEIDENMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

EASTON, D. **A framework for political analysis**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1965.

ESCOLA peripatética. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [modificada em] 2014. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_peripat%C3%A9tica>. Acesso em: 29 jun. 2014.

ESCRIVÃO, G.; NAGANO, M. S.; ESCRIVÃO FILHO, E. A gestão do conhecimento na educação ambiental. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.92-110, jan./mar. 2011.

FAILLA, Z (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Instituto Pró-Livro, 2012.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Organizado por Christie Koontz e Barbara Gubbin; Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Manifesto da IFLA/Unesco sobre as bibliotecas públicas**. Título Original: IFLA/Unesco Public Library Manifesto 1994. 1994.

FERNANDO Collor de Mello. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [modificada em] 2014. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Collor_de_Mello>. Acesso em: 29 jul. 2014.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Textos avançados em referência e informação**. São Paulo: Polis, 1996.

FIGUEIREDO, M. C.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v.1, n.3, p.107-127, set./dez. 1986.

FONTANA, Andrea; FREY, James H. The interview: form structured questions to negotiated text. In.: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S (Edit.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand oaks: Sage, 2000.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.21, jun. 2000. Disponível em: <
<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, F. G. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p. 201-236, mar./abr. 2006.

GOMES, S. de C. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

GONÇALVES, L. A. Políticas Públicas e Direitos Sociais. In: XVI Congresso Nacional do Conpedi - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte - MG. **Anais...** Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2007.

GOLDIN, D. En torno a las políticas públicas del libro y La lectura. In: **PASAJES de la edición: hablan los profesionales**. Guadalajara: Cerlalc: Universidad de Guadalajara, 2003. p. 162-168.

GRAMSCI, A. **Convite à leitura de Gramsci**. Introdução e Organização de Pedro Uchôa Cavalcanti e Paolo Piccone. Rio de Janeiro: Achiamé, [19--].

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1985.

HARRIS, K. Informação e mudança social na década de 90: uma perspectiva europeia. **Sociedade e Informação**, v. 1, n. 1, p. 57-67, 1991.

HERRERA-VIDEIRA, E; LÓPEZ-GIJÓN, J. Libraries' social role in the information age. **Science**, v. 339, 22 março 2013.

ILUMINISMO. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [modificada em] 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Iluminismo>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. ; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

KOONTZ, C.; GUBBIN B. Prefácio. In.: FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Organizado por Christie Koontz e Barbara Gubbin; Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet De Lemos, 1996.

LEITÃO, B. J. M. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar: uma inflexão**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2011.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

LINDOSO, Felipe J. **O Brasil poder um país de leitores?: política para a cultura - política para o livro**. São Paulo: Summus, 2004.

MACHADO, E. C. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1 n. 1, p. 94-111, 2010.

MACHADO, E. C.; CALIL JUNIOR, A. Mapeamento das políticas culturais nacionais voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO : ALÉM DAS NUUVENS, EXPANDINDO AS FRONTEIRAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, ECI, UFMG, 2014. p. 2283 – 2301.

Maciel, N. Governo tem o desafio de integrar bibliotecas e criar feiras no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 fev. 2013. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2013/02/21/interna_diversao_arte,350648/governo-tem-o-desafio-de-integrar-bibliotecas-e-criar-feiras-no-df.shtml>. Acesso em: 07 jan. 2015.

MANESS, J. M. Teoria da Biblioteca 2.0. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.17, n.1, jan/abril 2007, p. 43-51.

MARQUES NETO, J. C. (Org.). **PNLL: textos e história**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MARTINS, A. L. Gabinetes de leitura do império: casas esquecidas da leitura?. In.: ABREU, M. (Org.) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: ALB: FABESP: Mercado das Letras, 1999. p. 395-410.

MARTINS, M. G. de. Prefácio. In: TARGINO, Maria da G. **Conceito de biblioteca**. Brasília: Abdf, 1984. p.52.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Anhembi, 1957.

MILANESI, L. **Ordenar para desordenar**. São Paulo : Brasiliense, 1986.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MIRANDA, A. **Entrevista com o professor Dr. Antônio Miranda**. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (36 min. 52 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

MIRANDA, A. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, jan./jun. 1978, p. 69-75.

MORAES, R. B. de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MORAES, R. B. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943,

MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 13, n. 1, 1984.

NAÇÕES UNIDAS. Centro de Informação das Nações Unidas (Rio de Janeiro). **Declaração universal dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Unic, dez. 2005. Disponível em: < http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: 20 maio de 2014.

OLINTO, G. Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 77-93, 2010.

OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937 – 1989.** 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, F. V. Intelectuais, cultura e política na São Paulo dos anos 30: Mário de Andrade e o Departamento Municipal de Cultura. **Plural**, São Paulo, v. 12, p. 11-20, 2005.

PAIVA, M. de A. M. de. **Bibliotecas públicas:** políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PARANÁ (Estado). Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **O que são políticas públicas?**. Paraná, [20--?]. Disponível em: <
http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPublicas.pdf>. Acesso em: 19 maio de 2014.

PARSONS, D. W. **Public policy:** introduction to the theory and practice of policy analysis. Massachusetts, USA: Edward Elgar Publishing, 1995.

PAVAO FILHO, W; BARQUET, Y. **Entrevista com o Gerente do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secult e o diretor da BNB em exercício.** [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (87 min. 40 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice K desta dissertação.

PEREA, A. **Entrevista com o ex Coordenador de Políticas de livro, leitura e bibliotecas da Secult.** [set. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (36 min. 17 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação.

PEREIRA, A. R. **Entrevista com ex diretor de políticas de livro, leitura e bibliotecas da Secult.** [nov. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (45 min. 52 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice M desta dissertação.

PEREIRA, E. **Entrevista com membro do Fórum do Livro e Leitura da Sociedade Civil.** [set. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (46 min. 48 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I desta dissertação.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In.: BOSCHETTI, Ivanete *et al* (Orgs.). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PIUBA, F. S. **Entrevista com o Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Minc.** [nov. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 2 arquivos .mp3

(33 min. 31 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

RANGANATHAN, S. R. **The five laws of library science**. Madras, The Madras Library Association, 1931. Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt/search?q1=The%20library%20is%20a%20growing%20organization&id=uc1.%24b99721;view=1up;seq=28;start=1;sz=10;page=search;orient=0>>. Acesso em: 20 jul. 2014

RAPOSO, M. **Entrevista com a ex diretora de políticas de livro, leitura e bibliotecas da Secult**. [set. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (37 min. 26 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H desta dissertação.

REIPERT, H. J. **Historia da biblioteca publica municipal Mario de Andrade**. São Paulo: Divisão de Bibliotecas da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de São Paulo, 1972.

REVOLUÇÃO de 1930. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [modificada em] 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1930>. Acesso em: 29 jun. 2014.

RODRIGUEZ, A. D. **A biblioteca pública no discurso científico**: positivities ao longo da década (2001-2010). 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RONDELLI, E. O Fust das bibliotecas e escolas. **Jornal da Ciência**, São Paulo, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=7988>> . Acesso em: 20 jul. 2014.

ROLIM, E. A. et al. Uma relação entre a produção científica e educacional no ambiente universitário. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.8, n. 1, p. 21-36, jul./dez. 2010.

ROSA, F. G. M. G.; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n.3, p. 183-93, set./dez. 2006.

ROWLANDS, I.; EISENSCHITZ, T.; BAWDEN, D. Frame analysis as a tool for understanding information policy. **Journal of Information Science**, v. 28, n. 1, p. 31–38, 2002.

RUA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos In: RUA, M. das G.; CARVALHO, V. de. (Orgs.). **O estudo da política**: tópicos selecionados. Brasília : Paralelo 15, 1998.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SANT'ANA, I. **Entrevista com a Subsecretária do Livro e da Leitura da Secult**. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (37 min. 30 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice J desta dissertação.

SANTOS, J. M. O processo evolutivo das bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Rev. Bras. de Bibliot. e Doc.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

SHWARCZ, L. M. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, A. G. da. **A biblioteca pública como fator de inclusão social e digital: um estudo da Biblioteca Parque de Manguinhos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

SOARES, C. C. **Entrevista com representante do Colegiado Setorial do Livro e Leitura do DF**. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (46 min. 17 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice L desta dissertação.

SOARES, R. **Entrevista com o gestor da Biblioteca do Cruzeiro**. [out. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (13 min. 41 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice N desta dissertação.

SOUZA, C. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

STAKE, R. E. Case Studies. In.: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S (Edit.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand oaks: Sage, 2000.

SUAIDEN, E. J. **Entrevista com o professor Dr. Emir José Suaiden**. [set. 2014]. Entrevistador: Frederico Borges Machado. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (19 min. 41 seg.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

SUAIDEN, E. J. A Biblioteca Pública no Contexto da Sociedade da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, agosto 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000200007&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 01 jun. 2014.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Livros Irradiantes S.A., 1980.

TARGINO, M. da G. **Conceito de biblioteca**. Brasília: Abdf, 1984.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. van; Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008.

TUDINO, G. G. M. O direito à informação e às novas tecnologias, como fator de inclusão social. In.: PICCIRILO, Miguel Belinati; SIQUEIRA, Dirceu Pereira (Coord.). **Inclusão social e direitos fundamentais**. Birigui: Boreal Editora, 2009.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **Information Scientist**, v.9 n.4, p. 127-140, dez. 1975. Disponível em: <<http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>>. Acesso em 28 maio 2014.

APÊNDICES

Transcrições das entrevistas realizadas

APÊNDICE A – Entrevista com Professor Dr. Emir Suaiden

Entrevista gravada digitalmente realizada com o professor, especialista em bibliotecas públicas, Dr. Emir José Suaiden, em 09 de setembro de 2014:

SUAIDEN: As bibliotecas no Brasil, elas nasceram algumas no período colonial, algumas na primeira república, mas foi sempre criada no sentido de cópia, cópias do que faziam as bibliotecas francesas, do que faziam as bibliotecas portuguesas. Não havia um sentido maior de construir bibliotecas pensando nas necessidades do povo brasileiro e essas necessidades eram muito grandes. Primeiro, a própria indústria editorial começou muito tarde no Brasil. Havia poucas editoras, poucos livros, tiragens reduzidas, um grande problema na distribuição dos livros, principalmente para os Estados do Nordeste. Então sempre foi complexa essa questão.

Em 1922 teve um fato muito importante que foi a Semana de Arte Moderna. E pela primeira vez os intelectuais brasileiros da época se reuniram para cobrar do governo, principalmente do governo paulista, uma inversão na cultura brasileira, um modelo mais de acordo com as necessidades do Brasil, da época. Então, isso foi tão importante, teve um impacto tão grande que logo depois o governo de São Paulo inaugura a biblioteca Mário de Andrade. Uma biblioteca, sim, muito importante, porque primeiro foi uma biblioteca construída para ser biblioteca, foi o primeiro grande exemplo na época, porque as bibliotecas de então eram todas improvisadas, ficavam num fundo de quintal, em depósito, no subsolo. E o governo de São Paulo deu esse grande exemplo construindo na Avenida Consolação, no centro de São Paulo, uma grande biblioteca pública.

Isso foi muito importante porque foi um modelo que os outros Estados deveriam aderir. Realmente pouco tempo depois São Paulo, Rio Grande do Sul começaram. Mas se vê que isso foi no Sul e Sudeste, o Norte e Nordeste continuavam ainda muito atrasados.

E quando perguntavam para a população, para que serve uma biblioteca pública? Muitos não tinham ideia. Isso porque havia dois conceitos antagônicos: um era do bibliotecário, profissional da informação, que acreditava que a biblioteca era fundamental para melhorar a educação e a cultura; e a outra da maioria da população que acreditavam que a biblioteca era um depósito de livros, ou que era pior que a biblioteca era um local para intelectuais. Tanto que as primeiras bibliotecas brasileiras davam um espaço grande para as academias estaduais de letras. Então a biblioteca pública ficou sempre distante das necessidades da população. E quando se fica muito distante, sem visibilidade, daí aconteceu um fato mais preocupante: as poucas bibliotecas públicas passaram por

processo de escolarização. Quer dizer, para a população a biblioteca era para o aluno ir fazer a tarefa escolar.

E outro grande problema é que quando chegam as primeiras editoras: a Reccord, a Melhoramentos, a Civilização Brasileira, eles tinham um problema sério porque o brasileiro não lia, por isso as tiragens eram muito pequenas e os custos realmente muito caros. Por exemplo, toda editora tinha que ter um parque gráfico, os equipamentos vinham da Alemanha e a Alemanha tinha que mandar os alemães para cá porque os brasileiros não tinham mão de obra para atuar no parque gráfico. Então, isso tudo encarecia o custo do livro. E por isso que as tiragens eram pequenas, diminutas. E eles sempre cobravam do governo uma atuação maior, principalmente na aquisição de livros. Pouco tempo depois o governo começa a comprar livros didáticos para distribuir para as escolas, mas o livro de literatura, romance, contos, novelas nunca. Era sempre uma dificuldade muito grande a edição e a distribuição.

E o que aumentava o problema é que a maioria dos prefeitos não liam, e a visão que eles tinham de um a biblioteca era de uma coleção encadernada que muitas vezes eles levavam para sua casa e colocavam na sala, porque achavam que o livro encadernado mostrava que ali morava um intelectual. Então foi sempre um processo esse de vencer esses obstáculos, né? Começa a melhorar um pouco já na década de 70.

Outro grande problema é que não havia uma conscientização dos prefeitos. E eles começavam uma biblioteca geralmente pedindo doação de livros, o que não formava uma coleção adequada para o município. As bibliotecas não eram unidades orçamentadas, então não podiam comprar livros e pediam doações, ainda, o editor não se viu obrigado a doar livros. Então a situação era muito complexa. Começa melhorar um pouco nos anos 70. O Instituto Nacional do Livro começa a trabalhar com a questão da coedição, então, como uma parte da coedição ia para o governo, eles distribuíam para as redes de bibliotecas.

E também havia a questão de a biblioteca geralmente ficar no centro da cidade e necessitava de serviços de extensão, então começa também a investirem em carros bibliotecas, barcos bibliotecas no Amazônia, etc. Mas mesmo assim, o brasileiro não é o anglo-saxão que já nasce lendo. Então para você levar até o público leitor, você dependia muito da formação do bibliotecário. O bibliotecário é que tinha que fazer a mediação da leitura, muitas vezes o bibliotecário também não lia, então ficava mais complexa a situação.

Na década de 70 o governo começa a investir muito em bibliotecas universitárias. Começam a construir os prédios, inclusive esse aqui da Biblioteca Central dos Estudantes, da Universidade de Brasília. Mas as bibliotecas públicas ficaram bem abaixo. E a própria Biblioteca Nacional até os anos 70, 80 tinha um problema muito sério na questão da memória do patrimônio editorial brasileiro.

Então tudo isso afugentava os poucos usuários, né? A Câmara Brasileira do Livro começou a fazer pesquisas, uma delas foi sobre quem comprava livros no Brasil. E viu que a compra de livro dependia de dois indicadores, um o poder aquisitivo e o outro, nível de conhecimento, e eram poucos brasileiros que tinham esses dois indicadores. O sujeito que ganha um salário mínimo não vai deixar metade comprando livro, ele quer sobreviver.

Então começam alguns exemplos, por exemplo, um que vem de São Paulo, São Paulo cria a rede de bibliotecas públicas, em seguida cria a rede de bibliotecas infantis Monteiro Lobato. Quer dizer, a biblioteca caminhava para onde estava a riqueza. Os Estados mais pobres não tinham essa ideia de investir em bibliotecas infantis públicas e escolares. Até hoje a grande produção científica brasileira se encontra em São Paulo, assim como as melhores universidades.

Mas a biblioteca, a gente sempre dizia que o problema que o brasileiro não lia era porque não tinha acesso às bibliotecas públicas, o que não era verdade. Porque mesmo você criando uma biblioteca. Eu vejo aqui na Biblioteca de Brasília, todo mundo tem acesso, todo mundo pode consultar até livro eletrônico e quando você vê o trabalho, não vale nada. Então, mas aí chegamos à conclusão muito tempo depois que mais importante que o acesso, era a compreensão de que o livro, a leitura, a informação é igual à riqueza. Então você tem que investir em você, lendo, produzindo.

Então, novas bibliotecas foram construídas, mas até hoje quando se olha os dados estatísticos do IBGE, você vê que dificilmente numa cidade a biblioteca atende mais de 1% da população. Então ela está e ainda continua muito distinta ou seja, distante do cotidiano do cidadão. O bibliotecário tem dificuldade em se vincular à comunidade.

FREDERICO: Mas naquele período da década de 70 se entendia a importância de se construir as bibliotecas naquele momento para estimular a leitura. Se não houvesse esse processo de terem construídos essas bibliotecas nesses locais seria possível avançar para um modelo de biblioteca que realmente estimule a leitura? O estímulo à leitura está vinculado ao acesso? Pode se dizer que houve um processo?

SUAIDEN: Acho que acesso e compreensão. Por exemplo, como se viu que o brasileiro não lia, não bastaria organizar o conhecimento, entendeu?! O conhecimento está organizado, mas hoje já não basta. Porque tem que ter metodologias de levar o leitor ao livro. Por exemplo, começamos com muitas experiências da Bahia e principalmente São Paulo, uma delas era a “hora do conto”. Você reunia alunos e contava uma história e não terminava a história, falava quem quiser prosseguir tem tantos exemplares, então você tinha essas metodologias. Porque quem forma público leitor nos países desenvolvidos é a biblioteca e a família. Nos EUA saiu uma pesquisa, ano passado, mostrando que os pais que tem livros em casa os filhos ficam mais tempo estudando, quer dizer, nasce em casa,

parte da família. E, também, o próprio do Bill Gates disse uma vez que seu pai exigia que ele lesse quatro livros por mês, mas como a biblioteca da escola era tão boa ele lia mais que o dobro. A gente não tem isso. Então você tem que ter essas fórmulas. Porque ninguém vai a uma biblioteca para ler doações de livros. Você está interessado num *best seller*, na última edição do Jorge Amado, se não tem, você não volta.

FREDERICO – E as políticas hoje, o senhor acredita que elas continuam voltados para o acesso, ou já pensam a questão de uma metodologia de estimular a leitura, da compreensão?

SUAIDEN: Eu vejo... Por exemplo, outro dia fomos a uma reunião com o pessoal da Secretaria de Educação. A Secretaria de Educação em Brasília é muito forte, tem muito recurso, não tem um bibliotecário. Tem um núcleo de bibliotecas e não tem um bibliotecário. A biblioteca está longe ainda da visibilidade. Tem cinco, dez mil professores, mas não tem um bibliotecário. O que faz bibliotecas boas como o Maristão? A coordenação pedagógica na biblioteca. Então você muda o conceito. Então depende muito. Eu vejo aqui inclusive: muitos alunos, muitos professores que ainda fazem a pesquisa copiando o dicionário, a enciclopédia, então ele não é produtor, é dependente, forma dependência da informação.

Agora, esse movimento que estamos fazendo agora para criar nos alunos a questão da competência informacional. Porque as bibliotecas, ela até hoje sabe trabalhar com o livro apenas, mas não sabe trabalhar com informação. Por exemplo, eu não sei se você viu, mas lá em frente à FNS tem um aparelho, um totem da SEBRAE, então um rapaz vem aqui, ele está pensando em ser empreendedor, ele não quer coleção de livro, ele quer informação. Então, isso é que falta para o bibliotecário, entendeu?! Você trabalhar com a informação, porque as vezes querem a informação, não querem a leitura, a informação de como é que eles vão vencer, como é que vai gerar emprego e renda, essa é a tendência.

FREDERICO: Essa compreensão é muito interessante às bibliotecas públicas. Podemos pensar na biblioteca criando convênios com o SEBRAE...

SUAIDEN: Eu estou fazendo uma conferência agora em outubro na Europa que o tema é Informação para Produtividade. E para geração de renda. Que é isso que as pessoas estão interessadas.

Então é essa a questão. Quero dizer uma coisa é você trabalhar com o livro. O livro, o bibliotecário sempre pensou que ele catalogando, classificando acabava seu trabalho... Não. Não acaba aí. É o início do processo, como as pessoas vão desfrutar disso? Então essa questão do acesso, da compreensão é cada vez mais importante.

Agora, o que muda muito é que com a evolução tecnológica vem uma nova geração digitalizada. Então muitas vezes o impresso não vai ter tanta importância. Então, isso vai ser

importante para você tentar formar usuários produtores de informação e não dependentes da informação. Isso que para mim seria o vital.

Mas aí você tem que alterar o currículo de biblioteconomia. Os bibliotecários não estão preparados para isso. Eu digo sempre, e outro dia até fui vaiado, que a formação é do século XIX e o usuário é do século XXI. Então você está sempre patinando.

FREDERICO: Professor, então só para encerrarmos, em relação às políticas e ao papel do bibliotecário. Como o senhor pontuou, na Secretaria de Cultura tem uma rede de bibliotecas, mas não tem um bibliotecário. O senhor vê algum caminho para superar essa distância do bibliotecário junto às políticas públicas?

SUAIDEN: Saiu para o Brasil um Brasil muito caro, porque a escola, o sistema de ensino, desprezou a biblioteca. Por isso, que você tem evasão, você tem repetência, o aluno de segundo ano não sabe ler, o que sabe não sabe interpretar o texto escrito. Sai muito caro. Também, você não tem produção científica, você não tem patente. O Brasil hoje tem menos patente que o Chile, tudo isso é um ciclo.

O caminho, então, seria uma parceria muito forte da informação com a educação, isto para mim seria vital. E é a questão da pesquisa. Você tem que formar o pesquisador já no ensino fundamental. Como fazem os coreanos. Então não é copiar dicionário e enciclopédia, é ter mecanismos de busca e avaliação da informação. Porque senão o atraso vai ser grande. Quem tá dominando o mundo hoje é a China, é Coreia do Sul, nunca imaginei que ia ter tanto carro da Coreia do Sul. Isso tudo é pesquisa. Então realmente você tem mudar o currículo da biblioteconomia. Você tem que fazer como os japoneses, preparar pessoas de acordo com as necessidades do mercado do trabalho, isso é que é vital, em todo o ciclo.

Então vejo isso, eu acho que ainda não temos políticas. O grande trabalho seria entrar na agenda do governo. Para isso precisa de visibilidade. O governo tem que ver que biblioteca também gera emprego e renda, aí entra na agenda. Porque é uma economia baseada no conhecimento.

FREDERICO: Então para a gente conseguir essa visibilidade está faltando esse nosso papel como bibliotecário, que seria levar a visibilidade das bibliotecas ao governo?

SUAIDEN: Exatamente, temos que nos tornar um outro profissional. Como a Colômbia está fazendo. A Colômbia desistiu do nome biblioteca, é parque biblioteca. Você vai lá, faz ginástica, você tem tudo. Quer dizer você atrai a comunidade. Isso nós fomos incapazes de fazer.

APÊNDICE B – Entrevista com Professor Dr. Antônio Miranda

Entrevista gravada digitalmente realizada com o professor e primeiro Diretor da Biblioteca Nacional de Brasília, Dr. Antonio Lisboa de Carvalho Miranda, em 08 de outubro de 2014:

MIRANDA: Veja, o PDLL, o Plano Distrital do Livro e da Leitura é um programa que eu trabalhei com ele quando estava na direção da Biblioteca Nacional de Brasília, mas com certas restrições. Eu acho que é uma iniciativa necessária e oportuna. Mas, está um pouco defasado, no meu entendimento, porque está muito centrada na leitura de livro, na leitura convencional. E, hoje, leitura, por causa do ambiente que hoje estamos vivendo, da hipermodernidade, a leitura se dá em muitas dimensões. E você achar que só é válido ler em determinados tipos de suportes e documentos, é meio complicado, porque as pessoas estão em outra dimensão. Agora, o que a gente precisava entender, efetivamente, qual é o uso e para que é o uso da leitura nos dias de hoje e que fontes que possibilitam essa leitura. E não avaliar apenas por uma coisa que era práxis e era prática e o convencional do século passado.

FREDERICO: O senhor também participou do Plano Nacional do Livro e da Leitura?

MIRANDA: Sim, participei. Não diretamente, mas eu participei. Eu volto a dizer isso. Eu fui inclusive aliado do programa na Biblioteca Nacional de Brasília na época, porque o secretário com o encarregado do Plano tinham uma outra visão. E houve até um episódio muito curioso quando fui a uma reunião; quem estava conduzindo era uma contadora de história, uma poeta, Lilia Diniz. Ela disse “olha, você é o diretor da Biblioteca”, mas não queria eu participasse da reunião, deveria apenas abrir o encontro e não deveria ficar (risos). Porque eu tinha uma demanda diferente e eles estavam fechados num programa que já estava estabelecido burocraticamente. E eu achava que devia abrir a sessão a outras discussões, a outras dimensões. Até encontrei uma professora daqui do Departamento que dizia “Professor, o senhor não gosta de livros, gosta de *e-books*”. Aí eu virei para ela e disse assim “Olha, eu tenho uma biblioteca com doze mil livros em minha chácara e tenho muitos *e-books* e também publico *e-books*”. Então uma coisa não tem nada a ver com outra. Agora, eu acho que na educação no século XXI, o pessoal que está hoje no processo de *e-learn* e etc. tem outra noção de leitura.

FREDERICO: Concordo com o senhor professor. E penso que essa visão dessa nova era da Sociedade da Informação, que dentro dessa política teria sido bom que...

MIRANDA: Tivesse sido incorporada... Você vai dizer assim que 50% das pessoas estão hoje conectadas, mas tem 50% que não. É verdade. Você vai, por exemplo, para a área da educação, você sabe que tem muitas escolas que estão aparelhadas para fazer essa conexão para estarem em rede, outras não estão, é verdade. Eu acho que você não vai cair naquela ilusão do século passado, dos anos 50, 60, com Lancaster, que disse que nós estaríamos agora na “*paper less society*”, isso não aconteceu. Ao contrário, agora tem mais papel do que antes, tudo é *print out*, imprimem tudo. Ou seja, eu acho que vamos ficar aí nos 50-50%. A gente precisa preparar os alunos para ler, independentemente do suporte. Para algumas pessoas a iniciação só pode ser pelo registro convencional, o livro, na biblioteca tradicional. Mas a maioria das pessoas hoje carregam *tablets*, não é verdade? Então estão lendo em outras plataformas. E elas estão numa outra relação, estão lendo muito nas redes sociais. Leem mal, porque as pessoas escrevem mal. Mas é uma ativação intelectual fantástica que às vezes outras pessoas não têm. Eu não subestimo nada, absolutamente nada.

FREDERICO: Sim. Concordo. Outra coisa que eu verifiquei na pesquisa exploratória foi que a participação dos bibliotecários se deu de forma muito fragmentada...

MIRANDA: Porque os bibliotecários não têm mais, como tinha antigamente, uma posição dentro da organização. Você tinha na CAPES um assessor de biblioteconomia. Você teve isso no CNPQ. E hoje essas figuras desapareceram. A FEBAB, as associações profissionais, elas são muito pouco consultadas, e elas têm muito pouca voz ativa, hoje em dia, nesses processos. Elas precisam reconquistar isso. Eu não sei como. Porque em minha época eu era assessor de planejamento bibliotecário. Eu mandava bibliotecários fazerem cursos pelo mundo, fazia seminários para todo lado, fazíamos pesquisa, estávamos construindo bibliotecas universitárias pelo país inteiro. E hoje em dia você vai lá e não tem uma pessoa que represente isso.

E os bibliotecários eram às vezes chamados para as reuniões, por exemplo, nas avaliações de cursos. Os cursos universitários são todos avaliados. Os bibliotecários não participam, quem é convocado é geralmente uma pessoa que não entende de biblioteca que vai avaliar se a biblioteca é boa ou ruim! Eu me lembro de um grande filósofo brasileiro, um professor que é uma das glórias da filosofia brasileira, mas ele avaliou uma biblioteca em São Paulo e nunca havia estado nela. Deu um parecer negativo. Aí, a biblioteca recorreu. Fui convocado pela instituição. Eu fui, avalei. E cheguei à seguinte conclusão, comparando com o estudo do que era a biblioteca universitária daquele momento, — e eu era um dos

autores daquele estudo—, a biblioteca estava muito melhor do que muitas bibliotecas federais. Na verdade era um preconceito com as universidades privadas. Entendeu?

Ou seja, a gente não tem no Brasil, lamentavelmente, a participação da nossa classe bibliotecária na avaliação desses processos, na avaliação de bibliotecas. E muito menos em outros processos, agora como o de capacitação informacional, etc. Diferente do que está acontecendo aqui na UnB. Nós estamos com um programa de alfabetização digital. Isso é feito com a biblioteca e com os cursos. Tomara que esse modelo pegue e se reproduza pelo país.

FREDERICO: Tem outra coisa que tenho percebido no estudo exploratório que essas políticas acabam que as lideranças dos bibliotecários não participam desse processo. As pessoas que estão à frente das políticas não entendem de forma aprofundada a função da biblioteca. As associações, como a ABDF e o Conselho participam a convite, de forma secundária. Tudo isso numa sociedade que não compreende também a função da biblioteca, ainda. Nossa profissão ainda não conseguir permear a sociedade com nosso conhecimento.

MIRANDA: E o tipo de bibliotecas que nós temos também precisa ser reciclada. Eu participei no ano passado de um encontro de bibliotecas novas e novos modelos de bibliotecas, convocado pela embaixada da Espanha em Caracas. Estavam lá o Brasil, Chile, Colômbia, Venezuela e Espanha. E o Brasil tinha muito pouco o que mostrar. Tinha números. Mas, logicamente, você chegar numa biblioteca em uma favela, como eu estive, como a Medellín na Colômbia, que fisicamente é maior que a Biblioteca Nacional de Brasília. Você imagina o impacto. Os serviços muito mais amplos, inclusive, serviços para gestantes, leitura para gestantes, como quem diz que a pessoa que vai ter filho vai ser induzida a ler o livro adequado, isso promove toda uma cadeia de relacionamentos, um outro modelo de biblioteca. E aqui a gente nem sonha com fazer uma coisa dessas. Talvez nós tenhamos umas poucas [bibliotecas] tecnologicamente mais avançadas, mas não temos serviços, uma tradição e um desenho de serviços adequados.

Até eu fiquei bem impressionado com o que eu vi na Biblioteca do Carandiru. Que é uma biblioteca nova, num lugar que foi um lugar de repressão e agora dá acesso à cultura, não é? Tinha até uma sessão de pornografia (risos).

É porque o mundo está mudando completamente. E para não acontecer o que aconteceu comigo quando era garoto. Eu tinha por 13, 14 anos, a bibliotecária chamou a minha mãe. Eu morava no Rio Comprido, no Rio de Janeiro. Ela disse “seu filho está lendo livros impróprios para a idade dele”. Minha mãe achou que eu estava lendo pornografia, proibida no *index prohibitorum*. Bernardo Guimarães e outros, entendeu? É que eu estava lendo o “Anticristo” de Nietzsche. E ela ficou muito preocupada comigo.

Eu acho que temos que formar bibliotecários com uma mentalidade nova para entendermos o tempo que estamos vivendo, que não é de colocar as pessoas em rebanho. Não, ao contrário, dar liberdade para elas, de busca e expressão.

FREDERICO: Mas, por que, professor, o senhor acha que acontece isso? Eu vejo que as lideranças, as pessoas que possuem o conhecimento não estão participando desses processos de formação de políticas.

MIRANDA: Porque eles não conquistaram isso. Nós não temos uma plataforma corporativa. Nós estamos muito mais preocupados com questões do que tem de ser o bibliotecário frente à biblioteca, em vez de uma ação social efetiva. Por exemplo, em trabalhei em Porto Rico e lá quando havia avaliação do curso não era feita pelo governo, era feita pela classe profissional. Quem veio dos Estados Unidos era gente da Ciência da Informação para avaliar o curso. Aqui não, aqui quem faz é o Estado, que não conhece e geralmente nem sempre escolhe as pessoas mais de vanguarda, são pessoas mais burocratas, mais de corredor, ou de ideologia e religião, e essas coisas todas não são versadas no tema.

FREDERICO: E acaba que impactam um atraso para as bibliotecas.

MIRANDA: Exatamente. É uma tristeza. Nós precisamos reciclar e formar uma geração nova de bibliotecários com outros tipos de compromisso social.

FREDERICO: Nesse processo do PDLL. Como que você enxerga a biblioteca, já que é uma política para os livros e leitura?

MIRANDA: É uma das instituições fundamentais nesse processo. Agora, eles estão procurando outros caminhos. Por exemplo, feiras de livros. As feiras de livros cresceram fantasticamente no Brasil. E agora as feiras de literatura, música, cinema, feira de livro vem acontecendo no Brasil inteiro. Eu inclusive estou viajando para algumas feiras, daqui a alguns dias estou indo para Bahia, Januária e Petrolina, Pernambuco, são cidade gêmeas. Porque esses tipos de feiras literárias estão crescendo muito no Brasil. Por outro lado está diminuindo o número de bibliotecas.

Está crescendo muito esse tipo de bibliotecas digitais e sebos virtuais, também de livrarias que vendem livros novos e fazem entregas domiciliares. Imagina um país com quase seis mil municípios e onde muito deles não existem bibliotecas, isso realmente é fundamental. Da mesma maneira, onde não houver biblioteca, e mesmo havendo biblioteca, nenhuma biblioteca basta a si mesma, há a necessidade de ampliar seus usuários. A biblioteca tem que entender que ela tem que ser híbrida. Ela precisa ter o melhor possível,

que é sempre muito pouco diante do que os usuários requisitam. E depois elas vão orientar as pessoas a fazer uma busca qualificada do que está disponível naquele universo.

Antigamente havia uma medida muito ingênua que os bibliotecários abraçaram que era que 20% do acervo atendia 80% da demanda. Na época causou um escândalo pois acharam que era muito pouco. Se nós fizéssemos [essa pesquisa] hoje, não seria mesmo mais isso não. Você dizer que uma biblioteca atende 20% da demanda e que 80% precisaria ser buscada por via intercâmbio, hoje não é mais nem intercâmbio, as pessoas buscam usando a rede, a web etc. Se a biblioteca está atendendo a 20% possivelmente está atendendo à literatura de cabresto, aquele que o aluno tem que ler, que é obrigado a ler, se ela estiver atualizada e oferecendo isso aos alunos. Porque também tem regredido muito a capacidade de compra das bibliotecas, você pode ver os orçamentos, a biblioteca hoje tem muito menos condições de comprar porque tem menos fontes de financiamento como havia em outros tempos. E você vai viver de doações?

FREDERICO: É. Não há condições de viver de doações. Doações são obras que geralmente as pessoas já não querem.

MIRANDA: Mas, lógico que haverá aí sempre uma porcentagem de obras fundamentais, de obras raras, de interesse permanente, que o obsolescimento não alcança tão rapidamente. Mas não resolve o problema.

FREDERICO: E o senhor acha que por meio das políticas públicas a gente vai ver um resgate dessas bibliotecas?

MIRANDA: Eu tive esperança. Vamos ver o que é que vem com os novos governos. Foi lançada uma frente parlamentar em defesa das bibliotecas públicas. Existem hoje em dia programas que tentam, inclusive, estudar a realidade. Mas, o que o brasileiro lê? O último estudo relevante que se fez. ... A ordem de leitura: primeiro é a Bíblia, em segundo os livros didáticos, terceiro livros de autoajuda, em quarto vem poesia, literatura, romance, etc. Então, é complicado, imagina onde é que entra realmente literatura científica? É uma elite que lê. Isso. O Brasil é um país [onde se] traduz muito, publica muito, tem um número de edições fantástico, que até surpreende. Mas as edições são muito pequenas, então os livros ficam caros. E a distribuição é quase impossível. Por que a distribuição é quase impossível no Brasil? Porque se tem poucas livrarias, o custo de transporte é alto e a porcentagem que a livraria cobra é muito elevada. Então, fica uma loucura. O preço para o usuário chega muito caro.

FREDERICO: E para as bibliotecas o custo muito alto. Mas, em relação ao acesso à informação. Como as bibliotecas têm atuado em relação ao acesso à informação?

MIRANDA: No século passado houve um movimento, principalmente a partir de Minas Gerais, de bibliotecas comunitárias. Uma biblioteca que estava ligada não apenas a fornecer leituras livros, material de estante, mas também a novidade das hipermídias. Mas também informação comunitária. Tem crescido informação sobre saúde, segurança, oportunidade de emprego, trabalhar com capacitação das pessoas. Não temos mais como no passado companhas de trabalhar com alfabetização. Alfabetização, digo não informacional, digo de ler mesmo, contra o analfabetismo. Mas ainda temos 8% da população analfabeta, que ainda é um número muito elevado, é muita gente. E mais de 50% semianalfabetos, que estão longe da leitura.

Mas, por outro lado, realmente, os níveis de escolaridade vêm melhorando. Nas últimas eleições nós tivemos mais eleitores com segundo grau. E antes tinha mais do primeiro grau. Isso já vem melhorando. Mas isso não quer dizer que eles são leitores, são leitores em potencial. Falta um programa para atrair essas pessoas, capacitá-las para a leitura convencional e leitura via novos mecanismos de acesso à informação.

Mas eu acho que isso vem, está a caminho, de uma forma, eu diria mal distribuída no Brasil, naturalmente, porque está ligada à renda *per capita*, ao nível de renda de diversas regiões do Brasil.

FREDERICO: Uma coisa que nos instiga a investigação é que no passado várias políticas também com bons propósitos e expectativas, mas que não chegaram a se cumprir. O PDLL está em processo, mas não sabemos se vai continuar ou não...

MIRANDA: Ele deve continuar e deve se atualizar, naturalmente. Eu acho que venha quem vier, não vai poder deixar isso de lado. Essa área efetivamente precisa de uma política. Tomara que venha para o Ministério da Cultura pessoas mais comprometidas com certas questões. Nós tivemos ministros aí que só estavam lá porque estavam desempregados, por motivos políticos isso, é lamentável. Eu fui à posse da Ministra da Cultura, a irmã do Chico Buarque, e eu fiquei envergonhado com o nível da apresentação que ela fez, é o absoluto desconhecimento do que ela ia liderar. Depois veio uma política que era a Martha Suplicy que devia passar por lá só para assinar papeis. Se ela tivesse uma equipe muito boa não teria problema, mas a gente sabe que o governo leva companheiros e pessoas que muitas vezes estão desempregadas para cargos para os quais não estão capacitado. Exceções é claro que existem e muitas, mas não bastam para resolver o problema.

FREDERICO: Então na sua avaliação geral do PDLL, o que o senhor acha?

MIRANDA: Acho que o PDLL é uma ideia que veio amadurecendo e é fruto de uma série de conquistas. Mas ele não cumpriu ainda seu papel, precisa se atualizar. E ele tem

que provar que é importante e necessário para a alfabetização no Brasil, para criar o hábito da leitura, desenvolver capacidade de pesquisa e busca de informação das pessoas, em diferentes níveis.

A biblioteca pública brasileira, de algumas décadas para cá ainda é confundida com biblioteca escolar. Porque o sistema de biblioteca escolar é deficitário, incapaz. E a gente precisa um dia entender que a biblioteca é um serviço público, não é? E que tem uma referência em se transformar em centros culturais. Foi um projeto que apresentei a Secretaria de Cultura quando era subsecretário. Receberam com muito entusiasmo. Mas, depois anunciaram umas bibliotecas muito aquém daquilo que estávamos a imaginar. Muito aquém. Muito interessante, um avanço. Mas, muito aquém do que a gente imaginava. Vai comparar isso com as bibliotecas colombianas, chilenas, não faz sentido!

FREDERICO: E houve pouca participação na elaboração dessas bibliotecas do Cerrado, foi uma coisa mais de gabinete, né?

MIRANDA: Exatamente. Nós queríamos formar quatro bibliotecas aqui em Brasília como Centros Culturais para serem paradigmas de cultura diferente, grandes prédios como acontece em outros países, com muitos serviços, abertos 24 horas. O cara que quer aprender a tocar guitarra, o que pretende aprender a fazer origami, o que vai fazer a dança dele, ou vai ler, também a gestante que quer saber como cuidar de seu bebê, etc. criar novos instrumentos de acesso à informação. Mas nós estamos no discurso ainda, até temos bons exemplos no Brasil, mas muitos poucos, ainda não é?

E eu acompanho isso há muitos anos. Todos os projetos que a gente teve deram em muito pouco. Primeiro era formar bibliotecários do interior. Daí, pegavam auxiliares de bibliotecas, porque não havia como levar bibliotecários, estes se formavam e não voltavam, porque elas se casavam e não voltavam (risos). Depois as bibliotecas universitárias começaram a se desenvolver nos anos 70, 80. Tiveram um incentivo muito bom, construíram muitos prédios. Lembro-me de um caso que no Rio Grande do Norte que mandou uma dezena de pessoas para estudar na Paraíba e anos depois tinham seis, sete grávidas por ano (risos). Porque melhoraram de *status*, se formaram, casavam. Elas não trabalhavam, estavam sempre em licença maternidade (risos). Fabuloso, no ponto de vista de um progresso individual, mas o investimento não teve o retorno no tempo planejado, não é mesmo?

Agora mesmo, estamos pensando no ensino a distância pela *internet*. O Lula não assinou um decreto para termos bibliotecas em todos os municípios? Como a gente vai chegar a isso? Eu acho que a lei é boa, mas precisamos de meios para implementar isso.

FREDERICO: Mas, em relação a essas políticas o senhor acha que o PDLL tem algum diferencial?

MIRANDA: Eu acho que sim, lógico. Esse é um programa de vulto. Ele tem um papel bastante amplo de atuação. Ainda preciso ver como ele se atualiza e como é que o novo governo entende e leva a melhores parâmetros de gestão e eficiência.

Eu acho que o problema é esse que eu falei. O Brasil é muito diferenciado, você não pode ter uma política única para todo o país, nem para todas as instituições. Eu acho que o projeto devia contemplar diferentes situações e níveis de realidade e criar subprogramas. Lógico que o primeiro programa é você ter as bibliotecas, ter os acervos, capacitar as pessoas que vão trabalhar nelas, é você colocar equipamentos. E é muito difícil. Eu tenho um exemplo horroroso que vi aqui em Brasília. O deputado Izalci, disse “Miranda vai lá na cidade satélite daqui de Brasília para ajudar a criar um ponto de internet para ajudar os estudantes etc.” Eu fui, depois eu descobri que os computadores não viriam porque os computadores eram da Secretaria de Educação, não eram da Secretaria de Ciência e Tecnologia e não podiam fazer o uso compartilhado... Eu mesmo peguei um carro uma vez para um encontro com um governador da época de uma cidade satélite e no meio do caminho me mandaram voltar porque aquela ação era da Secretaria de Tecnologia e não era da Secretaria de Cultura.

FREDERICO: Essas políticas entre secretarias e a política partidária se tornam um dos fatores que emperram o alcance das políticas para a área do Livro e Leitura. Porque o senhor acha que essas políticas deram certo em outros países como a Colômbia?

MIRANDA: Na Colômbia tem vários motivos para ter dado mais certo. Eles começaram o programa de bibliotecas piloto muito antes de nós. Foi uma gentileza do governo americano. Só que aquela biblioteca modelo era impossível para o país, era muito avançado. As pessoas iam lá para ver o que eles não iam ter. Mas, de qualquer maneira criou uma imagem. Essa era a ideia da biblioteca piloto de Brasília, embora ela esteja um pouco em crise.. Depois na Colômbia houve um financiamento de um banco. Você vê que é um programa que tem dinheiro garantido, permanente e o banco cobra resultados. Então eles têm um programa de capacitação muito bom, um planejamento, tem ações e com recursos adequados. O que está longe das necessidades deles, mas que causa inveja nos seus vizinhos (risos), e em muitos países. Eu vi realmente o orgulho com que eles fazem aquilo e o resultado que eles estão obtendo. Eu visitei inclusive biblioteca no interior do país, não foi só Medellín, Bogotá não. Fui a cidades pequenas também, e estavam lá bibliotecas muito bonitas e bem trabalhadas. Aqui no Brasil a gente tem alguns exemplos também, mas não é uma política articulada como é na Colômbia com recursos permanentes e garantidos. Porque aqui muda o governo, mudam as pessoas, mudam as fontes de financiamento, aí

tem que recomeçar tudo outra vez. É o que a gente está se perguntando como vai ser o PNLL no novo governo, mesmo sendo do mesmo partido. É, por exemplo, quando mudou o governo do Lula para a Dilma mudou muita coisa. Muito complicado essa descontinuidade administrativa que existe no Brasil.

Eu acho que a nossa classe deveria tomar programas como o PDLL, ou quaisquer outros e fazer seminários, discussões, e se pronunciar efetivamente sobre isso. A gente só vê como uma oportunidade sem crítica. Isso não é correto, não é bom. A gente tem que participar de planos de governo, mas a gente precisa discutir na nossa área, fornecer diretrizes, orientações profissionais, que o que é a *American Library Associations* faz. E a sociedade vai ouvir para saber se estamos ajustados naquelas orientações. Quando surgiu esse programa da Frente Parlamentar, eu disse “ótimo!”, porque ali os bibliotecários podem e ali eu estava presente e muitos bibliotecários também estavam, e a gente vai estabelecer um debate e criar umas orientações políticas que poderiam ser obedecidas pelos formuladores de políticas públicas. Lógico, tem que ouvir outras classes também, tem que ouvir professores. Mas se a gente fizesse a mediação com essas classes poderia apresentar coisas que a sociedade não consegue enxergar e que depois respeitem, admitam. E não precisa ser lei para isso. Você precisa criar instituições, a credibilidade está no reconhecimento da capacidade, da contribuição que as instituições possam dar à sociedade, e nós precisamos muito desse reconhecimento.

APÊNDICE C – Entrevista com Professora Dr^a. Maria Alice Guimarães

Entrevista gravada digitalmente realizada com a professora, representante da Universidade de Brasília no Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura, Dr^a Maria Alice Guimarães Borges em 30 de setembro de 2014:

BORGES: Bem, nesse roteiro que você apresentou, Frederico, você coloca a primeira pergunta, como foi a participação do bibliotecário no PDLL. E eu quero dizer para você que hoje numa avaliação muito mais técnica do que qualquer outra coisa, eu te diria que foi uma avaliação que se fosse fazer um ranking científico eu diria uma nota 5. Por que isso? Porque nós sabemos que no momento desse em que se define as políticas, nós temos que fazer com que os órgãos que nos representam, ou que estão a frente das nossas carreiras, da nossa vida profissional, que eles tenham uma participação muito ativa.

Então o primeiro órgão que eu queria fazer uma análise é a própria Universidade de Brasília. Eu fui chamada pela professora Ivanna Sant’Ana que era Subsecretária do Livro e da Leitura da Secretaria de Cultura do GDF e responsável pelo PDLL, no Distrito Federal, e ela me pediu que eu intercedesse aqui para houvesse uma participação da Faculdade de Ciência da Informação junto à Biblioteca Nacional, tendo em vista que o diretor da Biblioteca e todos os outros assessores eram bibliotecários formados aqui por nós, em sua maioria. E que ela gostaria que houvesse uma possibilidade de nós fazermos eventos, seminários, etc. e que por isso ela gostaria de contar com um acordo formal entre a faculdade e a Biblioteca Nacional. Eu fui então portadora no colegiado dessa carta e expliquei os motivos e dei as minhas alegações de que eu acho que deveria ser muito importante a participação da Faculdade no PDLL e pedi então para que a direção da Faculdade respondesse para que eu pudesse levar essa carta formalmente, porque ela não gostaria de vir aqui só para fazer visita, ela queria montar um programa de trabalho. E infelizmente, isso não aconteceu, isso foi sendo deixado sempre “ah, vamos ver...”, existem outros fatos conjunturais que interferiram no processo, mas que eu não gostaria de analisar. E nunca houve uma participação formal da Faculdade de Ciência da Informação, do curso de Biblioteconomia, especificamente, no PDLL.

Então, participamos das reuniões eu e a Kelly Gasque e lá um dia fomos nomeadas, eu e a Kelly, para sermos representantes da UnB (Universidade de Brasília) no processo. Fomos várias vezes e procuramos ajudar ao máximo nessa construção, só contando mesmo com a participação dos bibliotecários. A Isa foi algumas vezes. E tendo em vista o fato de existir lá no mesmo andar, uma sala que era do IBICT (Instituto Brasileiro de Ciência de Tecnologia), eu sugeri que procurassem os bibliotecários do IBICT para que eles

tivessem participação. E essa participação em nenhuma das reuniões que eu participei aconteceu, nunca houve nenhuma bibliotecária, ou bibliotecário do IBICT lá.

Então nossa participação foi muito pequena. O Conselho Regional de Bibliotecas (CRB 1) por sua vez e a ABDF (Associação de Bibliotecas do Distrito Federal) poderiam também ter tido uma participação maior. Mas, essa participação era esporádica e evoluiu muito pouco também. Isso tornou-se quase que uma responsabilidade da Biblioteca Nacional, que é a nossa biblioteca pública, na verdade, e do grupo que estava elaborando. Então eu considero que poderíamos ter tido realmente uma participação muito mais forte.

Porque nós sabemos que essa participação é sempre pequena. Eu dizia sempre aos meus alunos com relação a quando foi criado um Conselho de direitos autorais, em que havia de todas as áreas pessoas que o formava, e que eram da linguística, da indústria gráfica, de editoras, de livrarias, assim como a parte de direito que era muito forte, sobretudo sobre direitos autorais, etc. e não havia um representante da Biblioteconomia. Então um dia eu questionei também com o pessoal aí que foi mais do Conselho, o seguinte: que deveria ser pedido a entrada de bibliotecários, ou do próprio Conselho (CRB 1), dentro desta comissão, que foi também organizada pelo Ministério da Cultura, para que nós estivéssemos representados e pudéssemos lá dizer a importância que tem para a biblioteconomia a regulamentação dos direitos autorais. Mas, infelizmente a nossa classe ainda precisa ser mais ativa.

Eu tenho quarenta e oito anos de formada. Então a gente era muito ativo. Todos nós participávamos do Conselho. Todos nós participávamos da Associação. Vários foram diretores. Vários foram presidentes. Eu coordenei a revista por muito tempo. Enfim, a gente se desdobrava, entre todas as nossas funções a gente ainda fazia mais alguma coisa para apoiar a profissão, que era muito incipiente. Eu hoje eu vejo que o tempo mudou muito. A profissão nossa chegou a outro *status*, os concursos são muito bons, os salários são mais altos do que o dos próprios professores. E o mundo exige, tá exigindo, uma participação de todo mundo muito ativa no seu dia a dia. Enfim nós tivemos uma verdadeira revolução aí, querendo ou não, que a própria sociedade da informação e do conhecimento trouxe. E com isso eu senti que a participação dos bibliotecários nos movimentos associativos diminuiu significativamente. Sindicatos, nós não temos e nos movimentos associativos e no conselho, eles tem sempre por um desejo próprio porque não tem ninguém e assim por diante. Então eu acho que realmente essa participação deixou muito a desejar

Com relação à elaboração, nós participamos de umas três reuniões, deixamos lá todas as nossas reivindicações. Como isso faz algum tempo, eu acho que até deixei alguma coisa escrita. Mas, hoje eu não estou me lembrando exatamente se eu deixei. Isso foi na elaboração. Já na implementação, efetivamente eu não tive nenhuma participação.

Por quê? Porque o ano de 2013/2014 trouxe outra realidade para a minha vida. Em 2013 meu marido teve um enfarte que ele nem dirigia, então as coisas se complicaram demais, ele foi duas vezes internado em UTI, etc. Quando foi esse ano eu tive um problema seríssimo de saúde, que tive de tirar seis meses de licença de saúde. Então, realmente, tem um ano e meio que eu me afastei muito dessa e de outras atividades. Mesmo, porque continuei a dar aula, apesar de todos os problemas que eu tive, continuei a dar duas disciplinas, a ter oito com mais quatro são doze créditos, e não tive, assim, nenhuma facilidade para as outras coisas. Sempre orientando muitos alunos, quatro, cinco, seis alunos. Você lembra como era essa sala, era uma fila. Então não tive condições de prosseguir no desenvolvimento do PDLL.

Então voltando aqui ao questionário, a sua terceira pergunta: qual impacto que eu esperava. Você sabe que uns dos maiores limites das bibliotecas, principalmente as públicas, e de seus usuários quererem consultá-las é que ela tivesse atualização. Porém, o Ministério da Educação e Cultura tem um fundo do FNDE, que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e que está propiciando uma atualização inicialmente na parte educacional curricular muito grande. Então, eles têm grandes leilões de livros e tem comprado muitos livros e têm patrocinados as feiras dos livros e etc. E esse problema nas bibliotecas, ele hoje, eu acho que já é bem menor que o tempo que eu estava na ativa. Porém, nem só de livros vive o homem. E nem só de livros vivem as organizações. Nós não podemos pensar que o PDLL vai ter sucesso na estrutura biblioteconômica se nós não acrescentarmos ao PDLL outro componente, que ele precisa agregar a ele fortalecimento das bibliotecas, sejam elas escolares, ou públicas, principalmente, que onde está justamente a fase da leitura.

E eu costumo fazer uma comparação, que eu não sei o que você vai achar, mas é como eu tenho falado para os meus alunos: quando a gente fala precisamos melhorar a saúde, você acha que a saúde vai melhorar se nós distribuirmos remédio de graça, indefinidamente para todo mundo? É isso que vai resolver o problema da saúde? Então a gente sabe que não é. A mesma coisa o livro. Não adianta resolver distribuir livros. O que nós temos que ter é uma estrutura que seja capaz de fazer com que quando o aluno terminar Ensino Fundamental ele seja um leitor efetivo, um leitor com uma consciência crítica formada. E isso não vem só da sala de aula, de ler livros para poder fazer resumos, não! Isso vem de um conjunto de estruturas. De uma instituição que funcione como funciona problema os laboratórios para física e para química.

Então a biblioteca tem que estar estruturada. Porque o bibliotecário hoje ele já mostra qual é a sua função. Eu já nem falo do Cientista da Informação. Porque a gente sabe que a base do cientista da informação é o bibliotecário. Mas o bibliotecário já demonstrou que, dentro desta massa de informações que existe, você precisa fazer com que o leitor

tenha acesso. Mas não acaba no acesso. Ou nem começa no acesso, ela tem que estar organizada. Organizada é o que? Que a sua seleção seja adequada a aquele ambiente. Que você use e utiliza ali, efetivamente, uma organização que seja possível das pessoas entenderem e utilizarem. Por exemplo, vai montar uma biblioteca para analfabetos, você sabe perfeitamente que não adianta colocar a CDU (Classificação Decimal Universal). Se você vai montar uma biblioteca para crianças que não sabem ler, então como é que você deve pensar? Você tem que pensar em toda uma estrutura que seja de acordo com os seus usuários, para aquele ambiente que você vai levar à biblioteca. Então, a seleção, os processos técnicos e a disseminação a mesma coisa. Para um pesquisador a disseminação hoje mais rápida, nós sabemos que é a disseminação digital. Mas para uma pessoa que levanta não sei que horas da manhã, gosta de ler e que lê dentro do ônibus, não adianta isso, porque muitas vezes ela vem de uma periferia e muitas vezes ela não tem um *tablet*, ela não tem um instrumento que faça com que ela esteja atualizada, quais são os últimos do *best-seller*? Porque esse é o papel, por exemplo, da biblioteca pública. E nós estamos vendo o nível educacional subir, mas não estamos vendo, eu não conheço as estatísticas atuais, mas eu tenho certeza que na mesma proporção não vem acompanhando o nível de usuários da biblioteca.

Então, uma coisa tem que mudar para que o PDLL cause um impacto que a gente quer. E esse impacto está ligado ao que eu chamo de nossos objetivos educacionais. Quando os candidatos falando “porque precisa de educação, saúde e segurança”, sim precisa. Dentro de educação está a leitura. Mas, o que é formar o leitor? Formar o leitor é chegar à consciência crítica. Para isso você tem que passar por todos os objetivos educacionais. Quais são eles? Primeiro você ter acesso à informação. O segundo você ser capaz de compreender aquilo ali, como? De repente? Não. Você tem que ter a capacidade de fazer uma análise. Depois de você fazer uma análise, você fazer uma síntese. Depois de você fazer uma síntese, você fazer uma inferência. Quando você chega a inferência, quer dizer a aplicação do seu conhecimento em qualquer ambiente que você precise, porque isso que é inferência. Você estuda para uma coisa e de repente você precisa daquilo em outra situação que você não sabe. Então na hora que você chega à inferência, você chegou à consciência crítica, ao pensamento crítico, à leitura crítica. Que é o que temos que fazer em nosso país.

Porque eu acho que o esforço da biblioteca escolar e da biblioteca públicas ela deve ser massivamente voltada para esses aspectos. Fazer com que se estabeleça a consciência crítica do brasileiro. Que nós teríamos efetivamente uma coisa que se chama cidadania. Que nós sejamos cidadãos. Porque enquanto nós somos guiados pela propaganda de três, ou doze minutos de televisão, ou por um papel que está pregado na beira das ruas e etc. Isso não é cidadania. Isso é massividade dos meios de comunicação.

Não é cidadania. A cidadania é você dizer: vou votar em fulano porque fulano tem essas características e eu sou a favor disto.

Então aí, eu acredito que nós cumprimos a nossa missão. É um longo caminho, é. Mas eu acho que a gente já esteve muito mais longe. E eu fico muito feliz quando eu vejo você estudando uma área dessa, por quê? Porque você é um aluno inteligente, foi um aluno brilhante, tem tudo para você pegar as coisas que você acredita e defende-las. Porque o que nós precisamos é de voz. Não precisa mais de papel. Eu não fui para a pós-graduação porque eu disse: “eu olhos as teses que foram aprovadas aqui e mau enxergo uma linha de novidade em cada uma delas” então eu não vou ficar escrevendo por escrever, eu vou escrever o dia que eu puder falar algumas coisa de diferente. E você não tem isso. Então eu vou ser professora. Porque eu vou para a sala de aula, eu debato com os alunos, eu cutuco, eu critico, eu brigo, eu puxo orelha, etc. Na verdade, é porque eu quero que eles entendam que é um processo que tem que ser estabelecido, um processo educacional e educativo. E esse processo passa pela biblioteca, passa pela consciência crítica.

Então quais os impactos que eu tenho observado? É isso que eu te disse. Eu não voltei mais. Tem um ano e meio que eu não voltei para mais nenhuma reunião, porque eu não tive condições físicas e este ano menos ainda.

FREDERICO: E por último é a avaliação?

BORGES: E sobre a avaliação, eu acho que o esforço é muito grande que nós não podemos, em maneira nenhuma, dizer que distribuir livros não vale nada, é como distribuir pílulas, não. Ele já é um ganho. Logicamente que ele teve quem alguém atrás dele para fazer essa força, ele tem a indústria gráfica. Ela precisava vender livros para sobreviver. Ela pegou, mostrou para eles que a coisa mais importante do mundo é o aluno ter o livro na mão. E como as nossas carências são enormes, o Ministério de Educação assumiu e bota todo ano bilhões. E cadê os bilhões. Ele tinha que colocar os mesmos bilhões nas bibliotecas. Nós temos cinco mil e quinhentos municípios brasileiros, hoje já deve ser um pouquinho mais, vamos dividir os três bilhões por esses municípios. Botando o quê lá? Botando um profissional. Não tem um profissional para ir para todos, vamos formar auxiliares de bibliotecas. Mas não. Nós queremos já começar já tendo um PhD, tudo bem. Aí não dá em nada. E nunca tivemos efetivamente um padrinho forte na área de biblioteca.

Eu acho que a coisa mais importante que surgiu nos últimos anos foi um decreto do Senador Cristóvão Buarque, que ele diz em 2020 todas as escolas tem que ter uma biblioteca e nas bibliotecas tem que ter um bibliotecário. E isso deu um impacto grande e vai ter que ter uma reformulação, inclusive aqui na Faculdade. Porque nós não podemos continuar formando oitenta pessoas por ano. Porque só no Distrito Federal nós temos quinhentos e cinquenta bibliotecas. Quando é que nós vamos dar conta? Nós vamos

precisar de dez anos para formar. Em dez anos todo mundo vai querer ir para a biblioteca escolar? Não. Tem gente que vai querer ir para a biblioteca pública. Tem gente que vai querer ir para a biblioteca especializada. Tem gente que vai querer ir para a tecnologia, que é muito importante para nós. Porque se nós todos pensamos juntos, nós vamos facilitar muito a nossa vida. Porque a tecnologia hoje tem recursos que é capaz de fazer com que a gente não precisa mais ter uma biblioteca em cada lugar. O que nós vamos ter? Precisamos ter um dicionário de português de vocabulário? Precisamos. Precisamos ter na sala de aula. Todo mundo precisa saber procurar. Precisa saber de antônimos e sinônimos, de ter vocabulário até na velhice. Passou para a universidade, vai fazer uma dissertação tem que ter um vocabulário técnico. Não dá para usar sempre as mesmas palavras, ou “eu acho que isso ou aquilo”, pelo amor de Deus, ninguém acha nada né?! A quantidade de advérbios que o pessoal usa, meu Deus! Então realmente precisa ter.

Então, a minha avaliação é que um esforço muito grande do, aí no caso, do governo, do Estado, porque são recursos públicos. E que nós temos é que aproveitar e fazer com que eles entendam a importância de agregarmos ao PDLL a biblioteca.

Então eu vou lhe contar um caso que me aconteceu aqui. Um aluno quis fazer um trabalho sobre a biblioteca escolar do Paranoá. E me convidou para visitar a biblioteca. Ela era minha aluna de monografia. E eu fui. Cheguei lá fui recebida muito bem pela diretora, pelos professores e eles me pediram para fazer uma palestra e eu fui fazer sobre a biblioteca escolar. Quando eu saí de lá, eles ficaram felicíssimos, animadíssimos. E perguntaram: quais são os gargalos? Hoje, no Brasil, a gente tem três problemas. Um é de vocês terem o livro. O segundo é de ter o livro arrumado. E o terceiro é que essa arrumação siga critérios técnicos para que ele possa ser recuperado e atender. Para esse último vocês precisam ter um bibliotecário. Quando é que vamos ter quinhentos e cinquenta bibliotecários? Não, isso não vai ter. Mas pode se estudar uma estrutura para que isso aconteça. Isso pode. Que você tenha bibliotecas e bibliotecários, grupos de bibliotecários por cidades. Você tenha softwares que te ajude na parte de coleta de informações. Então tem muitos recursos hoje que no meu tempo não existia. Eu sou do tempo de a gente fazer fichinhas com lápis e caixa de giz, é outra história né? 1965 imagina? Então isso é um sonho.

Mas, eu acho que a avaliação para mim, é que trouxe muitas coisas boas, trouxe uma reflexão profunda, mas que se omitiu da biblioteca. E que agora este mesmo grupo, ou outro grupo que tenha trabalhado com ele, ou pessoas que se interessem por esses assuntos, incrementa a essa visão de que a biblioteca precisa estar estruturada para poder absorver um programa nacional possível. Porque se não, serão caixas e caixas de livros fechadas.

Eu estava contando o caso do Paranoá. Aí, por último, fui ver a biblioteca. Quando eu fui ver a biblioteca tinham cinco caixas de mais ou menos um metro de altura, fechadas. Porque, ela disse “Professora, não adianta mais a gente abrir caixas de livros, porque nós não sabemos onde por, não adianta, como é que vamos organizar? Então, não adianta nada abrir essas caixas”. E tinham lá três professoras que estavam em adaptação. Olha, isso é uma política de governo que nós nunca fomos mostrar para ninguém que o mesmo salário de um professor é de um bibliotecário. Se lá tem três professores que não estão em sala de aula, readaptados, quando sair o primeiro, contrata um bibliotecário, quando sair dez contrata outros tantos, quando sair o trigésimo contrata outros tantos. Assim, nós vamos ter trinta bibliotecários. Agora isso não pode.

Teve um trabalho na minha disciplina de planejamento que era sobre uma biblioteca de uma escola em Taguatinga em que havia doze professores na biblioteca. Quatro no horário da manhã, quatro de tarde e quatro de noite. Gente, isso é um batalhão! Eu faria uma festa com doze professores, eu botaria cada um para estudar o currículo numa área, para ir ver o material, para ver as referências, para fazer e acontecer. Agora, se não tiver uma pessoa que diga “a bibliotecária aqui, não é ela que vai ter o contato direto com o aluno aqui, com o usuário; na escola tem que ser vocês professores”. Porque ela a biblioteca tem que ser uma unidade dentro da escola. Ela não pode ser um elemento que vai dizer o seguinte: “nós somos os melhores, esse cantinho aqui é onde você tem o saber”. Isso não existe. Você de cara você já vai se desgastar com todos os professores e assim por diante.

Então, é um trabalho sistêmico e que envolva as áreas limítrofes. E a primeira dela é a biblioteca. Dentro de uma perspectiva nacional, de uma política pública como feita aqui no GDF. Ele pode ser um exemplo para nós, mas ele não se basta em si mesma.

APÊNDICE D – Entrevista com Antônio Silva, Presidente do CRB 1

Entrevista gravada digitalmente realizada com o bibliotecário, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB 1 – e representante dos bibliotecários no Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura, Sr. Antônio Silva:

FREDERICO: No processo de construção do PDLL, como foi a participação dos bibliotecários enquanto demanda para essa política pública?

SILVA: Bom, foi importante ter ouvido a classe bibliotecária porque tem muito a contribuir nesse Plano Distrital do Livro e da Leitura. Tivemos como parâmetro o Plano Nacional do Livro e da Leitura, daí, traçamos as diretrizes para que fosse construído o Plano Distrital do Livro e da Leitura. Nesse sentido, a classe contribuiu com diversas proposições que hoje norteiam o Plano. Estão no plano, foram essas contribuições.

FREDERICO: Naquela época a participação foi a convite? Como foi feito esse processo dessa construção?

SILVA: A época foi feito um convite pela Secretaria de Cultura, pela senhora Ivanna Torres, que é a Subsecretaria do Livro e da Leitura, salve o engano. E aí a gente prontamente, o CRB 1, as associações de classe, no caso a ABDF e o Conselho Regional, juntamente com a sociedade civil organizada, prontamente atendemos a esse convite e propusemos o que de fato impactaria para a nossa classe. E como nós somos não só bibliotecários, como agentes de transformação social, nós também temos essa responsabilidade nesta construção para a sociedade brasileira do Distrito Federal.

FREDERICO: Na questão desses impactos, quais eram os impactos que eram esperados com essa construção do Plano Distrital?

SILVA: Era exatamente angariar o maior número de leitores. Levar essa cultura e espalá-la para onde não tivesse chegado, nos rincões mais distantes, na população mais carente. E para que também se tenha um norte, um parâmetro, o quanto é importante à participação dos leitores, angariando novos leitores. Que impacte não só o leitor individual no exercício de suas atividades rotineiras, atividades cotidianas, no seu trabalho no dia a dia, mas também no impacto que, a partir do momento que ele se torne um leitor, e o plano tem essa função, tem essa missão, ele vai causar esse impacto na sociedade em geral. Ou seja, também ele será um novo agente de transformação social.

FREDERICO: Em relação aos objetivos do plano, como o senhor tem visto o alcance e êxito desses objetivos e os impactos que eram esperados?

SILVA: De início, o PDLL teve um impacto bastante positivo na sociedade, foi apresentado na Câmara Legislativa, foi apresentado em outros órgãos que dão visibilidade, mas com o passar do tempo ele foi amainando esse poder, esse alcance. Ele, apesar de estar escrito nos 3 eixos temáticos do Plano, na teoria ele está muito bem elaborado, ressalvado algumas críticas que foi feito a época, fizemos, né? Mas, que na prática ele ainda precisa melhorar muito, como implementá-lo. Ele ainda está carecendo de muitas ações de mais interesse, sobretudo de que detém esse instrumento de implementação, que no caso é Governo do Distrito Federal, sobretudo a Secretaria de Cultura. Ele ainda está carente, precisando que esses instrumentos sejam implementados para que o Plano funcione adequadamente e cumpra sua missão, que é angariar, que é levar a leitura, que é buscar esse leitor para que ele se torne um agente de transformação.

FREDERICO: É interessante essa questão que o senhor colocou da questão da implementação, de estar aprimorando esses instrumentos de implementação. Como o senhor acha que nós os bibliotecários podemos participar dessa etapa de implementação?

SILVA: Nós devemos construir juntos, a sociedade civil organizada, sobretudo nós os bibliotecários, como agentes nesse processo, mas nós precisamos termos mais fóruns legítimos de debate. Ou seja, precisaríamos que fossem feitos mais seminários, palestras e outros instrumentos congêneres que tragam a população para o nosso lado. Que isso leve na contribuição para essa implementação. Ou seja, a Secretaria de Cultura de início foi muito, impactou bastante, porque apresentou nos fóruns competentes, como Câmara Legislativa, como eu frisei antes. Mas que posteriormente, não sabemos por que motivo, se políticos ou outros, financeiros, mas depois isso foi perdendo o foco. Hoje em dia o plano está aí, mas está moribundo. Não está funcionando como deveria, não está cumprindo o seu papel. Nesse sentido é que nós devemos sim, trazer a sociedade para a gente, fazermos fóruns, seminários, e outros instrumentos congêneres. Para que nós consigamos de fato, fazer com que esse Plano Distrital do Livro e da Leitura sirva para seu papel fundamental, cumpra sua missão, que é termos uma sociedade mais informada, mais letrada e, sobretudo que a cultura que a cultura seja valorizada.

FREDERICO: O senhor gostaria de fazer uma avaliação final ao PDLL?

SILVA: A avaliação, do que eu já falei, ela já está imiscuída no que eu já disse. Mas a avaliação que nós fazemos é até um pouco de crítica também, porque, apesar de a gente fazer parte desse processo, mas que nós também temos uma certa parcela de, vamos dizer "*mea culpa*", que também temos essa parcela de culpa por não termos cobrado isso de

quem deveria fazer. Então assim, o CRB 1, e nós temos atuado, nós temos feito ações nesse sentido, promovido alguns debates, mas que ainda foi pouco, nós devemos aperfeiçoar, melhorar. E que possamos no futuro próximo fazer uma avaliação mais positiva que o Plano seja de fato do Livro e da Leitura. Que sirva de para quem é de direito, que é o leitor.

APÊNDICE E – Entrevista com Jefferson Higino, Presidente da ABDF

Entrevista gravada digitalmente realizada com o bibliotecário, presidente da Associação de Bibliotecários do Distrito Federal – ABDF – e representante dos bibliotecários no Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura, Sr. Jefferson Higino, em 15 de setembro de 2014:

FREDERICO: Jefferson, na condição de presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal e representante dos bibliotecários na elaboração do Plano Distrital do Livro e Leitura, como o senhor avaliou a participação dos bibliotecários na condição de demanda desse Plano?

HIGINO: Acho que a participação da Associação e do Conselho foi levar para os bibliotecários e, a partir disso, eles participavam. Não em sua grande maioria, mas, uma parte demonstrava interesse, alguns mandando e-mail, outros participando de reuniões. Um meio para identificarmos quais as necessidades dos bibliotecários na questão das demandas para as bibliotecas, quais são as demandas de serviços, o que tem de demanda latente para a biblioteconomia e para a biblioteca também, principalmente as bibliotecas públicas do DF, que em sua maioria não tem bibliotecários. Então, uma das grandes reivindicações com a participação dos bibliotecários era atender essa demanda, de ter o profissional nas bibliotecas públicas. Então, acho que esse era um dos focos.

A participação também era identificar alguns projetos de incentivo a leitura e ampliar as ações das bibliotecas diante a sociedade. Então era esse sempre esse foco que é fazer as discussões com os bibliotecários, aqueles que estavam participando. Então tinha essa conotação da participação para primeiro identificar essa carência de bibliotecários nas bibliotecas. E uma política também, havia uma indefinição de política e a necessidade de identificar a forma como a biblioteca estava atuando.

A participação então foi assim, acho que os bibliotecários participaram quando foram solicitados, não na sua grande maioria porque era impossível. Mas aqueles podiam quando tinha reunião marcada, a partir disso a gente conseguiu identificar as necessidades dos bibliotecários para fazer isso. Acho que a Associação e o CRB 1 também puxaram o primeiro fórum também para fazer uma discussão. E dali deu um pouco do PDLL nesse aparecer. Então, acho que, a participação do bibliotecário motivou a estruturação do PDLL. Acho que isso ajudou a estruturar.

FREDERICO: Lembro que inclusive na elaboração do quadro de eixos do PDLL, nós já participamos com a inserção de demandas objetivas no PDLL. Mas enquanto a

implementação, o que senhor achou como foi a participação do bibliotecário nessa etapa de implementação?

HIGINO: Então, a participação deles é por meio representativo. Quando o PDLL chamou os vários segmentos da sociedade, os bibliotecários tinham a ABDF e o CRB para representa-los.

Um dos pontos críticos seria a forma como foi convocada algumas vezes, em cima da hora, de um dia para o outro. Acho que esse foi um ponto fraco, que muitas vezes atrapalhou a participação do CRB e da ABDF. Teve essas convocações muito em cima da hora. Primeiro, até o Antônio (presidente do CRB 1) reclamou que ele não tinha recebido certo documento. Eu avisei para ele e eu fui, mas ele não pôde e acabou tirando um representante dos bibliotecários porque éramos eu e ele para fazer parte.

E quando o PDLL foi definido, por um impedimento não pude participar mais, mas indiquei a vice-presidente da Associação, a Cristine, que ela chegou a ir em uma reunião também. Assim, enquanto tinha demanda a gente participava. A grande questão que eu acho que ficou um pouco foi a falta de definir um calendário e de questões mais objetivas, né? Porque, muitas vezes a gente vinha e tinha alguma coisa que já estava elaborada e parecia que estávamos lá só para homologar. Sendo que eram frutos de discussão de muito tempo, então até o momento que eu participei representando os bibliotecários deu para identificar isso. O período que participei foi o período de criação mesmo, de levar as demandas que foram definidas pelos bibliotecários, os objetivos, objetivos específicos, para ajudar a formalizar um pouco o programa, então essa foi a atuação. Então, depois da indicação dos representantes da ABDF e do CRB 1 não deu para acompanhar mais, por conta do calendário e das informações das reuniões sobre até que ponto ficaram.

FREDERICO: Em relação aos impactos que se esperava desse plano. Quais seriam as suas considerações sobre os impactos?

HIGINO: Em relação aos impactos, acho primeiro que seria a criação de um sistema de bibliotecas, acho que essa era a expectativa da Associação, a criação de um sistema e a definição de políticas dentro do governo para elaborar um plano de ação para as bibliotecas. Essas eram as nossas expectativas. E criando também junto com isso, um sistema de bibliotecas e uma política de leitura também no DF, também trabalhando junto com as escolas públicas. Então era essa a nossa expectativa que o programa conseguisse atingir isso. Elas existem, o governo tem todas as ferramentas. E a política que muitas vezes era para subsidiar essas ações, essas atividades, ficou na teoria. Eu acho que algumas ações estão avançando e o governo tem intenções, mas ainda há necessidade de melhorar ainda. Essa expectativa ainda não foi solucionada.

FREDERICO: Para ter uma avaliação deveria ter mais tempo, então?

HIGINO: Isso. Acho que para ver os resultados, acredito que para quem tá na Secretaria de Cultura tem uma visão melhor do que a gente. Mas, acho que ainda muitas coisas não foram atingidas. Eu acho que teve uma reestruturação dentro da Secretaria e que mudou a diretoria. Teve uma mudança estrutural. Acho que entra dentro dessa orientação da política. E acho que já começou um pouco avançar. Mas ainda necessita uma inserção maior da Câmara Legislativa para definir também políticas de acordo com a legislação. O executivo tem que trabalhar junto com isso também.

FREDERICO: O senhor tocou num ponto interessante sobre a tentativa do governo de estar buscando algumas ações para implementar o Plano. Mas, em relação há uma possível mudança de governo, o senhor acha possível que o Plano poderia ser afetado?

HIGINO: Isso tem que ver. Tem que ver como o Plano está. Uma das coisas que quando se estava criando o Plano era que esse Plano fosse independente de governo. Então, por isso que foram consultados vários segmentos da sociedade civil para que esse Plano fosse além de um governo, para que fosse permanente. Então, a gente tem que ver hoje como é que ele tá estruturado. Acho que aí vai depender de como está organizada a sociedade civil para que o Plano permaneça. Hoje, não tenho esse conhecimento, mas acredito que ainda não está bem consolidado para que permaneça no próximo governo, se o próximo governo, no caso de mudança, não venha a acreditar no projeto. Acho que isso a sociedade civil vai ter que reestruturar novamente juntamente com o governo para fazer.

Acho que avanços têm. Acho que algumas coisas existem. No ponto que já existe um documento, uma intenção. Essa intenção já pode ser considerada um avanço, também, pelo menos tem alguma coisa escrita que não está partindo do zero.

FREDERICO: Para encerrarmos, qual seria a avaliação do PDLL?

HIGINO: Eu acho que uma das avaliações é que muitas vezes, assim, o Plano tem que servir como uma orientação para o executivo, ele não pode ser o responsável por uma execução. O governo tem suas responsabilidades. O Plano nunca vai resolver algumas falhas que o governo tem. Porque o governo é quem está com a faca e o queijo, ele que tem que resolver. O Plano dá a orientação e subsídio e ajuda o governo nisso. O executivo tem que ser propositivo.

FREDERICO: O plano não se resolve por si só?

HIGINO: Isso. Até por que mesmo, ele não está no dia a dia. O Plano apoia o governo em suas ações quando este tem interesse em mudar, ampliar alguns serviços. Que aí fica uma avaliação, que fica é que o governo poderia ser mais proativo em termos de buscar algumas soluções e de dar também para o Plano. Essas ações, a gente observa vários pontos que são críticos e que não são oferecidos propostas nenhuma. Então acho que esse é um ponto falho. Não adianta falar que tem avanços nisso ou naquilo, porque é o governo quem tem condições de resolver os problemas.

O Plano foi bem questionado por todos os segmentos. Mostrando os pontos falhos inclusive. E todos se proporcionaram a ajudar. Mas muitas vezes não estamos no executivo para falar, isso tem que ocorrer assim e como vai ser os recursos para essa área. Acho que é por aí. Acho que o Plano tem que continuar assim. Uma parte que poderia contribuir mais seria o próprio governo.

APÊNDICE F – Entrevista com Fabiano dos Santos Piúba, Diretor de Políticas para o Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura

Entrevista gravada digitalmente realizada com o Diretor do Livro, Leitura, Literatura, Bibliotecas da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, Sr. Fabiano dos Santos Piúba, em 17 de novembro de 2014:

FREDERICO: Como surgiu o PNLL? Geralmente as bibliotecas públicas partem de demandas sociais, mas o PNLL parece que surgiu de um acordo Ibero-Americano, então como foi que surgiu o Plano Nacional?

PIUBA: É. Exatamente, o Plano Nacional de Livro e Leitura no Brasil, ele está inserido no contexto Ibero-Americano. Na *Cumbre* (Cúpula) no ano de 2003, com chefes de Estado dos países Ibero-americanos e outros países da América Latina, como o Caribe, mais Espanha e Portugal, definiram uma atividade de trabalho para os anos de 2004, 2005 para a construção do Plano Ibero-Americano da Leitura, no sentido de inserir a leitura como um vetor estratégico para o desenvolvimento, ao mesmo tempo como um vetor importante para as políticas públicas, sobretudo na área de cultura e de educação. Então no ano de 2005 foi criado o *Ilímita* (como foi chamado o Plano Ibero-Americano de Leitura), que foi assim que chamou nos países de língua espanhola e no Brasil a gente chamou de Viva-Leitura.

Então, isso gerou uma mobilização social muito grande com os setores no campo do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas. O Ministério da Cultura criou também, nesse período de 2005, as Câmaras Setoriais, que hoje a gente chama de Colegiados Setoriais. Hoje temos o Colegiado Setorial do Livro e Leitura e agora envolvemos Bibliotecas também nesse colegiado, que compõe o Conselho Nacional de Políticas Culturais. Então essas Câmaras Setoriais, a Câmara Setorial do Livro, ela foi uma instância importante para mobilizar vários setores e em várias regiões do Brasil, outros Estados criaram também as suas câmaras para discutir em torno do Plano Nacional do Livro e Leitura. Então houve uma mobilização social e uma construção social e coletiva da importância que o Brasil tivesse também o seu Plano.

Nesses quase dez anos de *Ilímita*, do Plano Ibero-Americano, em 2005, agora em 2015 serão dez anos. Dos países membros da OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos), ou do CERLALC (Centro Regional de Fomento para o Livro na América Latina e no Caribe), hoje temos 20 (vinte) planos nacionais de leitura na América Latina.

FREDERICO: Entendi. Mas a área de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, apesar da importância reconhecida na sociedade é uma área que não tem grande penetração na sociedade brasileira. Então, nesse sentido quando surgiram essas Câmaras, que depois se tornaram colegiados, houve uma participação expressiva da sociedade, ou foi uma participação mais de alguns especialistas da área?

PIUBA: Eu creio que foi uma mobilização. Por exemplo, o setor privado, temos o mercado editorial, que naquela época estava muito bem mobilizada, muito bem articulada, teve um papel importante. Mas também teve a participação do Conselho Nacional de Biblioteconomia, a própria Federação e o Conselho Federal da Biblioteconomia tiveram participação ativa.

Eu penso, políticas públicas elas não se conjugam em primeira pessoa, elas são construções sociais e coletivas. Eu, na ocasião, estava no Ceará, então ficamos fora do eixo das decisões e vou falar da perspectiva do Ceará que a gente organizou reuniões mais reuniões com escritores, bibliotecários, promotores de leitura, agentes de leitura, editores, livreiros e tivemos uma discussão muito ampla em toda a construção do Plano Nacional, mas também do Plano Estadual de Leitura, que era o que a gente também estava trabalhando na ocasião. De fato, temos uma dívida social e histórica no país do Livro e a Leitura e as Bibliotecas, nós ainda somos um tanto invisíveis na sociedade, ou a importância dessa política da área, para o desenvolvimento do país, ou como agendas das Secretarias de Educação e de Cultura dos Estados e municípios e de outros Ministérios também.

Mas eu creio que houve sim uma mobilização. Talvez não uma mobilização tão necessária como devesse ser, mas eu acho que mobilizou os setores. Quando em 2006 veio a ser instituído o Plano por meio da portaria Minc e MEC.

FREDERICO: Dentro do Plano Nacional temos alguns objetivos mais amplos que é a formação de leitores, que é uma coisa mais abstrata e eu entendo que a construção das bibliotecas é um objetivo mais concreto. Então dentro do Plano Nacional havia alguns eixos e objetivos que foram traçados para algumas situações mais concretas, como o desenvolvimento de bibliotecas públicas e o fortalecimento de um Sistema integrado nacional de Bibliotecas Públicas, o senhor sabe dizer quais desses objetivos já foram concretizados, que foram alcançados? Por exemplo, como andam a construção dessas bibliotecas em todos os municípios brasileiros?

PIUBA: Certo. Essa meta, nós estamos trabalhando agora com o Plano na sua revisão. Foi feito uma revisão do Plano Nacional do Livro e da Leitura, inclusive pelo Colegiado Setorial também. Foi instalado o Conselho Diretivo e a Coordenação Executiva do PNLL. E agora o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura estão trabalhando na

elaboração de metas, inclusive metas que dialoguem tanto com o Plano Nacional de Cultura como com as metas do Plano Nacional de Educação.

A meta, esse objetivo, de dotar todos os municípios brasileiros de bibliotecas públicas, na verdade essa é uma meta antiga. Ainda na época do Instituto Nacional do Livro, essa meta foi estabelecida. Eu lembro que no governo do Juscelino Kubistchek esse foi um dos temas levantados como um dos objetivos do Instituto Nacional do Livro e por razões orçamentárias essa meta não foi trabalhada. Foi ser recuperada, na verdade, com Afonso Romano de Santana quando foi presidente da Fundação Biblioteca Nacional, que criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o PROLER, Programa Nacional de Incentivo à Leitura, no princípio da década de 90. O Afonso criou o programa uma biblioteca por município. Na gestão do próprio FHC essa meta também ela foi dada como uma sequência. E no governo Lula na gestão do Gilberto Gil e na gestão do Juca Ferreira no Ministério da Cultura, essa meta se transformou, eu diria, em quase uma obsessão. Ou seja, ela passou a ser uma meta presidencial e daí houve um respaldo muito grande no Ministério para a gente trabalhar com esse objetivo.

Para você ter uma ideia nos saltamos de seis milhões de investimento anual que tínhamos na gestão anterior ao governo Lula. Então você vê em 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 com o programa Mais Cultura, nós chegamos a quase cem milhões de investimento o ano em ações de promoção do Livro, da Leitura, de Bibliotecas, muito em função da implementação de bibliotecas. Foram implementadas e fizemos um censo, foi realizado um censo nacional de bibliotecas públicas para identifica onde é que tinha e onde é que não tinha municípios com bibliotecas, mas, sobretudo, para saber as condições dessas bibliotecas que nos revelou que é uma condição muito crítica. Então no período da gestão do presidente Lula, 2003 a 2010, foram instalada 1.656 bibliotecas públicas, isso com o investimento de 99 milhões.

Então essa ação da implantação de bibliotecas ela foi uma ação estratégica e vital e prioritária nesses anos de 2008, 2009, 2010. A gente crê que o momento agora, mais que essa meta de implantar uma biblioteca em cada município, é a qualificação dessas bibliotecas públicas, a modernização das bibliotecas públicas, seja relacionada, obviamente, à ampliação e atualização de acervos, que isso é fundamental, mas também à qualificação do espaço físico, reforma, ampliação, capacitação dos gestores dessas bibliotecas, dos funcionários das bibliotecas, realização de programação cultural de atividades de extensão comunitária, de promoção à leitura, de acessibilidade, que tem sido por onde nós estamos tentando ir caminhando agora. Porque essa meta de zerar o número de municípios sem bibliotecas no país, ela tem que ser uma meta pactuada com os municípios e com os Estados. Porque muitas das vezes o Ministério implanta a biblioteca junto com aquela cidade, junto com aquele município e ele é fechada logo em seguida.

FREDERICO: Tem outra meta também que é o fortalecimento da rede atual de bibliotecas, que também é uma demanda da classe bibliotecária, de ver as bibliotecas integradas, com seu acervo integrado. Até porque com esse fortalecimento dessa rede os bibliotecários vão estar mais fortalecidos na decisão de implantar um modelo de bibliotecas que atenda as necessidades informacionais da sociedade. Essa também uma meta cobrada do Plano Distrital do Livro e Leitura. O senhor saberia dizer como está o avanço dessa meta, do fortalecimento dessa rede?

PIUBA: Sim. Hoje nós estamos com alguns projetos que podem ser destacados. Eu até sugeria você conversar com a Elisa Machado que é a coordenadora do Sistema, caso você não tenha pensado em entrevista-la, acho que seria uma pessoa importante.

Mas, por exemplo, nós temos a ação de implantação de bibliotecas, ela é uma ação contínua. Ela não é mais a prioridade no sentido de que a gente está procurando agora mais voltado para a qualificação, né? Eu destacaria pelo menos dois projetos. Tem o projeto que está sendo trabalhado que é o Mais Bibliotecas, que é um projeto do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, dessa Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, que é para qualificar as informações acerca das bibliotecas. A informação que a gente tem, de uma certa forma, mais segura é a informação do censo realizado em 2010. Você teve acesso a esse censo? Ele está disponível na internet. Onde mostrou a situação das bibliotecas públicas. Você ter uma ideia mais de 60% das bibliotecas públicas não realiza qualquer atividade de extensão comunitária ou de programação cultural, ou projeto de incentivo à leitura, mais de 90% não tem qualquer serviços de acessibilidade, desde uma simples rampa à livros em braile, ou áudio livros, ou equipamentos que possibilitem e facilitem a questão da acessibilidade.

Então esse projeto Mais Bibliotecas ele está sendo um projeto feito com os Sistemas Estaduais para a gente qualificar as informações das bibliotecas públicas no país. De forma integrada com o SNIIC, que é o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais do Ministério da Cultura que envolve todas as áreas, todas as Secretarias, todas as vinculadas ao Ministério, dentre elas tem uma de Bibliotecas. Eu acho que isso Frederico é um dos principais desafios que a gente tem que é o aprimoramento da informação dessas bibliotecas para que a gente possa ter acesso, até mesmo para a gente qualificar a política, para a gente qualificar quais são as ações, quais são os programas. Esse Projeto está em fase de conclusão e a gente crê que agora até o final do ano, isso vai estar disponível já de forma integrada também ao SNIIC para que a gente possa ter de maneira mais transparente esses números e mais seguro também.

Sobre o outro projeto. Teve outro projeto que foi lançado que é de acessibilidade em bibliotecas públicas, num edital que lançamos no ano passado, estamos trabalhando

com dez bibliotecas públicas das cinco regiões, são duas por região, para a gente desenvolver parâmetros, referências de acessibilidade em bibliotecas públicas. Vamos construir, vamos publicar essa documentação, de parâmetros, referências, para que possam ser aplicadas e a gente dar uma escala maior para o tema da acessibilidade em bibliotecas. E o outro é o Bibliotecas em Rede para que possa aprimorar mais essa questão da integração entre bibliotecas de acesso público.

FREDERICO: Esses projetos eu não conhecia. No site do Minc tem mais informações sobre esses projetos?

PIUBA: Tem. No site do sistema tem esses projetos que eu mencionei, os Mais Bibliotecas e o Bibliotecas em Rede.

FREDERICO: E como que o senhor vê a biblioteca pública dentro do PNLL?

PIUBA: A biblioteca na verdade para os objetivos do PNLL, sobretudo no eixo 1, de democratização de acesso ao livro, é o principal equipamento público e cultural para a democratização do acesso ao livro. Quando você vai no eixo 1, democratização do acesso, você vai abrir os sub eixos praticamente ele está muito voltado para a questão da biblioteca, seja de implantação, construção, como modernização das bibliotecas, o fortalecimento do sistema nacional de bibliotecas públicas que está ali também, creio, entre os objetivos. Então, não faria sentido um Plano Nacional de Livro e Leitura sem a biblioteca pública, né? É o espaço vital para juntamente com a escola, por um lado no campo mais educação, no campo da cultura a biblioteca pública é o equipamento vital para o desenvolvimento do Plano.

FREDERICO: Agora, teve um fato interessante no processo de construção do Plano Distrital do Livro e da Leitura, é que eu pude observar que havia expectativas diferentes da sociedade civil e do governo do DF em relação ao plano distrital. Enquanto a sociedade por meio dos seus representantes tinha uma expectativa de conseguir apoio por meio do Plano para algumas demandas concretas da área, o governo, no entanto, já entendia o Plano como um coordenador de projetos de mediação de leitura existentes e de diagnóstico, compreendia o Plano como uma espécie de coordenador e articulador dessas atividades. Então, quais dessas expectativas estão alinhadas com o PNLL?

PIUBA: Não. O Plano, seja um plano nacional, distrital, estadual ou municipal, ele como uma construção coletiva e social, sobretudo no campo da educação e da cultura, ele tem que primeiro estabelecer um diagnóstico da realidade local, certo? Seja relacionada às bibliotecas, seja relacionado aos projetos de incentivo à leitura, seja relacionada ao mercado

editorial local, as editoras, livrarias, seja a produção literária e a produção intelectual. E de como o Plano pode integrar essas ações. Um plano é feito de ações, um plano sem ações, sem programa, não consegue dar concretude às políticas. Então, se você tem um eixo que é de acesso, então isso significa que você vai ter que estar atuando diretamente com implantação, modernização de bibliotecas, integração em bibliotecas em redes, enfim, o aprimoramento também dos gestores e servidores dessas bibliotecas. O Plano não pode ser, então, abstrato. Inclusive discordo de você quando você diz que formar leitores é um objetivo abstrato. Não. Eu acho que esse é o objetivo principal do plano. Porque o leitor é o sujeito principal de qualquer política pública, então a gente tem que atuar nesse objetivo da construção seja de cidades leitoras, estados leitores, mas, sobretudo, de uma nação de leitores. Então não consigo compreender que um plano tenha apenas um papel de articulação, né? A sua gestão sim, a sua instância de Direção, ou de Conselho, ou o que possa ter, ele tem esse papel de articulação. Até mesmo entre duas áreas como a cultura e a educação. Mas as suas metas, os seus objetivos tem que ser traduzidos em programas e ações concretas e em metas e em resultados também.

FREDERICO: E essas ações partiriam do executivo, né? Assim, a sociedade civil pode implementar atividades a partir desses planos, mas a responsabilidade maior seria do executivo?

PIUBA: Claro, sim. Sobretudo a responsabilidade institucional e orçamentária. Para o Ministério da Cultura, as ações desenvolvidas pela sociedade civil, por instituições ou por pessoas, elas compõem a nossa política pública. A gente entende que as ações da sociedade civil compõem a nossa política pública. O nosso papel não é de realizar no lugar delas, mas de fomentar, potencializar o que isso, e o que essas pessoas ou instituições realizam. Por isso que nós temos algumas ações já mais consolidadas como pontos de leitura, que temos editais sistemáticos, sejam editais descentralizados com os Estados e Municípios, onde a gente repassa recursos para a Secretaria de Cultura Estadual, Municipal.

No entanto, é fundamental que essas ações desenvolvidas pela sociedade civil, elas possam integrar o Plano. Quando eu te falei de você ter um diagnóstico, você vai identificar quais são as ações que existem, pela Secretaria de Educação, ou pela Secretaria de Cultura, pode ser, por exemplo, no Distrito Federal, para ficarmos no âmbito da sua pesquisa. Mas também é papel dessas duas secretarias identificar que projetos existem desenvolvidos pela sociedade civil, por instituições que possam integrar esse Plano. Isso é fundamental.

Então o Plano Nacional do Livro e Leitura se você for buscar o mote dele, Estado e Sociedade, Plano Nacional de Livro e Leitura, tem: “Estado e Sociedade atuando pelo desenvolvimento da leitura no Brasil”. Ou seja, o Estado tem uma responsabilidade maior,

institucional sobre isso, porque ele tem que estabelecer programas, ações, metas, mas também ter orçamentos né? Mas a sociedade compõe esse plano de forma também muito intensa.

FREDERICO: E como é a relação entre os Planos Estaduais e Distrital e o Plano Nacional, existe um controle, existe uma relação direta?

PIUBA: Existe. Mas não controle. Nós vivemos num Estado Federativo, onde os entes são autônomos. Os Estados, municípios e o Distrito Federal têm sua autonomia. O que nós fizemos em relação ao Plano. Um dos objetivos e metas do PNLL é a implementação de planos estaduais e municipais. Inclusive a Rosália que é uma das consultoras do Plano Nacional do Livro e Leitura, fez agora um trabalho muito interessante de mapear quais são esses Planos e em que grau de desenvolvimento estão. Talvez, além da Elisa Machado, você possa ter um contato aqui com ela. E além do próprio Castilho também.

Então, o que nós fazemos... Tem também uma publicação, não sei se você conhece que é um Guia de Planos Estaduais e municipais. Isso também está disponível na internet, não temos mais impresso aqui, mas a gente pode te passar os links. Que era uma espécie de orientação metodológica de como implementar o Plano no Estado e no município. Isso se perdeu entre 2011 e 2012 e pedaço de 2013. A gente está recuperando com o nosso retorno, com o retorno do Castilho, como uma ação importante a ser resgatada.

Você vê que Rio Grande do Sul, Porto Alegre, como cidade, tem desenvolvidos seus planos. Agora em Natal está em pleno processo para isso. O Paraná, o Tocantins, o Distrito Federal. Então há hoje um grupo de municípios, de Estados e o Distrito Federal que vem trabalhando nesse desenvolvimento. E a gente tem uma ação de articulação, de integração, mas não de controle. Tem de acompanhamento, a gente participa desses processos. O Secretario Executivo do PDLL, o Castilho, sempre procura aí nessas ações. Nós também quando somos convidados a gente vai. Para que possa ter uma colaboração assim *sui generis*, federativos, Estados e municípios.

FREDERICO: O senhor tocou na questão que houve uma descontinuidade e que estão retomando agora. Houve uma descontinuidade desse trabalho, houve algum prejuízo para o Plano Nacional de Livro e Leitura?

PIUBA: Houve mudanças, digamos, de prioridades. A Diretoria do Livro, Leitura e Literatura, foi assim que ela foi criada em 2008 no Ministério da Cultura. E inseriu na estrutura do Minc a responsabilidade pelas políticas, pela formulação, pela coordenação, pela execução dessas políticas de Livro, Leitura e Literatura. A biblioteca, a gente fazia entre

2009 e 2010 de maneira integrada com a Biblioteca Nacional por meio do Sistema. Porque na ocasião de 2008 a gente tentou trazer para dentro dessa Diretoria o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o PROLER, mas não tivemos êxito, tivemos êxito agora. Então em 2012 ela foi para a estrutura da Biblioteca Nacional e agora volta para o Minc. Ela hoje faz parte da estrutura do Ministério da Cultura, outra vez está inserida na Secretaria Executiva. Então entre 2011 e 2012 algumas questões não foram dadas continuidades. Então, eu não diria que houve ruptura, mas houve certa descontinuidade. Dentre elas a questão do fortalecimento do Plano Nacional do Livro e Leitura porque nós vínhamos encaminhado o Projeto de Lei do PNLL e esse Projeto de Lei foi arquivado. E a gente retomou agora no final do ano passado. E dentre eles também a implementação dos Planos Estaduais e municipais que a gente retomou também entre agosto e dezembro, que fomos prejudicados em função do período eleitoral. Como houve esse período eleitoral você não pode desenvolver ações com Estados e municípios em função das restrições, da lei eleitoral.

Aliás, Frederico, esse é um problema das políticas públicas do nosso país, descontinuidades, isso acaba causando uns prejuízos que tem impactos muito negativos para o avanço das políticas públicas do país.

FREDERICO: Por último, quais tem sido os maiores desafios para essa efetiva implementação do Plano Nacional?

PIUBA: Certo. Tem um primeiro desafio, que essa foi a nossa prioridade agora, entre agosto de 2013 e agora 2014, que é o da institucionalização do Plano. O nosso Plano Nacional de Livro e Leitura ele iniciou como uma portaria interministerial, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação. Em 2011 passou a ser um decreto presidencial. Mas decreto presidencial, ou portaria, na minha perspectiva é política de governo. Para que o Plano ganhe status de política de Estado a gente tem que aprova-la enquanto lei. Então, está tramitando. A Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Minc tomou a iniciativa junto com a Secretaria, junto com o Secretário Executivo do PNLL, José Castilho, e fizemos o projeto de Lei do Plano Nacional de Livro e Leitura para instituí-lo enquanto lei federal. Isso tramitou no Ministério da Cultura inicialmente aqui por nós, no Ministério da Educação e está agora na Casa Civil para ir ao Congresso. Então, a gente crê que até o final desse ano que isso possa estar sendo enviado para o Congresso como um projeto de lei de iniciativa do poder executivo, para que possa instituir o Plano Nacional do Livro e da Leitura enquanto lei. O que daria para ele um grau de institucionalidade maior e a gente crê que com esse projeto de lei aprovado, o Plano daria mais bases institucionais, políticas, mas também orçamentárias. Para que a gente pudesse trabalhar nos objetivos do Plano, mas também nas suas metas. Eu acho que esse é um primeiro desafio.

Um outro desafio é que isso tem que ser uma pactuação entre União, Estados e os municípios; entre Secretarias de Culturas e Secretarias de educação. Mas também a sociedade civil, para que eles possam incorporar em suas agendas públicas de que o Livro, a Leitura e a Biblioteca são vetores estratégicos para o desenvolvimento seja da sua cidade, seja do seu Estado, mas, sobretudo do nosso país, na perspectiva da construção de uma nação de leitores. E nessa nação de leitores, a biblioteca pública é o principal equipamento para a democratização do acesso ao livro, conhecimento, a informação, mas desde que seja a biblioteca viva, a biblioteca dinâmica, uma biblioteca que tenha essa interação com a sociedade, com sua própria comunidade, como um verdadeiro espaço cultural, como um dínamo cultural como preconiza a Unesco.

APÊNDICE G – Entrevista com Aníbal Perea, ex Coordenador de Políticas do Livro e Leitura da Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal

Entrevista gravada digitalmente realizada com o servidor público da Secretaria de Cultura do GDF, bibliotecário, ex Coordenador de Políticas do Livro e Leitura do DF, Sr. Aníbal Perea, em 29 de setembro de 2014:

FREDERICO: Conversando com alguns representantes do PDLL, de acordo com minha estratégia de investigação da relação das políticas com as bibliotecas públicas, vários representantes citaram a que na verdade o PDLL surgiu com um primeiro grupo, composto por você Aníbal Perea, pela Lília Diniz e pelo Thelmo Ribeiro, também o professor Dr. Antônio Miranda, que escreveram a primeira versão do PDLL. Ainda você como bibliotecário, como foi que aconteceu esse processo?

PEREA: Eu, em especial, tive contato com a parte política, ou com a parte de políticas públicas pela própria formação. Eu tenho uma especialização em administração pública e gestão pública e isso fez com que, como bibliotecário, eu tivesse umas bases para pensar a biblioteca. Mas como profissional na área administrativa eu tinha uma base para pensar gestão pública e administração pública, que eram coisas que se bem polidas, elas podiam caminhar juntas.

Por isso, eu fui entrar em contato especificamente com os agentes, quando estou falando de agentes, estou falando de todos os atores principais do livro do Distrito Federal.

Então eu fui conhecer a Câmara de Livro de Brasília, os diferentes coletivos que discutiam a questão do livro, mas, ainda, não do usuário, e essas são coisas totalmente diferentes. Se estivermos falando especificamente do livro, naturalmente, todos os diálogos e todas as concertações só se davam em pró do fomento da produção livreira no Distrito Federal. Então, em nenhum momento se falava sobre, ou, do usuário, como catalisador de todas as ações que se poderiam falar para formar um leitor, ou para que se vendessem livros, ou para tal. E sim era o livro, pelo livro e para o livro.

FREDERICO: Você disse coisas interessantes. Realmente, na literatura acadêmica da área identifica-se bem claro isso, que as políticas para o livro e bibliotecas estiveram sempre voltadas aos interesses do mercado editorial, né? E, por isso foi se criando um formato de biblioteca que não tinha como objetivo principal ver as necessidades dos usuários.

PEREA: E ao longo deste governo, ao longo dos últimos quatro anos, eu tive contato com duas pessoas, realmente, uma foi a Lilia Diniz e o outro foi o Thelmo Ribeiro.

FREDERICO: A Lilia Diniz é atriz...

PEREA: Sim. O Thelmo é um produtor cultural e bastante atuante na parte do livro, e conhece o mercado livreiro do Distrito Federal. Contudo as limitações do Thelmo se davam em cima da produção livreira. Ele não tinha o conhecimento mais aprofundado do que era a discussão da biblioteca. Aliás, vamos colocar assim, melhor, não da biblioteca e sim de uma discussão mais aprofundada para se trazer a tona, ou colocar a luz os espaços de leitura como tal e a terminologia que permeava a construção de um texto mais entranhado em busca de formar o leitor.

Aí existe um ator que não se pode negar que é o Antônio Miranda. E com o saudoso professor Antônio Miranda nós dois começamos a trilhar um caminho de pensar a questão dos ambientes. O PDLL, essa outra parte chega num segundo momento.

O primeiro passo que nós demos antes do PDLL foi considerar um texto que Miranda produziu somente o nome e aí eu costurei junto com o Thelmo. Eu à frente dessa construção textual, fizemos um esboço de um projeto que chamamos de BNB, Biblioteca Nacional de Brasília, Animavervb. A BNB Animavervb era um projeto que considerava a Biblioteca Nacional de Brasília um espaço de interação do usuário, entendendo-se a amplitude da Lei de Raganathan, quando diz que “Cada livro para cada leitor” e, aliás, “A lei do menor esforço” que era a coisa que nós mais tínhamos trabalhado, entendendo-se que o usuário naturalmente não subiria ao quarto andar se a informação que existisse no quarto andar não fosse uma informação muito amigável para ele em virtude de que lá se concentraria um espaço muito para o pesquisador, do distrito federal, ou daquele pesquisador que adentrasse o Distrito Federal.

FREDERICO: E quando você começou a construir esse processo com o professor Miranda você já tinha uma expectativa do que seria o PDLL, principalmente em relação à incorporação da biblioteca pública?

PEREA: Houve. Nós trabalhamos com os eixos do PDLL. O PDLL é um texto de certa maneira amplo, porque ele trabalha com seus eixos. E os eixos justamente são os determinantes para aplicar algumas ações em dados contextos. E as ações em específico tratariam das problemáticas. E mostrariam justamente as patologias e de certa forma entendendo qual seja a patologia você vai aplicando algumas soluções.

FREDERICO: Certo. Mas, quando que teve esse rompimento? Você participou deste primeiro grupo de elaboração do PDLL, mas por que ocorreu esse afastamento? Por

que não manteve sua participação no PDLL, ou houve alguma participação na, vamos dizer, outra parte da construção PDLL?

PEREA: Não houve. A primeira etapa que se construiu ou os primórdios do PDLL, ou da política do livro e da leitura do Distrito Federal, se fez de uma maneira muito gestacional, muito embrionária, muito terna.

Essa primeira parte foi um trabalho diuturno de mais ou menos uns seis meses de trabalho, de tentar pormenorizar as políticas que eram aplicadas em termos nacionais, estudando os *cases* em específico que eram conhecidos no país. *Cases* como no Rio Grande do Sul, em específico passo fundo com suas jornadas literárias. Discutindo *cases* enquanto construção de ambientes em termos latino americanos, como as políticas de *BiblioRed* que existem na Colômbia, especificamente em Bogotá. E, adentrando-se no Brasil, começamos a discutir os ambientes que era o Rio de Janeiro que tinha acabado de inaugurar a biblioteca de Manguinhos, o complexo de Manguinhos. Discutimos também espaços como a Biblioteca da Floresta e como era consecução desse projeto. Bom... diversos exemplos.

Mas o mais importante nessa etapa embrionária foi descobrir que alguns textos que eram extremamente ricos e que eles conseguiam estabelecer o diálogo homem-máquina, homem-espaço. Então pelo menos você tinha o Thiago de Melo com seus textos que falava sobre o homem e a natureza, que a gente passava a discutir isso. Tivemos uma leitura aprofundada na época, até faz parte do primeiro PDLL, que é o Cândido, Antônio Cândido, que tem o texto dela lá no primeiro PDLL. E foram textos que alimentaram um processo construtivo.

E, assim, especificamente, o PDLL só chegou a esse formato porque duas pessoas, aí sim, que era questão apenas do Thelmo e do Aníbal, não teve mais participação e a participação era muito difícil, naturalmente difícil. Porque o ambiente era um ambiente político e como tal ele não permitia que outras pessoas participassem diuturnamente do processo criativo. Embora ele fosse um espaço franqueado, os outros colegas bibliotecários não se sentiam a vontade para doar o seu tempo. E isso já fazia naturalmente que se fazia um ambiente restrito. Que existiam horários naturais de trabalho, que as pessoas recebem para trabalhar, oito horas, seis horas, na época era apenas seis horas de trabalho. E numa etapa criativa como era essa, uma etapa de sentar para discutir uma cidade que estávamos mais ou menos falando de 12.400.000 (doze milhões e quatrocentos mil) pessoas naquele início, é natural que se tinha 30 e poucas regiões administrativas, que equivale a 30 municípios dentro de uma cidade, entender uma legislação, entender uma diversidade cultural, uma diversidade física e de relacionamentos políticos que precisavam ser discutidos para poder aparecer e vir a tona.

Foi uma coisa totalmente diferente. Com isso você não consegue facilmente que os colegas se adentrassem e ficassem horas a fio discutindo um texto, vamos dizer, de BNB Animaverb, pelo menos, que tinha colocado Miranda. E nós com essa temática fomos discutir. Nós começamos a falar numa biblioteca que permitisse a palavra animada, que permitisse o espaço vivo, que permitisse um diálogo entrelaçado com o autor principal que era o sujeito, que aí nós estaríamos dando voz ao usuário realmente e não mais ao destaque principal de certa maneira com é visto na biblioteca que é o bibliotecário. E se o diálogo realmente dando a significância para o usuário.

Então era um redesenho. Então o PDLL, o que ele tentava era justamente fazer esse desenho que tivéssemos uma concepção das diferentes dimensões. Então a dimensão cidadã. O que é a dimensão cidadã? Hoje quando você já constrói o tema, simplesmente, aviva o termo, é fácil dizer a dimensão cidadã. Mas quando era primórdio, quando estava na etapa inicial era necessário uma discussão muito profunda, até para dizer “poxa por que eu estou dizendo esse conceito?”, “Qual era a conceituação disso?” Então, logicamente eram discussões agotadoras, inesgotáveis. Porque por várias vezes eu cheguei até ir para a minha casa meia noite, uma hora da manhã, começando sete ou oito horas da manhã. Porque éramos dois loucos sentados, lendo e pesquisando e pesquisando. Mas foi uma interação fantástica porque eu tive realmente contato com alguém que queria fazer uma diferença e eu também querendo fazer uma diferença. E a gente se adentrou profundamente nesses conceitos.

Aí nasce mais ou menos, nasceu o PDLL e de início ele chegou numa segunda etapa, ou na terceira, ou quarta etapa, que ele veio mais a construir na parte política. Que você pergunta “Por que o PDLL não avançou, por que você não avançou no PDLL?” Porque as concertações políticas não se deram! Né, as concertações políticas não foram o suficientemente amplas para que se preservasse aquilo que se tinha discutido. Aí existem colegas que estão tocando, ou tocaram, tentaram tocar, possivelmente não foi na mesma profundidade, ou, talvez de maneira mais profunda em alguns temas, não sei, realmente, me afastei por completo. Eu fiz uma imersão em mim, aí evitando qualquer tipo de contato, porque não achei muito prudente por questões políticas ficar discutindo isso.

Eu sei que nós trabalhamos profundamente na conceituação inicial. Elaborando o questionário para que fosse aplicado em cada RA. Elaborando um documento que pudesse de maneira visionária, embora parecesse limitada porque o documento inicial parecia limitado, mas o que ele ofertava para ir para frente era conhecer o universo. Eu já tinha feito algumas concertações, pelo menos de levantamento de pesquisas, que poderiam ser desenvolvidas para fazer um documento sólido com institutos como o próprio IPEA. Na época, o IPEA até comandava quatro pesquisas em nível nacional, de senso nacional, e eu consegui dialogar internamente para que um dos temas pudesse ser o desenvolvimento da

questão do livro no Distrito Federal. Aí a gente atentaria para um monte de situações, né? Mas não foi possível.

Muitas pessoas não conseguiram entender a real necessidade de politizar de maneira positiva a situação. E eu trabalhava por alguns dados na época, e eu fazia questão de mencionar esses dados cada vez que eu fazia reuniões para que as pessoas pudessem compreender a dimensão do processo da inserção da biblioteca na comunidade. Aí, então, eu fazia uma coisa que pouco se vê no mundo dos bibliotecários, quantificar o usuário interno da biblioteca, ou então o seu cliente interno e o seu cliente externo. E também quais eram os impactos possíveis em termos políticos, quando você quantificava o usuário interno, ou seja, os clientes internos. Que normalmente no Distrito Federal você tem uma unidade de leitura, porque isso não é uma biblioteca, é um esboço de alguma coisa que se chama de biblioteca. Nessas unidades normalmente trabalham dez pessoas nessas unidades. Só que dez pessoas não são nada num universo político administrativo. Só que quando você começa a dizer que dez pessoas vezes trinta, você está falando de trezentas pessoas já. E depois trezentas vezes três, então, você está começando a falar de novecentas a mil pessoas que se impactam diretamente dessa biblioteca. Daí você passa a dizer que essas pessoas atingem tranquilamente um universo de umas trinta mil pessoas que se alimentam, e se estou falando de alimento é porque é realmente alimento via oral da biblioteca, sobrevivem da biblioteca. Então nós podemos dizer que tranquilamente o sistema de bibliotecas públicas, os bibliotecários, os ambientes de leitura podem eleger no sistema federal um deputado distrital. Então esses números eu os praticava e os construía para poder dizer assim “Olha aí a importância, dependendo de como faz aquilo” Mas, assim, fui um voto vencido nesse processo, porque era necessário que se oportunizassem outras questões políticas e não realmente esses espaços como tal.

FREDERICO: Certo. Mas voltando um pouco ao PDLL, você acha que o entendimento dado à biblioteca pública e a orientação dada por esse primeiro PDLL, de sua versão inicial, ainda pode ser resgatado, seja por outras políticas, seja no próprio PDLL? E como você enxerga o caminho das políticas públicas para as bibliotecas públicas?

PEREA: Eu acho que ainda está numa etapa extremamente embrionária, que a proposta não levada a termo. Pode ser resgatado. Está em aberto ainda. Tem que ser consolidado e acho que só se consolida quando se faz pesquisa muito séria, muito honesta, que consiga dizer exatamente o estado da arte. E isso nós não temos.

Veja claramente ao que estou me referindo. Você sabe qual é o parque gráfico do Distrito Federal, você já escutou do Parque Gráfico do Distrito Federal?

FREDERICO: Eu entendo o parque gráfico como o Setor de Indústrias Gráficas, o SIG.

PEREA: Essa é a concepção comum. Nós entendemos que o parque gráfico só se encontra no SIG, mas em cada cidade satélite existem três, ou quatro gráficas. Nós não conseguimos ainda conhecer o parque gráfico do Distrito Federal, ninguém conseguiu entender isso.

FREDERICO: Sim. Perto de onde moro, no Núcleo Bandeirante existe um parque gráfico relevante.

PEREA: Exatamente. Então, daí você já se responde que não está concentrado no Plano Piloto. E então eu pergunto quantas pessoas trabalham nos parques gráficos do Distrito Federal. Quantas pessoas são impactadas diretamente por essa questão da tinta, do papel, etc.? Qual a política pública que se trata disso? Então a política de livro e leitura que eu vinha discutindo ela não se resumia à biblioteca pública. Era muito ambicioso o processo. O que eu colocava e aí vinha elementos que se sobrepunham na situação. A biblioteca passava a ser considerada como um suporte informacional. Então ela deixava de ter a centralidade para ela ser suporte informacional. E nós passávamos a ter a leitura como centro de discussão de todo o processo. Porque você aí estabelece o diálogo de maneira transversal. Você passaria a criar todos os outros diálogos possíveis porque você colocava um elemento central e todos os outros a discutirem. Com isso você passa ampliar sua visão e se entender que é necessário formar um agente para a leitura. Você passa a dizer que você precisa capacitar suportes de leitura ou modernizar esses suportes, ou permitir uma estruturação de um suporte que fique num hospital, na própria fazenda. Porque na fazenda, mesmo, ela não entende que eles precisam ler para produzir os textos da fazenda. Mas eles sabem muito bem como retirar o recurso que se direciona para as bibliotecas, para tudo o que se faz. Porque não se entende a leitura como sendo um elemento que consiga fazer um entrelaçamento das diferenças discussões.

Então, isso o que eu estou falando para você. Ou seja, os colegas que estão a frente hoje, eles conseguem dizer algumas coisas. Não sei se com essa propriedade, com essa profundidade de conhecimentos sobre aqueles temas.

FREDERICO: Bem. Então. Acho que por último, sobre o trabalho realizado para a construção do PDLL, desde essa primeira etapa, ele pode ser perdido numa eventual mudança de governo?

PEREA: Sim. É natural. Nós no Brasil não temos uma administração gerencial profissional. Nós temos uma administração patrimonialista. E se ela é patrimonialista, isso não digo eu, é uma constatação, aquele que a produz a leva em baixo do braço. Então, vai

ser quase que natural que o que foi produzido lá, isso se perca. Por uma questão natural de, não sei se o termo exato seria o apagamento, mas se tem o imexível, pode se considerar até o apagamento da memória.

Eu confesso a você que uma das poucas coisas que nós fizemos na época foi guardar memória. Até pela questão da própria profissão de dominar algumas bases informacionais e algumas coisas. Tentar mais que de imediato, a cada evento, a cada documento, criar um lastro em algum lugar para que se existisse pelo menos na *internet* essas memórias e assim dizer, “olha, começaram lá, alguma coisa se discutiu”. Então existe. Então quando você pesquisa no *google* aparecem coisas no PDLL com meu nome, com o nome das pessoas que estavam lá atrás que participaram. As primeiras reuniões que se fizeram. As primeiras coisas que se vieram a tona quando se fez isso.

Que me lembro de muito claramente que até com tua pergunta inicial, veio-me um desejo da administração, ou do administrador para que falássemos alguma coisa sobre letramento. Lembro-me tanto que se queria somente sobre letramento. Mas eu disse “letramento era uma coisa que estava muito restrita a pedagogia do Paulo Freire e algumas coisas que estavam muito restritas, acho que a gente podia ampliar possivelmente a terminologia”, nada contra o termo letramento, mas acho que ficava restrito para o que a gente estava querendo usar na política do livro e leitura. Que aí então a gente transformou isso para uma política de livro e leitura uma política de letramento. Então a gente com isso ampliou e pôde trazer outros olhares sobre essa questão. Então realizamos coisas muito bacanas, coisas muito bonitas.

Tanto é que um dos eventos mais celebrados sobre a política foi um seminário que realizamos dentro da Escola de Professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Por que isso? Eu demorei três meses para poder conseguir uma reunião com o Secretário de Educação porque eles não conseguiram entender que era a política do livro e leitura. Eles entendiam que eles já tinham uma política dentro. Então com muita insistência eu consegui levar para ele e mostrar o que nós estávamos falando. Aí ele me permitiu que fizéssemos um seminário. Eu fiz uma reunião com umas pessoas. Essas pessoas me ajudaram a descobrir que dentro da Secretaria de Educação haviam 609 professores alocados, ou remanejados, e o termo específico na área da gestão pública que é o reaproveitamento dos professores dentro das salas de leitura, ou das bibliotecas escolares.

Então, isso daí era um problema natural ao processo de diálogo das escolas públicas. Estas pessoas estão lá dentro. Então pela primeira vez a Secretaria de Educação jogou luz nessa problemática. Nunca tinha acontecido. Nós realizamos o primeiro seminário para conhecer o problema, colocar esse problema sobre a mesa e pela primeira vez minimamente discutir quem era esse professor e porque ele estava lá ocupando o espaço do bibliotecário, ou de um agente de leitura, ou de alguém que realmente viesse dinamizar o

processo de leitura dentro da escola. Porque normalmente a biblioteca, a sala de leitura, era considerada espaço de castigo.

APÊNDICE H – Entrevista com Mirian Raposo, ex Diretora de Políticas de Política para o Livro e Leitura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal

Entrevista gravada digitalmente realizada com a servidora pública, ex Diretora de Políticas para o Livro e Leitura do DF, Sr^a Mirian Raposo, em 24 de setembro de 2014:

FREDERICO: Você foi a Diretora do Livro e da Leitura, certo?

RAPOSO: Eu era Diretora do Livro e da Leitura, na época que o PDLL foi construído. Depois a gente acabou com essa diretoria e a gente construiu uma coordenadoria de Livro e Leitura. Que eu também fiquei por pouco tempo. Todo o período que fiquei na Secretaria de Cultura não deu um ano e pouco, talvez um ano e uns dois meses.

FREDERICO: Praticamente o período da construção do PDLL.

RAPOSO: Foi só para esse processo. Quando eu entrei a Subsecretária falou para mim: você tem uma tarefa, de construir o Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura. E aí quando terminou a tarefa. Pronto, já cumpri minha tarefa. Porque na verdade eu estava meio fora de função. Eu sou da educação, da psicologia. O “Livro e Leitura” não é da minha área de formação. O que eu achei que não foi tão legal. Mas como era para coordenar os trabalhos, eu achei que eu poderia fazer. Eu acho que só para coordenar esse trabalho é fácil. Mas aí na hora de executar achei que seria muito importante que fosse alguém do “Livro e da Leitura”. Porque alguém que soubesse conversar com as pessoas, enfim.

FREDERICO: Muito bem. Então, como foi construído o PDLL?

RAPOSO: Bom, foi assim. Na época eu cheguei, então, e minha tarefa era essa, de construir o PDLL. O primeiro passo já tinha sido feito, então, as diretorias anteriores, que chegaram antes de mim começaram esse trabalho. Eles começaram a construir isso, então eles começaram a trabalhar escrevendo o PDLL. Começaram a trabalhar com o Plano do Livro e Leitura e fizeram um trabalho muito bom, bem fundamentado. Mas, dentro do gabinete, fechadinho. Fecharam a porta e fizeram.

Então quando eu cheguei foi falado do PDLL que havia sido feito fechado. Mas, que tinha sido um bom trabalho. Eu achei um trabalho legal, quando tive acesso, ele era muito resumido, umas oito páginas, bem curtinho. Mas que sintetizava bem as ideias. Eram da

Secretaria de Cultura e foram os primeiros a construir, a primeira versão do PDLL veio da mão deles.

E que quando você lê, você que está bem substanciado. Eu tecnicamente lendo, achei interessante, apesar de ser muito curto. E achei ruim que foi feito só entre quatro paredes. Então qual era a demanda? Qual era a sugestão da Ivanna (a Subsecretária do Livro e da Leitura), eu quero que tenha a participação de toda a sociedade civil organizada e todos os fóruns de livro, leitura, todo mundo que discute livro e leitura deve participar do PDLL, da construção desse documento.

Então, agente entrou em contato com os sindicatos de escritores. E aí nós fizemos aquela primeira reunião, do Fórum do Livro e da Leitura que você foi ,inclusive que você participou. Foi a primeira reunião que foi feita. A gente tinha que reunir esse povo do “livro e da leitura”. Então foi montado o Fórum do Livro e da Leitura, porque se podia reunir todo mundo e dali se conseguiria montar a equipe que vai trabalhar no PDLL. Foi ótimo quando se montou o Fórum, realmente tinha representação. Agora sim, o pessoal do livro e da leitura do DF é muito pouco. E mais grave do que ser muito pouco, eles trabalham muito só. Eles trabalham muito sozinhos. Essa foi uma diferença muito grande entre o livro e a educação. Na educação a gente não trabalho sozinho. E no livro e leitura, as pessoas trabalham muito sozinhas. Os escritores trabalham sozinhos. Quem tem projetos de Livro e Leitura tem o seu próprio projeto, tem projetos lindos na cidade, lindíssimos, só que cada um faz o seu. E não existe articulação entre um e o outro. Não existe conversa nada. Eles querem apoio do governo, mas é apoio para trabalhos individuais. Como são trabalhos que tem resultados maravilhosos, é legítima a solicitação. Mas se eles conseguissem se reunir seriam muito mais fortes.

Do sindicato dos escritores, por exemplo, vieram dois representantes que conheciam, mas não tinham contato com outros, eles não tinham contato. Aí chamei outras organizações, as academias, a Associação de Bibliotecários. Mas, os achei muito fechados. Também achei que os grupos não são muito produtivos, porque são grupos que não estão acostumados em trabalhar e construir coletivamente. Mesmo assim, mesmo que eles façam um trabalho tímido, um trabalho que não seja tão fortalecido. Eu queria ouvir a voz de cada um. Que cada um tivesse representado ali no Plano, que cada um pudesse se enxergar.

Então montamos uma comissão, na época, com representantes de todos os setores. Tinham dois representantes de cada setor. Para que eles pudessem se organizar no seu fórum, no seu grupo, as discussões, depois traziam a síntese. Assim, teve grupo que participou de uma forma bem legal. Porque tinham um representante que atuou de forma bem legal. O grupo do Fórum da Sociedade Civil Organizada do Livro e da Leitura teve pouca participação. Teve uma liderança do fórum, a Eva, que inclusive foi a revisora do texto final. Que não foi tão bom assim. Que a gente viu que saiu cheio de erro, com alguns

probleminhas. Ela foi a pessoa do Fórum que participou mais, mas ela mesmo dizia: “eu não me sinto representante do grupo, porque não existe o grupo, não se reúne, eu não estou sendo representante, eu estou fazendo por mim”. E aí ela se sentia muito incomodada por fazer isso.

Da Associação dos Bibliotecários, por exemplo, os dois, o presidente e a vice, tiveram uma participação legal e acho que eles conseguiram mobilizar mais ou menos o seu grupo. A gente via que o que tinha que não era só deles. Que o que eles traziam produzido não eram só deles. Eles conseguiram fazer algum debate e registraram. Registraram de um jeito que eu tive de arrumar depois, mas esse era meu papel, eu era o técnico. Ele tinha que trazer as informações, então achei que eles atenderam. Não teve uma participação em massa, eles mesmos falaram. É claro que é difícil de uma participação em massa. Mas aqueles bibliotecários foram mais que participativos, eles foram ouvidos, então foi um processo legal.

O Sindicato dos Escritores, eles tinham uma representante muito legal. E ela conseguiu mobilizar muita gente. Ela estava querendo montar na época uma biblioteca na cidade só para crianças. Ela então ela estava se mobilizando para montar essa biblioteca. O PDLL era um espaço importante para ela, político, e ela precisava. Ela fazia parte da direção do Sindicato, ela era uma das pessoas do Sindicato. Então ela conseguiu movimentar o pessoal da direção. O grupo da direção, ela conseguiu mobilizar bastante e conseguiu fazer muitas coisas que foram interessantes, ela foi muito presente, ela ia a todas as reuniões, teve uma participação maravilhosa.

A professora Maria Alice da Universidade de Brasília, também, foi uma pessoa maravilhosa no processo. Ela deu mil dicas. A professora Kelley Cristine Gasque fez a primeira versão, ela que deu uma leitura inicial que foi maravilhosa para nós, porque ela leu o texto todo, foi dando as orientações do que a gente precisava focar mais. Como ela é da área a orientação dela para mim foi fundamental. Depois para eu poder reestruturar o trabalho a partir do pontapé inicial da Kelley, foi muito bom.

Enfim, a gente tentou mobilizar todo mundo com uma participação muito tímida, muito tímida. Mas assim, cada vez que eu colocava alguma coisa, eu colocava no coletivo para que lessem. De quem lia e mandava algum retorno, eu lia e fazia as alterações. Então quando era uma coisa muito específica, a gente ia atrás da pessoa e pedia explicações, lia para ver se ficava coerente com as demandas. Teve muito disso, mesmo assim eu achei que foi muito tímida a participação social. Acabou que a gente fez muito só.

Apesar de que eu não tinha o que fazer só, porque eu não tinha informação, eu não sou da área. Então, minha posição era uma posição técnica. Eu pegava o de todo mundo e fazia. Só que não consegui com que esses grupos conseguissem entrar em contato, que

esses representantes entrassem em contato com o seu grupo todo. Então ficou muito só entre representante e a gente.

FREDERICO: Em relação a participação da Universidade como foi feito o convite? Com as associações havia os presidentes, mas com a Universidade como foi feito o convite para a participação das professoras?

RAPOSO: Para aquela reunião do Fórum a Secretaria chamou a Universidade e as duas foram.

FREDERICO: Foi feita por meio do departamento, ou diretamente?

RAPOSO: Foi direto com elas. Porque o pessoal da Biblioteca Nacional já tinha um contato com as duas, elas já desenvolveram alguns trabalhos lá. Mas, aí depois quisemos institucionalizar essa parceria, então a gente fez o convite direto com a Universidade. O primeiro contato foi com elas. Como a gente queria institucionalizar a presença delas, a gente, então, mandou o convite para o departamento e aí o departamento ficou sabendo, foi discutido nas reuniões de colegiado que elas duas eram representantes da Universidade nessa Comissão. Só que a Kelley realmente não participou mais. Ela veio só nessa primeira. E a Maria Alice ela estava super envolvida com outras coisas, mas ela esteve presente, a participação dela foi mais efetiva e ela sempre teve muitas ideias.

Sobre o processo final, foi muito bom. Porque depois que publicou, a gente recebeu algumas críticas, quase todas elas bem coerentes. Depois que eu saí deixei a segunda edição pronta. Porque foi corrigido, por meio de tudo que falaram. Muita gente leu e foram feitas algumas observações. Então juntei tudo aquilo e fui corrigindo o que tinha, tanto de formato, foram feitas muitas modificações de forma, como de conteúdo mesmo. Algumas instituições que nós deixamos de lado. Nós deixamos de lado o pessoal de Taguatinga da Academia de Letras. E eles ficaram chateadíssimos e estavam certos. E quando eu vi que a gente fez isso. E realmente foi uma besteira nossa. Eu apesar de não conhecer todos da área deveria ter perguntado para aqueles que conheciam: “gente, tem alguém aqui que está fora?” Porque apesar de eles não terem ido a nenhuma das reuniões que a gente convocou, eles existem e são importantes. Então se eles não vieram nas reuniões, eu deveria ter ido lá. Mas tudo bem, não fui. E como eles reclamavam, sem problema, eles vão entrar a partir de agora. Deram-me todas as informações deles e atividades que eles desenvolvem e coloquei na segunda versão, que não foi publicada, mas ela está lá. A última versão do PDLL, quando saí ano passado estava lá.

FREDERICO: Agora, como que você vê a questão da implementação?

RAPOSO: Pois então, essa parte eu não participei, porque eu saí antes. A gente publicou o documento em novembro/dezembro, aí depois houve as férias, parou tudo. Quando foi março, houve a aprovação, a gente fez, a gente conseguiu levar para uma discussão, um debate aberto na Câmara que foi bem legal. Todo mundo participou dos diferentes fóruns. Foi organizado por essa pessoa que trabalhava no Rio, foi ela que organizou esse evento. Ela falou “vamos fazer um debate aberto na Câmara”. Muita gente participou. Foi bem elogiado e as críticas foram muito legais, fizeram umas críticas escritas. E todo esse material a gente conseguiu pegar para poder organizar essa a outra versão.

Mas então foi assim, teve esse primeiro momento da Câmara. Depois a gente pegou o material e foi trabalhar em cima do material, e então eu saí. Então não deu tempo para eu implementar, implantar. Também porque eu não teria condição de fazer isso. Porque aí sim teria que ser um técnico. Eu acreditava que tinha que ser alguém do Livro e da Leitura para poder acompanhar, ir lá, ver, entender o que está acontecendo e dar o suporte que o Estado precisava dar. E isso aí eu achei que não ia dar conta.

FREDERICO: Na minuta do documento do PDLL a ser aprovada na Câmara estava previsto para ter uma Coordenadoria Executiva e um Conselho Consultivo, mas no programa do PDLL eles não estavam presentes.

RAPOSO: Mas tem. Tem a Coordenadoria e o Conselho. No texto do PDLL está escrito. Então a gente fala que tem que ter representante, fala: tais e tais entidades; a gente coloca, se não me engano. A gente chegou a colocar nomes, dessa instituição vai ser fulano e fulano, dessa, fulano e fulano para participar do Conselho. Agora eu não tenho certeza se a gente fechou isso normativamente.

FREDERICO: Mas a Comissão que elaborou o PDLL não era a mesmo desse Conselho.

RAPOSO: Não era a mesma. Então o que a gente combinou, depois que a gente terminar isso aqui, a gente precisa montar essa Coordenadoria e esse Conselho direitinho. Com nomes, para que a gente envie para normatizar isso. Isso tem que ser normatizado e não foi. Antes de eu sair não tinha sido. Não sei se foi depois, porque realmente eu me afastei.

FREDERICO: Quem ficou lá como Diretor do Livro e da Leitura?

RAPOSO: Depois que eu saí, umas quatro pessoas assumiram o cargo. Dois garotos bem jovens, depois outra pessoa e por última uma professora do sistema de ensino. Depois eu não soube mais porque me afastei.

FREDERICO: E a responsabilidade de montar as Coordenadorias era do Diretor?

RAPOSO: Não. Era da Ivanna Sant'Ana (Subsecretária do Livro e da Leitura). A Ivanna que tinha que montar. Ela tinha que decidir quem seriam os Coordenadores e a Comissão. Ela tinha que montar tudo.

FREDERICO: Então não houve implementação do PDLL?

RAPOSO: Não houve implementação. Sabe o que eu senti o PDLL não é uma coisa que o Estado faz, quem faz são as pessoas que colocaram. Por isso que tem que ter participação das pessoas. Da sociedade civil, entendeu? Tem que ter. Porque eles planejam as atividades que eles vão executar. Então eles precisam participar do processo de organização. Isso aconteceu, cada um foi dizendo que vai fazer tal coisa, outro tal coisa. Só que eles não podem fazer sozinhos, eles têm de fazer com a ajuda do Estado, eles fazem com ajuda. Ou seja, o processo de implementação tem que ser um processo também coletivo. A gente tem que fazer juntos. E esse Conselho ia ser muito importante.

FREDERICO: A Coordenadoria Executiva era exclusiva ao GDF?

RAPOSO: Era. Isso era da Secretaria de Cultura.

FREDERICO: E o Conselho?

RAPOSO: O Conselho não, que ia ser esse pessoal de fora. Houve reuniões periódicas, então antes de eu sair a gente ainda teve umas duas, ou três reuniões de implementação. Aí era legal porque as pessoas vinham e mostravam o que estavam fazendo. O Sindicato dos Escritores dizia "a gente está fazendo isso, isso e isso". Todo mundo ouvia. Todo mundo dava "pitaco". "O que a gente está precisando do Estado?" "O que as outras instâncias podem também ajudar?". Todo mundo ouvia, todo mundo falava. Então esse exercício do Conselho Consultivo, essas reuniões seriam as impulsionadoras da implementação. Só que não aconteceu. Aconteceu muito pouco. Aconteceram duas, ou três reuniões, no máximo, antes de eu sair. E depois eu não sei se aconteceu. Depois eu realmente eu não sei o que aconteceu. Mas foi muito pouco o que aconteceu. Então assim, não é que a implementação não aconteceu, ela aconteceu, só que sem a participação do Estado.

As pessoas estavam fazendo. Existem eventos acontecendo. Esses projetos iniciais que aconteciam, ainda estão em andamento. A Universidade continua fazendo o que tinha que fazer e a Câmara também, todas as organizações continuam. E os grupos pequenos mesmos, os projetos pequenos que acontecem na cidade estão completamente só. Então, é

algo que alguém organiza um programa de livro e leitura para atender crianças no Paranoá e sozinho, praticamente, ele faz isso. É só assim que vem acontecendo.

FREDERICO: Mas isso elas vem fazendo pelo FAC?

RAPOSO: Sim. Mas vem fazendo sozinhas. O FAC só oferece dinheiro. E assim, é muito bom dinheiro, mas não é suficiente para a gente transformar aquilo numa política pública. Se a gente quer fazer política pública, dinheiro é essencial, mas ele está longe de ser o exclusivo. Acho que a gente precisa começar a trabalhar de outra forma, com divulgação, trabalho coletivo, trocas, envolvimento da comunidade em geral. Todas essas coisas são coisas que o Estado pode coordenar.

FREDERICO: E essa Coordenação pode fiscalizar e acompanhar os projetos.

RAPOSO: Pode acompanhar em todos os sentidos. Esse suporte pode ser tanto em ajudando, como pode estar olhando. Ainda mais, quando alguém está fazendo alguma coisa que está saindo muito certo e troca com outro. Aí é muito legal, porque o outro que não está dando muito certo aprende com aquele. Então a troca é muito importante. Por isso que esse Conselho Consultivo era fundamental, entendeu? Então, se ele fosse institucionalizado, com reuniões definidas, como acontece em outros fóruns, se a gente consegue fazer isso bem certinho, aí dá certo. Porque a gente já tem um documento norteador, né? Começar a trabalhar juntos, estabelecer trocas, trocas interativas, só tem a gerar desenvolvimento, só tem a gerar crescimento de todo mundo. Só que a Secult não conseguiu fazer. Eu saí muito cedo e também não sou da área, mas também não sei o que aconteceu com as outras pessoas que ficaram. Por isso não sei dizer o porquê não foi implementado.

FREDERICO: A partir da situação em que se encontra o PDLL, o PDLL é um plano de governo, ou um plano de Estado?

RAPOSO: De Estado. Claro. Tanto é que não quisemos fazer o plano Bial. Porque se fizermos bienal vai terminar junto com o governo e a gente não quer atrelar. Vamos fazer essa avaliação trienal. Porque na trienal, esta vai começar no início do outro governo. A gente tem que fazer a renovação no início de outro governo, porque a gente não queria que ficasse vinculado somente ao governo. Apesar de que nós sabemos que o governo meio que dá as regras nesse momento.

Mas se a gente atrela e se agente consegue fazer um Plano de Estado, a gente fortalece esse coletivo. Por isso que eu queria que o Conselho Consultivo tivesse ficado fortalecido. Por que até se muda a Coordenadoria, o Governo muda a Coordenadoria, esse é indicação do Estado, do governo. Mas o Conselho Consultivo não, o Conselho Consultivo

é definido pelos participantes. E aqui são muitos. A Coordenadoria é um. Então a gente poderia mudar isso. Entendeu? A ideia é que ele fosse um plano de Estado. Uma política pública.

Então tinha um planejamento de que todos os fóruns avaliassem o PDLL depois de três anos. Ou seja, ia se perguntar aos Fóruns qual o planejamento de vocês nos próximos três anos. Exatamente para passar do governo. Então, ou seja, no final do ano que vem a gente vai ter que construir outro documento. Organizar outro documento, planejar a partir dele, etc. “então, vamos comparar com o que a gente conseguiu fazer. A gente conseguiu fazer tudo isso aqui. O que deu certo? Porque deu certo? O que não deu certo? O que não deu certo? Por que não deu certo? Então vamos arrumar isso aqui. O que a gente vai fazer então para dar certo? Tá. Então a gente podia pensar partir desse. Então, o que mais poderia fazer, que nem estava lá, mas a gente quer? Daí acrescenta mais essas outras coisas”. Então a ideia é essa, ter um momento então de avaliação, reconstrução do documento para planejamento dos próximos três anos.

FREDERICO: Então se pensava em uma futura reconstrução do documento?

RAPOSO: Claro. O documento foi construído para ser reconstruído. Apesar de ser uma política pública, a gente sabe que ali tem planejamentos de atividades específicas. Então, não pode ser para o resto da vida claro. Tem coisas ali que a gente vai fazer para o resto da vida, eu espero. Mas tem coisas ali que são bem pontuais, como por exemplo, criar uma biblioteca para crianças na cidade, terminou a biblioteca, acabou. Agora o que vamos fazer para essa biblioteca funcionar, esse é outro caminho. Como vamos fazer para que a biblioteca fique cada vez melhor, ou outras bibliotecas, ou sei lá, outras coisas que são demandadas.

FREDERICO: A próxima pergunta seria sobre os impactos.

RAPOSO: Eu tenho os impactos logo depois da aprovação do documento. Lembro que teve algumas reportagens. Saiu algumas reportagens no Correio Braziliense, inclusive falando sobre isso.

Com exceção do pessoal de Taguatinga, que realmente ficou muito chateado porque ficou de fora e eu acho que é legítimo, todo mundo gostou muito. Quem participou do processo de construção do documento gostou, porque todo mundo se sentiu de certa forma contemplado. Porque eles se viram, né? O documento mostrava isso.

FREDERICO: A pergunta final que geralmente faço é fazer uma avaliação sobre o PDLL.

RAPOSO: Eu acho que foi um primeiro, nunca nós tínhamos tido um Plano Distrital do Livro e da Leitura. E para um primeiro, ele cumpre o seu papel. Pelo menos ele deixou todo mundo do Livro e da Leitura na cidade falar sobre esse assunto. Todo mundo sabia que estavam construindo políticas públicas que vão guiar o Estado nos próximos três anos. E todo mundo começou a falar. A participação ainda não foi a ideal. O jeito como a gente organizou esses grupos também pode não ter sido ideal. Tem um monte de coisa que a gente precisa completar, corrigir e aperfeiçoar. Mas eu adorei o primeiro passo, o primeiro passo de mobilização social, de discussão sobre isso.

Só que quem participou foi só o pessoal do Livro e da Leitura. A gente tinha que ter ouvido pessoal que não é do Livro e da Leitura também. A gente tinha que pensar em quem não tem nada a ver, que nem trabalha com Livro e Leitura, mas conversar com qualquer pessoa, perguntar: “o que você gostaria no que se refere a livro e leitura na sua cidade?”. Tem um monte de gente que vai dizer coisas maravilhosas. A gente não ouviu eles. A gente não teve espaço para eles. A gente não tinha pernas para eles. Nem dentro da Secretaria de Educação. Porque a gente tinha também nesses representantes o pessoal da Secretaria de Educação. Que tem uma subsecretaria do Livro e Leitura, uma gerência de Livro e Leitura lá dentro, que cuida da leitura na educação e também uma gerência de bibliotecas que cuida de todas as bibliotecas. A gente ficou trabalhando com eles, eles também fizeram parte do processo todo.

Também, a Secretaria de Ciência e Tecnologia também fez parte de todo o processo. Porque eles também cuidam de bibliotecas, eles também têm projetos na área. Então esse pessoal trabalhou. Mas eu ainda acho que foi um primeiro passo. Eu faço uma avaliação muito positiva como primeiro passo. Ainda tem muito para caminhar, muito. Mas o primeiro passo foi legal. Eu acho que a gente conseguiu mobilizar muita gente. As pessoas falavam sobre isso. Eu nunca tinha ouvido falar de PDLL, na verdade. Quando eu cheguei lá, era para eu fazer o PDLL. “O que é isso? O que significa essa sigla?” “É o Plano Distrital do Livro e da Leitura”. As pessoas me perguntavam o que era o PDLL. De repente um monte de gente já sabia o que era o PDLL. As pessoas estavam, pelo menos as pessoas da área, estavam bem inteiradas. Tem falhas, tem isso, mas foi bem construído. Teve participação. Então nesse aspecto achei que foi bom. Com falhas, né? Mas foi bom.

FREDERICO: Sim. Acho que para nossa área que é tão carente de políticas públicas, pode-se considerar um início.

RAPOSO: É a gente é muito tímido. A gente, me colocando na área, a área de livro e leitura, bibliotecas ainda está muito tímida no nosso país. Isso ainda não é reconhecido como um valor.

RAPOSO: Quando a gente vai à Colômbia, que a gente teve a oportunidade de ir, e ver o que é a Biblioteca lá. A gente fica... E lá é um país de terceiro mundo igual ao nosso. E quando você vê, eles estão conseguindo, eles estão ressignificando o país por conta dessas políticas. Aí você fala, a gente tem um papel a cumprir muito importante. Mas acho que com essa discussão aí, pelo menos a semente foi plantada.

APÊNDICE I – Entrevista com a representante do Fórum do Livro e da Leitura

Entrevista gravada digitalmente realizada com a representante do Fórum de Livro e Leitura da Sociedade Civil do Distrito Federal, em 25 de setembro de 2014:

FREDERICO: Como foi a participação da sociedade civil organizada, enquanto demanda, em relação ao PDLL?

FÓRUM: Olha, eu não acompanhei todos os passos. Agora o que eu pude perceber é que já existiam e continuam existindo vários locais onde a mediação de leitura, a formação de leitor, seja realizada por pessoas individualmente, seja por grupo, seja por coletivos culturais, seja livraria, ocorrem. Existe um movimento da sociedade civil na área, certo?

O PDLL foi uma proposta governamental de organização, de sistematização das políticas públicas em conjunto com a sociedade civil para que isso fosse feito de uma maneira mais organizada. E a partir de um plano nacional. Então acho que a demanda existiu e existe no Brasil há bastante tempo. Eu mesmo sou mediadora de leitura, eu acho que, sei lá, por 40 anos, mais ou menos, talvez. Trabalhei em vários locais, em diferentes momentos. Então já existia essa demanda.

Depois teve o PNLL, que é o plano nacional, e a partir do Plano Nacional houve necessidade de haver de os planos estaduais, municipais e no caso do Distrito Federal, distrital. Existe uma demanda da sociedade civil para isso, acho que é uma relação meio dialógica. O governo é feito com pessoas que vem da sociedade civil, sobretudo o governo dos últimos doze anos, né? O partido dos trabalhadores sempre teve um contato maior com a sociedade civil, ou pelo menos mais evidente, mais visível. E, então, há uma relação aí dialógica, mas ela não é, e a demanda continua existindo. Porque uns problemas que eu vejo é a questão da continuidade.

FREDERICO: Mas essa demanda pela política, não foi uma demanda expressa?

FÓRUM: Eu acho que ela foi feita pelo Estado. Não é uma demanda expressa porque a sociedade civil, eu acho, não tem esses mecanismos. Isso é uma ignorância minha mesma, eu não sei que mecanismos há para juntar essas pessoas. Eu sei que durante a questão do PNLL houve muita participação das Universidades. E as Universidades tem um vínculo com a sociedade civil, porque as universidades fazem pesquisas junto ao que ocorre na sociedade, na área de sociologia, na área de biblioteconomia, de educação, já existe literatura acadêmica. Tem os movimentos culturais, que dialogam de alguma forma com

alguns segmentos da universidade. E houve uma participação importante das universidades na formação do PNLL.

Então, imagino que em nível nacional, isso aconteceu. Em nível local, não. Em nível local já foi derivado de uma política de Estado vinculada ao mesmo partido, o partido do PT, em nível nacional, em nível local. Então acho que não houve tanta essa participação em nível local. Marginalmente houve, mas não tanta no final, no começo talvez tenha havido.

FREDERICO: Em relação ao processo do PDLL, como foi a participação da sociedade civil, então?

FÓRUM: Olha, eu participei de dois momentos. Mais ou menos em 2010, 2011 foi formada uma comissão grande, extensiva, um grupo menor que tinha contato com muita gente da sociedade civil. No primeiro grupo, mas não tenho certeza se era mesmo o primeiro porque eu não acompanhei a política na Secretaria de Cultura na área. Mas, eles reuniram pessoas da sociedade civil para discutir os quatro eixos do PNLL e transformá-los nos quatro eixos do PDLL, eu participei, inclusive como uma das formuladoras de questões, me convidaram para fazer isso. Depois de algum tempo isso foi rompido, por questões pessoais eu me afastei e quando eu voltei já era outro grupo que teve outro procedimento.

Eu acho que a primeira parte teve uma participação maior da sociedade civil, sem dúvidas. Acho que a maneira como foi conduzida, pelo menos no momento em que eu participei, parecia-me mais legítimo, porque tinha muito mais gente discutindo e depois no segundo momento foram só representantes. Representantes de uma sociedade civil muito fragmentada, que não tinha reuniões, que não tinham conversas, de pessoas que apareciam e falavam um pouco melhor e acabavam... Mas não tinha realmente algo, usando uma expressão que é da ordem da cultura, mais “orgânico”.

Então, eu senti essa diferença. Eu achei, independente de questões políticas, de questões internas, não sou de nenhum grupo, não importa, vendo como uma pessoa de fora, acho que o primeiro momento foi mais legítimo. Mesmo eu tendo tido participação no segundo também. Tendo tido formulado questões, feito a revisão, mas eu acho o primeiro mais dinâmico, mais representativo. As pessoas se reuniam, trocavam ideias por e-mail, mandávamos perguntas e as pessoas as respondiam, então eu achei mais dinâmico, mais democrático, mais participativo.

De qualquer maneira, não foi terminado o processo. Devem ter sido aproveitadas várias questões. Eu não sei por que veio depois veio todo fragmentado. E eu não fiz a análise do que tinha feito antes do final da primeira versão para fazer essa comparação. É só uma impressão que eu tenho.

FREDERICO: No segundo momento, a Secretaria de Cultura convidou algumas pessoas que consideravam representantes? Como foi que as pessoas tiveram conhecimento e participaram no segundo e no primeiro momento da construção do PDLL?

FÓRUM: Olha. No primeiro momento, o que eu percebi foi que algumas vinculadas ao primeiro grupo, convidaram pessoas conhecidas na cidade, vinculadas ao segmento. No meu caso, eu fui professora num curso de formação de mediadores de leitura, de formação de leitor, que demos na Biblioteca Demonstrativa. E uma das pessoas vinculadas ao Aníbal gostou do curso, gostou das questões e me convidou a formular as questões. Então não foi uma questão política, eu fui como professora, como, digamos, especialista na área, foi então, uma questão técnica. E nos outros casos convidaram pessoas conhecidas na cidade na área do Livro e Leitura. Então isso foi o que aconteceu no primeiro caso.

No segundo caso, eu tinha ficado muito tempo sem receber nenhuma informação, nenhum e-mail, nada da Secretaria de Cultura. Tinha me afastado, me afastei. Houve, pelo que pude perceber, brigas internas, discussões, debates, disputas. Aí um grupo novo tinha uma tarefa. Uma das tarefas era fazer, publicar, organizar o PDLL porque tinha um compromisso nacional, um prazo nacional para fazer. E o que eu pude perceber foi que houve um convite à sociedade civil para algumas questões, para alguns debates. Duas questões me chamara a atenção na reunião. Uma delas foi formar uma comissão para fechar o PDLL a partir de pessoas eleitas por segmentos, mas do auditório que estava ali, né? Das pessoas que tinham ido à convocatória, que tinham recebido a convocatória. Não foi feita uma eleição mais ampla, ou de consulta mais ampla. E a formação do Fórum de Leitura, então foram as duas questões, essas duas propostas, inclusive que me engajei nas duas.

Então foi esse o princípio. Depois nós tivemos reuniões com os representantes dos segmentos, eleitos naquela assembleia, se é que se pode chamar de assembleia, naquela reunião pública. E que íamos discutir algumas questões e formular propostas para cada um dos eixos. Só que foi feito muito rápido, não me lembro exatamente o tempo que foi feito, mas foi muito rápido.

E o que eu pude perceber do que houve foi que sempre trocavam as pessoas. Saía uma e entrava outra constantemente, ou era o vice-representativo no lugar do representante. Assim, não houve uma continuidade, uma sequência, sempre tinha novos aspectos. Então eu achei que precisaria de mais tempo e precisaria de um grupo mais fixo para que os debates fossem mais consistentes.

FREDERICO: E em relação as suas expectativas em relação ao PDLL, quais eram as suas expectativas em relação ao PDLL?

FÓRUM: Olha. Como eu tinha tido a participação na primeira experiência, as minhas expectativas eram um pouco maiores, no sentido que iam ser superadas as deficiências que haviam da primeira experiência. E que nós teríamos um PDLL mais organizado, mais esquematizado, com políticas mais claras, tudo isso. Então eram grandes as expectativas. Tanto que eu me candidatei ao Fórum do Livro e da Leitura porque tinha expectativas grandes e queria participar do processo.

Não foram cumpridas. Por que não foram cumpridas? Por causa das questões que eu coloquei antes. E também porque nós tínhamos combinado um prazo e por questões políticas esse prazo foi antecipado, não me lembro mais em quanto tempo, porque tinha um prazo para o governador lançar num evento festivo, público de final de ano. Então foi feito tudo às pressas, sem reflexão suficiente, e sob os protestos da comissão organizadora do PDLL, com a promessa de que nós resgataríamos as discussões e formularíamos um outro documento. Aquele era provisório, só que pelo o que eu pude perceber ficou esse documento. Porque depois teve uma audiência pública para legitimar o documento. Só que não foram colocadas essas questões, e o que vale é a propaganda!

FREDERICO: Como você vê a biblioteca pública dentro do PDLL?

FÓRUM: Olha. Primeiro nós tínhamos representantes dos setores de bibliotecários, pelo menos duas pessoas. Uma professora da UnB, a Maria Alice, que participou tanto da audiência pública, quanto de algumas reuniões do PDLL. Juntava a Universidade, a biblioteca e os bibliotecários, deixaram a biblioteca em evidência. Porque nós tínhamos uma representante da Biblioteca Demonstrativa, a Ana Maria, que também sempre falava em nome dos bibliotecários e da biblioteca. Esse foi um aspecto desde o primeiro momento da formação do PDLL, daquele grupo do Aníbal, que sempre os bibliotecários, se colocavam e pediam visibilidade, exigiam visibilidade. Então, houve participação, demanda dos bibliotecários.

Agora, como eu vejo a questão da biblioteca pública. Primeiro, eu fui e sou usuária, mas fui usuária de biblioteca pública desde muito pequena. Seja biblioteca pública do governo municipal, do governo estadual, da escola, seja da biblioteca pública comunitária, que é biblioteca pública, mesmo que seja comunitária ela tem o sentido de público, porque não é privada é aberta indistintamente à sociedade. Eu mesmo trabalhei em biblioteca pública no sentido comunitário, eu fiz mediação pela biblioteca pública. Então para mim não existe a possibilidade de se falar de mediação de leitura sem biblioteca. Porque senão você volta só para a questão escolar. Escolar no sentido de sala de aula, não da biblioteca escolar, que também é outra forma de biblioteca pública. Mas, também, no sentido do individual, das famílias de volta para o livro enquanto objeto de consumo. Para a mediação de leitura você tem que ter todos os acessos possíveis ao livro. E a biblioteca é um dos

locais de acesso ao livro e um dos mais importantes, porque além de ter acesso ao livro, ele tem também os profissionais formados para guardar o livro enquanto memória cultural, selecionar esse patrimônio cultural, ou pelo menos organizar esse patrimônio cultural, né? A questão da memória de um povo, de uma comunidade, de um grupo social, de uma língua, mas ele é também um local de leitura, um local de prazer e um local de mediação, no sentido de que o bibliotecário faz, estabelece a relação entre o livro e o leitor, no sentido mesmo de mediador.

FREDERICO: Muito legal. Geralmente as bibliotecas públicas quase nunca tiveram políticas públicas voltadas especificamente para elas...

FÓRUM: Elas são apêndices, ou apêndices da escola, ou apêndice da Secretaria de Cultura, de um município e sempre recebe o nome de Monteiro Lobato, Cecília Meireles, sempre como quase um monumento. Aí a biblioteca também é apêndice da escola, mesmo que ela esteja no espaço separado. O professor manda os alunos para aquele lugar. E aí nós temos outra questão, uma nova conceituação da biblioteca pública em tempos de Internet, em tempos de acesso ao livro, acesso ao texto que não necessariamente passa pelo livro, que é um outro momento e que a biblioteca tem que repensar o seu lugar, o seu papel, o seu ambiente.

FREDERICO: Geralmente as bibliotecas eram vistas como receptáculos de livros, principalmente nos governos autoritários. Então a visão de uma biblioteca como mediação de alguém que não é da área, percebe-se um avanço da área.

FÓRUM: Depende da mediação. Porque você também pode fazer uma mediação autoritária, que não deixa de ser uma mediação. Quando uma pessoa chega e procura um livro de determinado assunto, você pode ter duas posturas, por exemplo você mostrar, isso em termos mais imediatos, mostrar várias opções para deixar o leitor escolher, ou você já indica um livro, já impõe um livro.

FREDERICO: Mas, essa visão você sempre teve sobre as bibliotecas ou você foi construindo no processo do PDLL? Você acha que o processo influenciou?

FÓRUM: Eu acho que participar de qualquer reunião pública para debate das questões, como o PDLL, é sempre um dos lugares onde a gente se forma, na convivência com o outro, sobretudo quando este outro também é um formador de opinião, é também debatedor, é vinculado à universidade... Agora, digamos que mesmo que fosse intuitivamente às minhas experiências anteriores eu já fazia isso.

A biblioteca comunitária já faz isso. Por exemplo, eu era de um grupo que exercia atividades culturais, que tinha o cineclube Mazaroppi e tinha uma biblioteca, tinha um grupo

de samba. Então a gente trabalhava em vários lugares. E um dos meus lugares além do cineclube era a biblioteca. Eu era voluntária por duas vezes na semana e abria a porta e ficava lá esperando as crianças. E as crianças não iam direto para o livro, e eram livros de literatura, eram livros que a gente até fazia uma seleção. De vez em quando a gente fazia um jornalzinho. Distribuía uns panfletos da biblioteca nos filme para divulgar.

Teve um exemplo que me emocionou muito. Que tinham umas crianças de rua que ficavam brincando ali na região. E aí elas cansavam e sentavam do lado da minha porta aberta da biblioteca. E elas estavam ali sentadas, descansando eu tinha que fazer um convite: “venham, entrem e fiquem a vontade”. Mas como eu ia fazer esse convite? Pelo livro diretamente não dá, porque tem uma rejeição, uma dificuldade, um certo tabu, livro fica distante, né? Então foi pelo desenho. Eram crianças e eu sempre levava umas folhas de papel em branco e lápis de cor. Deixava lá. Aí eu, um desses dias, elas sentaram ao lado e aí eu falei: “Então vocês não querem desenhar um pouquinho, tem papel e lápis de cor?” E então elas começaram a desenhar. E em certo momento elas pararam de desenhar e perguntaram se podiam foliar os livros, e eu falei, é claro. E é claro que meus olhos ficaram marejados, quando um dos meninos pegou o Dom Quixote de La Mancha com as ilustrações do Gustavo Goré. E eu olhei e falei, talvez seja a única oportunidade que essa criança tem, era um bairro pobre da periferia de Osasco, de São Paulo, talvez um dos bairros mais pobres da periferia de lá. É talvez seja uma das poucas oportunidades que essa criança vai ter de acesso ao livro nessa proximidade sem censura e com essa qualidade de Dom Quixote com as ilustrações do Gustavo Goré.

Então, eu tinha essa visão, eu já tinha. Mas digamos que ela se complementa com os estudos, das sistematizações, que não são minhas, são da comunidade pensante, do segmento.

FREDERICO: Em relação aos impactos do PDLL, Quais eram os impactos esperados do PDLL? E como que você enxerga esses impactos?

FÓRUM: É complicado dizer, porque eu perdi o contato com as reuniões, elas foram se esvaziando. E de alguma maneira eu perdi o contato.

Os impactos esperados do PDLL, eu acho que, os objetivos, quais seriam cumpridos? Eu não tenho muita lembrança, não. Tem que pegar o documento (risos). De qualquer maneira sempre o que eu espero é que nós temos um aumento do número de leitores, num país que ainda têm analfabetos, de leitores com uma sensibilidade, que haja um desenvolvimento da sensibilidade literária, crítica.

O PDLL foi ao final de 2012 e nós vivemos no país, nós tivemos um ano muito conturbado no ano 2013. Com toda a poeira que estava embaixo do tapete, que foi para todo para o ar e não baixou toda essa poeira, tanto em nível nacional, quanto internacional.

E ano de 2014 é um ano parado, porque é um ano eleitoral. Na verdade desde o ano passado está assim. Nós estamos em eleição desde o ano passado e teve Copa do Mundo que foi uma Copa muito estranha. Aqueles 7x1 do Jogo da Alemanha contra o Brasil foi quase simbólico. Eu mesmo não assisti a Copa, este foi meu protesto contra as mortes dos trabalhadores nos estádios, uma forma de protesto não proselitista, de fazer protesto e ir às ruas, foi minha forma de participar.

FREDERICO: Nesse sentido os impactos do PDLL...

FÓRUM: Eles se perderam, porque nós realmente não sabemos. E eu acho que os dados, e desculpe-me, mas acho que os dados oficiais não tem credibilidade nesse momento no Brasil. Eu não confio muito nos dados. Então eu acho que nós estamos com problemas, o IPEA apresentou problemas, agora o IBGE, então eu acho que nós estamos com problemas de credibilidade em vários setores. E um dos setores é também o setor da cultura. Então o mesmo impacto esperado se for a termos numéricos. Agora independente do PDLL as pessoas estão fazendo mediação de leitura. Então, não sei, não saberia avaliar.

FREDERICO: E em relação à implementação do PDLL, como que você observou esse processo?

FÓRUM: Eu acho que foi tudo muito apressado. Se houve implementação, eu não sei se houve. Mas se houve ela foi feita de maneira “chutada”. A impressão que eu tenho é que ela foi feita sem... Se houve uma primeira consulta à sociedade civil ela deixou de existir. Mesmo que tenha havido protocolarmente essa consulta, através de uma audiência pública, foi apenas protocolar, porque já estava esvaziada. E as pessoas que estavam nessa audiência pública, pelo que eu pude perceber não participaram do processo. De alguma maneira, e eu não sei por que mecanismos, as pessoas que participaram do processo foram sendo alijadas dele. Foram ou se afastando por questões pessoais, ou foram sendo afastadas por mecanismos próprios da política partidária. Seja dos grupos internos, ou seja, da relação com pessoas que não estão dentro desse mesmo partido que foram empobrecendo o processo. Eu acho que houve um aparelhamento e o empobrecimento do processo.

FREDERICO: É interessante sua observação porque em todas as entrevistas foi observado que o afastamento dos participantes, que foi uma coisa generalizada.

FÓRUM: Sim. Foi uma coisa geral. Eu acho que foi uma combinação de incompetência. E eu falo isso, porque pude perceber em uma reunião, que eu fiz uma pergunta sobre as pessoas que tinham ido à Colômbia. Eu fui à reunião, que não tinha a ver com o PDLL, foi um convite para a sociedade civil. Daí, falaram que iam ter bibliotecas

parques, várias coisas que não sei se elas aconteceram, se já saiu do papel ou não. Se forem vinculadas ao PDLL ou não, ou se algo paralelo que não foi discutido no PDLL. Eu tenho a impressão que não era. E primeiro achei estranho a viagem para a Colômbia, porque nós tínhamos que fazer o Plano, então por que tinham que ir à Colômbia. Deveria ser discutido no PDLL e as pessoas do Plano decidiriam sobre a viagem da Colômbia. Quando houve a viagem para a Colômbia, eu me senti um pouco traída enquanto participante. Não porque eu quisesse ir para a Colômbia, ou não quisesse ter ido, não é isso que está em questão. A questão é que não achei legítima a viagem, ela foi feita como algo que não combinava com ter um Plano Distrital do Livro e da Leitura. As duas coisas não combinavam. Mas de qualquer maneira eu fui para a reunião. Porque eu sempre quis conversar e nunca fugi ao debate. No final eu desisti, obviamente porque tem uma hora que cansa. E que você está dando nó em pingo d'água. E o Brasil já estava naquela atmosfera e eu não pude mais me envolver nessas questões, eu tinha outras mais urgentes.

Na reunião uma das perguntas que eu fiz, por querer saber mesmo, eu não tinha nenhuma resposta ali feita, nem sabia se era medido lá. Mas o que eu queria perguntar, o que eu perguntei foi se as políticas adotadas pelo poder colombiano em relação à formação de leitor, as bibliotecas, todo o processo que eles disseram que viram, tinha tido algum impacto no PISA, no Índice de Leitura da Unesco. Eu fiz uma pergunta da área, diretamente vinculada à área e as pessoas não me sabiam responder, porque elas imaginaram que aquele índice do PISA era algo da economia, ou da política, e não era da área de leitura. Desculpe-me, mas isso é prova de incompetência. Então eu acho que tem o misto de incompetência, isso é muito próprio de pessoas que são indicadas politicamente, elas não são formadas efetivamente na área. Não que eu seja completamente formada na área, não é essa a questão, não sou eu que estou em jogo. Estou falando daquelas pessoas que estão naquele lugar.

Incompetência e a outra é a ingerência própria da política mesmo, que é necessária, que é ela existe em todos os lugares, mas que deve se tomar certo cuidado porque senão você perde o objetivo principal da tarefa. Inclusive, eu sei disso porque eu já participei de outros lugares, de outros trabalhos, que estavam vinculadas à política e nós conseguimos ter os impactos. Trabalhei com alfabetização de adultos com todos os problemas políticos de briga de partidos, briga de partidos sempre tem, mas os nossos objetivos foram alcançados. Mas teve concurso público, eu participei do concurso público, outras pessoas participaram do concurso público, fizemos prova e estávamos ali por competência e cumprimos com nossos objetivos. E eu sinto falta disso, por isso que falo em emparelhamento e de ingerência demasiada da política partidária.

FREDERICO: Lembro-me da minuta da aprovação do Plano, um artigo que tratava da criação de uma Coordenadoria Executiva, formada pela Secretaria de Cultura e Educação, e de uma Comissão Consultiva, composta pela sociedade civil, para acompanhar a implementação do PDLL. Esse Conselho Consultivo chegou a realmente existir?

FÓRUM: Não sei. E eu não sei se o PDLL... Se o encontro do PDLL já era isso, não sei.

FREDERICO: Eu acho que não, eu acho que ainda era apenas uma comissão de elaboração do PDLL...

FÓRUM: Ah sim. Era uma comissão para elaborar. E depois da aprovação teria a formação desse Conselho Consultivo. Não sei dizer. Não sei se teve isso. Eu, realmente, não sei, porque eu me afastei.

De qualquer maneira, continuidade não houve. E que eu saiba eleição para o Conselho Consultivo também não houve. Ou, se houve eu não fui convocada.

FREDERICO: Bem, acho que agora estamos chegando ao final da entrevista e minha última pergunta é sobre a avaliação do PDLL, qual seria sua avaliação geral do PDLL?

FÓRUM: Acho que ele precisa ser refeito. Acho que nós paramos. E mesmo já tendo sido aprovado, precisa ser criado esse conselho consultivo, mesmo que no próximo governo. E aí vai depender do próximo governo se ele já se dispõe a fazer isso, ou se nós da sociedade civil temos que de novo nos organizar.

Aliás, tem uma coisa meio de Sísifo, né? A gente vai, chega e quando está perto de conseguir alguma coisa... Mas, esse é o nosso lugar. Acho que a sociedade civil sempre correu atrás, mesmo fragmentariamente vai se organizando um pouco, consegue, aí depois... Acho que o Brasil é um país em que a continuidade é um problema em todos os setores, mesmo que o mesmo partido fique no governo. Você tem uma descontinuidade, e não só das políticas, uma descontinuidade dentro do partido, tem as brigas políticas, tem as guerras. Então você tem a descontinuidade e acho a gente tem que reimplementar e reestudar o PDLL, ver o que funciona, o que não funciona e fazer os conselhos.

FREDERICO: Existia também descrito no PDLL uma avaliação periódica...

FÓRUM: Sim, uma avaliação de três em três anos. Porque uma das questões que foram colocadas é que você tem que fazer de modo que você avalie num governo, se troca o governo você avalia de novo, mesmo que esse governo seja noutra direção. Porque tinha que ser aprovado num documento oficial.

FREDERICO: E após essa avaliação esse documento seria reconstruído?

FÓRUM: Eu não sei se é “reconstruído”. Eu acho que a sociedade é dinâmica, né? A gente até estava falando dessa questão de a biblioteca ter que repensar o seu papel. E ela não é só dinâmica, como nos últimos tempos ela está acelerada. Então, você tem que fazer sempre a avaliação. É avaliação e toda a avaliação pressupõe modificação de umas coisas, manutenção de outras.

A minha preocupação é se você também não faz, você reconstrói, reconstrói, reconstrói e você perde os objetivos centrais. Acho que tem que ter uma combinação de objetivos centrais e também de algo cambiável. Tem que ter aí um equilíbrio entre esse primeiro processo e os outros que vão se adequando.

FREDERICO: Então o PDLL, pode ter sido um início, mas você acha que ele vai ter uma continuidade, que ele foi positivo, ou não, e se ele se tornou uma política de Estado?

FÓRUM: Acho que o objetivo era para ser uma política de Estado, não sei se concretizou. Agora, ela é uma política de Estado que depende da sociedade civil, no sentido, em que nós falamos, de que os mediadores de leitura estão por aí, independente do Estado ou não. E o Estado, e isso eu espero, não controla tudo. Nem deve controlar. Deva ajudar a sistematizar, dar algumas direções para que nós tenhamos uma melhoria na qualidade e na quantidade de leitores do país. Então, o primeiro ponto é isso.

O segundo ponto é que nós tivemos um governo, independente de ter havido ou não antes desse governo, uma política real concreta nessa direção. Não estou fazendo avaliação do governo anterior, eu só posso fazer avaliação do governo que eu participei. Eu cheguei a Brasília em 2009, então eu acompanhei esse governo. Eu não acompanhei o anterior, embora eu já tivesse morado em Brasília antes. Esse governo eu achei um governo muito conturbado, em várias áreas, mas eu posso falar somente dessa área. Nessa área achei especialmente conturbado porque era para ser feito muito mais coisas.

A outra coisa que eu vi nesse governo é uma tendência que não é só deste governo distrital, mas é de vários governos do país. E é de uma visão de cultura do país com a qual eu não concordo que é a questão do evento. Você não tem uma preocupação de médio e longo prazo. Essa preocupação é imediata para a eleição. E se é imediata para a eleição, ela é imediata para o consumo. E se ela é imediata para o consumo, ela transforma a cultura em evento. Tanto que muitos dos escândalos que houve aqui no Distrito Federal estavam ligados à Secretaria de Cultura e aos eventos. Então, esse é o lugar da corrupção, então o evento permite a corrupção. Mas o evento na cultura não permite a formação de lastro cultural. Então, acho que é algo para ser repensado. Por isso que eu estava falando dessa questão do PDLL ser reconstruído é ótimo, porque precisa ser reconstruído. Mas sempre pensar na ideia de algo que continue também, de lastro cultural, para que não seja

só evento. E para que os próximos governos, independente quais sejam e de que partido seja, não destrua o que foi feito antes. Sempre no sentido de algo que vai sendo reelaborado, mas de uma forma que aproveite as conclusões, os estudos e as reflexões que foram feitas antes. Para que nunca mais termos que sempre começar tudo de novo, que é um grande problema do país.

FREDERICO: Acho que a responsabilidade acaba ficando com a sociedade civil organizada, né?

FÓRUM: Eu acho que a sociedade civil tem o papel ativo de exigir mudanças, modificações, alterações e manutenções e de fiscalização. Acho que as duas coisas. E acho que a sociedade civil, as pessoas sempre pensam a sociedade civil como grupos, como representantes disso, representante daquilo eu acho que a sociedade civil também são os indivíduos. Eu acho que é quase como se nós tivéssemos grupos de indivíduos, grupos formados por indivíduos que estão relativamente separados, mas que tem ideias comuns e que tem que ser ouvidas.

FREDERICO: Sim. E hoje com a internet e as redes sociais, nessa sociedade da informação, você observa que esse aspecto que você ressaltou se torna mais evidente. Torna-se mais evidente a pressão que os indivíduos fazem de forma isoladamente tem certos efeitos sociais...

FÓRUM: Sim. Porque o indivíduo tem um círculo de pessoas que ouve esse indivíduo, né? Então acho que temos aí algumas alterações na dinâmica do que seja a sociedade civil que a palavra “organizada” funciona e não funciona. E eu gosto dessas duas possibilidades. Porque a sociedade civil organizada dá sempre a impressão de um controle, então está bom, porque nós temos a representação, a democracia, eleição. Mas também a sociedade civil “em organização”, no sentido em que ela é maleável, está sempre se movimentando, ela já não tem estatuto, algo dirigente, eu acho que ela tem o que contribuir.

APÊNDICE J – Entrevista com Ivana Sant’Anna, ex Subsecretária do Livro e da Leitura

Entrevista gravada digitalmente realizada com a servidora pública, Subsecretária do Livro e Leitura do GDF, Sr^a Ivana Sant’ana, em 1º de outubro de 2014:

FREDERICO: Como foi o processo de construção do PDLL?

SANT’ANA: Então, Frederico. Nós aqui no Governo do Distrito Federal acompanhamos um pouco a condução, a coordenação que foi feita pelo Ministério da Cultura. Então, desde 2011 que aqui no DF foi iniciado essa discussão para a construção do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura. A partir do Plano Nacional que tinha sido construído pela coordenação do Ministério da Cultura junto com estados e municípios.

Então, em 2011 eu ainda não estava aqui na Secretaria de Cultura, mas tive a oportunidade de acompanhar um pouco do que aconteceu. Então desde o início houve uma articulação muito grande com a Secretaria de Educação. Dentro do governo, a parceria mais forte foi com a Secretaria de Educação na construção do PDLL.

E no primeiro ano, que foi o ano de 2011, foram feitas algumas ações: um fórum que tinha as pessoas de alguns estados daqui do Centro-Oeste; foi feito um seminário do Livro e Leitura na EAP, com a Secretaria de Educação. E, não sei se foi em junho, a gente pode retomar essas datas certinhas, eu tenho por escrito, depois a gente pode ver, foi lançado o PDLL. O primeiro caderno que saiu era um caderno muito simples que tinha algumas ações, mas construídas a partir mais do governo, e era um caderno mais objetivo, mais simples na sua formatação, na sua organização.

No ano de 2011, um ponto central para o PDLL foi a 3ª Conferência de Cultura, porque foi exatamente ali na 3ª Conferência de Cultura aqui do DF que se iniciou esse processo de discussão com a sociedade civil em torno das ações que deveriam ser realizadas pelo governo, que estava começando, para essa área. Então, a gente acredita que a primeira etapa do PDLL foi exatamente a 3ª Conferência. E que a gente pode em outro momento se você tiver interesse disponibilizar esse material para você dar uma olhada. Tinha um grupo específico dentro da Conferência, tinham grupos temáticos e um grupo era essa área de livro e leitura. Então, ali foi onde a gente acredita que teve início a construção aqui do nosso PDLL.

Bom, no ano de 2012, nós fizemos um trabalho que aí foi um trabalho mais intensivo de mobilização e articulação tanto do governo, como também dos grupos da sociedade civil. E em outubro de 2012 nós entregamos o que nós chamamos de versão final do PDLL. Versão final dessa primeira etapa, obviamente, né?

Então nessa segunda etapa a Secretaria de Educação foi a nossa grande parceira. Nós buscamos uma relação mais próxima com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas ali por diversos fatores, inclusive de muitas mudanças, de falta de continuidade na gestão, a gente não alcançou muito. Mas com a Secretaria de Educação a gente avançou. E depois com alguns movimentos organizados de Livro e Leitura das três cadeias, tanto da cadeia produtiva, tanto da cadeia mediadora, como da cadeia criativa do Livro e da Leitura, a gente conseguiu fazer.

E aí nós fizemos diversos encontros, diversos fóruns, até culminar com esse do dia 29 de outubro que foi o dia que nós fizemos o seminário no Museu Nacional e entregamos essa versão concluída. Nessa versão que é a que gente tem agora, ela estabelecia as diretrizes, a partir daquilo que tinham sido colocadas no Plano Nacional, algumas ações que estavam previstas nos quatro eixos.

E depois da entrega desse documento final, a gente começou um trabalho que ainda não está concluído, que era de cada segmento, cada grupo organizado, tanto da sociedade civil, como do governo elaborar aquilo que nós chamamos de Planos de Ação. Então, nós conseguimos receber alguns planos de ação de alguns grupos e de outros não. Mas é o que a gente diz sempre aqui, a grande importância, muito mais do que ter um documento muito bonito, muito trabalhado, digamos, academicamente muito elaborado, era nós termos uma mobilização da sociedade em torno da área do Livro e da Leitura.

Então diferente de outros Estados e de outros municípios que fizeram, inclusive, contratação de consultoria, nós optamos por não fazer isso. Por trabalharmos aqui, dentro daquilo que a gente tinha possibilidade, dentro dos nossos técnicos, das pessoas que poderiam fazer isso e com as parcerias que a gente já tinha, tanto no caso com algumas, a gente não pode dizer assim que teve uma parceria muito forte, institucional com a Universidade de Brasília, mas nós tivemos parceria com alguns professores da Universidade de Brasília de algumas áreas, particularmente, da área de Biblioteconomia que nós tivemos alguns professores envolvidos. Mas não posso afirmar que foi algo muito institucional. Aqueles professores que se dispuseram e estiveram aqui. E com outras áreas do governo e com as Associações de Bibliotecários, com pessoas que trabalham na área de mediação de leitura, então nós fomos fazendo essas parcerias.

E já há algum tempo a gente encaminhou para a Casa Civil nosso texto final para que pudesse ser encaminhado para Câmara dos Deputados. Mas, antes tínhamos sugerido que fosse um decreto do governador, porque isso seria mais ágil. Mas o governo achou por bem que nós encaminhássemos, realmente, um projeto de lei para a Câmara para que fosse votado. Então existe todo um trâmite burocrático que ainda não saiu aqui do GDF para a Câmara Legislativa. Mas é esse ponto em que nós estamos, mas o que nós gostaríamos, realmente, é que fosse votado, que fosse feito um projeto de lei para ser encaminhado e que

se tornasse uma lei, não que seja garantia de tudo, mas a gente teria uma garantia maior em qualquer mudança, porque se teria ali uma lei.

FREDERICO: Houve uma minuta preparada pela comissão que elaborou o PDLL e foi enviada à Câmara...

SANT'ANA: Isso. Nós tivemos uma audiência na Câmara Legislativa, por quê? Nessa mobilização que nós fizemos, nós também contatamos o Legislativo, assim como nos contatamos o Executivo, a sociedade civil e o legislativo também. Vários deputados participaram, mas particularmente o deputado Wasny que era e ainda é o Presidente da Câmara. Então por meio da presidência, nós fizemos um trabalho também de PDLL. Então foi apresentado. Nós tivemos uma parceria grande com a área da Biblioteca da Câmara Legislativa, então fizemos alguns trabalhos juntos. E foi proposta por vários deputados e pelo presidente uma audiência pública. Então nessa audiência pública também nós tivemos a oportunidade de apresentar os eixos, discutir com a sociedade que ali se fez presente. Foi um momento importante. Foi bom você ter lembrado isso. Ali tivemos a oportunidade de colher também algumas sugestões. E a nossa intenção agora era exatamente começar a rever alguns pontos. Porque depois que o documento foi entregue, como um documento final, que nós pudéssemos também ir agregando as contribuições que nós recebemos, tanto na audiência pública, como em outros momentos. Tem diversos parceiros que não constam nesse documento que depois se agregaram. A Terracap, por exemplo, nós tivemos um trabalho muito próximo. Então essa audiência pública foi muito importante porque nós conseguimos sensibilizar o legislativo também porque na hora que o PL, o projeto de lei chegasse à Câmara, que a gente achou que ia chegar um pouco mais rápido do que realmente está acontecendo, já tivesse ali uma mobilização. Então foi um momento importante de colher as contribuições da sociedade para esse documento.

FREDERICO: Nesse sentido, acredito que houve um avanço. Em relação às bibliotecas públicas houve sem dúvida um avanço...

SANT'ANA: E quando a gente pensa no PDLL em relação às bibliotecas públicas, a gente acredita que obviamente as escolas são espaços muito importantes de consolidação do PDLL. Por isso que o trabalho na Secretaria de Educação foi um trabalho longo. Eles agora que concluíram e encaminharam para a gente, o plano de ação deles, que é uma secretaria muito grande. Mas a gente acredita que as bibliotecas são espaços primordiais para que a gente possa realmente consolidar a implementação do PDLL, porque ali é onde nós poderíamos congregiar todas as ações na cidade. As bibliotecas estão inseridas nas cidades.

FREDERICO: Era essa exatamente uma das perguntas que gostaria de fazer. Que é como a senhora via a biblioteca pública dentro do Plano Distrital do Livro da Leitura. Como a senhora vê a biblioteca dentro desse Plano?

SANT'ANA: Então. A primeira coisa que eu acho que é importante destacar é que a gente não pode separar quando a gente fala Livro e Leitura de biblioteca. Tem até uma discussão sobre acrescentar Subsecretaria de Livro, Leitura, Bibliotecas e Literatura, alguma coisa assim. Eu, particularmente, tenho uma posição que é minha que é eu acho que quando a gente tá falando de livro e leitura, a gente tá falando de literatura, a gente tá falando essencialmente de biblioteca.

De qualquer forma, quando nós fizemos o PDLL, tem uma parte muito importante que foi o diagnóstico. Que foi um diagnóstico que nós fizemos para levantar o que já vinha sendo feito. Porque nós não estávamos inventando a roda, pelo contrário, era muito mais para trazer à tona as experiências positivas que já estavam sendo feitas e indicar também as fragilidades que tinham nessa área.

FREDERICO: Esse diagnóstico, de onde partiu a decisão de sua realização?

SANT'ANA: Pela Secretaria de Cultura mesmo. Então, nós fizemos levantamento, por exemplo, com as administrações. Quais as ações que eles tinham. Depois com esses grupos organizados da sociedade civil, a gente fez algum. Então, também no livrinho do PDLL tem essa parte diagnóstica.

Então uma das questões, nós já sabíamos. Mas que também se revelou no PDLL, era a questão da fragilidade que nós tínhamos e que se chamava rede de bibliotecas públicas. Então eu acho que a grande contribuição do PDLL é: primeiro, trazer a biblioteca pública para o centro das ações de Livro e Leitura, essa é a primeira coisa, tanto as bibliotecas públicas vinculadas à Secretaria de Cultura, como também o trabalho que a Secretaria de Educação faz com as bibliotecas escolares. Então isso foi fundamental.

Quando nós percebemos que precisaríamos além de todas as outras cadeias e de todas as outras áreas, nós precisaríamos pensar alguma coisa para as bibliotecas públicas também. Então nós iniciamos um trabalho, que isso é fruto do PDLL, de pensar um projeto para as nossas bibliotecas do Distrito Federal e foi assim que nasceu a possibilidade de nós construirmos o que hoje está consolidado de "Projeto Bibliotecas do Cerrado". Que é exatamente a proposta que esse governo tem para as bibliotecas públicas. Então, é um projeto referenciado na experiência da Colômbia. Nós tivemos, alguns de nós da Subsecretaria, a oportunidade de irmos à Colômbia, visitando Medellin, Bogotá. Antes de elaborarmos nosso projeto aqui. E depois por duas vezes, as pessoas que nós tivemos contato na Colômbia vieram aqui. E nós tivemos a oportunidade de fazermos algumas atividades. Então, o grande fruto que eu vejo do PDLL foi exatamente, a partir do momento

que a gente teve um diagnóstico um pouco mais consolidado do que a gente precisava para as bibliotecas, quais eram as fragilidades que nós tínhamos e quais eram aqueles pontos que nós poderíamos considerar relevantes da atuação das bibliotecas. Então, nós conseguimos construir esse projeto. Se você for ver, no texto do PDLL como está hoje, nesse texto que a gente fez, a gente ainda não falava de Bibliotecas do Cerrado, por quê? Porque o projeto ainda não existia. Então na verdade, o projeto Bibliotecas do Cerrado é uma parte, é um fruto do PDLL. Porque nós fomos vendo as ações, nos organizando e conseguimos chegar como um filho, ou um fruto, como uma consequência do PDLL, um projeto de Bibliotecas do Cerrado. Que é assim, algo importante, aí eu acho que talvez precisasse aprofundar um pouco para o objetivo que você tem na sua dissertação de mestrado. Era a gente aprofundar um pouco a questão do projeto Bibliotecas do Cerrado que aí você vai ver que foi um contínuo.

Então a gente está avançando, então a gente, primeiro, fez o PDLL. A partir do PDLL, tínhamos vários planos de ação, uma das ações que nós tínhamos era de intervir diretamente nas bibliotecas. Então aí, nós fomos para construir o que agora é o Projeto Bibliotecas do Cerrado, que foi lançado pelo governador. O pessoal da Colômbia veio, tanto de Medellín como de Bogotá em junho de 2013. Esse processo nós iniciamos em três bibliotecas. Primeiro teve a adesão das bibliotecas que quiseram e tinham mais condições de receber. E agora nós já entendemos que esse é um projeto para todas as bibliotecas do Distrito Federal, independente de adesão ou não. Então eu acho que outro passo que a gente possa aprofundar, eu posso te dar o material e você pode dar uma estudada e acho que para seu interesse maior é a questão do Projeto Bibliotecas do Cerrado.

FREDERICO: Legal. O Projeto do Cerrado foi então um produto, uma consequência do PDLL. Mas houve alguma outra ação, ou produto, consequência do PDLL?

SANT'ANA: Então. No PDLL nós temos diversas ações. No diagnóstico nós mapeamos o que já tinha na cidade. E aí nós começamos a ver onde a gente precisaria consolidar. Por exemplo, quando a gente pensa na Bienal do Livro e da Leitura. A Bienal é uma ação fruto também, obviamente ela teve uma edição em 2012 que ainda não tinha esse texto concluído, mas isso já vinha desde 2011 a discussão do PDLL. A própria Bienal tanto a primeira edição como a segunda edição são ações de consolidação da implementação do PDLL. Tanto é que todos os documentos que você pega que nós produzimos, eu não posso falar dos outros, da bienal, a gente fala que é uma ação estratégica de implementação do PDLL. E que teve uma grande para a nossa cidade. Depois a gente vem apoiando diversas ações na sociedade civil.

Então, por exemplo. A Feira do Livro de Brasília que já é a 31ª ou 32ª edição que já é uma ação consolidada na nossa cidade. É tradicional na nossa cidade. Então também em

2013 nós apoiamos, inclusive conseguimos, e que na nossa avaliação é uma grande vitória, que foi trazer a realização da Feira do Livro aqui para o espaço da Biblioteca Nacional de Brasília construindo a estrutura aqui, integrada à Biblioteca Nacional, porque em outros espaços, muitas pessoas da cidade tinham uma avaliação que não eram os espaços mais adequados. E a gente viu que foi uma avaliação muito positiva ter trazido para cá. E a gente espera que seja consolidado na cidade, que não saia mais daqui.

Depois alguns projetos que existem lá no CCBB, por exemplo, também nós já tivemos ações ali. Depois nós temos o programa mala do livro, que é um programa bastante antigo, também, que não nasceu agora, mas que vem trazendo importante contribuição para que a gente possa ampliar.

Ou seja, o PDLL tem quatro eixos, então no eixo da Democratização, do Acesso ao Livro e a Leitura e ao Uso. Então todas as ações que a gente vem fazendo, a gente acredita que todas as ações da Subsecretaria são ações que contemplam a implementação do PDLL. E aí eu também posso disponibilizar para você que num outro momento nossos dados consolidados. Quantas ações nós fizemos, quantas pessoas participaram, o volume de recursos.

Então, por exemplo, as bibliotecas públicas aqui no Distrito Federal, elas tem o que a gente chama de gestão compartilhada entre a Secretaria de Cultura e as administrações regionais. É o modelo ideal? Não é isso que estamos discutindo. É o modelo que temos nesse momento. Também identificamos que tinha muitas fragilidades. Então nós começamos a investir nessa relação com as Administrações, com as cidades. E nesse sentido, nós conseguimos sensibilizar vários administradores que fizeram reformas, que fizeram adequações nos espaços das bibliotecas. E que muitas vezes esses valores, agora, nós estamos em um período eleitoral e tem muitos dados correndo sobre as bibliotecas que não são reais, porque a gente teve investimento de manutenção e reforma nas bibliotecas da cidade por meio das administrações. Isso é fruto da mobilização que a gente fez. Tanto no período de construção de elaboração do PDLL com as administrações, com os gerentes de cultura e o gerente de serviço social, como também depois na implementação. Porque aí as próprias administrações começaram a ter um investimento maior na preservação dos prédios. Depois a gente teve uma conversa bastante amadurecida com a Secretaria do Meio Ambiente, o Ibram, para que nós pudéssemos sempre pensar no momento que fosse revitalizar um parque, pensar ali um espaço da biblioteca. Então são ações que foram fruto, mesmo que não esteja escrito dessa forma no PDLL, mas a gente acredita que tudo que a gente vem fazendo aqui é exatamente para conseguir implementar com sucesso o PDLL.

FREDERICO: Muito bem. Naquela minuta também indicava a existência de uma Coordenadoria Executiva, formado pela Secretaria de Cultura, a Secretaria de Educação e a

Secretaria de Ciência e Tecnologia, e um Conselho Consultivo composto pela sociedade civil. Agora esse Conselho e a Coordenadoria não chegaram a se constituir, ou se constituíram?

SANT'ANA: Eles se constituíram, certo. Então, por parte do governo nós tínhamos a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Nós tínhamos as pessoas nomeadas dessas três secretarias, assim indicadas, porém nós não tivemos, temos que ser justos, a participação da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Depois da sociedade civil nós também fizemos a composição. Assim, foi indicado numa reunião quem iria representar cada segmento. Aconteceram diversas reuniões com esse grupo.

O que foi acontecendo? Ou por disputas, ou por movimentações. Por exemplo, a Associação de Bibliotecários era o Jefferson Higino, aí o Jefferson não pôde mais participar e indicou outra pessoa. E aí depois que indicou essa outra pessoa a gente realmente teve poucos contatos. Depois o Antônio que estava no Conselho, também acabou tendo alguma dificuldade. Então assim, o Conselho foi constituído. Nós tivemos uma atuação desse grupo. Mas nesse momento realmente nós não temo mais. Por quê? Porque nós começamos a investir muito em ações de implementação e talvez agora o que a gente precise fazer, seja retomar esse grupo. Para que a gente possa até ao final do ano fazer, talvez com essas duas instâncias do PDLL, uma avaliação mínima do que a gente fez e apresentar para esse grupo e ter uma avaliação.

FREDERICO: Então o grupo que compõe o Conselho Consultivo é o mesmo grupo que participou da Comissão de formação do PDLL?

SANT'ANA: É. Ele foi constituído antes da gente entregar o documento final. Mas ele foi constituído.

FREDERICO: Então não era aquela Comissão?

SANT'ANA: Era aquela comissão. Aquela comissão continuou. Porque depois nós tivemos algumas reuniões. Para fazermos alguns planos de ação, nós tivemos reuniões com esses grupos, para que eles pudessem com esses representantes para a gente repassar essas questões.

Mas nesse momento, realmente, ele não está atuante. Nós não estamos tendo uma atuação forte.

FREDERICO: Ok. Sobre o PDLL, você o vê como uma política de Estado?

SANT'ANA: Então. Eu acho que nesse momento ele se constitui como um plano de governo ainda. Mas eu não diria um plano "de governo", por quê? Porque ele teve, pelo

menos na nossa avaliação, uma participação da sociedade civil muito grande. Então a gente não pode dizer que ele é de governo, apenas. Não é “do” governo, mas acho que ainda faltam algumas etapas. Para que ele se torne um instrumento de Estado. E que eu não sei se nós vamos chegar a isso. Eu acho que as políticas para se tornarem políticas de Estado, eu acho que elas tem que ser muito permanentes. Então talvez a gente ainda tenha um caminho longo.

O que eu acho que são os passos que ainda precisamos fazer. Primeiro acho que é importante, realmente, ou um decreto do governador, ou uma lei distrital, mesmo, institucionalizando legalmente o PDLL. Então, acho que depois disso, acho que esse é um passo importante para que ele se torne um instrumento de Estado.

Além disso, acho que a gente precisa ter um tempo maior de maturação do que é o PDLL. Que ele não é só um instrumento formal de consolidação das ações que ele propõe. Então, por exemplo, a Bienal, nós fizemos duas edições. Se a Bienal tem continuidade em 2016, a gente pode acreditar que está se consolidando essa ação do PDLL. Se o projeto Bibliotecas do Cerrado, não vou nem dizer o nome, mas se as ações passam a ter maior continuidade, principalmente se a gente passa de um governo para outro. Então eu acho que essa avaliação se vai se tornar um instrumento de Estado, eu acho que a gente vai poder fazer essa avaliação um pouco mais em longo prazo.

Por enquanto acho que ele é um instrumento importante dos segmentos muito vinculados à área do Livro e da Leitura. Ainda é um instrumento muito nosso, da militância, ou do governo que está envolvido, das pessoas que sempre estiveram à frente da nossa cidade nessa área. Mas para fora desses grupos a gente ainda precisava avançar muito, para que ele se torne um instrumento tanto de governo. Porque se nós formos ver, a gente também ainda precisa fazer um trabalho muito mais forte com todos os órgãos de governo. Apesar de que com o projeto Bibliotecas do Cerrado a gente avançou muito na articulação intersetorial no governo. Mas é algo também que a gente precisa fazer chegar para se tornar inclusive um instrumento de governo, mesmo, consolidado, e não só nas áreas diretamente envolvidas. Por exemplo, no momento que a gente tem a Terracap, como parceira e o Detran que nos procurou para fazer uma parceria, você começa a perceber que o PDLL está se tornando um instrumento, que aí não vou dizer nem de governo, nem de Estado, mas que tem uma penetração na sociedade, na cidade, na nossa cidade, de uma maneira mais forte.

FREDERICO: Então qual é a sua expectativa para o PDLL?

SANT’ANA: Então, Frederico, eu acho que é o momento que a gente está na semana que vamos ter o primeiro turno das eleições. Então você diria assim, qual é a sua expectativa. A minha primeira expectativa é que, independente de que for eleito, que as

políticas que foram elaboradas junto com a sociedade civil nesse momento e que foram consolidadas no PDLL que elas tenham continuidade no ano que vem.

Por quê? É uma área, é uma Subsecretaria muito recente, uma das últimas que foram criadas na Secretaria de Cultura, então também é um reconhecimento de que a nossa área é importante. E que a gente tenha chegado a tal ponto de sensibilizar alguns atores da sociedade que independente de quem esteja à frente, essas ações sejam consideradas fundamentais para que a gente avance na área do Livro e da Leitura e que isso tenha continuidade.

Acho que o grande desafio que a gente tem, é que independente de quem vier, mas digamos que essa subsecretaria continue, que a gente possa ter condições de dar consequência ao que está no PDLL, e ao que foi elaborado de ações nessa área de Livro e Leitura, para bibliotecas públicas, para projetos de mediação. Que a gente consiga dar continuidade. Por quê? Porque a gente tem percebido que descontinuidade de ações, elas acabam influenciando muito no trabalho que possa ser visto na cidade, ou seja, que traga realmente um impacto para a nossa cidade.

Se a gente consegue dar continuidade, por isso a gente tem muitas outras ações. Por exemplo, qual a situação que a gente notou: a gente praticamente não tem bibliotecários nas nossas bibliotecas. Então, o que nós fizemos aqui na Secretaria de Cultura, nós fizemos um concurso com algumas vagas para bibliotecários para que a gente possa ter vinculada à Secretaria de Cultura pelo menos um bibliotecário em cada biblioteca. Por que isso vai fazer diferença. Então, o que eu espero que nesse concurso que teve, os que entrem, seja lá quem forem, não deixem de entender, pode ser um sonho todo mundo trabalhar no Plano Piloto na Biblioteca Nacional, mas esse concurso não foi feito para isso. Esse concurso foi feito para que pudéssemos dar suporte para as bibliotecas públicas que não têm bibliotecários. Então, se a gente consegue com que isso aconteça, obviamente, nossos servidores que já estão aqui terão prioridade para escolher “eu quero ir para Taguatinga”, por exemplo. Mas que o concurso sirva para que a gente dê consequência a uma maior qualidade no desenvolvimento técnico das bibliotecas públicas.

FREDERICO: Bem. Acho que agora essas foram as perguntas principais. Mas a senhora tocou em pontos interessantes, como por exemplo, a participação da Universidade no PDLL. Esta não teve uma participação institucionalizada no PDLL, a senhora saberia dizer o porquê disto?

SANT'ANA: Eu não poderia responder pela Universidade, tá certo? Eu posso responder pelo o que eu fiz. Logo que eu cheguei eu fiz uma carta para a coordenadora do curso naquele momento. E nós não conseguimos avançar a partir dessa carta, tá certo? Depois nós tivemos a aproximação de alguns professores. E aí nós fomos trabalhando

nesse momento, é um momento que a gente teve conseguido se aproximar um pouco mais da Universidade. Mas, você sabe, a Universidade tem muitos grupos. Então, assim, quando a gente se aproxima de um grupo, então, talvez, o outro grupo não queira ficar tão próximo. E nem é uma política partidária, é uma política de concepção mesmo. Então a gente se aproximou e se aproximaram de nosso trabalho os professores que tinham mais identidade, talvez, com o que a gente estava fazendo nesse momento. Mas tinha professores jovens e tinha uma professora que estava aqui com a gente, muito antiga, acho que ela até é aposentada já.

Então, assim, a gente teve participação, mas institucionalmente a gente precisa avançar com a Universidade.

FREDERICO: Como você sentiu o peso da ausência de uma participação institucionalizada com a Universidade?

SANT'ANA: Então, a gente não sente o peso da falta da Universidade porque acabou que nós tivemos a Universidade por meio dos professores que participaram. Então acaba que assim, a contribuição teórica, a contribuição da reflexão, e não só isso porque a Universidade traz muito a questão também da reflexão do que a gente chama de *práxis* que é a reflexão prática, então isso a gente teve porque a gente teve a aproximação de alguns professores. Depois em alguns momentos que eu fui convidada e eu tive a oportunidade de ir lá à Faculdade de Ciência da Informação, ir conversar e participar de alguns eventos. Onde a gente pôde, a gente avançou e a gente acredita que é o momento que tanto o Yuri, quanto o Wander, servidores da Secretaria de Cultura, tem sido chamados para algumas atividades que foram realizadas lá. E eu acho que não só com a área de Ciência da Informação, mas também com outras áreas, ou com outras faculdades, com outros Institutos da Universidade, a gente precisa se aproximar. Porque a gente acredita que os bibliotecários, as bibliotecárias, a Biblioteconomia, a Ciência da Informação, são áreas fundamentais para o nosso trabalho, mas não são únicos.

Então a gente precisa estar muito mais próxima da Faculdade de Educação, a todas as Faculdades que, por exemplo, fazem a formação de professores. Porque depois esses professores são muito importantes na questão da mediação da leitura, no acesso à leitura, na democratização da leitura. Então, como um todo é um campo que a gente precisa avançar com a Universidade. E aí, acho que isso também vai à medida que você vai conquistando professores e pessoas e alunos e mentes, que estão aí, nos diversos lugares da universidade. Então acho que é um trabalho que foi iniciado, mas acho que ele ainda precisa de uma consolidação. Ou institucionalmente, ou formalizado, ampliação desses professores que venham participar da gente de todo esse trabalho que está sendo feito.

APÊNDICE K – Entrevista com Wander Pavão (Gerente do Sistema de Bibliotecas Públicas do DF) e Yuri Guimarães Barquette (Diretor da Biblioteca Nacional de Brasília)

Entrevistas gravadas digitalmente realizadas com os bibliotecários Wander Martins Borges Filho, Gerente do Sistema de Bibliotecas Públicas do DF, e Yuri Guimarães Barquette Batista, Diretor da Biblioteca Nacional de Brasília, em 09 de outubro de 2014.³⁸

WANDER: Eu acho que o PDLL, ele já é uma extensão do Plano Nacional do Livro e da Leitura. Essa concepção de biblioteca dentro do Plano Nacional do Livro e da Leitura e que a gente herda dentro do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura e que vem junto, a reboque, também do nosso projeto para bibliotecas públicas que é o projeto Bibliotecas do Cerrado, ele já tem essa herança de uma nova biblioteca, com um novo perfil, com novas propostas de serviços, de informação de atividades e de outra maneira de se relacionar com a população, com usuário, com comunidade, que é uma biblioteca pública diferente para o século XXI.

É uma biblioteca que tenta agregar as múltiplas linguagens e não apenas o Livro e Leitura, os múltiplos suportes, novas maneiras de pensar quais são as necessidades, não só de informação, mas quais são as necessidades da minha comunidade, como é que eu me relaciono com a creche do Valparaíso, como é que me relaciono com o grupo da terceira idade, como é que eu me relaciono com uma entidade que trabalha com primeira infância ou com adolescentes, como é que eu me relaciono com uma entidade que trabalha com jovens de unidades de internação...

Então essa é uma biblioteca nova, que pensa a sociedade toda, e como ela vai poder ajudar essa sociedade. Como espaço estratégico de desenvolvimento dentro do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura, a gente tem essa perspectiva muito poderosa. E ela não fica só por aí. Ela vai para a biblioteca escolar também, é essa proposta, que a própria biblioteca escolar fique aberta à comunidade, também, em alguns momentos e que faça algumas atividades em conjunto com a comunidade, que pense outras plataformas e outros mecanismos de fomentar a cultura e informação, lazer, e autonomia de indivíduo dentro da escola.

E dentro do PDLL a gente herda isso do Plano Nacional que é um documento poderoso. E, assim, como ele foi construído no Brasil através de uma caravana que

³⁸ A entrevista realizada conjuntamente com os servidores foi justificada por ambos como consequência de uma dificuldade de horário em suas agendas.

recolheu todas as demandas da área da cultura dos Estados aqui do Distrito Federal que herda também. Dentro da 3ª Conferência de Cultura aqui no DF também e com as contribuições dos especialistas que são do serviço público também. Então a gente tem essa perspectiva com uma nova proposta para o século XXI.

YURI: Complementando o que Wander estava falando. Uma nova biblioteca, a gente tem que deixar claro que é uma nova biblioteca aplicada aqui. Porque na verdade se a gente pegar o Manifesto da Unesco, isso já está lá, as diretrizes já dizem isso de multiplicidade de suporte, de a questão social, isso tudo já está posto. Em países seculares, milenares, melhor dizendo, como a França, que nós visitamos, isso já acontece a bastante tempo. Então, nós temos uma base teórica, na verdade, já há algum tempo, só que isso não é aplicado, nas políticas públicas, no fazer, mesmo, das bibliotecas.

Como o Wander falou o PDLL é um desdobramento disso, né? Então você tem um universo de coisas, você tem o Manifesto da Unesco, você tem os Oito Objetivos do Milênio, você tem o Plano Nacional e você desemboca nos planos municipais e aqui, no caso, Distrital, então é um encadeamento. Que na verdade não é inventar a roda, né? É compilar essas coisas e mostrar que com esse arcabouço teórico você cria um documento para ser aplicado. Então, o PDLL, esse documento é uma compilação de norteadores é só tem valor se você realmente aplicar. Como a gente acredita que conseguiu em boa medida nesse período que estávamos a frente da Biblioteca Nacional e do Sistema de Bibliotecas.

FREDERICO: Como foi a participação do PDLL de vocês? De que forma vocês participaram?

WANDER: Eu já cheguei na gestão aqui. Acabei de completar dois anos de gestão. Para mim parece uma eternidade, mas é pouco tempo. Dois anos é muito pouco tempo. Quando eu cheguei já havia acontecido as Conferências Cultura. Nós herdamos um pequeno documento que sinalizava algumas intenções que me parecia muito uma compilação resumida de três, quatro páginas do Plano Nacional do Livro e da Leitura sem as especificações e as adaptações para as necessidades do Distrito Federal.

A partir do recolhimento de tudo o que foi construído a partir das Conferências de Cultura, a gente começou a trabalhar os eixos, que são herdados do Plano Nacional, mas com nossas especificações. E puxamos uma reunião com o setor para colher outras discussões locais. Tentamos fomentar a criação do Fórum de Livro e Leitura. Que fique muito bem claro que é uma região, uma instituição da sociedade civil. Que infelizmente se esvaziou em algum momento se esvaziou por vários motivos.

Depois desse projeto a gente conseguiu, minimamente, ter um núcleo para que ele pensasse os planos executivos. Tivemos uma dificuldade com a Secretaria de Ciência e Tecnologia. A Secretaria de Educação abraçou a proposta, então aqui o relatório de todo o plano executivo deles, da versão final de 2013. Nós lançamos um documento mesmo maior, não só aqueles quatro páginas que tinha de indicação do Plano, mas um documento de 60 páginas no dia 28 de novembro de 2012, com Secretários assinando o compromisso. A partir daí os planos executivos começaram a ser desenrolados. Nós, pela Secretaria de Cultura, começamos a executar em todos os eixos o que a gente propôs dentro desse documento. A Secretaria de Educação também. A Secretaria de Ciência e Tecnologia também, mas de uma maneira que precisava muito ser revista. Construímos um PL, um projeto de lei, que foi enviado a Casa Civil para que se torne uma legislação. Assim como o Plano Nacional do Livro e da Leitura, assim que a Casa Civil mandar para Câmara Legislativa vai ser aberto os momentos para as defesas, para as articulações. É um momento, tem que ser, de grande articulação das áreas de livro e leitura do Distrito Federal, de cultura, para todas as área, de mediação, cadeia produtiva, cadeia mediadora, cadeia distribuidora na área de livro e leitura. E aí para a gente tentar essa aprovação. O Plano Nacional do Livro e da Leitura, isso é muito importante, o Plano Nacional do Livro e da Leitura está no mesmo momento, está sendo feito o PL para ser enviado para a Câmara, então a gente está parelho, nesse aspecto.

E agora é final de gestão é momento de prestar contas do que foi feito, do que precisa ser feito e deixar para a próxima gestão dar encaminhamentos aí.

FREDERICO: Mas, então você atuou auxiliando na organização do PDLL?

WANDER: As vezes de maneira mais direta e outras mais indireta. Porque tinha uma coordenadora do Plano, depois teve um assessor que trabalhou o Plano. A coordenadora era a Mírian Raposo, depois o André assumiu.

FREDERICO: E na implementação também?

WANDER: Sim. Eu sou diretor do Sistema de Bibliotecas dentro da área de Bibliotecas Públicas. Eu apliquei isso dentro da nossa política cultural, dentro das nossas políticas de acesso a tecnologia da informação, de comunicação, de fomento a formação na área de livro, leitura, mediação de leitura, mediação cultural, de acessibilidade, que a gente ainda está tentando desenvolver, mas a gente já está deixando um documento, política de modernização, que a gente lutou muito, aí o Yuri bateu muita cabeça para refazer um projeto que estava completamente caduco e fora da casinha, dentro da nossa política de

circulação também. De valorização simbólica das bibliotecas, dentre outras. Não vou citar tudo aqui porque tenho um relatório, mas eu participei dessa implementação dentro da minha área.

FREDERICO: E o projeto Biblioteca do Cerrado?

É uma ação direta do PDLL. E eu estava coordenando. E ainda estou coordenando. Esse é o nosso projeto para bibliotecas.

YURI: Com relação à Biblioteca Nacional, como o Wander falou, as duas diretorias fazem parte da Subsecretaria de Livro e Leitura, então a gente trabalha de forma muito coordenada em todos os processos no que tange a políticas de Livro e Leitura. A Biblioteca Nacional com relação ao PDLL teve um papel muito forte na definição do papel da Biblioteca Nacional.

A gestão anterior enxergava a Biblioteca Nacional quase como um ente autonomia, no sentido de uma visão muito parecida com Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, uma Biblioteca Nacional mais clássica, né? Desde o primeiro momento foi do jeito que a Biblioteca teria esse acervo popular, mas em determinado momento ela se voltaria para si mesma e teria um acervo especializado.

E isso mudou com a criação da Subsecretaria. A visão é que a biblioteca tem um contexto, ela tem uma representatividade muito forte no Distrito Federal. Ela é cabeça de um sistema que a gente está querendo implementar, está em vias de implementar. A gente vai, se tudo correr bem, cumprir a institucionalização desse Sistema até o final do ano. E a Biblioteca Nacional tem um papel de protagonismo como tem de ser nessas ações.

Então, a Biblioteca Nacional no que tange ao PDLL ela já fazia, ela já tinha essa visão, porque eu tenho essa visão enquanto diretor da Biblioteca, de uma biblioteca viva, com questões culturais, sociais. A gente realizou desde as nossas primeiras críticas, desde sempre, quando o acervo ainda estava fechado, herdado da gestão anterior. A gente desde sempre, inclusive, da gestão anterior a biblioteca foi muito ativa nas questões culturais, isso foi passado para o PDLL. Então, foi muito trabalho de inserir a Biblioteca nesse contexto. E depois dar continuidade junto às políticas desenvolvidas pelo Sistema de Bibliotecas e pela Biblioteca Nacional. A Biblioteca é muito polo de algumas questões. No Projeto Bibliotecas do Cerrado, por exemplo, muita coisa começou aqui. E depois avaliou-se o que deu certo, o que não deu certo, vai ter que aparar as arestas aqui, e depois foi espalhado para as demais bibliotecas. Claro que a gente leva em consideração que a Biblioteca Nacional tem uma estrutura que as demais bibliotecas podem não ter, em maior ou menor grau. Isso é adaptado, a gente vê essas dificuldades. Mas serve também como plataforma de lançamento dessas ações, Secretarias de Criança, de Idoso, começaram aqui e viram que

dá certo, que biblioteca realmente cumpre o papel que está descrito no PDLL, então é uma biblioteca muito visada nesse sentido.

FREDERICO: É interessante. Mas a Biblioteca Nacional participou então como parceira da Secretaria no PDLL?

YURI: Então, na verdade havia uma coordenação do PDLL. E essa coordenação chamava as reuniões como os entes acadêmicos, com o Wander representando as bibliotecas públicas e Biblioteca Nacional. Então a gente participou da leitura do texto final, da redação, em alguns momentos. Como o Wander falou, em maior ou menor grau. Mas, no caso da Biblioteca Nacional foi mais pontual a questão da escrita, da redação, do texto.

Porque na verdade a Biblioteca Nacional faz parte do ente que criou o PDLL. Ela faz parte da Secretaria de Cultura. Secretaria da Cultura, Subsecretaria de Político do Livro e Leitura que se desdobra em duas diretorias, a Biblioteca Nacional e o Sistema de Bibliotecas.

FREDERICO: Entendi. Ela não seria uma parceira, ela é uma integrante da Secretaria de Cultura. Ela foi, então, integrante na elaboração do PDLL.

WANDER: Na elaboração e na execução. Todas as ações culturais, todas as propostas de formação que foram feitas com os servidores. Tudo isso faz parte da execução direta do Plano do Distrito Federal. Depois, a gente está terminando um relatório, vai poder ser demonstrado bonitinha cada ação, acho que vai ficar bem mais didático quando a gente apontar, olha isso aqui é eixo 1, essas ações são do eixo 2, essa é a ideia, se não exonerarem a gente até lá.

YURI: Final de governo, nós precisamos prestar as contas para a sociedade. Inclusive ter documentos para a gente como parâmetro para a próxima empreitada, ou para a próxima gestão. Isso tem que estar bem mensurado.

WANDER: Eu só gostaria de deixar uma coisa registrada. Qualquer plano é um documento vivo. Então é muito interessante porque de um ano que o documento foi escrito, concebido, entregue com qualquer crítica ao texto, a conceitos, e a parceiros, ele mudou absurdamente no sentido que ele se inchou de parceiros, não só entes privados, mas como sociedade civil também, e órgãos públicos. Órgãos públicos quando a gente começou com as Bibliotecas do Cerrado, tivemos onze organismos do governo apoiaram o Biblioteca do Cerrado também. Isso é importante que se diga. Então numa possível atualização, ou

continuidade do documento, isso é agregado ou construído. Porque se eu vou falar do Bibliotecas do Cerrado eu vou dizer que ele tem mérito nacional. Que é um documento vivo.

FREDERICO: E em relação em sua avaliação ao PDLL. Analisando suas expectativas com PDLL e agora da forma como ele se encontra?

WANDER: Eu acho que a gente tem que seguir um pouco o que está acontecendo. Eu acho muito complicado quando a gente não entende cenários. Eu acho que a gente tem que fazer leitura de cenário o tempo inteiro, crítico, social. O Plano Nacional do Livro e da Leitura sofreu uma descontinuidade, isso foi muito ruim. As pessoas que pegaram o Plano Nacional que foi construído a partir de uma reivindicação popular, construído nos Estados. O professor José Castilho foi em todos os Estados em 121 cidades na construção do Plano. Então, tudo o que está lá é muito rico. Porque ele foi elaborado a partir destes insumos. Ele sofreu uma descontinuidade muito grande. E depois de um tempo dessa descontinuidade, um ano e alguma coisa, ele foi retomado. Isso dentro do mesmo governo. E isso é importante ter noção porque algumas coisas deixaram de ter, de acontecer e de continuar acontecendo.

No Distrito Federal, a gente teve que refazer muita coisa porque não estava em consonância com o que estava sendo pensado no Plano Nacional. Então tivemos que resgatar todas as contribuições da Conferência de Cultura. Tivemos que ver os novos atores. Tivemos que ouvir o que mudou e dar continuidade.

A minha expectativa é o seguinte. O Plano Nacional está para virar lei. Virando lei, ele tem uma das suas questões dos aspectos que estão colocados lá, que é a dotação orçamentária, isso é de fundamental importância. Mas o marco legal é muito importante também. Então, a gente está dentro do serviço público, tem que ter marco legal para as coisas. Uma atualização da PL do Sistema de Bibliotecas que na verdade é uma rede, porque rede não tem gerência. Esse é um conceito da administração, uma rede é autônoma, não tem cabeça, não tem gerência. Um Sistema tem uma gerência, um sistema que pensa e que compartilha, que constrói junto, mas que tem uma gerência, uma diretoria, que tem uma pessoa, um grupo que está pensando as políticas e construir.

Então é importante que o Plano vire legislação, que tenha um marco legal na Câmara Legislativa, que o Sistema tenha marco legal também, que a biblioteca tenha marco. E nosso planejamento é que cada biblioteca tenha um marco legal de sua criação também. Então marco legal para um plano é fundamental. Porque isso garante em lei a continuidade das políticas. Qualquer um, agente público, ou sociedade civil, vai poder vir chutar na porta e ficar pautando: “olha, tem uma lei aqui, tem um documento que é importante para a continuidade das políticas de livro, leitura, literatura e biblioteca”.

Então minha expectativa é de que a gente consiga. Não sei se vai ser até o final do ano aprovado. Mas que as próximas gestão tenham em mente esse horizonte. Senão, vai ser muito mais difícil. Se do jeito que está é difícil, imagina sem essa legislação.

FREDERICO: Ok. E você acha que esse processo de construção do PDLL ajudou de alguma forma a mudar o seu entendimento de bibliotecas públicas dentro dessas políticas de livro e leitura?

WANDER: O meu conceito de biblioteca pública não mudou por conta do Plano. O Plano escreveu, formalizou propostas do que já nós acreditávamos e do que a sociedade acredita do que deve ser uma biblioteca pública, um equipamento público para acesso para todo mundo. Não mudou. Ele formalizou no sentido de ter um projeto, um documento que vai falar, então você faz isso, você faz aquilo. Nesse aqui que você vai fazer se você precisar de minha ajuda, eu te ajudo. Ele tenta coordenar. O documento tenta coordenar. O documento não é uma mágica. É um plano. O plano é para você orientar suas ações, conjuntas ou solitárias. Suas competências de órgão público. Mas ele pensa também na transversalidade, então é um plano, é um documento que escreve isso. Então não é que mudou. Agora nossos conceitos de especialistas de bibliotecas públicas, nas áreas de mediação de leitura, de livro e leitura da biblioteca, eles entraram no Plano e foram formalizados juntos com que a sociedade entende do que deve ser uma biblioteca pública. Eu acho que foi isso.

FREDERICO: Em relação em sua avaliação ao PDLL. Analisando suas expectativas com PDLL e agora da forma como ele se encontra?

YURI: Então, o PDLL, eu acho que para qualquer gestor, qualquer formalização é válida. Que aí deixa de ser a minha visão, deixa de ser a visão do Wander, ou da Ivanna. Passa a ser uma visão. Primeiro que o PDLL, ele pega esse arcabouço teórico de outros órgãos, do PNLL, os Objetivos do Milênio, o Manifesto da Unesco, ele faz esse aparato conceitual. Então não foi criado do nada. E o PDLL se baseia nesses documentos, ele faz uma síntese. Deixa de ser uma visão, uma coisa. Você ganha mais força. A minha visão é importante que eu abra, a visão de qualquer pessoa é importante, mas quando você tem isso formalizado, você cria um documento que baliza suas decisões. Então, nesse sentido acho que funciona muito, porque eu posso falar “olha, eu sou o diretor da Biblioteca Nacional e minha visão é essa”, outra coisa é dizer “olha, eu sou diretor da Biblioteca Nacional e construímos juntos com a diretoria do Sistema de Bibliotecas, com a Subsecretaria de Livro e Leitura e com a Secretaria de Cultura, um documento que tem esse

arcabouço e isso aqui vai balizar nossa política e tem balizado. Para as Bibliotecas do Cerrado, por exemplo, a gente sempre cita o PDLL, daí você vai citando, o PDLL cita os outros e aí por diante. Daí você cria... Assim que se faz política pública, né? Então ele fortalece essa nossa visão e mostra que essa nossa visão não foi criada do limbo, nem do nada. Inclusive com a sociedade civil que é muito importante, também, que é um desejo da sociedade civil, foram ouvidos e está ali materializado nesse documento. Para isso acho que o Plano está funcionando e vai funcionar mais ainda que virar uma lei, um instrumento legal, a reboque do Plano Nacional.

A expectativa é que realmente se torne uma lei, o Plano Nacional do Livro e da Leitura foi enviado. E o PDLL também vai a reboque desse Plano Nacional. Quanto mais instrumentos para garantir a aplicação de uma política pública depois dela ser formalizada, mais importante para o gestor público. Como o Wander falou, dificilmente um aventureiro vai acabar com tudo isso que foi construído, porque ele é sensibilizado pela área de livro e leitura. Então, a minha expectativa é que as coisas melhorem a partir disso, já melhoraram muito a partir da criação de uma Subsecretaria do Livro e da Leitura na Secretaria de Cultura. Isso já mostra o interesse público nessa questão. Que aí você tem um PDLL, aí ele vira uma lei. Aí a gente começa a aplicar uns conceitos que estão ali de uma maneira mais orgânica, de uma maneira mais integradora.

WANDER: Muito importante, Frederico, esse documento foi construído coletivamente, com todos os problemas. Só de ele ter sido resgado a partir do Plano Nacional que foi uma construção coletiva e das Conferências de Cultura do Distrito Federal, isso empodera o documento e empodera o gestor público para propor política pública. Então quando vem uma Rede Globo me questionar por que eu estou fazendo barulho numa biblioteca, por que eu estou levando uma atividade, por que eu estou atrapalhando o concursado naquele momento, ou o próprio usuário. Mas eu tenho um plano que foi construído com a sociedade que está me pedindo para deixar esse mausoléu de estudo, que também é para estudo, para que seja um espaço público para outras linguagens, vertentes e outros segmentos da sociedade. Então eu posso falar para ele que eu tenho um documento que foi construído com o Distrito Federal todo e que me pede isso. Quem é que vai argumentar contra um negócio desse? Isso empodera o gestor público e a sociedade. A pessoa pode até me questionar, mas cara, desculpa, mas isso aqui é uma coisa que foi uma maior.

YURI: Até como instrumento de pressão da própria sociedade. “Olha, a biblioteca, eu estou vendo que a biblioteca está sendo usada só por concursados, você não tem uma atividade cultural, você não tem nada e aqui você está indo contra um documento do

governo”. Então “Gestor, você tem que estar atento sobre o que vocês escreveram, vocês enquanto governo”.

Deixar bem claro, né? Não é uma coisa contra os concurseiros. É o que o Wander falou, é uma ampliação de funções de biblioteca. É uma coisa que na verdade é nova aqui, mas que já existe há muito tempo, inclusive conceitualmente.

FREDERICO: Inclusive por ser pública ela deve oferecer serviços que atendam a todos os cidadãos, não apenas a um segmento específico, não apenas aos concurseiros.

YURI: Claro que a gente vai esbarrar em questões práticas. A Biblioteca Nacional, por exemplo, ela tem espaço bem delimitados, onde você pode agrupar diferentes públicos, outras bibliotecas não podem. Aí tem que ter algumas soluções criativas. Você tem bibliotecas que avisam com antecedência, em determinado horário da semana vai ser para tal coisa, então. É claro que todos sabem que se todas as bibliotecas tivessem um auditório, um centro de multiuso seria o ideal. Mas mesmo assim dá para você movimentar e ampliar o uso da biblioteca de maneiras criativas.

FREDERICO: Criar em cima da própria realidade.

WANDER: E no Bibliotecas do Cerrado tem sido assim.

YURI: A própria área externa da biblioteca, você convida a sociedade para participar, você cria um laço com a comunidade.

FREDERICO: Pessoalmente, você acha que o Plano modificou sua forma de ver as bibliotecas dentro das políticas de livro e da leitura?

Pessoalmente, a visão que tenho de biblioteca foi a mesma desde sempre. A vertente nos qual nos pautamos profissionalmente e pessoalmente nossa vida sempre foi muito voltada para questões sociais, culturais. Então essa é uma visão que a gente já carrega de longo tempo, inclusive de antes de adentrar ao funcionalismo público. Na verdade ela congrega e harmoniza ideias nossas. E compila e que mostra que na verdade não são ideias nossas, mas que existe um arcabouço teórico e de manifestações, documentos nacionais e internacionais que corroboram com essa visão pessoal que nós temos, que viemos a ter.

Então, nesse sentido não. Ela me empodera enquanto gestor, de um documento para fazer política pública. Aí deixa de ser a minha visão, é uma visão construída ouvindo a

sociedade, construída de acordo com organismos internacionais. Nesse sentido ela propaga uma visão do que muda minha visão pessoal.

WANDER: Isso que o Yuri falou, só para completar, é tão poderoso que quando a gente propôs o Bibliotecas do Cerrado, nós mostramos para os secretários de governo para participar do projeto, e dos gestores que participaram do projeto, que tipo de bibliotecas públicas estávamos pensando e por que cargas d'água essa proposta tinha a ver com a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial. Como é que eu vou convencer um Secretário da Promoção de Igualdade Racial e o que tem a ver o tema dele com biblioteca pública? Que raios ele está fazendo naquele reunião e como é que ele está podendo ajudar?

A proposta das bibliotecas do Cerrado é totalmente pautada dentro do Plano, pela transversalidade dos temas e de como o ser espaço estratégico para o desenvolvimento humano do Distrito Federal fez com que o Secretário de Promoção da Igualdade Racial entendesse o papel dele dentro daquele equipamento público. E assim foi a Secretaria da Criança, assim foi a Secretaria do Idoso, assim foi a Secretaria de Educação, então cada um enxergou dentro do Plano, pela variedade, pela multiplicidade e transversalidade dos temas e ações, o seu papel dentro daquele espaço. Então isso sim. Aí sim foi importante para mudar o conceito que eles tinham de biblioteca. E eles enxergaram naquele espaço uma oportunidade, um lugar estratégico para fazer política pública acontecer.

FREDERICO: A prática de convencimento de agentes políticos, de Secretários desde Prefeitos de municípios é uma prática antiga usada nas políticas de bibliotecas públicas. Você acredita que o êxito, por você apontado, se deu nas discussões que tiveram ou pelos resultados das ações vistas por meio dos serviços oferecidos pelas bibliotecas desse projeto Bibliotecas do Cerrado?

WANDER: Tá. Então começando. O Bibliotecas do Cerrado é um projeto fruto do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura. Ele é um fruto disso. Ele é a aplicação prática do que o plano está pedindo para a gente, para a gente mudar as bibliotecas públicas. Um novo conceito. Ele já surge assim. Ele surge também como uma cooperação técnica com a Colômbia que também internacionalmente já tem um conceito muito mais amplo do papel da sua biblioteca pública, isso é importante que se diga.

Como é que um gestor público, num cargo de secretaria vai entender, ou como que foi o processo dele entender. Nós criamos a partir do Plano, a partir também dessa cooperação técnica com a Colômbia. Criamos esse plano e propusemos à casa civil que nos ajudasse a coordenar essa reunião, congrega a congrega essas secretarias. Nesta reunião e isso demorou seis meses de articulação. Foram uns seis meses de articulação pesada

com reuniões diárias, com embates, com construção argumentativa. O que eu acho que fortaleceu isso? É lógico que a gente conseguiu um parceiro muito poderoso dentro do governo que foi a Casa Civil. A Casa Civil é um órgão do governo estratégico importante para você propor políticas também.

Além disso, a gente entende que todos os documentos que pautaram a criação do Plano do Distrito Federal, pautaram o projeto Bibliotecas do Cerrado. Então nós estávamos em sintonia com as políticas públicas do Governo Federal para o combate contra a violência contra a mulher, a superação do racismo na infância, a erradicação do analfabetismo, divulgação e propagação de novas tecnologias da informação para acesso à informação dentro de bibliotecas... Essas são vários termos dentro das políticas públicas e aí vem as Oito Metas do Milênio, que é muito interessante. Por que o que é que tem a ver as oito metas do milênio e como vou poder ajudar sendo biblioteca pública? Eles entenderam que a gente na nossa construção de argumentos, explicamos como é que aquele espaço pode superar a erradicação da pobreza, do analfabetismo, da mortalidade infantil.

O oitavo tópico dos oito objetivos é todo mundo para ajudar na superação, todos por esse motivo. Aí vem o Sistema de Cultura do Distrito Federal, do Plano de Cultura do Distrito Federal. Nós ancoramos todas as nossas argumentações e todas nossas estratégias para que cada um fosse um ator dentro desse projeto, dentro desses contextos e dentro desses programas, planos que já existem. E que fazem todo sentido a gente ser transversal. E isso fez com que esses agentes, esses gestores entendessem o papel dentro dessas bibliotecas. E enxergarem que aquele espaço poderia ser, assim como o Conselho Tutelar, um espaço para atender e fomentar o conhecimento sobre o papel do Estado para as crianças, jovens e adolescentes. E assim foi, para cada área, senão vou falar muita coisa aqui. Isso foi importante. Essa construção partiu do Plano do Distrito Federal e a partir do que nós entendemos e a partir da cooperação técnica com a Colômbia fez com que o Projeto Bibliotecas do Cerrado, crescesse, tomasse corpo e adesão dos órgãos e entidades do Distrito Federal para a gente implementar.

YURI: Uma maneira mais simples, como o Wander falou, a gente apresentou a biblioteca pública para os gestores públicos. A gente mostrou um modelo seguido a muito tempo de biblioteca que beneficia um tipo de usuário em detrimento de outro. Que a nossa concepção é diferente e que estava a disposição dos senhores. Então Secretaria do Idoso já faz diversas atividades com o idoso e são as vezes é uma coisa muito pontual, é uma coisa muito específica, por que não abranger isso, usar os aparatos que já tem nas RAs chamados bibliotecas. Se a biblioteca vai ter um espaço para isso. E você vai chamar além dos idosos que você sempre leva, você chama a comunidade a participar disso. Então foi uma apresentação do que é uma biblioteca segundo essa visão construída com todo esse

arcabouço teórico e disponibilizar esse espaço. “Esse espaço está disponível para vocês”. Então criar agendas, criar continuidades de eventos. Então foi feita dessa forma para os gestores públicos. Então por exemplo a Biblioteca Nacional sempre foi muito visada. Então quando a gente recebe alguém da Secretaria da Criança “olha, vocês não querem fazer parte do Projeto Bibliotecas do Cerrado?” Explicamos o que é, isso já formalmente. E todo mundo, 99% das pessoas que nos procuram querem aderir, porque eles querem atingir mais pessoas. Eles veem que não tem só a Biblioteca Nacional, tem a biblioteca de Taguatinga, Machado de Assis, tem a biblioteca do Cruzeiro. Então a centralização das políticas, quando mais você atinge, melhor para o gestor, melhor para as políticas públicas, e melhor para as pessoas que estão sendo visadas, melhor para o idoso, as crianças, o menor. Então foi isso. Então eles se sensibilizaram com essa oportunidade.

WANDER: Tem uma coisa muito louca. Não foram só argumentos não. Nós usamos exemplos concretos de como foi essa mudança. Exemplos da Colômbia. Colômbia dez anos, quinze anos atrás eram com as FARC eram um dos piores IDH do mundo. Chegou a ser durante alguns anos consecutivos a cidade mais violenta do mundo. Onde se acontecia mais morte por assassinato com arma de fogo. As bibliotecas públicas, a partir de políticas públicas construídas na Colômbia foram catalisadores e instituições que ajudaram a apaziguar, a pacificar, a formar e a agregar essas comunidades. Viraram territórios de paz, territórios com desenvolvimento econômico, transferência de renda. Isso foi poderoso para que a Sedest (Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social) poderia usar naquele espaço, quem ela poderia trazer para aquele espaço. Porque você chamar uma pessoa para um, vou usar um exemplo prático: “Venham para a administração para a gente fazer reunião”, a resposta geralmente é “ah, administração, governo, política, que inferno, eu não quero”. Então já não é um órgão, então “Venham para a biblioteca”. Biblioteca é outra história. Aí você fala “Venham para a biblioteca”. Então você quebra. É que nem comparar PM e bombeiro, todos são militares. Polícia não, mas bombeiros salva vidas. O conceito é outro. E você ajuda valorizar simbolicamente, amplia o conceito. Bem, esse é só um exemplo prático.

Então quando a gente apresentou a Colômbia para eles, a gente mostrou que num espaço de dez anos como as coisas estão mudando positivamente, como as políticas públicas implementadas naqueles lugares, fortaleceu o vínculo com a sociedade, memória local, um monte de coisas. Eles falavam “Cara, que interessante, vamos apostar nisso”. Então isso é uma coisa poderosa porque a gente foi nos encontros nacionais de sistemas de bibliotecas, a gente foi nos sistemas de bibliotecas e a gente notou que não existe uma iniciativa nos outros Estados que congregassem tanto as entidades do governo local, é secretarias de governo que participassem do projeto com a finalidade única de bibliotecas

públicas. Isso não existe, não existia. Nesses seis meses de articulação intensa e de proposição e de argumentação e de tentar agregar, foi muito bacana porque a gente conseguiu trazer o governo, que é uma dificuldade imensa o governo conversar com ele mesmo para participar de um projeto de biblioteca pública. Nós trouxemos o nome de biblioteca pública a baila. Isso é legal.

FREDERICO: A última pergunta do questionário era sobre o impacto do PDLL. Como vocês estão vendo o impacto do PDLL?

YURI: Então. O PDLL impactou. Como eu te falei é um documento que vai agregar todas essas informações que corroboram com nossa visão de biblioteca pública em termos de gestão pública, acho que o impacto mais visível é o Projeto Bibliotecas do Cerrado. O qual sem o PDLL não se realizaria, com certeza. Então, acho que o impacto foi visível na gestão pública através do projeto Bibliotecas do Cerrado.

E a sociedade se beneficia do Projeto Biblioteca do Cerrado. Então hoje a gente tem na biblioteca ações voltadas para criança, ou para o idoso, para o adolescente em situação de risco, o público universitário. Então as bibliotecas entenderam, os gestores, o administrador regional, que a biblioteca tem um potencial de transformação social incrível e só foi graças ao Bibliotecas do Cerrado. Isso, assim, a gente quer, quanto mais a gente conseguir imbuir e fazer a população se apoderar desse documento, empoderar-se desse documento, melhor. Porque ela sabe que tem um documento que está balizando suas expectativas em relação aquele ente que é a biblioteca. Isso é sem tamanho, isso a gente espera que mudando o governo, mudando o gestor, isso continue esse documento. Por isso essa importância desse documento e da mobilização que nós que pensamos a cultura e o livro e a leitura temos que fazer quando esse documento for a votação. Que a gente tem que fazer pressão para isso virar lei.

E assim, não é uma coisa revolucionária. É chover no molhado, digamos assim. Só que é extraordinário da maneira que a gente conseguiu fazer isso e extraordinário, a implementação, de é uma coisa que é tacitamente sabida. Sabe que as bibliotecas tinham que ser assim. E não eram. Então as coisas só funcionam com lei. É a mesma coisa, você tem que usar cinto, mas só vai funcionar se virar lei. O cara tem que levar uma multa senão ele vai morrer (risos). É incrível, mas essa é a lógica. Então, as pessoas sabem que a biblioteca é isso, pode ser aquilo. Mas se não tiver lei, não tiver um documento, não tiver política pública voltada não vão fazer. Ou se vão fazer, vamos depender de iniciativas pontuais. Existem várias projetos no Brasil e no DF pontuais que promovem biblioteca pública, ou promovem livro e leitura, a mediação de leitura, só que são coisas pontuais, não refletem a realidade da extensão do território e do Distrito Federal. Então a gente quer

mudar isso. A gente quer que projetos como a Mala do Livro, por exemplo, não sejam exceções, sejam regras. Que uma biblioteca que tenha auditório não seja exceção, não seja restrito à Biblioteca Nacional.

Por conta do Projeto do Biblioteca do Cerrado, nós tivemos bibliotecas que foram modernizadas e ampliadas com essa visão. A gente tem uma promessa de construção de bibliotecas já com esse perfil de bibliotecas do Cerrado, já prevendo esses espaços múltiplos para a população ter um múltiplo uso da biblioteca. As CEUs (Centros de Artes e Esporte Unificados) e já estão saindo. É uma iniciativa federal, mas nós fomos consultados, então a gente está construindo isso juntos.

Uma coisa importante dizer nessa falas todas que nós recebemos um convite para irmos a França. A embaixada da França nos convidou para conhecermos o sistema público de bibliotecas e a relação da biblioteca com a comunidade. Em que pese o distanciamento histórico, Colômbia, Brasil e França isso acontece do outro lado do oceano. De uma maneira muito orgânica mesmo, assim, a comunidade está lá dentro, as bibliotecas tem espaço de múltiplo uso.

FREDERICO: Eles compreendem a função da biblioteca, não é uma coisa esotérica para eles.

YURI: Exatamente, não é um equipamento apenas para leitura pautada, ou com finalidade pautada. Mas, aqui no Brasil, usa-se apenas quando você vai para passar no vestibular, você vai para fazer uma prova, ou você vai para passar num concurso público. Lá você vai para lazer, para relaxar, ver um filme, também auto formação. Na França, é incrível, você vê as bibliotecas voltadas para a formação, que é fantástico. Mas é que a gente conseguiu implementar aqui pouco. Mas você não muda anos de uma visão em dois, três anos. Então a gente espera que a gente chegue a esse nível. Claro que a gente não vai chegar daqui a três, quatro anos, mas é uma evolução que a gente consegue. Olhando a dois, três anos atrás desde que assumimos a gente consegue enxergar. Então a gente espera que isso continue avançando. Por que não temos, por exemplo, um ponto do “Na Hora” nas bibliotecas, uma Sedest, etc.

FREDERICO: Um Sebrae.

YURI: Sebrae, exatamente. Isso tem que ter. Primeiro que você está chamando o público para sua biblioteca né? Você chama! A gente teve um evento aqui de LBG, vieram 330 pessoas em um dia. Gente que veio falar e deram retorno, olha nunca tinha entrado na Biblioteca, adoramos o espaço e tudo. E daí você tem estratégias para a pessoa entrar no acervo, usar o espaço da biblioteca, se sentir do dono da biblioteca, ela pertence ao usuário,

então se empoderar. Então é isso. São estratégias que a gente usa para criar essa sensação de pertencimento, que isso é uma coisa que a gente viu, que foi muito visto e falado lá na Colômbia, essa sensação de pertencimento. A sociedade como um todo, não só concurreiros... E é difícil você formar público, porque ninguém está acostumado a usar e vir a biblioteca para assistir um CineClube, então você tem que fazer, você tem que chamar, pegar na mão mesmo, quase. E dentro do próprio governo. Você tem que mostrar para as pessoas do próprio governo que a biblioteca tem essa função, que ela funciona assim.

E aí você teve ações como as bienais. Tivemos duas bienais de livro e leitura, também são desdobramentos do PDLL. Então, mostra nossa perspectiva de ações desse tipo permaneçam, se multipliquem.

WANDER: Tivemos concursos de autores daqui de Brasília, e de autores infantis. Então foram quatro concursos que são desdobramentos do PDLL, também.

YURI: A gente espera que ações que foram aglutinadas nesse sentido, como as Bibliotecas do Cerrado, se multipliquem e continuem.

WANDER: Eu tenho uma expectativa em relação a isso, o seguinte: o PDLL em várias áreas ele caminhou bastante, em outros precisa caminhar mais, isso aí é fato. Na área de bibliotecas públicas é a Biblioteca Nacional de Brasília e as outras bibliotecas que participaram do Biblioteca do Cerrado, começando com três. Mas atendemos várias outras. Acho que atendemos todas com um projeto ou outro, nós atendemos. As três bibliotecas do projeto Bibliotecas do Cerrado foram Núcleo Bandeirante, Cruzeiro e Biblioteca Nacional de Brasília. Isso no primeiro momento, mas ao mesmo tempo estava acontecendo isso no ano passado, de agosto até início de dezembro, final de novembro, nós estávamos atendendo outras também, porque as outras receberam agenda cultural, circuito de feiras do livro, as exposições que a gente enviou, cineclube, os festivaizinhos. Todas as outras também receberam atividades, mas essas três foram as três focos para a gente fazer o projeto piloto que a gente conseguisse colher os resultados, avaliar e mostrar o que era viável, tudo se tornou viável. Mas o importante é que a gente sentiu uma mudança drástica, abrupta. Se dentro do PDLL estavam dizendo que não aconteceu nada nas bibliotecas, de atividades culturais, ou de política pública, ou que não houve melhorias, que não houve um avanço, que não tem internet. Nós vimos que com bibliotecas do cerrado isso aconteceu.

É importante que se diga também que tendo o documento é poderoso para sensibilizar outros gestores. Nós estamos num país que não lê. Nós temos documentos que provam que esse é um país que não lê. Então você fazer um gestor que está acostumado a fazer evento e festa a investir 300 mil numa biblioteca, num revitalização, é uma coisa de

doido. E com menos, teve gente que investe 160, 150 mil e conseguiu dar um tapa na biblioteca.

YURI: Você conseguir 400 mil de um deputado para compra de acervo não é uma coisa pequena.

WADER: Ah, é muito pouco? Claro que é muito pouco, mas para que não tem nada. Nossa cara, com isso conseguiu abrir o acervo da Biblioteca Nacional. Por que as gestões anteriores não abriram? Isso é muito doido. Mas enfim, o Projeto, o Plano tiveram avanços muito bacanas e muito positivos. Precisa melhorar? Mas é óbvio, é óbvio. A gente está longe de estar bem, estamos muito longe. Agora as bibliotecas que ficaram e que participaram diretamente da primeira edição, no primeiro ano, elas tem estatísticas que a gente vai mostrar. Conseguimos coisas poderosas. Em dois anos conseguimos apoio para revitalização de sete bibliotecas... Ah mas tem vinte e seis! Eu sei, mas vou falar igual ao Lula, se eu conseguisse a solução para todas as bibliotecas em dois anos, eu não seria gestor, seria Deus, eu não sou Deus, ou não somos (risos).

Enfim, eu acho que o Plano foi fundamental para que a gente tivesse embasamento, empoderamento para propor as mudanças. E ele é um norte, um norteador para que outros gestores continuem praticando as mudanças. E cada vez mais estruturarem os processos. Isso foi importante também. O documento a partir do projeto Bibliotecas do Cerrado propõe uma estrutura. Quando a gente chegou aqui só tinha uma proposta de estrutura: só vai funcionar bem o servidor daqui com o de lá, não. O Sistema Estadual de Minas Gerais fica em Belo Horizonte, os outros municípios não são ligados a eles, assim, são da maneira como são cidades, então tem autonomia. O que você tem que fazer é fazer política pública e sensibilizar seu gestor, é isso. E foi o que a gente está propondo, é o que a gente propõe. Aí a gente tem modelos de processos também. Ah, vamos deixar eles livres de fazer de catalogação. Nós vamos fazer isso para que eles fiquem livres de fazer catalogação, classificação e fazerem mediação de leitura, projetos culturais, mediação cultural. Nós vamos fornecer o que temos de agenda cultural, mas eles também podem propor agenda cultural a partir de sua comunidade. Eles têm autonomia para isso e criatividade para isso. Isso é importante para que eles se empoderem e consigam saber o que está rodando na arquitetura da cidade dele. Saber quem são o pessoal da casa de leitura, saber quem são os idosos, os grupos culturais. Então isso, tá mostrando um processo. Como que a gente vai comunicar nossas ações culturais, como que a gente vai comunicar as atividades, como a gente vai comunicar as ofertas de serviços das bibliotecas, planos, também, de comunicação. São processos que o Plano do Distrito Federal propôs e a

gente está tentando implementar a deixar as vias para o pessoal. Chegou, sentou, ligou o piloto e sabe... agora tem o manual disso, tem manual daquilo, isso é importante, não tinha.

O Plano também serviu para harmonizar os processos. A gente propor processos para o Sistema da Biblioteca Nacional e isso foi importante. Então o saldo nosso é positivo. Precisa melhorar? Muito. Sem dúvida.

YURI: Nos aspectos, inclusive, mencionado. A comunicação, inclusive, dentro do governo precisa melhorar ainda. Muitas vezes a comunicação com a comunidade é feita só pelo Diretor da Biblioteca. Você tem uma Secretaria de Cultura que tem uma rádio, que poderia estar fazendo isso, tem as agendas culturais. Incluir as bibliotecas nesse circuito cultural “programativo”, mesmo, na programação. É uma luta que a gente está tentando há algum bom tempo para criar, mesmo. Muita gente não vem, mas comenta nas redes sociais que ficou sabendo “só ontem” e acabou não participando do evento. Então, nosso alcance é limitado pelas redes sociais. Apesar de redes sociais ter um grande alcance, ter uma grande penetração. Nem todo mundo tem computador, nem todo mundo acessa aquele dia. Então é importante que a gente tenha essa agenda. Que os jornais, essas seções de cultura dos jornais nos procurem, que a gente procure a Secretaria ou a Subsecretaria de Comunicação. Isso é um dos aspectos a serem melhorados.

FREDERICO: Agora, vocês mencionaram o Sistema de Bibliotecas. Esse Sistema, que inclusive está escrito no PDLL, foi apontado na demanda dos bibliotecários como a principal expectativa em relação ao PDLL. Como é que ficou essa questão do Sistema de Bibliotecas?

YURI: A viagem que nós fizemos para a França foi muito boa porque balizou o que a gente pensava sobre o sistema de bibliotecas. Nós temos hoje institucionalizado uma rede de bibliotecas, como o Wander falou, existe uma diferença entre redes e sistemas, aliás, alguns autores, tem autores que tratam como se fossem a mesma coisa redes e sistema. Mas a gente pensa na criação de um sistema que fosse voltado para a gestão cultural no sentido de processos, recursos fossem maximizados ao máximo. Por exemplo, o processo de catalogação, não precisa em 27 bibliotecas ter bibliotecários presos em processo de catalogação. Se você tem um sistema se você catalogou um livro só uma vez, as outras bibliotecas só penduram uma cópia mais. As compras de livros podem ser feitas por regiões, por demanda, planejada, de acordo com as características da região onde a biblioteca está. Uma biblioteca que tem livros voltada para determinada área, abrir um negócio, por exemplo, tem que ver a vocação dessa região. Ou naquela Região Administrativa tem muita literatura, mas está faltando livro de história, então vamos comprar livros de literatura para

todo mundo, então não precisaria porque na verdade já estaria sendo suprida. Isso na França a gente viu que é feito dessa forma. E aí libera as pessoas que estão nas bibliotecas para exercerem essas atividades que a gente pregou esse tempo todo aqui nessa entrevista. O que é muito bom.

Então isso, acho que o Wander tem agido muito nessa perspectiva e a gente tem trabalhado nessa perspectiva também na medida que a gente está com um convênio de modernização que prevê compra de softwares, compra de equipamentos de informática, leitores de código de barra para que a gente consiga implementar o sistema de fato. Onde a catalogação seja otimizada, os recursos públicos sejam otimizadas. E as pessoas que estejam a frente da biblioteca possam executar com mais facilidade todos esses preceitos, receber a Biblioteca do Cerrado melhor, abrir suas agendas, trabalharem mais nisso, sem deixar de lado os aspectos biblioteconômicos.

E a Biblioteca Nacional, desse sistema, é a biblioteca cabeça, a biblioteca chave. Então a Biblioteca tem esse papel de exercer isso. Então, os nossos processos biblioteconômicos ficam muito bem pensados. Tivemos essa oportunidade. Claro começando a biblioteca do zero, então você pode começar a catalogação com suas tabelas todas em congruência, sem duplicidade de coisas. E ao mesmo tempo mostrar que é possível manter esse lado teórico que impacta, sim, na recuperação da informação e isso a gente deixa muito claro. Que a gente os bibliotecários ficam muitos presos a virgula ali, coisas muito específicas. Mas a gente não, a gente que mostrar que algumas dessa situações impactam diretamente na forma como o usuário vai alcançar aquela informação, então é importante que se cuide disso. Mas mostrar que, também, é importante que esse aspecto social, cultural pode conviver dessa forma e a biblioteca faz essa papel irradiando esse modelo para aproximar as bibliotecas. E o Sistema coordena todas essas atividades culturais e oferta às bibliotecas essas atividades e formação...

WANDER: Formação é uma coisa que nós nos preocupamos muito poderosamente. Pensar nas pessoas. Analisando agora, em dois anos a gente executou mais de trinta e cinco formações, teve curso de mais de cem horas, de mediação de leitura que a gente fez. Com 151 (cento e cinquenta e uma) pessoas, em cinco cidades nossas. A maioria agente da Mala do Livro e outras pessoas também que são lideranças comunitárias. Então saíram com certificado de curso que fizeram na Universidade de Brasília porque a pessoa que fez com a gente tinha essa titulação de Mestre, e de bibliotecários, inclusive.

Então foi uma preocupação muito grande. Todos os relatos de experiência: Fomos à França, à Colômbia com dinheiro do nosso próprio bolso. Nós fizemos relatos de experiência, fizemos encontros, chamamos outras Secretarias, fizemos com servidores aqui nossos cursos para acessibilidade e leitura de acessibilidade, nós botamos os servidores

para fazer também. Então isso foi uma coisa a gente pensou. E os servidores das bibliotecas públicas. Então formação é fundamental.

Pensando num plano, pensando num projeto Biblioteca do Cerrado, visão estreita, política pública estreita. Visão pequena, política pública pequena. A gente precisa largar os nossos conceitos e as possibilidades. Isso é fundamental.

FREDERICO: É muito interessante. Mas, na verdade a demanda que eu indiquei, acredito que é o sistema técnico entre as bibliotecas. Um sistema concreto que viabilize aspectos técnicos que já foram apontados.

YURI: Ah, sim. A respeito disso. Ciente disso enquanto eu ainda não era Diretor da Biblioteca, eu era chefe do Núcleo de Ação da Informação, então hoje a Unidade de Gestão da Informação. Eu comecei a fazer um estudo para balizar a escolha de um sistema. Claro que junto com os colegas e junto com cada setor. No que consistia esse estudo. Primeiro, claro, literatura especializada, eu li. É uma coisa muito difícil, é muito complexo. Porque envolve bibliotecário, envolve o usuário, envolve a questão de TI. Nem sempre esses três entes conversam. Dificilmente eles conversam (risos) e não convergem.

Então a primeira coisa é o que nós. Esse estudo sempre foi feito tendo em mente Biblioteca Nacional seria a biblioteca chave do Sistema. Então ele foi pensado para ser multiplicado, ou para ser atendido, que se atendesse o Sistema de Bibliotecas.

Então o que nós precisamos enquanto Biblioteca Nacional e o porquê. Obviamente, nem todo mundo precisa ter o nível de exigência de catalogação da Biblioteca Nacional. Não faz sentido uma biblioteca regional ter o mesmo nível. Só que num sistema que seria único, a biblioteca, digamos, a mais especializada seria a Nacional. Então a gente pensou, a gente tem que ter um sistema que vai atender a Nacional e as demais. A gente não pode ter um sistema que atende uma biblioteca de bairro e que não vai atender a Nacional. A gente vai ter que almejar um topo. Mesmo que as outras bibliotecas não precisam fazer necessariamente a mesma catalogação e tudo.

Então o que nós precisamos? Fizemos um trabalho em cada setor da Biblioteca. O que para cada setor é imprescindível que um sistema de gerência de bibliotecas tenha, setor de obras raras, de coleções, de processamento técnico. E para cada setor os itens foram divididos de duas maneiras, tem os itens indispensáveis e os itens desejados. Os itens desejados fizemos uma escala de 1 a 5, 1 é menos desejado, 5 é mais desejado. Olha é indispensável que tenha um controle de doadores, de doações, esse tipo de coisa. E fui mensurando esses dados. E elaborando essas tabelas. Para o setor de processamento técnico tem que ter controle de autoridade, tem que ter remissiva, tem que ter em dois idiomas, etc. Atendimento o que precisa? Tem que ter o Opac que é do usuário, tem que ter

em três idiomas, que é uma Biblioteca Nacional, precisa disso, precisa daquilo. Então, depois, fui na literatura para ver se estávamos de acordo. Tem muitos trabalhos nessa área, mas as vezes são muito específicos para determinado órgão.

Então depois de ter feito esse paralelo voltei aos setores com duas coisas em mentes. Ver se tinha alguma coisa que tínhamos deixado de fora e que eu consegui mapear e se determinada coisa era realmente o que eles tinham falado. Por quê? A gente está falando de órgão público, a gente não pode dirigir uma licitação e algumas coisas a gente viu que seria difícil de atender pelo sistema, ou seja, que todos, ou pelo menos mais de um sistema tivesse essas características. Então realmente esse item é imprescindível, não pode ser um nível simples? Porque algumas coisas beiravam a utopia. Isso se confirmou porque paralelo a isso, a gente fez um estudo dos Softwares disponíveis. De que maneira, a gente criou alguns critérios, por exemplo, tem que ter algumas informações que sejam facilmente importadas, tem que ter um site em português que diz o mínimo do mínimo, trabalha com MARC 21, atende ABNT, senão, não especificar isso, dizer que não atende, a gente já não vai considerar esse software para estudo porque é o mínimo para nossa área. Embora a gente saiba que alguns falem que fazem MARC 21 e não aplicam totalmente, ou aplicam de maneira equivocada e tudo, mas teve um mínimo para começar um estudo. Teria que ter suporte em português. Tinha que ter alguns itens, não vou lembrar-me de todos.

E aí separamos alguns softwares, salvo engano, foram seis, sete softwares. E depois que fechamos esse questionário, toda essa tabulação e enviamos um questionário para as empresas de softwares. Essas empresas responderam esse questionário, mas sem saber o que era desejado e o que era imprescindível, mandamos os itens sem as especificações. Nem todo mundo respondeu. A gente deu bons meses aí, porque, claro, a gente sabe que é difícil o retorno.

Ah, esqueci também de falar do setor de informática. O setor de informática foi preponderante porque teve a uma questão tecnológica, de custos, de otimização que a gente pensou, que é a questão de *software* cliente-servidor e web-servidor, que nos auxiliaram a tomar uma decisão.

Depois de tabular esses dados, a gente partiu do pressuposto que o que a gente considerou imprescindível, se o software não atendesse um desses itens, o software estaria fora, porque se é imprescindível teria de ter. E aí partimos por aí. Então esses *softwares* que não atendessem estavam automaticamente descartados dessa nossa pesquisa. Daí, sobraram esses seis softwares. Isso no papel.

E o próximo passo era identificar se ia além do papel. Então a gente pediu uma demonstração desse *software*. Também nem todo mundo demonstrou, quis fazer essa demonstração, por mais diversos motivos, alguns até meio esdrúxulos que ficava bem evidente que de fato ela não atendia o que havia dito no papel. Aí nessa demonstração foi,

realmente, possível ver, “olha, você falou que tem isso, mas não bem isso aqui não”. Especificamos e tudo. Quem passou nesse teste da verificação *in loco*, da apresentação, a gente pediu para fazer o teste. Então, depois da apresentação teve o teste. Fomos muito questionados, “ah, mas vocês não fizeram o teste num *software* e descartaram”. Olha, se a gente faz um teste de questionário e vocês não passam no teste de questionário, então a gente não precisa fazer um teste para comprovar que vocês, realmente, não nos atendem. Eu preciso fazer um teste para provar empiricamente que tudo o que vocês colocaram vocês atendem. Porque, assim, mesmo na demonstração ela demonstra que faz, mas quando você vai colocar a mão na massa você que não vai te atender por uma série de motivos. Pode ter a funcionalidade, mas ela não está bem implementada, esse tipo de coisa. Fizemos isso também.

E aí a acho que a gente conseguiu um software e aí tivemos que voltar. Isso tudo por quê? Para a gente fazer uma licitação de software. A gente teve que voltar novamente nas questões que eram imprescindíveis voltar. Porque não pode ter só um, e não seria nem justo. Então, “isso aqui é realmente imprescindível?” “Não, mas seria muito bom”. Então não é imprescindível, é muito desejado. Então fizemos esse trabalho para tentar agregar o maior número de software possível para ter uma concorrência justa e leal. No meio termo, vários foram muito bons, várias empresas de softwares falaram que começaram a adotar medidas para tentar adaptar o seu software. “Claro, olha vocês sabem o que estão falando. Nosso setor de informática os bibliotecários gostaram muito”, a gente praticamente deu uma consultoria para esses softwares. Muitos deles foram atrás para adaptar ao que a gente estava querendo.

Depois disso, fizemos a nossa licitação gigantesca. Só a parte de especificação do software tinha umas cinco, seis páginas. Então pensamos em todos os pormenores. Por quê? Porque licitação de software é muito complexa, todo mundo fala que tem e na hora que você vai verificar não tem. Você tem medidas jurídicas, legais para você contestar só que é complicada. Você mostrar que não tem, esse aqui não atendeu comprovadamente, tem que ficar meses mostrando e tal.

Fizemos todo esse trabalho, esse arcabouço, justamente sabendo dessa dificuldade de licitação. Foi para licitação agora dia 03 de setembro e temos um ganhador. Foi o software da Docs & Bytes Alexandria. Que, na verdade, ficou em segundo lugar. Foram cinco classificados. Na apresentação de documentos, o primeiro lugar não apresentou a documentação, então foi excluído do processo, o segundo lugar que foi o Docs & Bytes ganhou. Essa licitação na especificação está bem claro que seria um software Web. O que significa isso? Ele será instalado na Biblioteca Nacional, no nosso servidor, e as demais bibliotecas vão acessar via *web*, isso quer dizer também que só vai ser pago uma licença uma única vez. Hoje somos 27 bibliotecas, se amanhã formos 50 ninguém vai pagar

a mais por isso. Então é só acessar a internet, não precisa ter servidor. No outro modelo, que é de cliente-servidor, cada biblioteca tem que ter seu próprio servidor, por menor que seja é custo, um custo operacional, um custo de manutenção, técnico que seria uma dor de cabeça. Obviamente, a gente está correndo um risco. Tudo tem prós e contras. Se a Biblioteca Nacional cair, todo mundo cai junto. Mas, a gente vai trabalhar para que isso não aconteça. No estudo que a gente fez para adoção desse modelo, nós verificamos que isso acontece muito raramente. Porque a gente tem um servidor robusto e paralelo a isso a gente pediu equipamentos tecnológicos para incrementar o nosso servidor, isso foi pensado também.

Então é isso, na verdade o que acontece? A gente pediu uma manutenção, um suporte por 12 meses. O software vai começar a ganhar dinheiro, digamos, com a manutenção. Porque depois de um ano vai ter que ser feito uma nova licitação, um novo contrato, um adendo do contrato, e quanto mais bibliotecas nesse contrato o software vai ganhar. Então eles vão ganhar com a manutenção.

FREDERICO: Tem previsão para começar a funcionar o Sistema?

YURI: Então, aí é o trâmite licitatório. Até a onde a gente sabe da documentação, liguei ontem. A documentação está toda correta. Falaram que é muito rápido, isso chegar. Aí vamos ter a questão da migração de dados das bibliotecas. A visão que a gente tem, que a gente vai ter que trabalhar isso mais a fundo. A gente tem hoje duas bibliotecas cabeças para migrações de dados, que é a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Pública de Brasília, da 312. Que são as bibliotecas com a maior quantidade de acervos e que o acervo já está informatizado. Obviamente vão ter problemas de migração, sempre existe, por mais que sempre sigam os modelos. A gente vai ter problemas de consolidação de dados, a gente vai ter que passar por isso. A coisa boa é que, por exemplo, tem um livro aqui, tem um livro na Biblioteca Pública você não precisa migrar os dois, você migra um dado que já está catalogado. Então a gente pensa que essas duas bibliotecas vão englobar a esmagadora parcela do acervo de todas as bibliotecas e que muita coisa vai estar “batendo”, duplicada, entre aqui e aquela. Você só vai pendurando exemplar. Então, para a gente isso vai ser, e é um ganho gigantesco que aí as bibliotecas vão se aproveitar, porque a maioria das bibliotecas está em manual, né? Então não tem nem sistema, não tem registro eletrônico. E se tem está um estado muito rudimentar, estão num sistema gratuito, software livre ou coisa assim.

Nós testamos softwares livres também, isso é importante de dizer. O modelo de negócios do software livre não é uma coisa gratuita como as pessoas confundem. Ele é um software de gestão livre, mas você precisa de uma equipe, ou você tem uma equipe de TI

no seu órgão, ou não adianta, você vai ter que contratar, a contratação dessa empresa é cara, é mensal, não dava para fazer esse modelo que a gente fez agora. E nenhum está pronto hoje para atender nossas necessidades, então a gente descartou por esse motivo. Então é isso. A gente está muito animado. Isso vai impactar as políticas públicas, ao Sistema de Bibliotecas a tudo que a gente está querendo. Você desonera a equipe de um trabalho penoso que é desnecessário. Então se a Biblioteca Nacional tem um livro, a biblioteca lá da ponta não precisa catalogar o seu exemplar.

WANDER: Não vai precisar de um bibliotecário, ou que fosse para desempenhar isso. E não precisa ter coordenador, que seja um bibliotecário ou não, ou qualquer área que seja, ficar fazendo catalogação, classificação, não precisa. Você vai deixar as mãos livres para ele poder fazer o que interessa com a sociedade, propor outras coisas. E uma outra coisa, isso aí tem que fazer um mérito para o Yuri, que foi um imenso estudo realizado. E que serve de referência para outros coordenadores estaduais de sistemas de bibliotecas, que pegaram o estudo para poder embasar as licitações deles, isso é muito legal. E que deu um imenso trabalho.

FREDERICO: E atende ao PDLL, mas esse trabalho, na verdade, é anterior ao PDLL?

WANDER: Sim. É anterior ao PDLL. Ele foi, na verdade, de certa maneira, contemplado no PDLL. Por quê? Porque a gente acha que o bibliotecário hoje tem um foco muito grande na questão técnica, ele tem que perder seu tempo ali nas questões técnicas.

YURI: Só completando a questão do software, vem pegar todas as ações que o Sistema já faz. Já tem distribuição de livros, de doações para as bibliotecas, tem as demandas. Você, então, vai ter um software que vai agregar as demandas de aquisição das bibliotecas, conseguir fazer uma planificação das aquisições, seja doação, ou não. Ou seja, ali tem uma falta de livros sobre história, na outra não. Mapear isso de uma maneira mais fácil. Primeiro que vai estar *on-line*, para o usuário então, ele vai poder pesquisar numa biblioteca, em qualquer biblioteca ele pode pesquisar e pegar um livro em Sobradinho e entregar aqui na Biblioteca Nacional. Isso é claro que não vai ser da noite para o dia, mas é o primeiro passo para que isso aconteça. E no futuro, que a gente espera que não seja tão longo aqui, focar numa catalogação centralizada. Daí você tem um órgão todo dentro da Biblioteca Nacional, dentro do Sistema, não sei, que faria essa catalogação de maneira centralizada mesmo. Como nós vimos na França, na Colômbia. Aí, as bibliotecas teriam o

seu bibliotecário, ou outro gestor, voltados para a promoção de cultura de políticas públicas, de livro e leitura e essa parte técnica, teria um órgão centralizado que faria isso. Aí seria a culminância desse trabalho.

FREDERICO: Bem. Em relação ao PDLL, por enquanto, esgotaram minhas perguntas. Gostaria de agradecer por me receberem. Mas, gostaria também de me aprofundar no projeto Bibliotecas do Cerrado. O Wander é o Coordenador do Projeto, não é isso? Então será que poderia dizer de forma geral como foi criado e como tem funcionado o Projeto Bibliotecas do Cerrado?

WANDER: Bibliotecas do Cerrado foi um projeto construído a partir das concepções mais modernas, sobre bibliotecas públicas para o século XXI. O Projeto é da Secretaria de Cultura e do Sistema de Bibliotecas para as bibliotecas públicas do DF. Ele foi construído a partir do documento do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura, a partir de uma outra série de documentos, a partir, e é importante que se diga que o Plano do Distrito Federal é feito de uma construção coletiva com a sociedade também. E ele foi proposto ao governo do Distrito Federal, uma parceria ampla e coletiva junto com entidades do Distrito Federal e também com a sociedade civil. Nós conseguimos onze instituições do DF, nove Secretarias e dois outros organismos que eram o Arquivo Público de Brasília e a Coordenadoria da Juventude do Distrito Federal, e as nove Secretarias você vai poder conferir o nome de cada uma delas no documento. E aí que coordenaram esforços para praticarem políticas públicas. Ah, muito importante, além das Secretarias, nós tínhamos as Administrações Regionais dessas cidades. Essas administrações regionais, elas tinham uma função de providenciar o corpo administrativo, as pessoas, os recursos humanos e fazer as mudanças, alterações, revitalizações e ampliações necessárias para que as bibliotecas pudessem funcionar. Essa é a competência das administrações regionais e sem elas, também, a gente não teria conseguido. Isso é importante.

Então, toda essa articulação do Projeto Bibliotecas do Cerrado fez com que esses poderes, essas forças, trabalhassem unidas numa única finalidade, promover a biblioteca pública. E aí as instituições, secretarias de governo trabalhavam com a competência de realizar políticas públicas, que não eram inventadas. Mas que elas já faziam dentro das bibliotecas públicas. Uma coisa que foi bom dentro dos resultados, é que ao final já tínhamos secretarias bolando políticas públicas específicas para bibliotecas públicas. Isso foi muito interessante.

Então, foi lançado no meio de julho e no início de agosto, de 2013, acho que começamos nossas atividades. Então nós tínhamos as primeiras três bibliotecas. As primeiras bibliotecas que participaram do Projeto, a Biblioteca Nacional de Brasília, a

Biblioteca do Núcleo Bandeirante, Vó Filomena, e a biblioteca do Cruzeiro. (A biblioteca pública do Núcleo Bandeirante tem um bibliotecário, a do Cruzeiro não tem, é um professor de história, que além de gerente de cultura coordenava a biblioteca também). O Benedito no Núcleo Bandeirante, o Rafael no Cruzeiro e o Yuri na Biblioteca Nacional de Brasília.

E aí a gente começou essa série de atividades. Nós tivemos a Secretaria da Criança, que é muito importante que se diga. A Secretaria de Educação era estratégica dentro da Biblioteca do Cerrado porque ela cumpriu um objetivo fundamental de trabalhar educação integral dentro das bibliotecas. Ela cumpriu um objetivo muito importante de trabalhar a cidade. O conceito de cidade educadora, que não só a escola, mas outros equipamentos públicos podem influenciar na educação do aluno. E ela trazia os alunos essa valorização da biblioteca pública diretamente no aluno. Então, isso foi forte, muito poderoso. Os estudos mostram que essas crianças, depois que saem da escola para de ler drasticamente para frequentar a biblioteca pública. A nossa ideia é fazer essa valorização simbólica e articulação biblioteca escola. E aí os alunos participavam, nós tínhamos atividades para terceira idade, para o idoso. Nós tínhamos atividades para o jovem, para o adolescente. Nós tivemos num período de quatro meses. E elas foram acontecendo no período de agosto até início de dezembro mais ou menos, mas foi até o final de novembro.

No período de quatro meses nós tivemos 48 mil pessoas frequentando a Biblioteca Nacional de Brasília e um pouco mais de 16 mil pessoas no Cruzeiro e no Núcleo Bandeirante, isso deu 62 mil e lá vai alguns quebrados de pessoas num período de quatro meses frequentaram essas três bibliotecas públicas.

Claro, não foram só para as ações, mas que pelas estatísticas que nós computamos no Cruzeiro, nós tínhamos nas mesmas épocas dos anos daquele período, uma frequência de 800, 900 pessoas, naquele período. Mas que com a Biblioteca do Cerrado, neste mesmo período pulou para mil e oitocentos. Então teve casos que dobrou, ou um pouco mais do dobro nesses lugares.

A diversidade de público aumentou. Nós não tínhamos só os alunos que estavam estudando só para vestibular, ou concurso. Então a gente teve primeira infância, segunda infância, fundamental, ensino médio. A gente fez rodas de leitura, rodas de leitura. Foram 600 período num período de quatro meses, lendo literatura e filosofia, foi muito bacana.

Nós tivemos agenda cultural fornecida pelo Sistema de Bibliotecas Públicas. Nós tivemos as políticas públicas e as ações das Secretarias de Governo. Nós tivemos a diversidade de público. Nós tivemos o incremento tecnológico que essas bibliotecas receberam computadores e foram colocadas internet. Nós tivemos a revitalização com o ressalvo de que a BNB ainda está em processo de revitalização por todos os problemas burocráticos. Mas essas foram revitalizadas e ampliadas no caso do Núcleo Bandeirante,

tem uma ala completamente nova que eles colocaram lá, vai ser um espaço importante para atividades.

Ao mesmo tempo de tudo isso, nós tivemos a sensibilização de gestores públicos que fez com que outras bibliotecas entrassem no naipe de revitalização, também. O Sistema Nacional de Bibliotecas tem um projeto chamado Mais Bibliotecas que eles vão aos Estados e fazem nos municípios e nas capitais reuniões com gestores públicos, bibliotecários e agentes de livro e leitura. Isso no Brasil inteiro. E isso é uma ação do Sistema Nacional que faz sensibilização com os gestores que é o “Mais Bibliotecas”.

Em nível local nós fizemos isso com todos os gestores da RAs. Isso foi muito importante. Tivemos várias reuniões com gestores. Isso fez com que treze bibliotecas recebessem da Casa Civil, colocasse no seu planejamento, receberam 161 computadores novos com manutenção, com computador de ponta. Outras não. Não foram sensibilizadas, nós temos aí o restante que não recebeu. E isso precisa melhorar, mas conseguimos que 161 computadores novos, os que não foram novos, a gente tem uma parceria com uma ONG que trabalha com cultura digital que faz readaptação de equipamentos e para acesso a tecnologia da informação. E essa parceria com eles me deu 30 computadores e prometeu que assim que a gente fosse ajeitando os locais a gente poderia até ter 600 computadores disponíveis para essas bibliotecas e bibliotecas comunitárias que a gente viesse a apoiar.

E isso tudo a gente correndo atrás. Então a sociedade civil também foi parceira. A extensão da Universidade de Brasília a gente conseguiu trazer para o Rodas de Leitura, outras atividades também a gente trouxe a extensão da Universidade de Brasília. Então o Projeto de Bibliotecas movimentou esse povo todo com o fim de trabalhar a biblioteca pública como único objetivo.

Esse ano o Bibliotecas do Cerrado... O ano foi muito atípico, Copa do Mundo, eleições, a gente teve a Bienal que foi uma loucura a gente trabalhar. Nosso projeto dentro da Bienal Biblioteca do Cerrado nós tivemos um estande, chamado Biblioteca do Cerrado. Onde aconteceu uma extensa atividade durante os onze dias da Bienal. Com atividades de agentes de leitura e coordenadores de bibliotecas. Então o que as bibliotecas faziam, atividades, Taguatinga foi, Núcleo Bandeirante foi, o Cruzeiro foi, outras bibliotecas e agentes de leitura, fizeram contação de história, rodas de leitura, teatro, várias atividades culturais. Fora isso a gente ainda fez o Encontro Internacional de Bibliotecas Públicas, Comunitárias, Escolares e agentes de leitura, que aí a gente teve 200 pessoas, trouxe gente da Colômbia, trouxe gente do Rio de Janeiro.

Eu fiquei muito triste que a Universidade não veio. Mas a Universidade tem boicotado a gente frequentemente. Pode ficar registrado isso aí! A Universidade, tá complicado! Enfim, depois disso, nós começamos algumas questões com os convênios porque só conseguimos as contrapartidas este ano. Foi uma luta política muito ferrada para conseguir essas

contrapartidas, mas conseguimos as contrapartidas. E estamos executando, projetos inteiros estavam errados, estavam caducos. Então, além disso tudo entrou Copa, entrou eleições e o nosso projeto Biblioteca de Cerrado esse ano, o círculo de Feira do Livro, é o Agente de Leitura que foi prorrogado para 2015 porque a Casa Civil não reenviou para a gente. E é o que a gente tentando executar o Círculo de Feira dos Livros agora. E tem o de modernização, agora mesmo a gente está fazendo tudo isso. E agora fazendo o balanço final.

Para o ano que vem, eu não sei como a gestão vai pensar, mas é importante que se avalie o que foi feito e se faz sentido na cabeça do gestor dar continuidade a essas atividades.

FREDERICO: Será que vamos conseguir institucionalizar o PDLL e projeto Bibliotecas do Cerrado como políticas de Estado?

WANDER: Cara, até o final do ano? Eu estou achando complicado. Acho que o Nacional não sai. Não sai como lei. Mas é aí que existe sociedade civil que é fundamental. A sociedade civil tem que ser empoderada, né? Acho que uma pena que o Fórum de Livro e Leitura tenha se esvaziado.

APÊNDICE L – Entrevista com Cleide Soares, bibliotecária, representante do Colegiado Setorial do Livro e da Leitura do Distrito Federal

Entrevista gravada digitalmente realizada com a bibliotecária, representante do Colegiado Setorial de Livro e Leitura do DF, Sr^a Cleide Soares, em 14 de outubro de 2014:

SOARES: Participei desde o PNLL, o início do PNLL. Participei das primeiras reuniões de construção do Plano Nacional do Livro e Leitura. Também de todo um processo que envolveu uma mobilização de municípios. E aí o Distrito Federal entrou nisso aí. Na verdade como eu atuei muito com comunidades rurais, então o meu interesse é que essas populações não ficassem excluídas dos Planos, então sempre que possível tentei chegar até elas. E os criadores do Plano Nacional do Livro e da Leitura, principalmente o Galeno Amorin, que hoje estão rompidos, está uma confusão na área do Livro e da Leitura. Eles estavam todos envolvidos. Tinha o Galeno Amorin, o Castilho. É uma mesma turma que está meio estremecida. Também o Carlos Alberto Xavier, vale a pena você conversar com ele, ele é um ícone dessa área.

Aí o PDLL, no Distrito Federal, ele também começou com esse trabalho de mobilizar as comunidades daqui do Distrito Federal. Naturalmente, nesse momento o Aníbal era a pessoa que estava a frente e eu acompanhava isso mais com um olhar nacional. Então quando foi ano passado em 2013 eu voltei para a Câmara Legislativa depois de passar mais de dez anos no Governo Federal, eu voltei para a Câmara Legislativa e daí eu peguei o Plano do Distrito Federal, o Plano Distrital do Livro e Leitura, e dei uma destrinchada nele e tentei retomar. Aqui mesmo na Câmara Legislativa nós fizemos a Audiência Pública para discutir o PDLL.

E aí nós chamamos o Secretário de Cultura e o Secretário de Educação, o próprio Aníbal, mais a Subsecretária do Livro e Leitura, que é a Ivanna, e a equipe toda que estava composta nesse tempo aí. Para fazer uma discussão, que inclusive acho que vale muito a pena te passar o relatório final da audiência pública.

FREDERICO: Mas depois dessa audiência, você não participou da implementação?

SOARES: Então, assim. De fato, no Distrito Federal, ele não está acontecendo. Então você provavelmente você vai a Secretaria de Cultura e eles vão dizer que está acontecendo. Mas assim, efetivamente, o PDLL não está sendo implementado. O PDLL trabalha com os eixos. Mas, o que está acontecendo hoje no Distrito Federal são ações pontuais. Não é uma ação pensada no PDLL. Eles trabalham com a Bienal, por exemplo, como ação do PDLL, não é. Ah, democratiza o acesso? Não é isso. Bienal não pode ser um

projeto de PDLL. O PDLL são eixos, políticas, envolve uma série de intervenções e ações do Estado que não pode ser reduzido a um evento a cada dois anos.

FREDERICO: É verdade. A Secretaria de Cultura exatamente aponta como ações do PDLL a Bienal, também a Biblioteca do Cerrado.

SOARES: Que não existe. Pegaram a Biblioteca do Cruzeiro que já existe não sei quanto tempo.

FREDERICO: Inclusive já era uma biblioteca incorporada a um centro cultural, antes do Bibliotecas do Cerrado.

SOARES: Pois é. E que já existia há muito tempo. Eles colocaram algumas coisas na biblioteca e falaram que era uma ação do PDLL. Primeiro que o PDLL é uma ação articulada, então, assim. Ele não pode ser uma ação de governo e falar que aquilo ali é PDLL. É óbvio que qualquer ação que eles quiserem encaixar vai caber se quiser.

Mas, assim o Plano pressupõe uma ação articulada entre Estado e sociedade, entidades. Uma ação em que você discute, tem todo um procedimento. E isso não está acontecendo no Distrito Federal. E para te falar a verdade, isso reflete também, um cenário nacional. Porque o PNLL, também não está sendo implementado. E a minha tese em relação a esses planos é que eles foram criados para justificar transferência de recurso quando é conveniente. Então, assim, ah você vai transferir recursos, você coloca assim, para implementar ações do Livro e Leitura, só. Porque na verdade ele deveria ter toda uma sequência. Você reúne os poderes, as instâncias governamentais, reúne a sociedade, discute o que ela demanda, a necessidade que a sociedade tem, apresenta aos especialistas propostas, tenta mediar algumas coisas e constrói um plano coletivo. Só que isso não está acontecendo na prática, não se tem reuniões mais do Plano tem muito tempo.

Aqui no Distrito Federal nós tivemos algumas reuniões. E até ano passado a gente provocou a Câmara Legislativa. Eu voltei para cá, eu sou concursada daqui. Voltei para cá e me deram a incumbência de ajudar a Câmara Legislativa a monitorar o Plano, a fazer o acompanhamento do Plano. E aí a gente fez algumas reuniões, na verdade nós fizemos apenas duas reuniões. Aí a Secretaria de Cultura ficou de montar um grupo para retomar. Mas não voltou a ter reuniões. Então assim o PDLL não existe mais. Ele pode até dizer lá. Mas não existe um colegiado, um grupo, não se nomeou.

FREDERICO: Na minuta havia uma proposta de ser criada uma Coordenadoria Executiva, composta pelas Secretarias de Ciência e Tecnologia, de Educação e de Cultura, e um Conselho Consultivo formado pela sociedade civil. Mas não chegou a existir, ou existiu?

SOARES: Eu acho que é bem interessante que você esteja fazendo esse estudo porque é preciso avaliar, analisar esse tipo de proposta. Porque se fala vamos construir um Plano, faz uma reunião, mobilizam, assim... Eu me lembro de que eu estava no Ministério da Cultura, deixei o que eu estava fazendo para participar. Vale a pena conversar, talvez com a Lucília Garcez, ela participou do PNLL um tempo, ela é daqui de Brasília também, então vale a pena conversar com ela. Então nós sentamos numa mesa, deixamos de fazer tudo o que estávamos fazendo para fazer parte de um circo, na verdade um circo às avessas, porque o circo na verdade é uma coisa muito legal, mas ali na verdade era para animar a plateia, porque nós não tivemos nenhum avanço. Até é trágico a situação que se encontram as bibliotecas públicas do Distrito Federal, as ações de Livro e Leitura não ocorreram, ao contrário até. Tudo bem que a gente passou por um processo eleitoral e que essa equipe que fez isso está saindo. Mas, logo no início, na campanha eleitoral, nós reunimos com essa equipe. Nós orientamos como é que ia ser esse processo todo. Só que ao longo dos primeiros meses, ali o negócio virou. Eles tiveram uma guerra, mudou a equipe o tempo inteiro. Nós não tínhamos com quem conversar.

FREDERICO: A equipe que saiu não participou do processo, não teve continuidade...

SOARES: Não tinha autonomia, não tinha liberdade de ação. Foi muito ruim. Primeiro que eles chegaram tinha um plano escrito, que havia sido começado na época que o Aníbal estava tocando. Então eles pegaram aquele Plano. Porque eu me lembro, teve toda uma movimentação para a construção do PDLL. Daí eles pegaram aquele texto e sentaram ali, modificaram algumas coisas, escreveram coisas que não poderiam escrever, inclusive saiu na imprensa, seria interessante você resgatar, botar no seu trabalho, dizendo da feira histórica que existia em Sobradinho, que nunca existiu.

Então, olha Frederico, Infelizmente, o PDLL não virou nada. Porque a equipe despreparada, não conhece, não tinha uma capacidade de compreender esse processo. Levou o PDLL para uma luta política, assim, porque o Aníbal era o servidor da casa, ele é o servidor da Secretaria de Cultura, bibliotecário. Então, independente de ele ter uma posição de cargo de confiança ou não, ele é de lá. Então, assim, primeiro que eu cheguei a conversar com a Ivanna em *off*, e falei "Ivanna, você tem que chegar perto do Aníbal, e não massacrar o Aníbal, porque não tem como você trabalhar longe do Aníbal, ele que fez isso tudo".

FREDERICO: Mas ele não participou dessa, vamos dizer, segunda etapa?

SOARES: Ele foi excluído. E excluído de propósito. E daí fica chato também. Mas ela fez uma bobagem.

FREDERICO: E o Aníbal participou junto com o professor Miranda, esse rompimento acabou afastando a Universidade, os pesquisadores e especialistas.

SOARES: Então, assim, não foi legal. Acho que a forma, a gente teria que analisar porque não deu certo o PDLL. Em primeiro lugar porque não houve uma vontade política verdadeira de se implementar o PDLL. O que existiu foi uma conveniência. Porque para você acessar os recursos do Governo Federal que estavam ali abertos, um dos requisitos seria de criar um plano.

Daí, tínhamos no Ministério da Cultura o programa de Modernização de Bibliotecas, mais os Agentes de Leitura. Isso aí tudo pressupõe que você estava trabalhando um plano. Então o que eles fizeram, correram para falar que estavam fazendo o Plano. E eu falo isso sem nenhum problema de consciência porque eu vi, acompanhei, a gente tentou que esse Plano virasse alguma coisa.

Mas aí o Plano daqui não havia essa vontade política que ele ocorresse, até porque o grupo que assumiu não tinha participado da criação. Então houve aí uma divergência entre quem criou e quem vai tocar, e aí não entraram num acordo lá.

O segundo aspecto que eu acho que é a equipe que assumiu essa área na Secretaria de Cultura é uma equipe que não é da área, que não entende. Não precisa ser bibliotecário, mas são pessoas que não eram militantes da área de Livro e Leitura, não atuavam nesse *metiê*, não conhece os caminhos. Então, a gente percebeu uma desqualificação no quadro. Aí essas pessoas se revestiram de uma, além de ter uma dificuldade de compreender a área, elas criaram resistência contra quem entende. Que seria o próprio servidor do quadro, que entende bem, nós da sociedade, nós do Ministério da Cultura e outras pessoas assim.

FREDERICO: Interessante isso. Mas você acha que esse processo do PDLL vai ser perdido? Você acha que há algum ganho no processo?

SOARES: Acho que tem como resgatar. Eu acho que tem que ser um resgate de pegar o Plano e reunir de novo cada cidade do Distrito Federal. Tem que chamar, hoje nós temos um colegiado de Livro e Leitura aqui do DF, eu até faço parte, só que esse Colegiado nunca foi acionado pela Secretaria de Cultura para fazer uma discussão do Plano.

Então, assim. O que eu quero dizer é que essa gestão que estava cuidando, que ainda está cuidando do assunto PDLL, ela não está trabalhando o Plano. Eles usam o Plano para justificar uma ou outra ação, que é o caso de todos os recursos da área de Livro e Leitura serem praticamente todos revestidos na Bienal. E a Bienal não pode ser representante do Plano, não tem o menor sentido, Bienal é um evento, não pode nem ser citado como componente. É porque não pode ser produto do Plano. Até porque eu me

lembro da primeira conversa de Bienal não tinha nada a ver com o Plano. Quem criou a Bienal foi o Milson Rodriguez, Milsinho é um empresário e ele falou “ah, eu quero fazer uma Bienal que aqui nunca teve” e ele nem lembrava que o PDLL existia. Então assim, era fazer um evento de grande porte na área do Livro e Leitura, assim como ele faz na área do cinema também. Então assim ele é um empresário de eventos, grandes eventos culturais, que é bem legal até. Mas ele não tem essa marca, preocupação de desenvolvimento de uma cadeia produtiva. Não é esse o papel da Bienal. A Bienal é fazer um evento que reúne editores, os livreiros, os autores.

FREDERICO: O Projeto Bibliotecas do Cerrado até que levou algum recurso à Biblioteca do Cruzeiro e do Núcleo Bandeirante. Mas uma dúvida que me surgiu durante o processo da pesquisa foi sobre esse projeto: por que foi adotado o modelo Colombiano de bibliotecas? Isso não foi decidido nas reuniões do PDLL. O uso das bibliotecas na Colômbia foi com um propósito e dentro de uma realidade muito distante da de Brasília.

SOARES: As nossas bibliotecas tem o papel de formar leitores, independente da situação. Mas assim, na verdade quem banca, ou quem financia o projeto colombiano são os americanos, que foi dentro do plano de combate ao narcotráfico. Então ele está dentro de um contexto, ele faz parte do programa, ele tem todo um monitoramento dos Estados Unidos, a equipe de lá acompanha, implementa.

Lá tem também participação público-privada, então assim, é totalmente diferente do que se estava fazendo aqui. Na verdade foi que a equipe viajou para lá para conhecer, mas só conheceu. Então, assim, eu acho que o governo perdeu muito tempo com essas visitas, não discutiu com a sociedade. O modelo colombiano também tem problemas sérios. Eu conheço também lá, esse projeto. Mas assim, tem que dialogar com a comunidade. Se eles tivesse ido aqui à rocinha, em Manguinhos, não precisava ir para a Colômbia.

No Acre, a Biblioteca Pública do Acre é um exemplo maravilhoso. Eu conheço todos esses e prefiro até que se visite a do Acre. Sempre até falei nas redes sociais que era muito melhor ir para o Acre, para a Biblioteca Pública Estadual do Acre, ver o que eles fizeram, tem muito mais a ver conosco, a forma de gerenciar recurso, de obter, é tudo igual. Então seria muito mais fácil aprender com o modelo do Acre, do que ir para Colômbia. A Colômbia tem dificuldades, várias bibliotecas que eu visitei na Colômbia não tinha nem público. Quando eu cheguei no “favelão” em Medellín, por exemplo, não tinha ninguém. Eu as vezes que eu fui lá não tinha ninguém, tinha uns meninos querendo usar o computador e poucos até, porque o ambiente não dialoga muito com a comunidade.

FREDERICO: Agora. Tenho outra observação, mas essa da revisão de literatura, que nas políticas para a área de bibliotecas é sempre assim, existe uma boa ideia, cria-se a

expectativa de trazer mudanças, mas o planejamento nunca tem resultado, esse tem sido um traço histórico das políticas para bibliotecas públicas.

SOARES: É mesmo né? Porque cria uma expectativa. O professor Murilo, lá na UnB, ele me dizia isso quando eu estudava lá e eu tinha muita vontade de trabalhar com sociedade, eu era muito empolgada com isso. E ele falava vai, mas nunca crie expectativa, primeiro estuda bem o ambiente, vê a possibilidade, e daí eu trouxe isso aí para a minha vida.

E o Plano ele cria uma expectativa no ambiente que ele se insere, principalmente nós profissionais, a gente fica muito desapontado. Porque você pensa que está junto a construir uma sociedade de leitores, que vai promover o acesso ao livro e de repente fica num “converseiro” que não chega a lugar nenhum e que efetivamente não produz política nenhuma.

Aqui na Câmara fizemos uma audiência pública que foi ano passado em maio, ou junho, não tenho certeza, mas eu tenho toda a documentação dessa audiência e naquele momento a ideia era, realmente, avaliar o que tinha sido feito até aquele momento e qual seria a construção. Isso é papel do poder legislativo também, monitorar o que o poder executivo está fazendo com o orçamento que é aprovado aqui dentro. E aí nós fizemos essa audiência pública, e infelizmente, também foi mais um momento que a gente cobrou, gerou uma expectativa e a Secretaria de Cultura saiu daqui sem trazer nenhum retorno dessa audiência. Então, nós temos ali tudo documentado, que a audiência pública é toda gravada, nós temos os nossos taquigráficos com o que foi dito. Então estiveram presentes autores, editores o pessoal de biblioteca.

Mas, hoje, o que eu acho é que o próximo governador não tem nem o que continuar. Ele vai ter que fazer uma nova conversa. As pessoas que assumirem o lugar. Porque eu participei dos debates com os candidatos a governadores, agora, representando nossa área e, infelizmente, nenhum desses governadores tem um olhar para a área de Livro e Leitura para a área de bibliotecas. É realmente frustrante. Acho que cabe a nós profissionais fazer essa chamada, busca-los para que de alguma forma para perto de nós, para que eles assumam um Plano. Seria até interessante uma pesquisa de como essa área tem entrado nos programas de governo, mas acho que esse é um outro estudo.

FREDERICO: Mas é interessante que antes do PNLL e do PDLL não houve uma política para essa área e para as bibliotecas que envolvessem tanta participação da sociedade civil, né?

SOARES: Ele teve um *frisson* assim porque teve um contexto que era mais popular. Então naquele momento da construção do PNLL e também em seguida do PDLL, era um contexto de construção de planos em geral, não só para a nossa área. Nós tínhamos a

criação do Plano de Comunidade de Cultura Popular e Tradicional, tinha o Plano do Audiovisual, também. Então, assim, o Brasil estava se discutindo em Conferências. Então os Planos surgiram a partir das Conferências de Cultura, então se faziam reuniões, foram muitas reuniões, eram os núcleos comunitários, Conselhos Comunitários. Então o momento do governo Lula tinha essa proposta de ouvir a sociedade o tempo inteiro.

FREDERICO: Então o PNLL surgiu de certa forma, de uma demanda social mesmo?

SOARES: Foi. O próprio governo tinha essa proposta de ouvir a sociedade. A cultura, inclusive, foi muito interessante porque ela protagonizou grandes debates. Aí nós tivemos o Ministro Gilberto Gil que buscou a sociedade, essa conversa, e a equipe que compunha a primeira base do governo também. Tinha o Mario Meira que era um coordenador do programa política de cultura do Lula. Então tinha uma equipe muito bacana que foi ouvir a sociedade, fazer reuniões, depois montar comitês, até chegar a Conferência Nacional de Cultura e a partir daí tiraram as diretrizes culturais e daí uma delas foi a criação de planos. Daí surgiu o Plano Nacional do Livro e da Leitura e cada Plano Nacional deveria correr atrás de construir Planos Estaduais e Planos Municipais. Foi aí quando o DF entrou, o DF foi seduzido para essa política nacional.

FREDERICO: Foi por isso que houve essa limitação da participação da construção do PDLL? Assim, eles queriam de certa forma recursos, mas também havia uma agenda para a concretização dessas políticas.

SOARES: É. Aqui no DF foi isso. Mas, assim, a ideia do Nacional era bem legal, era envolver a sociedade na construção de Planos de Desenvolvimento de diversas áreas. Então nós tivemos conferências de meio ambiente, de saúde, de educação, territoriais de agricultura familiar, de cultura. Então a proposta era muito boa. Se você buscar a origem de como começaram os planos a ideia era boa. Infelizmente, foi se perdendo porque é difícil de manter uma estrutura de reunir todo mundo. Mas seria muito interessante que o Distrito Federal que é muito pequeno, é minúsculo, tivesse passado por todas as regiões. Mas não apenas isso, ele teria que implementar o Plano, fazer encontros de monitoramento, cobrar execução.

E foi uma moda que rolou no Brasil no governo Lula de fazer Planos. Eu mesmo participei do Plano de Erradicação do Trabalho Escravo, Plano de Erradicação de Erradicação do Trabalho Infantil, etc. Então foi uma época de planos, foi muito legal. Mas não foi possível irradiar muito isso para os Estados.

FREDERICO: Você que tem uma visão, que participou de outros planos, você acha que eles tiveram mais sucesso que o Plano Nacional de Cultura, que algum teve?

SOARES: Não. Eu acho que isso tá dando errado em todos, infelizmente. Porque na verdade no Brasil tem muito isso, que é uma pessoa sai e o outro não quer dar continuidade. Então esse negócio do Plano foi muito, na primeira gestão do governo Lula, e já no segundo momento que já era a fase de execução. Então teve uma confusão aí em executar e continuar reunindo, e aí foi perdendo força. E já no governo Dilma, você não vê isso nunca acontecer.

E aqui o Plano do Distrito Federal, daqui para frente, eu acho que um novo governo pode fazer o esforço de construir seu próprio plano, plano de bibliotecas, de incentivar a leitura, porque este não ocorreu, então ele pode começar do zero.

FREDERICO: Talvez um ponto positivo ao reunir a sociedade, o Plano pode ter provocado um pouco a sociedade, talvez seja esse o legado mais importante.

SOARES: E hoje em dia também você tem a própria Secretaria de Cultura que se deixar esses meios, você já tem uma relação de pessoas que você pode contar, assim, tem um cadastro de pessoas que lidam na área de Livro e Leitura. Teve um momento bem legal de reunir. Mas a gente foi vendo assim que depois foi fragmentando, e as pessoas já não se encontram mais, quando eles chamam a reunião ninguém vai mais.

Agora, mesmo recente, nós chamamos uma reunião com a Ivanna que era para ter toda quinta-feira e ela desapareceu... Então, Frederico, foi uma gestão muito ruim, muito ruim e eu acho que a gente está traumatizada com esse pessoal e muito sem diálogo.

FREDERICO: Realmente, não foi uma gestão muito aberta a críticas.

SOARES: Então, e aí coletivamente você consegue avançar. Poxa, porque ninguém é inimigo de ninguém. E esse que era o problema eles viam a sociedade como inimiga. E aí se você chegar lá, pesquisador da UnB, o cara acha que você quer massacrar.

A minha visão é que o PDLL não foi executado, não foi monitorado e não houve desse governo em resgatá-lo. E nesse governo, infelizmente, a nível nacional também, o PNLL está sem fôlego. Eles romperam, houve uma cisão política, uma crise. E aí estão tentando, estão vendendo uma conversa para a sociedade que a política foi para o Rio e agora está voltando por isso que atrasou. Só que essa equipe que está aí, está quase há dois anos. Então você não precisa esperar a estrutura, você tem agir, a sociedade brasileira está muito atrasada na área de bibliotecas públicas. Eu acabei de chegar dos Estados Unidos e fiquei bem chocada, porque bibliotecas de bairros lotadas de gente, muitos livros. E se o lugar quisesse não tinha nem livros, podia montar uma biblioteca só de *e-books*. Mas não, muitos livros, os livros supervalorizados.

Você encontra lá coisas tão evoluídas e ao mesmo tempo simples e fácil de serem implementadas. Basta o interesse realmente público, político. Porque, olha, todas as bibliotecas públicas nos EUA que eu fui, elas estavam muito bem localizadas, elas têm uma importância assim como tem o hospital.

FREDERICO: Agora também foi apontado que com a aprovação do PL do PDLL como lei haveria um impacto bem maior do Plano, você acha que realmente haveria esse impacto?

SOARES: Mas não é lei também porque ninguém corre atrás direito para que seja. Mas, assim o problema é que eles estão querendo o Plano porque a nível Ibero-América, na OEI, o CERLALC criou esses negócios dos planos aí, de cada país ter seu plano. Então não foi criação daqui. Então tem o CERLALC que é ligado a Unesco. Foi o seguinte, “vamos fazer esses planos”. Então Colômbia, Argentina, todo mundo se organizando nos planos. Mas internamente é tudo questão de vontade política. Se o governador investir nas bibliotecas, ele vai conseguir.

Eu acho que dentro do Brasil, um bom lugar para se analisar é o Acre. Porque no Acre eles criaram, além da Biblioteca Estadual, a Biblioteca Pública Estadual que é muito boa, excelente, maravilhosa, que funciona, tem gente, tudo aquilo, tem a sala que todo mundo curte que a sala dos jovens, a sala adulto que encontra um material pornográfico, lá tem, tem material infantil. É um modelo bacana. E a chefe da biblioteca nunca tinha ido a Colômbia, já deve ter ido agora porque o pessoal sempre falou para ela ir. A biblioteca dela é super montada e ela não tinha ido ainda à Colômbia. Na época a moda era a Colômbia, todo mundo queria ir para a Colômbia. Eu disse “vem cá, você foi à Colômbia, Helena”, ela disse “Não, nunca fui, não tive a oportunidade”. E ela não tinha ido. E a biblioteca dela era maravilhosa.

Mas não só a estadual. Eles têm as bibliotecas municipais que funciona bacana. Eles têm um sistema e têm as bibliotecas rurais, que eu criei o programa Arca das Letras, de bibliotecas rurais, então eu implantei esses programas no Brasil inteiro. E no Acre eles montaram todo um jeitinho que superou as minhas expectativas. Eles têm um programa que funciona muito mais que qualquer outro lugar. Então, o Acre é um bom lugar para pesquisar porque foi um modelo que deu certo em nossa área.

Agora. E lá eles também tentaram fazer, organizar o plano. Mas lá eles têm outro olhar, o governador, o senador eles valorizam essa área, eles todos tem um olhar bom para essa área.

Nos Estados Unidos a biblioteca pública de Los Angeles, ela tem quatro, cinco andares só de estacionamento. Fora tudo, né? A sala infantil é enorme, o acervo é muito bom, o público com muita liberdade, não há discriminação, você todo tipo de gente lá dentro.

Inclusive uma coisa curiosa, que me chamou a atenção as pessoas comem lá na biblioteca. Achei uma coisa bem estranho porque aqui não pode, achei bem estranho, por que não vai estragar os livros? Mas ao mesmo tempo estava todo mundo lá com seu lanche, lendo livros. É muito bacana.

Aí fui a bibliotecas de bairros lá, elas são imensas. Qualquer bibliotecazinha de bairro lá é maior que a Biblioteca Nacional daqui. Então são fantásticas as bibliotecas de Beverly Hills, a de Santa Mônica, de todo o lugar. Eu fiquei feliz por manter a esperança, por que todo mundo fala que essa área está morrendo, e lá eu vi que não está morrendo. Está muito viva, muita gente procura a biblioteca. Você vê os pais lendo para as crianças. Você vê gente que parece que vai passar o dia todo lá, pelo jeitão que chegou, lá levam uma lancheira, uma marmita. Muito bacana. *Wi fi* pegando toda hora, lançamentos de livros, revistas, muito *e-books*, vídeos, cds de música. Locadorzinhas lá não existem, as pessoas pegam na biblioteca levam para casa. Tem, inclusive, *Transfers*, que eu adorei essa ideia. Se um dia eu tiver a oportunidade de cuidar de uma biblioteca pública que vou querer *transfers*, sabe, um ônibus que sai da escola em certos horário e vai de graça, leva e trás as pessoas, igual o ônibus do CCBB. Muito bom!

FREDERICO: É o sonho, né?

SOARES: Eu não tinha pensado nisso, tem lá. Transporte gratuito da escola para a biblioteca. Aí se você é um morador e quer ir, você vai lá ao ponto da escola e vai para as bibliotecas, em vários lugares.

Daí eu fui e também conheço bibliotecas ali no México. O México está bem mal também.

FREDERICO: O caso do México deve ser bem parecido com o Brasil, né?

SOARES: Muito parecido. Muito pior em alguns aspectos da leitura. Realmente lá a sociedade é muito segregada. A pessoa que é excluída lá, ela é muito excluída. E lá tem o trabalho das ONGs, mas estão começando a atuar. Eu até conheci um policial que cuida das Bibliotecas Hermanas, funciona bem.

Então assim, existe uma esperança de se fazer um plano decente. Mas o CERLALC tenta fazer isso em vários países. Aqui estão tentando aí aos trancos e barrancos. O executivo põe culpa nas leis, as leis põem culpa no executivo que não manda o texto e por aí vai.

Eu não acredito que a gente esteja perto de resolver o problema. Eu acho que nenhum presidente que vai entrar agora vá resolver. Acho que aqui no Distrito Federal se houver uma modificação tem que ser protagonizada por nós, por profissionais preocupados

com a área. Eu não vejo a área contemplada nos programas de governos dos atuais candidatos.

Então, assim, está bem ruim. Eu acho que a ABDF deveria buscar um pouco mais essa sintonia, protagonizar. Nós bibliotecários temos muitos elementos para chamar essa discussão. Porque os autores criam, mas eles não têm expectativa de desenvolvimento de plano, eles querem apoio para produzir. Eles não têm um engajamento tão grande como nossos. Os editores, os livreiros também estão em outra linha. Mas agora nós bibliotecários, nós sim, nós temos uma formação em gestão, nós podemos contribuir mais porque nós temos uma formação que vai dialogar com sociedade que vai montar um sistema de bibliotecas eficientes. Acho que tem que sair de nós. A grande esperança de se construir um plano mais decente. Que também a gente seja mais engajado e que a gente tenha uma atuação mais política, nós precisamos ter isso. Aí sim teremos um plano, pelo menos no que concerne a nossa área de bibliotecas pode funcionar. Porque nós temos de ter engajamento político em nossas áreas. Não é nem engajamento partidário. Mas nós temos que ter firmeza quando falar com algum Secretário, ou quando conversar aqui no Legislativo. Cobrar que se tenha uma Frente Parlamentar que pense esse assunto no Distrito Federal é fundamental. Porque lá na Câmara Federal, no Congresso lá tem a Frente Parlamentar no Congresso, volta e meia precisou você aciona, chama as pessoas e conversa. Aqui o deputado Joe Valle pensou em fazer, começou, mas não reuniu mais. Esse negócio ninguém dá andamento. Tem que ser a gente. E individualmente às vezes a gente fica meio de saco cheio.

APÊNDICE M – Entrevista com André Pereira, ex Diretor de Políticas do Livro e da Leitura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal

Entrevista gravada digitalmente realizada com o sociólogo, ex Diretor de Políticas do Livro e Leitura e assessor da Subsecretária do Livro e Leitura, Sr. André Pereira, em 05 de novembro de 2014:

FREDERICO: Então. Você assumiu a Diretoria de Políticas para o Livro e Leitura no momento que ela virou uma Coordenação, como foi isso aí?

PEREIRA: É. Eram três direções. Mas, primeiro é importante lembrar que não existia essa Subsecretaria do Livro e da Leitura, né? Foi uma criação do governo atual, que está terminando agora o mandato. Foi uma criação na Secretaria de Cultura, presidida ali pelo Hamilton Pereira, que sempre como poeta, um homem das letras, sempre teve um cuidado, uma consciência da importância desse mundo, desse universo do Livro e da Leitura. Não tem como falar, na concepção do Hamilton, em cultura se a gente não envolver livro e leitura, né?

E a Secretaria de Cultura tinha um histórico como pouco se conseguiu, se conseguiu reverter em vários processos. Conseguiu-se avançar muito. Mas a meu ver, a questão da Secretaria de Cultura promotora de eventos ainda é muito forte. Porque qualquer outra ação também não tem muito respaldo da própria sociedade civil. A sociedade civil, ela quer show, ela quer evento. Então, o governo tenta oferecer novos caminhos, novos produtos, novas formas de levar cultura, mas a população, e também o próprio jogo político, são obstáculos, então o processo de levar cultura é bastante comprometido.

Bom... E aí nesse engajamento do Hamilton surge a Subsecretaria do Livro e da Leitura. E como é tudo muito novo é muito importante o estudo que foi feito do sobre o trabalho do grupo que havia entrado e o estudo do que foi feito do que existia de políticas de livro e leitura no mundo, entrar em contato com isso. Daí o conhecimento com a Colômbia, das práticas, das políticas públicas colombianas na área de Livro e Leitura e toda experiência que foi revolucionária, e quem tem sido, ali na Colômbia de livro e leitura. Ao longo de 10 anos, reversão de quadros complicados de violência. E a cultura sendo, principalmente o livro e a leitura, sendo uma força importante nesse processo. O Livro e a Leitura sendo algo importante, dentre outras frentes de trabalho, como polícia comunitária e todas as outras concepções que até foram importadas para o Brasil, no Rio de Janeiro. Mas que ali na Colômbia foi muito melhor executada, tem sido. Também estudo das bibliotecas europeias. E principalmente o contato com a Fundação Biblioteca Nacional, parte do

governo federal com todo o aporte deles. E o contato com outros sistemas de bibliotecas públicas pelo Brasil inteiro, essa rede que foi se constituindo.

Então, em meio a isso que esse grupo foi se constituindo e propondo, tentando realizar coisas.

FREDERICO: Foi criada essa Subsecretaria que não existia. Isso aconteceu no Brasil todo, você sabe dizer se isso aconteceu no Brasil todo?

PEREIRA: Então. Eu não tenho muito preciso essa informação. A informação que eu tenho são as conversas que a gente fazia com os outros sistemas de bibliotecas públicas. Não são todos os Estados que tem um sistema de bibliotecas públicas, uma subsecretaria, ainda é mais difícil ainda. Porque os sistemas de bibliotecas até existem, e muitos ficavam impressionados por terem um lugar dentro de uma Secretaria de Cultura porque isso é um pouco mais complicado. Alguns sistemas de bibliotecas públicas ficavam no limbo. Estavam tão pouco situadas que ficavam no limbo entre Secretaria de Cultura e Secretaria de Educação. Em alguns lugares que a Secretaria de Cultura já é unida também com a Secretaria de Educação, e são a mesma coisa. A coisa da biblioteca pública ficava ainda mais relegada a um quinquagésimo plano. Porque talvez uma ideia de uma Secretaria de Educação e Cultura, a biblioteca escolar acaba tomando um pouco a frente dos interesses. O próprio...

FREDERICO: Uma Secretaria de Educação tem mais recursos, né?

PEREIRA: Também. A estrutura é muito maior. A gente brincava que existe o GDF e a Secretaria de Educação. Porque a impressão que dá é quase o mesmo tamanho, assim, de pessoas, de estrutura, da Secretaria de Educação e do GDF. Eu acho que a Secretaria de Saúde deve ser imensa também. Mas é uma brincadeira que a gente fazia.

Só para concluir. Então houve a criação da Subsecretaria de Políticas do Livro e da Leitura e uma criação de uma estrutura organizacional dessa Subsecretaria. Que com o passar do tempo, com a própria experiência e observado, por isso que falei dos modelos fora do país e os modelos nacionais e a conversa com outros grupos. Foi se aprimorando com a experiência e com o contato com outras experiências. Até a gente chegar naquele modelo, que para gente era o melhor, dentro do viável. Com certeza com muito mais recursos outra estrutura seria muito melhor. Mas com o que era possível, a estrutura de ter duas direções, e depois uma direção da Biblioteca Nacional de Brasília, entendendo a Biblioteca Nacional de Brasília como a capital das outras bibliotecas, a cabeça, o processo central do ciclo da informação, do trato do ciclo da informação ali na Biblioteca Nacional e a descentralização desse ciclo informacional para as outras bibliotecas.

Então era interessante uma direção da Biblioteca Nacional e também outra direção, uma Direção do Sistema de Bibliotecas Públicas. A gente tem aquela imensa dificuldade com as bibliotecas públicas do DF porque elas não estão sobre a gerência da Secretaria de Cultura. Se tivessem também, a Secretaria de Cultura teria de ter recursos para isso. Então não seria fácil para a Secretaria de Cultura abarcar todas as bibliotecas. Mas como elas não estão sobre a guarda da Secretaria de Cultura no aspecto estrutural, pessoas, recursos humanos e estruturas físicas, horários, essas questões, fica realmente fragilizado o trabalho sobre a responsabilidade da Secretaria de Cultura com as bibliotecas. O maior problema é a questão técnica, o trabalho que é desenvolvido ali dentro da biblioteca, mas como você pede para alguém trabalhar de uma forma se ele não é subordinado a você. É um pouco complicado. Então era na base do convencimento, de tentar articular ações para a biblioteca que o servidor achasse interessante para trazê-lo para perto e aí sim conseguir desenvolver algo na biblioteca, era nessa perspectiva que era possível desenvolver o trabalho. E assim ficou essa estrutura.

FREDERICO: Também havia uma direção do PDLL.

PEREIRA: Aí a gente percebeu que não era fundamental uma Direção do PDLL, mas sim uma coordenação.

FREDERICO: Mas antes existia uma Diretoria de Políticas de Livro e Leitura.

PEREIRA: Diretoria de Políticas do Livro e da Leitura, que promovia esse papel, mas, quando eu entrei nesse grupo, desde o início do governo. Pelo o que eu sei, começou uma discussão de elaboração do Plano Distrital do Livro e da Leitura, e quando eu cheguei, já tinha mudado algumas pessoas ali dentro. Outro grupo tinha saído e eu entrei.

FREDERICO: Você entrou junto com a Ivanna.

PEREIRA: É. Quando a Ivanna entrou ela foi convidando outras pessoas. Eu fui uma dessas pessoas convidadas a participar ali. Não conhecia a Ivanna. A Ivanna não em conhecia muito bem, mas conhecia meu engajamento, né? É, principalmente social, eu era sociólogo e me convidou para trabalhar ali com ela próximo.

FREDERICO: Então depois essa Direção virou uma Coordenação?

PEREIRA: Aí essa Direção virou uma Coordenação.

FREDERICO: Aquelas três direções viraram essa Coordenação?

PEREIRA: Eram três Direções. E pelo que me lembro, não lembro muito bem. Mas acho que foi naquela reestruturação. Porque não eram três direções. Na verdade, era uma

Gerência do Sistema de Bibliotecas Públicas. Então era algo muito menor. Era apenas uma Gerência dentro da Direção de Políticas do Livro e da Leitura.

Então, a ideia foi tornar a Gerência uma Diretoria. Entendendo que o Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal era importante ao ponto de precisar, não de uma Gerência, mas de uma Diretoria a parte para tratar do sistema e para implementar o sistema de bibliotecas públicas do Distrito Federal, então precisava de uma Diretoria. E essa foi a mudança. Para ter uma diretoria, como os recursos eram limitados, teria de mexer em alguém. Aí, entendeu-se que Diretoria de Política do Livro e da Leitura poderia se tornar uma coordenação. Porque uma Coordenação conseguiria cumprir com o papel de articular os setores criativos, mediador, distributivo do livro.

FREDERICO: E aí foi nesse processo que você assumiu...

PEREIRA: Foi nesse processo. Eu era um assessor da Ivana, um assessor técnico. Trabalhava ali com várias coisas, em várias frentes. Tentando dar conta. A Ivanna tinha que dar conta também ali. Acompanhá-la, então desde a Mala do Livro, até as próprias parcerias externas, a agenda...

FREDERICO: E você entrou com esse grupo desde o começo da construção da segunda versão do PDLL, né?

PEREIRA: Sim. O grupo anterior tinha começado o PDLL. Mas de uma forma muito frágil. Não desmerecendo o trabalho deles. Mas quando a gente chegou era apenas uma cartilha com algumas diretrizes ali. E o grupo transformou num documento mais denso.

Depois como tinha algumas questões que eu prefiro ficar de fora. Criticaram bastante o documento final, mas a gente entende que é um imenso avanço. E o nosso trabalho ali sempre foi *super* aberto a contribuição, foi o que eu sempre percebi. Então quem quisesse contribuir era chegar ali, tinha os espaços para colocar as contribuições. Infelizmente a gente não recebia contribuições, eram só críticas pela crítica mesmo. Mas faz parte do processo. Isso também eu fui aprendendo, né? E a gente não pode dizer que elaborou o PDLL, mas a gente estruturou o documento e tornou ele público, lançou para a sociedade, junto com a sociedade. A gente fez algumas reuniões, fóruns para trazer o pessoal.

Uma das coisas que eu acho, das questões, para mim é central a questão do Livro da Leitura que a raiz do problema é um pouco cultural. Dos problemas que a gente tem na área de Livro e Leitura é cultural, no sentido que a gente enquanto brasileiro não entende ainda a importância do Livro e da Leitura na vida cotidiana. Enquanto o brasileiro não entende isso ele não vai cobrar do governo isso, e o governo também não vai conseguir oferecer para quem não tem sede ainda daquilo.

FREDERICO: Fica um ciclo vicioso, né? A população não quer, o governo também não faz. E a realidade não muda, né?

PEREIRA: E grupos que eu vejo sofridos, batalhadores, tentam articular e levar para a frente as políticas, né? Tentam fazer com que algumas experiências se ampliem. Tem sido essa a luta. Eu entendo que é uma luta que tem que sempre continuar, não tem para onde ir. Cultura se cria vivendo, ampliando os espaços. E eu acredito muito nisso.

E um projeto que eu acho que foi em sua prática limitado, eu reconheço isso, mas que ele é, para mim, um grande exemplo, um exemplo grandioso. Na categoria exemplo ele é forte. Agora reconheço que um pouco limitado quanto à prática e aos resultados. Não é um projeto que em um semestre mudou a realidade do Livro e da Leitura em Brasília, mas ele apontou seguramente um caminho que é Projeto Bibliotecas do Cerrado. A lógica do Bibliotecas do Cerrado foi certamente um projeto, digamos assim, subversivo com o próprio governo, de encantar outros setores do governo, conseguir articular, coisa que quando a gente conversa com outros lugares do Brasil ficam todos abismados, como a gente conseguiu fazer isso. Porque é inédito. Ninguém tinha pensado ou conseguido fazer algo assim, um projeto que articulasse tantas áreas do governo no espaço da biblioteca oferecendo informação e cultura para a sociedade. A biblioteca se tornando um local de encontro, encontro não só com o livro, mas o encontro também com o livro e com pessoas e outros suportes de informação, seja a internet, vários suportes, seja a música, o próprio teatro como um suporte de informação. As pessoas terem contato com aquilo se mostrou um projeto poderoso. Nesse sentido de conseguir reunir forças de outras áreas do governo em prol do acesso democrático da informação.

FREDERICO: Você acha que em relação ao Plano Nacional do qual ele partiu, você acha que o PDLL alcançou os objetivos propostos?

PEREIRA: Em vários aspectos sim. A gente conseguiu avançar de forma inédita aqui no DF em algumas frentes. Claro, também não conseguiu dar conta de tudo. A cadeira distributiva, vários outros setores, alguns eixos, né? Mas os eixos que a gente conseguiu desenvolver mais profundamente foram passos significativos. Realmente o que foi feito com o Sistema de Bibliotecas foi algo inédito e que não pode caminhar para trás. E o Bibliotecas do Cerrado, acho muito difícil que a comunidade que participou desses projetos não entenda a biblioteca de uma outra forma agora, queira a biblioteca menos do que a biblioteca pode ser, depois do Bibliotecas do Cerrado.

FREDERICO: Mas, você conseguiu ver conflitos entre os setores que participaram da construção do PDLL? Setores que eu digo são os representantes das bibliotecas, da

sociedade civil, etc. na elaboração do Plano. Você conseguiu identificar algum conflito entre esses grupos?

PEREIRA: Sim. Eu conversava muito com a Ivanna, “como era possível?”. Porque a área do Livro e da Leitura dentro de uma área maior que é a cultura já é uma área tão pequena, reduzida, que precisa batalhar tanto, tem que disputar com cinema, música, tem que disputar com tantas outras áreas, dança, inclusive com show, tem que disputar com tanta coisa. Eu não conseguia conceber, ficava muito triste ao perceber que a própria área do Livro e da Leitura ela se dividia entre elas. Não conseguia articular as forças em prol de objetivos comuns.

A que o que eu atribuo isso? Eu percebia e tenho provas de que o trabalho procurou ser o mais democrático possível, mas que, realmente, o trabalho é humano também, então existem questões de relacionamento no meio. Eu acho muito, mais muito triste questões pequenas perto do que o Livro e a Leitura podem ser para a sociedade atrapalharem tanto. Isso é para mim. Eu percebi todos esses conflitos, né? E no meio disso tem muita desinformação... é o jogo informação, da calúnia, da denúncia. E o que para mim nesses conflitos todos que eu percebi que era muito complicado era a falta de proposição, de estar junto para realizar. A atitude de quem discordava era muito mais de se retirar e de denunciar do que participar dos espaços de propostas que existia. E aí do lado que eu estava pelo menos a impressão é que as denúncias eram muito vazias. Não denúncia, mais reclamações do que denúncia. Porque denúncia é você denunciar o que está errado, mas como eram vazias, eram reclamações. E as reclamações eram um pouco vazias de proposta, de alternativa. Quando você diz que algo não está bom, você tem que falar que não está bom por isso, por isso e por isso, mas para onde você quer ir. Você diz que algo não está caminhando para o lado certo, então como caminhar para o lado certo. Então não havia muito desse diálogo de se entender o porquê que se estava caminhando pelo caminho possível. Era um jogo político mesmo ali interno de divisões, não tanto de concepção da coisa. Eu quando produzindo ali o Projeto Bibliotecas do Cerrado percebia muito claramente que concepções de biblioteca muitas vezes se aproximavam quando eu entrava em contato com teóricos da Biblioteconomia. Que faziam algumas críticas que eu considero muito vazias ao trabalho da Secretaria de Cultura nessa área de Livro e Leitura. Eu via que pensavam a mesma coisa, o que estava produzido de material acadêmico era o que se tentava fazer, o que importava era o como, o caminho que estava sendo tomada, e aí faltava o diálogo. É muito mais fácil você falar que não concorda, sair fora e ficar tacando pedra e você entender, reconhecer que é o caminho possível, ou propor outro caminho possível. Você falar que todas as bibliotecas tem que estar interligadas, tem que ser centros dinâmicos de cultura. Isso todo mundo sabe, todo mundo quer, todo mundo quer realizar, agora tem que ser dentro de um possível. Mas a atitude um pouco que tinham, já que eles

não conseguem realizar o ideal, a gente taca pedra porque eles não estão no ideal, ao invés de fazer um diálogo com o possível. Olha, dentro da realidade, os recursos estão aí de forma transparente, as ações estão sendo feitas de forma transparente, é o possível, existe outro possível, outro caminho também possível? Ou a gente fica na crítica vazia do ideal “não, vocês não estão alcançando o que seria o ideal, por isso a gente se afasta”. É um pouco assim que eu vejo os conflitos que existiram, que eu entendo que eram grupos divergentes ali dentro. Infelizmente, não tanto pelo amor pelo Livro e pela Leitura, o que me deixa um pouco triste. Porque eram dois, três grupos que eu não duvido que amem o Livro e a Leitura, mas que deixam questões pequenas tomarem conta e não permitirem o diálogo pelo bem comum da área.

FREDERICO: Em relação à implementação, você colocou a Biblioteca do Cerrado, teve outras ações que foram nesse sentido de implementar o PDLL?

PEREIRA: Olha. Foram várias. Eu já estou um tempo de fora, mas eu me lembro dos documentos que a gente produzia apontando as diversas ações. Agora de cabeça, como eu estou completamente envolvido em outro trabalho, eu não vou recordar completamente. Mas, tinha diversas frentes. Muitos projetos relacionados às bibliotecas públicas dentro do PDLL, o que se relacionava às bibliotecas públicas começou a ser abarcado pelo Projeto Bibliotecas do Cerrado, os que não faziam parte, começaram a fazer. Por exemplo, o festivalzinho de cinema nas bibliotecas públicas. Mas isso diz respeito à bibliotecas públicas, né? Itinerantes, vários outros projetos que foram entrando no Bibliotecas do Cerrado e Bibliotecas do Cerrado foi abarcando com o tempo. Mas existiram outras ações fortes relacionadas ao PDLL.

Eu particularmente me envolvi muito com as bibliotecas prisionais. Junto com a FUNAP (Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso), responsável pelo livro e pela leitura, com os professores dentro da FUNAP. Existe um trabalho com muitos professores da FUNAP com a questão socialização. Não é nem ressocialização porque muitos nem sequer construíram certos vínculos com a sociedade, então é um trabalho de socialização mesmo. Mas a gente fez um trabalho de Livro e Leitura muito frutuoso dentro dos presídios, com visitas técnicas, reestruturação do ciclo informacional dentro dos presídios e com projetos de Livro e Leitura para que o livro chegasse e a leitura fosse inclusive acompanhada pelos professores ali dentro do presídio.

FREDERICO: Mas no processo dessas atividades, as pessoas que participaram do momento de elaboração já não estavam mais presentes, né? Não tinha mais ninguém, ou tinha ainda pessoas que continuaram na implementação desses projetos? Eu pergunto das pessoas que não eram do quadro da Secretaria de Cultura. Ou a participação dessas

pessoas foi entendida pela Secretaria de Cultura que a participação seria apenas na elaboração do PDLL?

PEREIRA: Na verdade o Plano no Distrito Federal do Livro e da Leitura é algo muito grande, maior que o governo, maior que o Estado. Ali tem políticas públicas ali dentro, mas não vive de políticas públicas. A sociedade civil ela é completamente propositiva. O que não é viável acontecer é o Estado cuidar de todas as proposições da sociedade civil e apoiar, financiar todas as proposições da sociedade civil, fica o Estado fazendo tudo. O PDLL, quando você fala que todos participaram da elaboração. Na execução também continuou todo mundo participando. Porque o documento mesmo tem uma longa parte e até um pouco proposital isso, de demonstração do panorama e diagnóstico do Livro e da Leitura do Distrito Federal. Que a intenção é mostrar exatamente o que está sendo feito, como estava o Livro e a Leitura naquele período ali. E não só isso, mostrar como pode ser. Então, ali você vê pontos que o Estado promove no Livro e Leitura, mas também a sociedade civil. E diante dos eixos e todas as diretrizes do Plano, você tem ações da sociedade civil ou do governo em cada uma daquelas frentes. O que é pedagógico também para a gente enquanto brasileiro, mesmo, é a ideia do engajamento não tutelado. Se espera muito uma tutela do Estado para que as ações tenham continuidade, espera-se muito que todo mundo tenha um apoio *super* poderoso do Estado. Enquanto a gente tem essa realidade que é a raiz de um problema que é uma ausência cultural de importância do Livro e da Leitura.

FREDERICO: Interessante, esse ponto que você tocou. Porque por meio da minha metodologia pude observar algumas coisas que não eram tão claras. E uma coisa que observei é que as pessoas que participavam enquanto sociedade civil tinha uma expectativa em relação ao PDLL, já algumas pessoas que representavam a Secretaria de Cultura no processo tinha outra expectativa. As pessoas da sociedade viam no Plano uma possibilidade de conseguir algumas conquistas concretas de suas necessidades, como a implantação de um sistema integrado para bibliotecas, a construção de bibliotecas em certas regiões administrativas, infantis, etc. Já a Secretaria colocava que o PDLL serviria apenas como um coordenador das atividades que já existiam na sociedade, um banco de ideias de atividades que facilitaria a troca de ideias, uma espécie de...

PEREIRA: Articulador para um fortalecimento da área. Uma área que sempre foi fragmentada.

FREDERICO: Sim. Mas a expectativa dos participantes da sociedade no processo era de que por meio do Plano se alcançasse essas demandas concretas que foram colocadas nas linhas de ações do PDLL. Então, qual expectativa o PDLL iria concretizar?

PEREIRA: Com certeza ele ia chegar a desenvolver o livro e a leitura, ampliar. Mas um passo anterior a ampliar ações e fazer o livro e a leitura crescer no Distrito Federal, tornar Brasília a capital do Livro e da Leitura era necessário organizar, fortalecer, articular o que já estava sendo feito. Porque a área do Livro e da Leitura no DF e posso dizer também no Brasil é totalmente fragmentada. São ações pontuais, na raça, no peito e na raça e assim, é de bater palmas para quem cria um grupo de mediadores de leitura na Ceilândia, tem que bater palmas para esse pessoal.

Agora, porque quando você fala em Estado você fala em política. E política é interesse. Se a sociedade civil não demanda, não começa a criar corpo quanto a essa demanda por livro e leitura fica muito complicado, participando de dentro do governo. Você percebia que o discurso do governo não é muito distante do discurso da sociedade civil.

Se você chega para alguém na rua se o livro é importante, essa pessoa vai dizer que o livro é maravilhoso, que o livro é muito importante, que tem que ler. E se você falar para pessoa, “mas o que você acha de um projeto assim que leve livro?”. Vai todo mundo achar maravilhoso, qualquer um. Ninguém vai dizer que é contra, inclusive se você perguntar sobre educação para as pessoas na rua, elas vão falar da importância da leitura. Isso faz parte do imaginário social.

O problema é que nos protestos e nas reivindicações das pessoas surgem primeiro outras questões e, as vezes, as questões de Livro e Leitura não surgem nas questões das demandas sociais urgentes. Quando nós fizemos uma atividade com os colombianos que eram do projeto da Colômbia de bibliotecas, nós perguntamos “qual é a importância da biblioteca?”. Nem todos conseguiram responder de forma clara não. Quando se pergunta o porquê, qual o significa, “o que é isso aqui?”. Fica num discurso vazio e no discurso do ideal, “tinha que ser assim”. Quando você entende como as coisas acontecem e funcionam na medida do possível, a coisa fica mais madura.

Então você pode perguntar para uma pessoa na rua, ou vai dizer que é *super* importante e tudo mais. Mas o que ela quer é que o buraco no asfalto na frente da casa dela seja tampado. Ela quer ter o emprego dela, ela não quer que o preço do mercado aumente. É isso, né? Agora pode se tornar o Livro e a Leitura? Pode! E é nisso que a gente acredita. Pode, mas tem que ter um engajamento articulado para que isso aconteça como foi na Colômbia, as pessoas experimentando como é ter acesso informação à livro e cultura, entende que não é possível mais abrir mão daquilo, que não é viável para as vidas delas não ter mais acesso àquilo.

FREDERICO: Mas lá foi uma política que conseguiu quebrar essa lógica. Porque eu penso que para quebrar esse ciclo, de que a sociedade não tem essa demanda por melhores bibliotecas, etc. e o governo por isso também não faz. Então na Colômbia

quebraram essa lógica por meio de políticas que permitiram o investimento nas bibliotecas, em novos modelos de bibliotecas que levaram a sociedade compreender a importância delas e cobrar do Estado por mais investimento na área.

PEREIRA: Mas, não só pelas políticas públicas. A política pública em si não resolve, ela consegue ampliar uma sinergia. Ela consegue fortalecer um processo, consegue fazer isso. Agora, a sociedade civil também faz e pode continuar fazendo, só que é preciso se unir um pouco mais. Porque um grupo de contadores de história aqui em Samambaia tem um papel muito importante de fortalecimento da área de Livro e Leitura. Que o Estado não vai criar isso, né? A sociedade civil se colocando, promovendo também consegue engajar a própria sociedade e mostrar a importância. E aí a gente via, só para concluir, por um lado a sociedade, nossa cultura tem um pouco disso de achar que o livro é bonito, que é muito importante, mas não saber onde fica a biblioteca, não pegar livro e o pior não ler. Mesmo ganhando um livro, não lê. Achando o livro muito bonito e importante, mas não lê.

A gente tem também do lado do governo. Que aí é uma autocrítica, enquanto eu estava no governo. Tem do lado do governo, as vezes um administrador regional que está cuidando da biblioteca. Que a biblioteca está sob o mando dele. Ele entende que a biblioteca é muito importante. Ele faz um discurso melhor que o meu sobre as bibliotecas, faz um discurso bonitinho sobre a biblioteca. Agora, quando surge o buraco no asfalto ele sabe na concepção dele é muito mais importante tampar o buraco do que reformar a biblioteca. Esse é o complicado. Porque para a sociedade civil e para o governo, um vai alimentando o outro. O que precisa ser feito é um alimentar o outro não a desimportância, não o discurso da importância e a prática da desimportância, mas o discurso da importância e a prática da importância. E o que projeto Bibliotecas do Cerrado, surgiu um pouco para reverter essa lógica cruel porque a gente ia para as administrações regionais com pires na mão. Implorar que eles investissem nas bibliotecas, por favor bota um quadro de servidores, a gente dá cursos e a gente dava cursos para o pessoal. Não tire esse pessoal faz um compromisso aqui que não vai tirar esse pessoal que a gente acabou de formar. Porque se você tira a gente vai ter que fazer formação de novo, e a gente não tem perna para a gente fazer formação de três em três meses. Bota internet na sua biblioteca, por favor reforma, amplia espaço, torna chamativa a sua biblioteca, atualiza o acervo, a gente ajuda, a gente trabalha junto. A gente ia com o pires na mão. O administrador falava “ok, acho lindo, vamos fazer”. Momentos depois outras prioridades surgiam, é problema pela cidade inteira que o administrador tem que ser um apaga incêndio, ele vai apagando incêndio. E a biblioteca, esta ali paradinha, não está dando problema nenhum, não está incomodando ninguém. “O cara que que coloquei lá não faz bagunça, está quietinho”. Então...

O Bibliotecas do Cerrado, por isso que eu falo que ele é subversivo que ele veio subverter essa lógica. A partir do momento que você engaje o próprio governo no projeto de bibliotecas públicas. A lógica muda um pouco. É, a gente escolheu poucas bibliotecas de início. Bibliotecas que a gente tinha um contato mais fácil, dinâmico com o administrador regional e a gente concentrou a nossa influência política, assim força mesmo de engajá-los no projeto Bibliotecas do Cerrado para que a biblioteca da região administrativa deles se tornasse referência. E aí o que foi que aconteceu. Por as bibliotecas terem tido um destaque, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, a Biblioteca Nacional ainda ficou um pouco fragilizada por diversas outras questões. Mas essas duas bibliotecas, principalmente, chamaram a atenção de outros administradores. Porque no cenário político, por mais que se pense que não, biblioteca ela tem importância para a comunidade, quando a comunidade descobre a sua importância e esses administradores começaram a colher os louros, na imprensa, em meio a comunidade, a popularidade deles em meio a comunidade, por estarem oferecendo aquilo que a própria comunidade não sabia que poderia receber. E a comunidade descobrindo o Livro e a Leitura tendo acesso aquilo, não queria mais perder. Os administradores de outras regiões vinham brigar com a gente “por que a gente não estava fazendo aquilo nas bibliotecas deles?”. A lógica estava invertida, não era a gente que ia chorar para eles fazerem alguma coisa. Mas eles que vinham falar “por que a gente não estava fazendo aquilo?”. E aí a gente muito calmamente a gente explicava, “olha, a gente vai com todo o projeto Bibliotecas do Cerrado para a sua biblioteca, só que você precisa adequar os recursos humanos da biblioteca, adequar as estrutura físicas, adequar o acervo. A gente está completamente disposto a você entrar no nosso projeto”. Então, subvertia a lógica.

A gente espera que os próximos governos não deem passos para trás, que não voltem a ir às administrações com o pires na mão, mas que continuem nessa lógica de fortalecer bibliotecas. que tem. Enquanto a gente tiver essa lógica do administrador regional, que a gente tenha esperteza de reverter essa lógica.

APÊNDICE N – Entrevista com Rafael Soares, gestor da Biblioteca Pública do Cruzeiro e Centro de Cultura Rubem Valentim

Entrevista gravada digitalmente realizada com o professor gestor da Biblioteca Pública do Cruzeiro, Sr. Rafael Soares, em 13 de outubro de 2014:

FREDERICO: Você participou da construção do Plano Distrital do Livro e da Leitura?

SOUZA: Eu participei de algumas reuniões. Eu não posso dizer que participei de todo o processo. Mas estive em várias reuniões.

FREDERICO: Na época já era Gerente de Cultura?

SOUZA: Já. Entrei nessa função em 2012 mais ou menos quando começou a construção do PDLL.

FREDERICO: Você já estava a frente da biblioteca também.

SOUZA: Já.

FREDERICO: Então deu para ver algumas diferenças que teve antes e depois do Projeto Biblioteca do Cerrado.

SOUZA: É. Acho que assim, de maneira palpável o Bibliotecas do Cerrado foi o mais visível, né? O resultado que trouxe aqui foi diversas atividades para a Biblioteca.

FREDERICO: A diferença se deu mais nas atividades, né?

SOUZA: Isso. Mas, assim, a gente tem a expectativa de outras conquistas e estamos aguardando aí, nessa próxima gestão, a questão de “digitalização”, de fazer a consulta *on-line*, a gente está nessa expectativa. Mas, são passos que estão sendo dados para melhorar.

FREDERICO: E como aconteceu o Projeto Bibliotecas do Cerrado para a Biblioteca do Cruzeiro?

SOUZA: A proposta partiu da Secretaria de Cultura. Eles tinham construído esse projeto. Primeiro eles tinham visitado a Colômbia, o país tem um sistema de bibliotecas que é referência. E aí depois que eles voltaram de lá, eles trouxeram essa proposta para as bibliotecas.

No nosso caso do Cruzeiro, eu achei bem interessante. E o que ajudou muito foi a estrutura física da biblioteca. Na verdade nossa biblioteca é uma das poucas que tem que essa estrutura de centro cultural. Nós temos um auditório, um salão, temos áreas diversas, não só a sala de estudo.

FREDERICO: Mas sempre teve espaço? Sempre teve essa estrutura de Centro Cultural?

SOUZA: Assim, a biblioteca surgiu em 90, num prédio que era já um centro comunitário. Era para ser uma biblioteca provisória. E acabou se fixando como tal. Aí em 98 foi feita uma grande expansão que aí transformou em centro cultural. Então nesse formato ela já tem 15 anos. E vem funcionando desde então, o centro cultural e a biblioteca de maneira conjunta.

FREDERICO: Então, diferente de muitas, esta já era um espaço que atuava como centro cultural?

SOUZA: Isso. A transformação em centro cultural fora feita por etapas. Foram feitos um puxadinho aqui, outro ali. Mas, a gente já tinha esse auditório, sempre foi muito procurado aqui na cidade e o salão de múltiplas funções também. O que a gente fez mais foi em 2013 fazer uma reforma específica na parte da biblioteca, de oferecer melhores acomodações. Foi quando a gente trocou a parte elétrica, hidráulica e principalmente as baias para estudo individual. Que deixou a sala de estudos, vamos dizer, mais isolada acusticamente. Porque era uma dificuldade que a gente tinha até então era fazer evento no auditório e o pessoa querendo estudar e querendo silêncio na sala de estudo. Então a reforma ela procurar, não digo resolver, mas amenizou bastante essa área. Esse conflito de interesse, um pessoal querendo silêncio, e outro pessoal fazendo som.

Inclusive o lançamento do projeto Bibliotecas do Cerrado de todo o Distrito Federal foi aqui na nossa biblioteca. Foi o dia em que a gente reabriu depois da reforma, foi feita essa atividade de lançamento, junto com o governador, os secretários de Estados e se apresentou para a comunidade Bibliotecas do Cerrado. Que é justamente essa coisa de dinamizar as atividades da biblioteca né? Um espaço para livro, leitura e cultura em geral.

FREDERICO: Então a reforma foi também nos outros espaços, no auditório também?

SOUZA: Não. Foi mais no caso da biblioteca, porque o recurso não permitia tudo. Até a gente precisaria reformar outros espaços, até o auditório. Mas o que era mais urgente realmente era a questão da sala de estudos e o acervo que foi reorganizado. Isso já permitiu que o Bibliotecas do Cerrado acontecesse, a gente teve muitas atividades, principalmente

ao longo de 2013. Se eu não me engano a Biblioteca do Cruzeiro foi a que mais aconteceu atividades do Projeto. Ele aconteceu aqui, na Biblioteca do Núcleo Bandeirante e na Biblioteca Nacional de Brasília.

FREDERICO: E número do pessoal que trabalha aqui, aumentou também?

SOUZA: Não. A equipe foi sempre a mesma. A Biblioteca é gerida pela administração regional do Cruzeiro. Então a equipe é que a gente sempre teve aqui mesmo.

FREDERICO: Mas tem um número razoável de pessoas comparado com outras bibliotecas. Aqui tem tido um apoio da administração?

SOUZA: É. Eu creio que a aqui a gente sempre teve um apoio muito bom da administração. Hoje mesmo veio para dar uma pintura ali no *foyer*. Quer dizer é mais por conta de não ter muito pessoal, mas ainda a gente é atendido bem por lá.

FREDERICO: Vocês tem algum bibliotecário, também?

SOUZA: Não. Isso é uma coisa que falta aqui para a nossa equipe. Foi até feita uma solicitação. Não tem até hoje, infelizmente, porque não se encontra muitos e a gente precisaria de alguém que já fosse do quadro do GDF que remanejasse para cá. Esse pedido já foi feito pela Secretaria de Planejamento, mas até hoje a gente não recebeu esse profissional. É importante até que seja por lotação, que seja por concurso, porque, assim, não fica dependendo de governo, de cargo comissionado, fica sendo uma pessoa mesmo do quadro aqui da biblioteca.

FREDERICO: De certa forma, já foi dado essa resposta. Mas qual é a sua visão da biblioteca que o projeto coloca?

SOUZA: É uma maneira de incentivar a cultura, a leitura também. Mas outras questões que são do interesse da comunidade. A gente tem muito teatro, apresentação musical, reuniões da comunidade, palestras mesmo acontece bastante aqui.

FREDERICO: O coral que está ocorrendo agora também faz parte desse equipamento?

SOUZA: É, no caso ali a gente chama de salão de múltiplas funções. O coral da terceira da idade se reúne aqui toda semana. O grupo da terceira idade nas quartas-feiras também fazem ali os encontros deles. Então é um espaço bastante usado pelos moradores.

FREDERICO: E a questão do horário teve alguma mudança depois do projeto Bibliotecas do Cerrado?

SOUZA: Não. Sempre foi assim. Segunda a sexta de 08hs até as 22hs. Sábado de 09hs até as 17hs. É um horário bem abrangente.

FREDERICO: E em relação ao uso da biblioteca? Nos outros espaços estão sendo bastante utilizados, mas na biblioteca como tem sido?

SOUZA: O grande número de pessoas que vem aqui, realmente vem para estudar, principalmente para concurso. Então a sala de estudo está sempre muito cheia. O acervo é pesquisado, o pessoal vem para pegar livros de literatura, para emprestar. Mas eu diria que isso fica em segundo lugar, até, o espaço mais procurado é a sala de estudos.

FREDERICO: E os eventos que tem no salão geralmente tem alguma relação com o acervo, o acervo é usado para complementar esses eventos, esses eventos são usados para envolver a biblioteca?

SOUZA: Assim, a biblioteca como um todo acaba se envolvendo quando tem alguma atividade mais literária, como contação de história, principalmente para as crianças. A gente recebe muitas escolas aqui. Principalmente as do Cruzeiro Velho que são próximas os alunos vêm a pé, eles vêm muito.

FREDERICO: Mas eles vêm com a escola ou por conta própria?

SOUZA: Das duas maneiras. Quando a gente faz, por exemplo, a gente recebeu agora o Festivalzinho de Cinema, paralelo ao Festival de Cinema.

FREDERICO: Que foi do Bibliotecas do Cerrado?

SOUZA: Não. Essa já é uma ação da Secretaria de Cultura que acontece já algum tempo. A gente recebe aqui amostra de cinema para crianças. A gente convida as escolas. Elas vêm assistir aqui conosco. É um exemplo, mas são vários eventos que a gente promove. Uns só da administração, outros em parceria com Secretaria de Cultura, ou outras Secretarias. E as escolas são, vamos dizer, as principais parceiras, que usam aqui o espaço. Mas também a comunidade. Às vezes o aluno quer vir sozinho também, a gente recebe bastante casos assim.

FREDERICO: Tem algum projeto em relação à formação técnica, ou cursos de capacitação, tem algum tipo de atividade assim aqui na biblioteca?

SOUZA: Não. No momento não. A gente tem um telecentro, que é uma sala de computadores, só que, infelizmente, o contrato da *internet* venceu e está desativado a alguns meses. A intenção é retomar o sinal de *internet* e se possível até oferecer acesso à informática, principalmente para a terceira idade que é um público grande aqui. Mas isso é

um projeto que ainda está no planejamento, a gente ainda não tem muita perspectiva de quando acontece.

FREDERICO: Quais são os impactos que você esperava do Bibliotecas do Cerrado? Você já tinha expectativas em relação ao Bibliotecas do Cerrado?

SOUZA: Primeiro que assim, a gente já acostumava a receber ou promover algumas atividades aqui. Quando o veio o Bibliotecas do Cerrado isso potencializou bastante porque isso era feito em parceria com as diversas Secretarias do GDF. A expectativa, realmente, era de ter um público bom, principalmente das escolas. A comunidade de uma maneira geral participa também, mas a escola estava sendo a principal parceira. Nesse ponto ele ofereceu muita coisa nova o pessoal gostou mesmo.

FREDERICO: Principalmente o espaço né?

SOUZA: É o uso do espaço, você tem uma área bem organizada para palestras, para um debate. Uma coisa de repente nas escolas mesmo não tem espaços. Aqui a gente acaba atendendo as escolas próximas.

FREDERICO: Então aumentou o público? Esse foi o impacto principal desse Cerrado foi o aumento do público?

SOUZA: O aumento da frequência aqui do espaço. Tanto da biblioteca, como do auditório, do espaço em geral. Aumentou muito mesmo. Com certeza.

FREDERICO: Como você faz uma avaliação geral desse projeto Biblioteca do Cerrado?

SOUZA: Muito positiva. Ele precisa continuar. Com essa mudança de governo que vai acontecer, que ele não se perca né? Que isso seja uma política de Estado. Esse ano, até por conta das eleições, ele até diminui um pouco o número de atividades.

A expectativa como te falei antes, é questão da informatização do acervo. A gente ainda tem essa expectativa. Esperamos que para o ano que vem, quem vier assumir aqui o espaço, eu mesmo dia 31 de dezembro encerro minha missão aqui. Aí a gente espera que quem venha assumir possa dar continuidade ao projeto e a essa parceria com as escolas e com as Secretarias, não deixar a ideia morrer. Porque os resultados até agora foram muito bons.

FREDERICO: Por último, no planejamento do Bibliotecas do Cerrado tinha uns passos do planejamento. Dentre eles que haveria uma avaliação semestral por uma comissão de acompanhamento. Houve essa comissão e essa avaliação?

SOUZA: Eu lembro que no final de 2013 quando a gente encerrou o primeiro semestre foi feito a avaliação, isso aconteceu. Em 2014, o projeto deu, realmente, uma diminuída, não aconteceram tantas atividades, até em função desse período eleitoral, deu uma travada. Mas, assim até onde foi feito, a avaliação aconteceu. Foram feitas críticas até interessantes.

FREDERICO: Então o projeto Bibliotecas do Cerrado conseguiu de certa forma dar um direcionamento para a biblioteca?

SOUZA: Eu acho que potencializou. A questão de assim, a biblioteca. Esse conflito mesmo que a gente tinha com o pessoal que tinha que estudar para concurso com quem queria fazer atividade cultural, a gente conseguiu resolver, né? Essa convivência, uma coisa não impede a outra. Acho que foi mais essa lição mesmo de como poder fazer essas atividades para a biblioteca ter uma coisa mais viva, até mais interessante para a comunidade. Acho que foi o resultado principal. Trouxe mais gente, realmente, para cá.

APÊNDICE O – Entrevista com Benedito Domingos, Bibliotecário gestor da Biblioteca Pública do Núcleo Bandeirante, Vó Philomena

Entrevista gravada digitalmente realizada com o bibliotecário gestor da Biblioteca Pública do Núcleo Bandeirante, Sr. Benedito Domingos, em 17 de outubro de 2014:

BENEDITO: A concepção do projeto Bibliotecas do Cerrado é da Secretaria de Cultura, da Diretoria de Bibliotecas. O que eles perceberam? Eles perceberam que nas bibliotecas estava faltando dinamização.

Eles assumiram o governo, que é uma gestão que acho que começaram em 2012. E eles perceberam que nas Bibliotecas estavam faltando essa parte de dinamização. Eles perceberam que as Bibliotecas do Núcleo Bandeirante e a do Cruzeiro eram as mais estruturadas dentro um sistema que estava falido, de uma situação que estava falida.

Essas duas bibliotecas foram escolhidas para serem as pioneiras. O que eles perceberam e o que eles entenderam? Eles entenderam que essas duas bibliotecas teriam condições de ser o espelho do projeto. Eles estudaram o modelo colombiano, que lá as bibliotecas têm uma concepção de centros culturais, e que foge um pouco do que a gente tem aqui no Brasil.

A ideia diferencial desse projeto que eu gostei foi que eles identificaram os recursos dentro do Distrito Federal, dentro do governo, cada Secretaria tinha alguma coisa voltada para isso, mas estava desarticulado. Então, Eles articularam com o Bibliotecas do Cerrado. Acho que foram nove Secretarias, não me lembro exatamente, mas foram várias Secretarias. Então uma tinha um projeto com crianças, outra tinha com idosos, a outra tinha um projeto circense e por aí ia. Todos esses recursos foram voltados para a biblioteca, então a biblioteca ficou muito dinâmica, passou a ter atividades. Por exemplo, trabalho com minorias com Rodas de Conversa Griô...

FREDERICO: Nesse exemplo, a biblioteca trabalhava junto à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, eles tinham esse projeto e realizava inserido na biblioteca?

BENEDITO: Exatamente. Todos esses projetos foram canalizados para o Bibliotecas do Cerrado, mas a Secretaria de Cultura que fez essa articulação. Por exemplo, a Secretaria da Criança tinha um projeto sobre *bullying*, aí teve uma apresentação aqui teatral sobre o *bullying*. Então quer dizer, uma peça que já existia, mas que não chegava à sociedade, não rodava. Então eles mostraram que tinha potencial para rodar.

FREDERICO: Legal. Eu vi também que a Biblioteca do Núcleo Bandeirante teve algumas mudanças estruturais, que teve algum investimento pelo projeto na biblioteca.

BENEDITO: É. Esse é um lado, uma estratégia que a gente sempre trabalhou na Biblioteca do Bandeirante. Não é coincidência a Biblioteca do Núcleo Bandeirante no projeto Bibliotecas do Cerrado, se você pegar as 27 bibliotecas públicas do Distrito Federal, e não é promoção pessoal não, mas você pode ver que as bibliotecas que tem bibliotecário estão um pouco mais a frente.

Mas é que a gente tentou devolver para o político, porque nosso líder sempre é um agente político, nosso fomentador institucional sempre é um político. Eles, os políticos, nunca veem as bibliotecas como algo que possa dar um retorno. Todo mundo acha que é importante, mas é aquela importância que não é assumida, não é global... Ele não consegue ver a vantagem imediata. Ele diz "Tudo bem. Vou investir lá, nessa biblioteca, mas qual vai ser a vantagem?".

A gente trabalha nessa linha aqui, na biblioteca do Núcleo Bandeirante. Quando assume um administrador regional, a gente tenta demonstrar para ele o que foi feito antes e o depois, então, como vai ser comparado na gestão dele e o retorno que isso possa dar. Por exemplo, o pessoal dessa gestão conseguiu entender essa ideia, "Opa, investir em biblioteca". E ninguém nunca fala não! E o retorno é imensurável. Inclusive foi até usado em campanha política "Olhem, foi investido tanto na biblioteca!". Enfim, eles conseguiram ver isso. Todas as vezes que eles investiam um pouco aqui, eles perceberam que o retorno da comunidade era muito positivo.

Porque normalmente quem estuda na biblioteca é quem? Porque este espaço está tomado por concurseiros, ou pelas pessoas quem pensam na comunidade, porque a biblioteca está muito elitizada ainda. A biblioteca pública não consegue atingir o potencial dela, né? As comunidades carentes, a gente [biblioteca] não consegue ainda atender. Se bem que a gente tem um projeto que é a Biblioteca na Vila Cauhy, que a gente realizou uma edição. Porque todos os projetos que tem nas bibliotecas públicas são desarticulados, eles são ilhas de excelência, é um cara que fez, ou, também o pessoal de Taguatinga faz muito isso. Não tem uma coisa fomentando aquilo. É no peito e raça mesmo! Então a gente tenta levar a biblioteca para Vila Cauhy que é a comunidade daqui desprestigiada financeiramente.

Enfim, voltando para os Bibliotecas do Cerrado. Essa atmosfera permitiu pessoal conseguir recursos para investir na biblioteca. A nossa crítica é que o recurso só vem para investir, só parte estrutural. Ele não vem para o bibliotecário, o bibliotecário não tem poder de decisão nessa articulação toda. Ele é meramente um consultor e normalmente, consultam a gente para fazer de forma diversa do que o bibliotecário quer, né? Todo mundo quer mandar na biblioteca, mas ninguém quer estudar biblioteconomia (risos).

Mas a gente tenta motivar, influenciar indiretamente. A gente tenta fazer esse papel. Enfim, a biblioteca foi ampliada, teve seus espaços distribuídos. A gente tem agora a

sala da Casa da Memória. Por exemplo, a Casa da Memória é um produto do Bibliotecas do Cerrado, é o que o Arquivo Público conseguiu dar de contribuição. O que ele fez? Ele digitalizou o acervo dele, que eles já possuem, sobre o Núcleo Bandeirante e sobre a história de Brasília e agora estão lá no espaço Casa da Memória. É uma sala interna que tem um monitor com uma base de dados e tem um material impresso da comunidade do Bandeirante. Ou seja, se você precisa estudar o Bandeirante hoje, você não precisa ir lá ao Arquivo Público, se você vier aqui encontra esse material, ou seja, descentralizou. Então esse é o produto do Bibliotecas do Cerrado.

FREDERICO: E em relação ao quadro de pessoal, ao horário de atendimento, teve alguma ampliação?

BENEDITO: Não. Na verdade foi o investimento foi só na estrutura física e o retorno institucional que a gente teve. A biblioteca do Núcleo Bandeirante é vista como uma das melhoras do DF. Mas é sempre contínua essa minha crítica, ser o melhor dos piores não é muito proveitoso. Porque a gente ainda não superou a questão de automatizar a biblioteca. A gente ainda não conseguiu colocar isso na prática.

Mas o Biblioteca do Cerrado deu esse lance, acendeu essa chama, né? Então, o que funcionava? A parceria com a Secretaria de Educação, ela entrava com o público alvo principal que era os estudantes, do primário, etc. Não que fosse fechado para a comunidade. Essa é a parte do recurso que falta à biblioteca. Se tivesse mais ferramentas a gente não ficava preso a uma rede social, a gente imprimiria um cartaz, colocaria um carro de som na cidade, enfim. A gente conseguia fazer com que a biblioteca pertencesse à comunidade. A ideia era essa mesmo, fazer com que a comunidade se sentisse **dona** da biblioteca, não somente o concurseiro, mas todos, pois o concurseiro já sente-se dono.

Mas, só para registrar, eu tenho outra visão do concurseiro. Normalmente o bibliotecário vê o concurseiro com maus olhos, eu não vejo. Eu os vejo como um público da biblioteca, e esta biblioteca não têm produtos e serviços para eles. Se você tem assinaturas de revistas para concursos, que eles usam aí mesmo, eles fazem rateio para obter esses materiais, mas se tivesse materiais voltados para eles, eles não iam utilizar apenas os espaços, se servissemos produtos, mas a gente não tem. A biblioteca não está preparada para recebê-los. Aí dizem “eles só querem o espaço”, não eles querem mais que o espaço é porque as bibliotecas públicas não estão preparadas para o público do século XXI.

FREDERICO: No projeto Bibliotecas do Cerrado estava descrito que haveria avaliações e relatórios, houve realmente alguma avaliação do projeto por alguma comissão da Secretaria de Cultura?

BENEDITO: Eles fizeram avaliação com a gente. Eles têm um relatório lá na Secretaria de Cultura. Eles têm sim esse relatório lá. Eles fizeram um *feedback* com a gente, o que ficou bom e o que ficou ruim.

Para primeiro momento acho que o retorno foi positivo. A gente apontou algumas falhas do sistema; e a gente não tinha recursos para projeção, por exemplo. Teve inclusive uma das palestrantes disse “Nossa, até na biblioteca da minha escola pública lá na Ceilândia tem e vocês das bibliotecas públicas não tem”. Então, eu como gestor de um sistema, sentir-me-ia desafiado a mudar essa realidade. “Pô, espera aí, a Secretaria de Educação tem esses recursos, mas a Secretaria de Cultura não tem, então vamos colocar um equipamento de multimídia em cada biblioteca”. Então acho que não aproveitaram pegaram a crítica. O problema que as críticas que a gente pega quando se atua em bibliotecas públicas muitos levam para o pessoal. E isso é uma coisa que não pode acontecer, a gente tem que refletir em cima delas, porque sempre tem um pouco de verdade ali, pode ser que às vezes é até um exagero, mas tem um pouco de verdade ali.

FREDERICO: O melhor seria usar a crítica de uma forma construtiva.

BENEDITO: É, por exemplo, uma crítica comum é: “Ah, vocês são pouco proativos, tem que fazer acontecer”, mas é porque o sistema do serviço público ele engessa a gente. Um cargo comissionado é mais dinâmico, ele está de passagem. Ele está ali para tentar se salvar para voltar no outro governo, entendeu? Ele tem que fazer aquilo. E ele é protegido para isso, e a gente servidor público não. Por exemplo, a situação de um cargo comissionado, ele vai a um comércio e pega incentivos e faz acontecer um evento. A gente como servidor público não pode, a burocracia amarra a gente. Então nesse sentido a gente não pode, a gente pode fomentar em outros aspectos, mas nesse a gente não pode. E como a gente sabe que eles não administram recursos para a biblioteca, a situação fica muito complicada.

FREDERICO: Em relação ao Bibliotecas do Cerrado, qual foram os impactos mais visíveis?

BENEDITO: O aumento de público! Mas, também eu vi que ela conseguiu trabalhar a cultura em todas as vertentes. A gente não ficou só preso ao livro, por exemplo, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a gente trabalhou como eu te falei a questão das minorias. Isso me chocou muito. Porque a gente nunca trabalhou dessa forma antes, acho que isso é inédito. Nunca antes se havia discutido a questão das minorias. Agora a gente discutiu a questão das minorias indígenas, dos negros, dos ciganos.

A gente trouxe o pessoal das escolas públicas para ouvir sobre o que eles tinham sobre isso. Para quebrar aqueles paradigmas “Ah, cigano rouba criança”. Ele disse “Gente

tem um milhão de crianças no acampamento, por que a gente vai querer mais uma criança?”. Entendeu? E a ideia era quebrar essa situação e discutir, por exemplo, a literatura. Foi levantado nos debates que não tinha literatura para essas minorias nessas escolas. Então, quer dizer, se chegar um filho de um cigano para estudar nessa escola, ele vai ser o alvo do preconceito, do *bullying*, e etc. Não tem material escrito para isso. Então a pessoa que estava à frente da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial tinha esse cuidado muito grande. Então o trabalho dela era muito bem feito.

Então serviu para a gente conhecer também como o GDF funciona, todas as políticas que estão sendo desenvolvidas.

FREDERICO: E a expectativa agora?

BENEDITO: Aí que está é uma política de governo, não é de Estado, ela não fica. Toda gestão que entra na Secretaria de Cultura tem os seus méritos e os seus defeitos. Só que eles estão sempre começando, nunca continua. Não dão continuidade porque é cargo político.

A questão do GDF que mata é que o cargo técnico é alijado do sistema. Por exemplo, a biblioteca de Sobradinho, lá tem bibliotecário, tem uma estrutura e queriam preencher o cargo com alguém que não era bibliotecário. Tiraram o bibliotecário da biblioteca e colocaram em outra sessão só para encher, daí o CRB foi lá e deu uma briga tremenda lá. Quer dizer, a biblioteca perdeu. Porque bibliotecário fazia um bom trabalho lá e não foi para frente.

Então assim, é tudo muito político. E você fica observando e se você tiver cargo você tem outro problema. As pessoas que tem cargo ficam engessadas pela briga política. De repente a autonomia que a gente tem aqui é o que nos permite ser diferente, em termos de bibliotecas públicas. Lá em Taguatinga eles são diferentes porque eles são professores lidando com a biblioteca, então eles não querem voltar para a sala de aula, então essa é a motivação que os movem. É um modelo interessante, é interessante o modelo deles. O nosso modelo aqui é diferente porque a gente consegue colocar a comunidade como dona. Quando a gente tenta pelas vias formais conseguir alguma coisa e que não dá certa, a gente envolve os líderes da comunidade, os líderes dos estudantes e ajudam a gente nisso.

FREDERICO: Muito bom. Gostaria de fazer alguma observação final?

BENEDITO: Sim, sobre o projeto. O projeto é bom. O projeto também nos permitiu a questão de termos conseguido realizar diversas atividades culturais. Tenho um relatório aqui com as atividades realizadas pelo projeto. Tivemos teatro, cinema, fizemos esses debates sobre minorias, encontros com pioneiros para conhecer a cidade, enfim a gente tentou trabalhar todos os aspectos da cultura, a gente não ficou preso somente ao livro e a

leitura, não. Mas sempre não fugindo do foco, porque eu faço questão de que as atividades que a gente faz a gente não fugir do nosso foco, livro, leitura, biblioteca é fundamental. Não o livro suporte, mas leitura mesmo em si, que a gente está aqui para isso.

APÊNDICE P – Entrevista com Nelson Gilles, Representante da Coordenadoria de Participação Popular da Secretaria de Cultura do Distrito Federal

Entrevista gravada digitalmente realizada com o servidor público da Secretaria de Cultura do GDF e representante da Coordenadoria de Participação Popular, responsável pela realização da III Conferência de Cultura do DF, Sr. Nelson Gilles, em 16 de dezembro de 2014:

FREDERICO: Qual sua função dentro da Secretaria de Cultura?

GILLES: Faço parte da Coordenação de Participação Popular da Secretaria de Cultura, desde de 2011.

FREDERICO: A III Conferência de Cultura do DF ocorreu quando?

GILLES: A III Conferência ocorreu de fevereiro a 1º de maio de 2011. Houveram 30 pré-conferências regionais e 17 setoriais. Uma delas foi a da sua área de interesse.

FREDERICO: Essa 3ª Conferência partiu de alguma outra nacional?

GILLES: Não. Teve a primeira e a segunda Conferência Nacional. Veja, quando nós entramos aqui, quando o nosso governo chegou, o Secretário deu orientação de chamar a Conferência para acolher as expectativas da população com o novo governo. Na verdade foi uma grande consulta pública que fizemos das questões que ainda estavam latentes daquele início de governo, então fomos para todas regiões com a pauta própria.

A 4ª Conferência de Cultura do DF que foi “lincada” com a 3ª Nacional. Tenho um documento aqui feito na 4ª Conferência que foi a prestação de contas das ações propostas na 3ª. Tem tudo que saiu na 3ª e a nossa resposta dentro dos temas. A gente define no debate quais são as diretrizes e as ações, e as situações em que se encontram, em 2013. Daí você o que foi definido e qual é a situação em 2013.

Esse documento foi uma prestação de contas. As pessoas não tem essa prática de prestação de contas. As pessoas se assustaram, porque em toda reunião todos apresentavam propostas. Mas como ficaram essas propostas que foram apresentadas anteriormente? Então tem esse documento. Então as pessoas poderão comparar com a realidade que elas vivem, com aquilo que a gente escreveu. Então prestar conta, com aquilo que idealizado em 2011.

FREDERICO: Como foi esse processo de convocação da sociedade?

GILLES: Nós fizemos reuniões preparatórias em todas as regiões. Duas ou três pessoas que queriam conversar sobre cultura estavam ali. Isso no processo de mobilização. Então ficamos de janeiro até metade de fevereiro fazendo visitas em todo que é lugar, nas regiões administrativas, praças, onde tivesse gente querendo discutir cultura estávamos lá, os temas e tudo mais. Aí depois começava um calendário das pré-conferências. E aí cumprindo o calendário. As pré-conferências determinavam as prioridades e determinavam os delegados. E a gente escolheu o Conselho Regional. O processo de mobilização é anterior a nós, é só conversa.

FREDERICO: Esse Conselho Regional...

GILLES: É escolhido por cada região administrativa. É uma lei muito antiga. Nem tão antiga, ela é de 1998. Mas nunca foi colocada na prática é aquelas leis que ficam lá aprovado e só para ser bonita.

E aí o que nós fizemos? Nós colocamos em prática. O pessoal até hoje tem dificuldade de entender esse processo, porque não tinham a prática, as pessoas não tem o hábito de participar.

FREDERICO: Os Conselhos foram mantidos?

GILLES: Os Conselhos agora são uma meia dúzia que continuam reunindo. Depende muito da correlação de forças da cidade, da consciência política das pessoas da cidade. Por exemplo: não é o mesmo que Samambaia que se reuniam quinzenalmente, do Varjão que se reuniram apenas uma vez. Então, cada cidade tem sua trajetória política.

FREDERICO: E as ações apontadas no documento durante a Conferência como foram definidas?

GILLES: A população definiu, nas pré-conferências. Foram votadas, as pessoas apresentavam suas propostas e foram votadas. E na plenária final fomos juntando, sistematizando até chegar nesse texto. O processo de diálogo muito grande. E quando tinha de ser votado se votava. Por exemplo, tivemos a proposta de tombamento da prainha do Lago Paranoá, a turma evangélica não queria, as religiões afrodescendentes queriam. Aí as discussões forem muito fortes, muito difíceis.

Mas esse é também é um processo educativo, as pessoas tem que aprender a argumentar, a participar desses espaços democráticos.

FREDERICO: O senhor não chegou a acompanhar o processo de construção do PDLL, né?

GILLES: Não. Eu não cheguei a acompanhar de perto. Eu sei que foi discutido na pré-conferência de livro e leitura. Foi discutido lá, foi de lá que saiu. Depois teve todo o processo de embate, mas com o setor. Quem pode te ajudar nisso é o Wander.

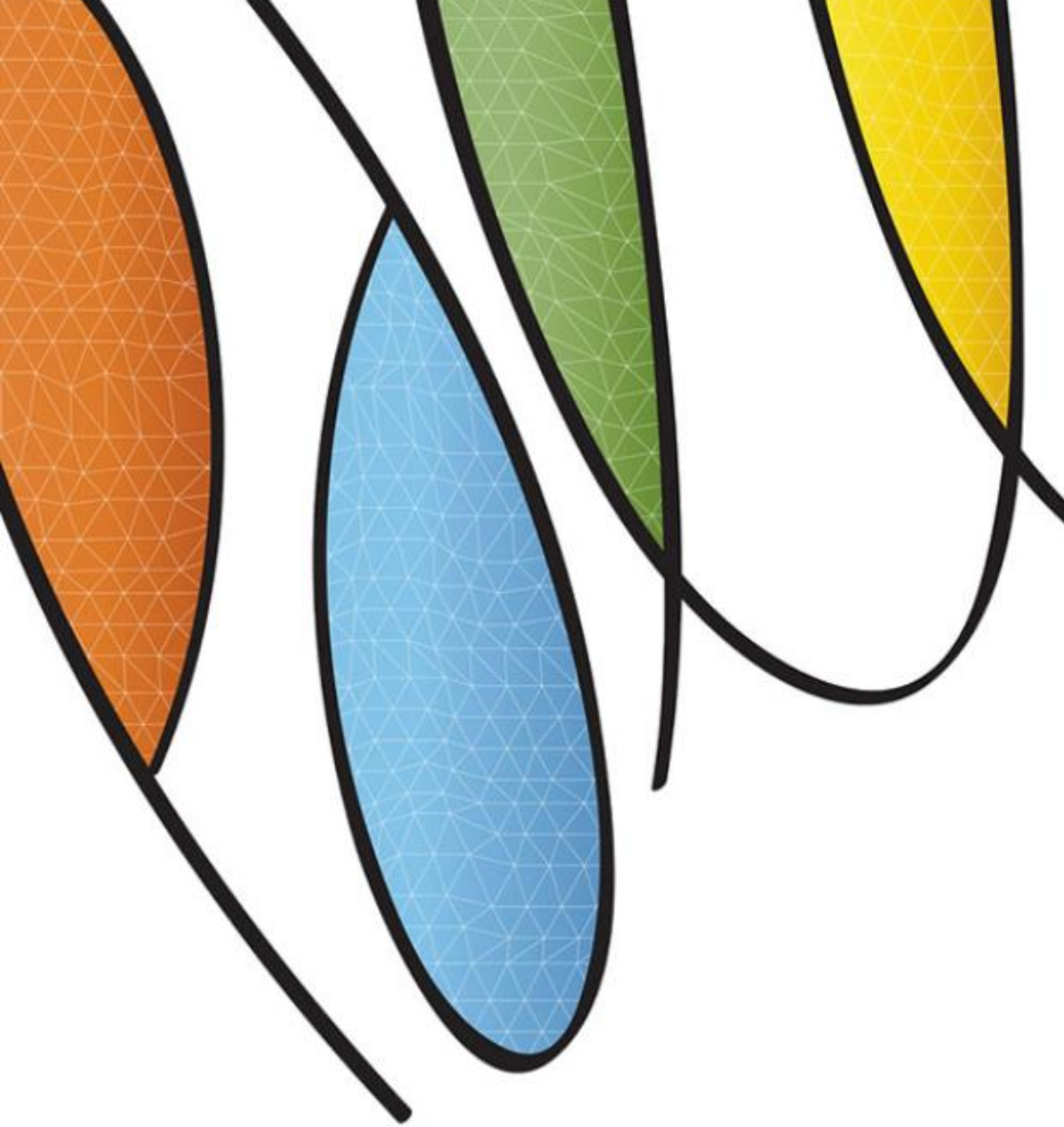
FREDERICO: Nós já conversamos... É, acho que quando no documento do PDLL diz que teve origem na 3ª Conferência de Cultura está falando sobre essas ações apontadas nesse documento aqui que o senhor me entregou.

GILLES: Quer dizer, tu tens duas vertentes. Uma vertente é o Plano Nacional do Livro e Leitura que orienta que as unidades da federação tenham o seu. A outra vertente foi a necessidade que a 3ª Conferência levantou nessa área específica. Esse encontro dessas duas vertentes é que depois, naquele fórum, convergiu naquele documento do PDLL.

Agora, que acompanhava na Conferência era Lília, depois da Lília, o Wander e a Ivanna. Acredito que seria interessante conversar com a Lília.

ANEXOS

ANEXO A – Plano Distrital Do Livro e da Leitura – Primeira Versão



PLANO DO DISTRITO FEDERAL
DO LIVRO E DA LEITURA

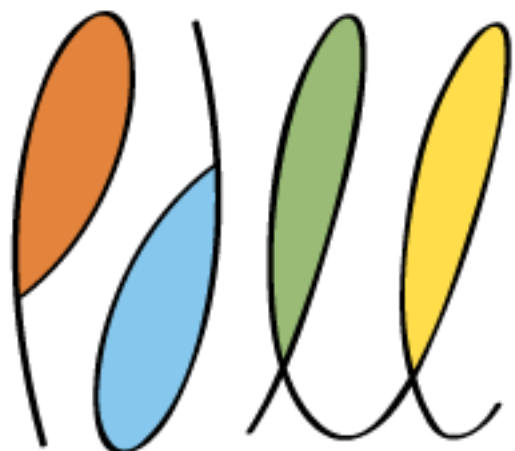


PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação

Secretaria
de Cultura





PLANO DO DISTRITO FEDERAL **DO LIVRO E DA LEITURA**



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação

Secretaria
de Cultura





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E
SOCIEDADE COMPROMETIDOS COM A
PROMOÇÃO DA LEITURA



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação





Se você planeja algo para um ano, plante arroz
Se você planeja algo para dez anos, plante árvores
Se você planeja algo para cem anos, ensine crianças



Confúcio



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



DIAGNÓSTICO

INDICADORES DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

13% dos brasileiros frequentam cinema

92% nunca foram a museus

82% não possuem computador em casa

70% não têm acesso à internet



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



DIAGNÓSTICO

INDICADORES DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatros, museus e espaços culturais.

1,3 livro per capita/ano

73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas **16%** da população



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
DO LIVRO
E DA LEITURA

Secretaria
de Educação



DIAGNÓSTICO

INDICADORES DA EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

R\$25 valor médio do livro

56,7% da população ocupada na cultura não tem carteira assinada

4,4% do rendimento familiar é gasto com cultura, ocupando o **6^a** posição.

Fonte: IBGE/MINC - 2008



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
DO LIVRO
E DA LEITURA

Secretaria
de Educação



Secretaria
de Cultura

GDF

DIAGNÓSTICO

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL

Entre os **8** maiores produtores de livro do mundo

5.000 bibliotecas públicas

10.000 bibliotecas comunitárias

Um dos **maiores** programas de distribuição de livros gratuitos do mundo



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
DO LIVRO
E DA LEITURA

Secretaria
de Educação



DIAGNÓSTICO

RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL

16 Milhões analfabetos

30 Milhões de analfabetos funcionais

2.300 livrarias em 600 cidades (11% do país)

Desarticulação Estado x Sociedade

Fonte: MINC/PNLL - 2008



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



Secretaria
de Cultura

GDF

PRINCÍPIOS NORTEADORES



Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.



Declaração Universal dos Direitos Humanos - Artigo XXVII



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



PRINCÍPIOS NORTEADORES



A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



Constituição Federal - Artigo 205



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



PRINCÍPIOS NORTEADORES



O Poder Público garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura; apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais, bem como a proteção do patrimônio artístico, cultural e histórico do Distrito Federal



Lei Orgânica do Distrito Federal - Artigo 246



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação





Tenho o sonho de transformar Brasília
na capital da leitura.



Agnelo Queiroz
Governador



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



AS DIMENSÕES DA LEITURA

- Necessidade básica e direito de todo cidadão;
- Economia importante para o desenvolvimento do Distrito Federal; e,
- Política de Estado estratégica na Agenda Social do Governo.



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



DESAFIOS ESTRATÉGICOS

- Conhecer, sistematizar e integrar ações
- Complementação x Sobreposição
- Articular Estado x Sociedade
- Criar estruturas e formas de financiamento
- Converter livro e leitura em Política de Estado



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



ESTRATÉGIAS DE AÇÃO 2011

- Formular e institucionalizar o Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura
- Realizar a II Bienal Internacional de Poesia de Brasília – BIP
- Realizar o I Encontro Internacional de Contadores de Histórias de Brasília
- Realizar em parceria com MinC o Fórum + Livro + Leitura de Brasília
- Realizar os Encontros Presenciais Literatura e Pensamento
- Realizar o Encontro Presencial Literatura e Futebol
- Revitalizar a Biblioteca Nacional de Brasília, bem como o Programa Mala do Livro



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



ESTRATÉGIAS DE AÇÃO 2011

MARCO INSTITUCIONAL

Lançar a campanha:

2012 – BRASÍLIA, CAPITAL DA LEITURA



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
DO LIVRO
E DA LEITURA

Secretaria
de Educação



Secretaria
de Cultura

GDF



Brasília, Capital da Leitura



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



VISÃO DE FUTURO



Brasília Capital da Leitura


A leitura incorporada como vetor importante para o desenvolvimento do Distrito Federal, inclusa na Agenda Social - política estratégica de Estado para reduzir a pobreza e a desigualdade social.



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
DO LIVRO
E DA LEITURA

Secretaria
de Educação





“... O QUE IMPORTA NÃO É QUE OS ALVOS SEJAM OU NÃO ATINGÍVEIS CONCRETAMENTE NA SUA SONHADA INTEGRIDADE. O ESSENCIAL É QUE NOS DISPONHAMOS A AGIR COMO SE PUDÉSSEMOS ALCANÇÁ-LOS, PORQUE ISSO PODE IMPEDIR OU AO MENOS ATENUAR O AFLORAMENTO DO QUE HÁ DE PIOR EM NÓS E EM NOSSA SOCIEDADE.”

ANTÔNIO CÂNDIDO



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



PLANO DO DISTRITO FEDERAL DO LIVRO E DA LEITURA- PDLL

O Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura é um conjunto de políticas, programas, projetos, ações continuadas e eventos empreendidos pelo Estado (em âmbito distrital) e pela Sociedade (setor privado e terceiro setor) visando promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas no Distrito Federal.



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



Secretaria
de Cultura

GDF

PLANO DO DISTRITO FEDERAL DO LIVRO E DA LEITURA – PDLL

EIXOS TEMÁTICOS

Eixo 1 - Democratização do Acesso

Eixo 2 - Fomento à Leitura e Formação de Mediadores

Eixo 3 - Valorização da Leitura e da Comunicação

Eixo 4 – Apoio à Criação e ao Consumo de Bens de
leitura



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



PDLL

EIXOS TEMÁTICOS

Eixo 1 - Democratização do Acesso

- Revitalização das bibliotecas públicas instaladas;
- Implantação de novas bibliotecas;
- Articulação e fortalecimento da rede de bibliotecas;
- Conquista de novos espaços de leitura;
- Distribuição de livros gratuitos;
- Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura; e,
- Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação.



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores

- Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura;
- Projetos sociais para fomentar a prática social da leitura;
- Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura;
- Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura;
- Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial; e,
- Apoio e estímulo para participação em prêmios regionais, nacionais.



Eixo 3 – Valorização da leitura e da comunicação

- Campanhas na imprensa local e em lugares de acesso público para desenvolver maior consciência sobre o valor social do livro e da leitura;
- Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em políticas de Estado no âmbito distrital; e,
- Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.



Eixo 4 – Apoio à criação e ao consumo de bens de leitura

- Apoio ao autores locais (edições independentes, contatos com editoras, oficinas de formação);
- Apoio para o desenvolvimento da cadeia local de produção do livro (editoras, livrarias, distribuidoras, bancas, gráficas – editoras e outros pontos de venda); e,
- Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura.



PDLL

FONTES DE RECURSOS

Administrativos

Secretaria de Cultura, Secretaria de Educação e Parceiros por Convênio

Para as Ações

Patrocinadores e parceiros

Áreas a Explorar

Leis de Incentivo

Organismos Internacionais

Outras áreas de Governo

Fundos privados, públicos e mistos existentes ou a serem criados



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação

Secretaria
de Cultura



PDLL

NA INTERNET



@pdlldf

www.twitter.com/pdlldf



<http://facebook.com/pdlldf>



pdll@sc.df.gov.br



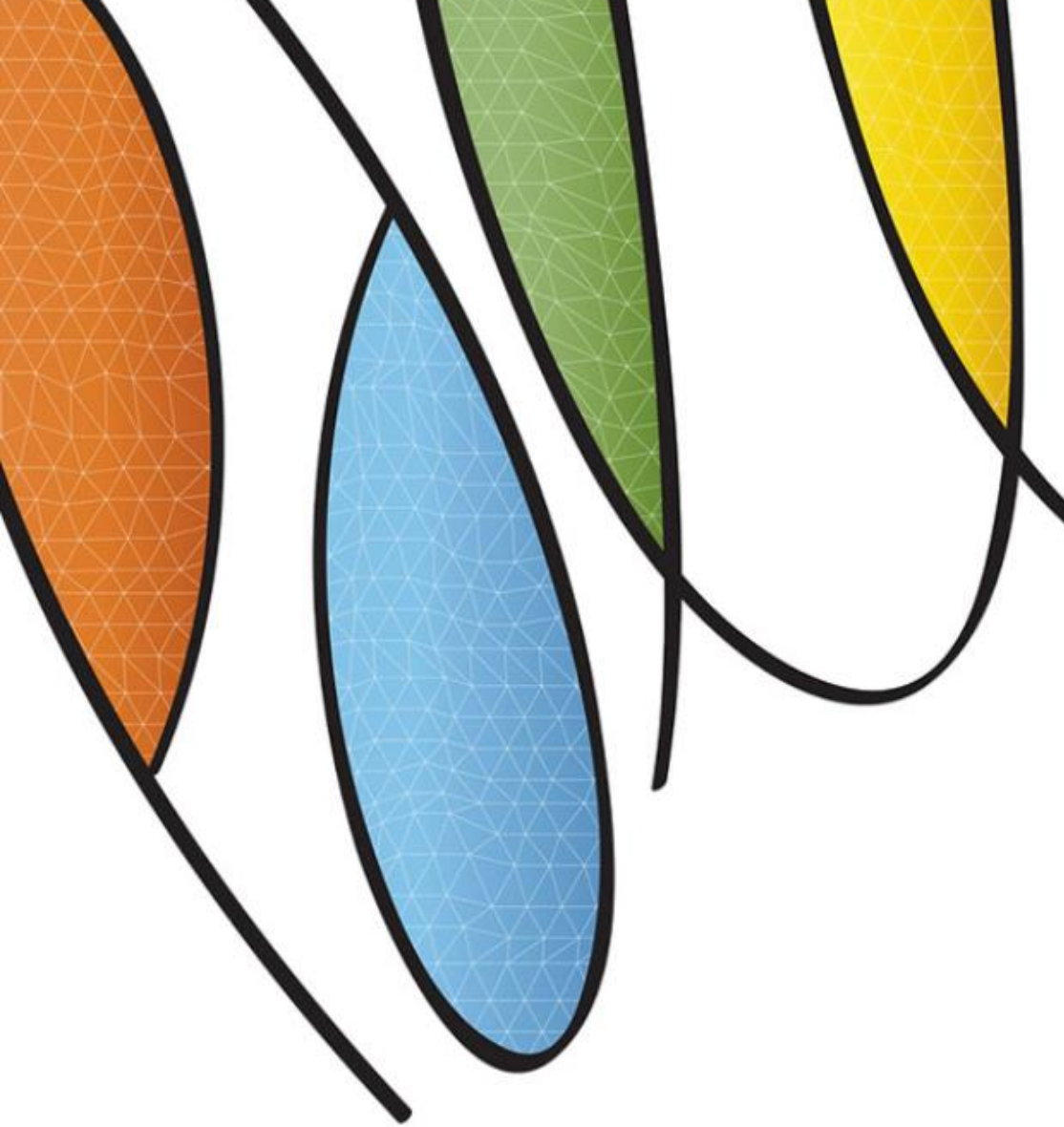
<http://pdll.df.gov.br>



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação





Agnelo Queiroz
Governador do Distrito Federal

Hamilton Pereira
Secretario de Cultura

Regina Vinhais
Secretaria de Educação

Miguel Ribeiro
Secretario Adjunto da Secretaria de Cultura

Erasto Fortes
Secretario Adjunto da Secretaria de Educação

Antonio Miranda
Diretor da Biblioteca Nacional de Brasília

Aníbal Perea
Coordenador de Políticas para o Livro e
Leitura

Lilia Diniz
Assessora Especial do Gabinete da Secretaria
de Cultura

Thelmo Ribeiro
Consultor

PLANO DO DISTRITO FEDERAL
DO LIVRO E DA LEITURA



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

Secretaria
de Educação



Secretaria
de Cultura

GDF



www.pdll.df.gov.br

Secretaria
de Educação

Secretaria
de Cultura

